

1964
1964

METAS
E BASES
PARA
A AÇÃO
DE GOVÉRNO

Presidente da República	EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI
Vice-Presidente	AUGUSTO HAMANN RADEMACKER GRÜNEWALD
Gabinete Militar	JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Gabinete Civil	JOÃO LEITÃO DE ABREU.
Ministros de Estado	
Justiça	ALFREDO BUZAID
Marinha	ADALBERTO DE BARROS NUNES
Exército	ORLANDO GEISEL
Relações Exteriores	MÁRIO GIBSON ALVES BARBOZA
Fazenda	ANTÔNIO DELFIM NETTO
Transportes	MÁRIO DAVID ANDREAZZA
Agricultura	LUIZ FERNANDO CIRNE LIMA
Educação e Cultura	JARBAS GONÇALVES PASSARINHO
Trabalho e Previdência Social	JÚLIO DE CARVALHO BARATA
Aeronáutica	MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
Saúde	FRANCISCO DE PAULA DA ROCHA LAGOA
Indústria e do Comércio	MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES
Minas e Energia	ANTÔNIO DIAS LEITE JÚNIOR
Planejamento e Coordenação Geral	JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
Interior	JOSÉ COSTA CAVALCANTI
Comunicações	HYGINO CAETANO CORSETTI
Chefe do S.N.I.	CARLOS ALBERTO DA FONTOURA
Chefe do EMFA	MURILLO VASCO DO VALLE SILVA



Presidência da República

metas e bases para a ação de governo



BD/MPCG
338.26
B 823m
ex. 2

setembro — 1970
nova impressão — jan/1971

MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO - PR SETOR DE DOCUMENTAÇÃO - BRASÍLIA	
NR. N.º	430/87
DATA	18.12.87

Tit. 1420
Ex. 4549

● ESTAS "METAS E BASES" NÃO CONSTITUEM NÔVO PLANO GLOBAL. TRATA-SE DE DOCUMENTO DE SENTIDO EMINENTEMENTE PRÁTICO E MAIS VOLTADO PARA A EXECUÇÃO, DEFININDO OS OBJETIVOS NACIONAIS E AS METAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS, AS REALIZAÇÕES PRINCIPAIS PROGRAMADAS E OS PROJETOS DE ALTA PRIORIDADE NOS PRINCIPAIS SETORES.

● É ÓRIENTAÇÃO DO GOVÉRNO EVITAR A LINGUAGEM DAS PROMESSAS. POR ISSO, AO ENUNCIAR OS OBJETIVOS NACIONAIS E AS CONQUISTAS BÁSICAS QUE SE BUSCARA ALCANÇAR, APRESENTOU-SE, NOS CAPÍTULOS DA PARTE I CONCERNENTES A AÇÃO DE GOVÉRNO E NOS PROGRAMAS SETORIAIS DAS PARTES II E III, A PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS, A UTILIZAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTRUMENTAIS E O ELENCO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS DESTINADOS A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS E À MATERIALIZAÇÃO DAS REALIZAÇÕES PROGRAMADAS.

● EFETUOU-SE PLANEJAMENTO VOLTADO PARA O APERFEIÇOAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, NAS DIFERENTES ÁREAS; PARA O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES; PARA A DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE INCENTIVOS AO SETOR PRIVADO, NO CAMPO ECONÔMICO; E PARA A VIBILIDADE DE UM SISTEMA ECONÔMICO COM EQUILÍBRIO ENTRE O SETOR PÚBLICO E O SETOR PRIVADO, A FIM DE REALIZAR O DESENVOLVIMENTO COM LIBERDADE.

índice

PARTE

1

objetivos, estratégia e ação para o desenvolvimento

I — a grande tarefa nacional	3
Sentido Positivo e Autenticidade da Revolução	3
A Perspectiva Mundial e os Problemas do Nosso Tempo	5
Herança e Tarefa Nacional	6
II — as conquistas essenciais	9
III — objetivos, estratégia, grandes prioridades	15
Objetivos Básicos	15
Progresso Social e Distribuição de Renda	22
Metas Estratégicas	23
Estratégia de Desenvolvimento	24
Grandes Prioridades	27
Fortalecimento do Poder de Competição da Indústria Nacional	27
IV — integração nacional e integração social	31
Programa de Integração Nacional	31
Programa de Integração Social	34
V — ação para o desenvolvimento	35
Programa de Investimentos e Ação dos Bancos Oficiais	35
Instrumentos de Ação	37
VI — ação no campo administrativo	41
Realizações Principais	41
Projetos Prioritários	45
VII — ação no campo da segurança	47

ação setorial: grandes prioridades

I — revolução na educação. aceleração do programa de saúde e saneamento	51
1.1 — Revolução na Educação	51
Ação de Governo: Principais Realizações	51
Definições Básicas: Uma Política Educacional	60
Projetos Prioritários	63
1.2 — Aceleração dos Programas de Saúde e Saneamento	75
Ação de Governo: Principais Realizações	75
Projetos Prioritários	81
II — revolução na agricultura e abastecimento	89
Ação de Governo: Principais Realizações	89
Áreas de Atuação e Projetos Prioritários	99
III — aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico	115
Ação de Governo: Principais Realizações	115
Projetos Prioritários	121

ação setorial em outras áreas

I — infra-estrutura econômica	137
1.1 — Energia	137
Ação de Governo: Principais Realizações	137
Projetos Prioritários	147
1.2 — Transportes	159
Ação de Governo: Principais Realizações	159
Projetos Prioritários	165
1.3 — Comunicações	177
Ação de Governo: Principais Realizações	177
Projetos Prioritários	183
II — desenvolvimento industrial e mineração. comércio. turismo	187
II.1 — Desenvolvimento dos Ramos Industriais Prioritários	187
Ação de Governo: Principais Realizações	187
Principais Projetos	197

II.2 — Mineração. Pesquisa Mineral	205
Ação de Governo: Principais Realizações	205
Projetos Prioritários	207
II.3 — Comércio. Turismo	213
III — Infra-estrutura social: habitação, trabalho e previdência social	215
III.1 — Habitação	215
Ação de Governo: Principais Realizações	215
Projetos Prioritários	219
III.2 — Trabalho e Previdência Social	221
Ação de Governo: Principais Realizações	221
Projetos Prioritários	215
IV — desenvolvimento regional e urbano	233
Ação de Governo: Principais Realizações	233
IV.1 — Desenvolvimento Regional	233
IV.2 — Desenvolvimento Urbano	235
Projetos Prioritários	237
V — justiça, relações exteriores	245
V.1 — Justiça	245
Ação de Governo: Principais Realizações	245
Projetos Prioritários	247
V.2 — Relações Exteriores	249
Ação de Governo: Principais Realizações	249
Projetos Prioritários	253
VI — forças armadas	257
VI.1 — Ação de Govêrnos: Principais Realizações	257
VI.2 — Projetos Prioritários	261



apresentação

Preservando as conquistas básicas do I e II Governos da Revolução, dos Presidentes Castello Branco e Costa e Silva, define-se o atual Governo pela continuidade da missão revolucionária: continuidade com aperfeiçoamento, pois a existência de um sistema permanente de planejamento, institucionalizado pela Revolução, permite inovar e corrigir sem descontinuar.

Consoante essa orientação, o III Governo da Revolução não procederá, de imediato, à elaboração de novo plano global, permanecendo em vigor os programas e projetos já aprovados, naquilo que não seja modificado por estas "Metas e Bases para a Ação de Governo".

A opinião pública brasileira tem revelado impaciência com relação a novos documentos de planejamento. Essa atitude decorre, em geral, da proliferação, antes de 1964, de planos não executados; do irrealismo e ausência de objetividade de certos programas e projetos elaborados em alguns setores, mesmo em época mais recente; e do descompasso entre a elaboração de projetos e a sua implementação, em determinados órgãos, dando-se a impressão de excesso de planos pela insuficiência de execução.

O atual Governo, votado a intensa ação executiva, deseja fazer as coisas importantes no menor prazo. Por isso, utiliza o planejamento para assegurar melhor execução, de modo a cuidar das prioridades mais altas, racionalizar e coordenar

a sua ação e garantir a existência de meios para realizar o que programou. Trata-se, pois, de planejamento que busca evitar distorções identificadas pelo bom senso.

O trabalho de programação governamental, com fundamento nestas "Metas e Bases", irá completar-se com dois outros documentos:

1) O novo Orçamento Plurianual de Investimentos, a ser submetido ao Congresso Nacional, com vigência no período 1971/1973, passível de revisão anual, até para acréscimo de um ano em substituição ao exercício executado, a fim de se manter sempre um horizonte de três anos para a programação das despesas de capital;

2) o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para vigência no período 1972/1974.

Ficará, assim, estabelecida, consoante os Atos Complementares n.ºs 43 e 76, de 1969, a sistemática segundo a qual cada governo executará o último ano do Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado anteriormente, com as correções que julgar necessárias, e preparará o seu próprio plano, cuja duração se estenderá até o primeiro ano do mandato presidencial seguinte.

É importante tornar clara a natureza destas "Metas e Bases", que, como já se assinalou, não constituem novo plano global. Documento de sentido eminentemente prático e mais voltado para a execução, define os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais, as principais realizações programadas e os projetos de alta prioridade nos principais setores.

Relevante é notar que o número de projetos prioritários por setor depende, como é óbvio, da natureza dêste, pois, em áreas como Trabalho e Previdência Social, Justiça, Relações Exteriores, Planejamento, Fazenda e outras, o que prevalece são, primordialmente, definições, políticas, medidas preferenciais.

Pressupõem as "Metas e Bases" trabalho sistemático de programação global e setorial, como o que se vem realizando, em tempos recentes, no Brasil, e que culminou com o esforço concentrado dos últimos meses. Sem embargo, aqui se apresentam os resultados concretos dêsse trabalho, sob a forma de objetivos, projetos e ações.

Constitui êste documento um conjunto orgânico de decisões de Governo, representando a seqüência e o desdobramento natural de sucessivos pronunciamentos

do Chefe da Nação, desde o discurso de 7 de outubro de 1969 até a Mensagem ao Congresso Nacional e outros pronunciamentos de particular significação.

Em obediência a instruções emanadas do Presidente da República, sua preparação se verificou por esforço conjugado do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e de todas as demais Secretarias de Estado, tarefa em que as equipes de Governo se acostumaram a trabalhar em conjunto e a adquirir consciência comum das prioridades.

PARTE

1

**objetivos, estratégia e ação para o
desenvolvimento**

a grande tarefa nacional

Sentido Positivo e Autenticidade da Revolução

A Revolução de março de 1964, pelo seu sentido positivo e sua autenticidade, vai ao encontro das aspirações nacionais e, particularmente, da nova geração de brasileiros.

Sentido positivo, porque não se esgota no combate à corrupção e à subversão, dando a êsse combate o caráter de preparação dos pré-requisitos para o desenvolvimento.

Autenticidade, porque se destina a criar, no Brasil, as condições básicas para o verdadeiro desenvolvimento, democracia e soberania.

O verdadeiro desenvolvimento dirige-se a todos, com ampla participação, nos seus resultados, da classe média e dos trabalhadores. A verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais e municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições, para transformar o panorama político tradicional brasileiro, no qual, até pouco, sem embargo das forças políticas dedicadas ao bem comum na República velha e na nova, a inautenticidade era, não raro, a nota característica, ora da representação, ora do sistema político. A verdadeira soberania exige que o País realize o esforço de organizar-se, trabalhar e agir eficientemente na construção de seu próprio desenvolvimento, conquistando autoridade e liberdade de movimentos para definir a forma, o volume e a oportunidade da colaboração externa, aliás relevante como complementação do esforço nacional e como instrumento de absorção de nova tecnologia.

A autenticidade nos três campos, tal como acima particularizada, depende, antes de tudo, de um governo sem compromissos com interesses de grupos, classes, setores ou regiões.

A Revolução de 1964 veio completar o ciclo de revoluções a que a República assistiu, nas últimas décadas. Revoluções que, como as de 1930 e de 1945, tinham, em geral, o senso claro das reformas políticas para eliminar as velhas oligarquias e, em certa medida, a consciência das injustiças sociais; mas não possuíam plena consciência do desenvolvimento como objetivo primordial.

O crescimento do final da década dos 50 não conferiu sentido autêntico ao desenvolvimento nem à democracia, não obstante o considerável progresso industrial realizado. O governo imediatamente anterior a 1954 malogrou em todos os campos: no do desenvolvimento, da democracia, das reformas sociais, da justiça social e até mesmo no da segurança nacional. A conseqüência foi a conjugação de estagnação com iminência de hiperinflação, a par de forte crise de motivação no sistema econômico, social e político.

A Revolução veio para dotar o País das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica capazes de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática e soberana, assegurando, assim, a sua viabilidade como grande potência.

Aos dois primeiros Governos da Revolução coube a tarefa gigantesca, realizada com êxito, de reconstrução econômica do País, de criação das bases para o desenvolvimento acelerado e auto-sustentável e de implantação de reformas estruturais inadiáveis.

Os resultados essenciais, quantitativos e qualitativos, dêsse trabalho refletem-se na simultânea aceleração da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que se elevou de 1,5% em 1963 para cerca de 8,4% em 1968 e 9% em 1969 (segundo estimativa preliminar), e na redução da taxa de inflação, que caiu de 90% em 1964 para o nível de 20% em 1969 (índice geral de preços); na sistemática correção de distorções e aumento da eficiência do sistema econômico, com racionalização das políticas fiscal, monetária, de preços e salários; no esforço de aumento da produtividade do setor público e de reversão da tendência à estatização observada antes de 1964, inclusive com redução do **deficit** de caixa do Tesouro Nacional, a preços de 1970, de Cr\$ 4 510 milhões em 1963 para Cr\$ 820 milhões previstos para o corrente exercício, e com elevação da poupança em conta corrente do setor público, de (—) 0,3% do PIB em 1963 para (+) 4% no nível atual; na realização de investimentos maciços na infra-estrutura econômica (Energia, Transportes, Comunicação de longa distância), indústrias básicas (notadamente a Indústria Petroquímica e a Construção Naval) e infra-estrutura social (particularmente Habitação e Educação); no desenvolvimento de - poderoso mecanismo de transferência de recursos federais para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, e, em geral, para os Estados e Municípios; na racionalização do setor externo, permitindo-se melhor integração do Brasil na economia internacional em expansão, com aumento substancial na receita de exportações do País; e na efetivação sistemática de reformas econômicas e sociais, dentre as quais se ressaltam a Reforma da Educação, a Reforma Agrária e a Reforma Administrativa.

A Perspectiva Mundial e os Problemas do Nosso Tempo

Importa considerar a posição brasileira na perspectiva mundial de nossa época. Na década de 70, como se tem assinalado, ocorrerão grandes avanços científicos e tecnológicos na terra, no mar e no espaço; e, possivelmente, no mundo desenvolvido e no mundo subdesenvolvido, assistir-se-á à exacerbação de tensões sociais e políticas.

O Brasil, como os demais países em desenvolvimento, irá defrontar-se com importantes problemas, que reclamam solução sem delongas.

Em primeiro lugar, o problema econômico do subdesenvolvimento, pela necessidade de crescer acima de 7% ao ano, a fim de reduzir-se a distância em relação aos países desenvolvidos e superar-se, de muito, o aumento da população, de modo a permitir elevação considerável da renda *per capita* e dos padrões de bem-estar do povo.

Nesse contexto de áspera preparação interna para os caminhos do progresso, o Brasil não aspira apenas a crescer. Almeja, no final do século, ser parte integrante do mundo desenvolvido.

Ora, na sociedade moderna, o poder de competir entre as nações e de acelerar o crescimento depende cada vez mais da aplicação do conhecimento. Ou seja, do progresso tecnológico em sentido amplo — abrangendo a educação, a pesquisa, a inovação —, pela sua crescente capacidade de transformar e tornar mais eficientes os demais fatores de produção, representados pela mão-de-obra, o capital, os recursos naturais. Daí estarem as disparidades de renda entre as nações cada vez mais condicionadas pelo chamado hiato tecnológico, ou sejam, as disparidades crescentes de progresso na área científica e tecnológica.

Em segundo lugar, estão os dois grandes problemas éticos do nosso tempo.

De um lado, o da participação das massas nos frutos do progresso material, tornada exequível pela revolução da tecnologia e pelos princípios da justiça social, que objetivam assegurar padrões mínimos de bem-estar a tôdas as categorias sociais.

De outro lado, o da garantia de acesso ao mundo desenvolvido do maior número de países em desenvolvimento, dotados de viabilidade política e econômico-social, para que aquêle mundo se converta efetivamente numa sociedade aberta; e, concomitantemente, o do progressivo asseguramento de padrão de vida mínimo satisfatório a tôdas as áreas subdesenvolvidas, inclusive pela aplicação dos mesmos princípios da justiça social — de não reciprocidade, de amparo ao menos forte, de oportunidade para os que emergem no cenário mundial — às relações entre povos desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Herança e Tarefa Nacional

Seria lugar-comum recordar os desniveis que configuram o Brasil de hoje e resultam, em grande parte, do mau aproveitamento da riqueza do País e de distorções econômicas e sociais acumuladas em muitas décadas. Há, ademais, o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica, avaliada esta pelo Produto Interno Bruto (PIB), bem como o desnível entre o dinamismo da economia após a Revolução e as condições de bem-estar de importantes segmentos da população, expresso na observação de que a economia pode ir bem, mas boa parte do povo ainda vai mal.

A esse último respeito, o descompasso assinalado dá origem a duas frentes de atuação do Governo: a da melhoria da distribuição de renda, para assegurar a autenticidade e a viabilidade econômico-política do processo de expansão; e a da luta pela eliminação do subdesenvolvimento, visando à elevação das condições de vida do País. Pois, limitada é a sua dimensão econômica, relativamente baixos os níveis de produtividade e a renda **per capita**, e, em consequência, baixos são os níveis médios de bem-estar, muito embora, pelo esforço da Revolução, haja crescimento acelerado, ou seja, melhoria rápida daqueles níveis de renda e bem-estar, ainda insuficientes.

Na condução dessas duas linhas de ação, sem excesso redistributivista que sacrifique a aceleração da taxa de crescimento nacional, a estratégia de desenvolvimento levará em conta a estreita interdependência existente entre a expansão do consumo interno, principalmente com vistas à criação de um mercado de massa para produtos industriais; o aumento da taxa de expansão do emprêgo da mão-de-obra; e a repartição dos frutos do desenvolvimento, a fim de fortalecer ampla classe média e a classe trabalhadora. Nas medidas concretas a serem adotadas, procurar-se-á orientar essa interdependência no sentido de processo de crescimento mais dinâmico e mais integrado do que na fase anterior, quando a industrialização constituiu, praticamente, o único fator atuante, insuficientemente articulado com a agricultura e a infra-estrutura de serviços.

Consolidando as conquistas básicas do I e II Governos da Revolução, ao III Governo caberá dar importante passo com o objetivo de eliminar o desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica do País; e por essa forma, durante o seu período, impulsionar o Brasil para a plenitude do desenvolvimento acelerado e auto-sustentável, conduzindo-o, ao mesmo tempo, efetivamente, à relativa estabilidade de preços em clima de segurança e de estabilidade social e política. Na última área, realizar-se-á esforço realista de progressiva evolução no sentido de construir uma sociedade politicamente aberta, que concilie a necessidade de

aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com o maior grau possível de participação da iniciativa privada e de descentralização da atividade econômica.

Em visão mais ampla, esse pleno desenvolvimento deve ocupar-se não apenas do aumento de riqueza do País e de sua equitativa distribuição, mas também das condições de vida do homem, em tôdas as suas dimensões. Cumpre-lhe interessar-se pelo progresso material, principalmente porque o País ainda é subdesenvolvido; e, outrossim, pela qualidade de vida do brasileiro, na sua existência real de cada dia, no atendimento das suas necessidades básicas quanto à alimentação, saúde, educação, habitação; quanto ao seu bem-estar material e não-material, na busca de preservação dos valores humanos em sociedade sob vertiginosa transformação tecnológica e, não raro, impiedosa para com o indivíduo. Nessa sociedade será necessário abrir ao maior número a oportunidade de realizar-se, de valorizar-se, de efetivar suas aspirações.

II as conquistas essenciais

A execução da tarefa nacional assim definida irá basear-se no jôgo da verdade, que o Governo vem fazendo com a Nação desde o pronunciamento de 7 de outubro de 1969.

Esse jôgo da verdade obedece a um conjunto de cinco normas básicas de atuação do Governo, a seguir analisadas sumariamente:

1) Ausência de compromissos, salvo com o interesse nacional, e colocação dêste na base de todas as definições de política, interna e externa, sem recurso a soluções extremadas, nem preconceito contra a colaboração procedente do exterior.

Tal posição consagra a necessidade de encontrar-se a Nação a si mesma na formulação do seu projeto nacional, consciente das suas responsabilidades perante o hemisfério, o mundo subdesenvolvido e o mundo ocidental cristão em que se integra.

2) Decidido esforço para consolidar autêntica soberania, em relação à colaboração externa, no campo da cooperação econômica e técnica e da transferência de tecnologia.

Quanto mais bem sucedido e poderoso esse esforço, maior capacidade de manobra terá o Brasil para estabelecer, dentro de seu programa de desenvolvimento, o volume, forma e oportunidade daquela colaboração.

3) Combate à rotina, mediante planejamento objetivo e criador, aperfeiçoamento da execução, definição de prioridades e maior racionalização nas decisões de Governo.

4) Fuga às promessas e à criação de expectativas exacerbadas. Não dispondo de poder milagroso, prefere o Governo a linguagem concreta das decisões e dos fatos.

5) Participação da juventude, dos trabalhadores, dos intelectuais, dos servidores públicos, enfim, de todas as categorias sociais, na construção do progresso nacional.

Fundado nessas normas básicas, o programa a executar-se terá em mira, primordialmente:

- Modernizar o núcleo mais desenvolvido da sociedade brasileira.
- Aproveitar ao máximo os recursos humanos, que constituem o fator básico do desenvolvimento.
- Tirar partido, para o desenvolvimento nacional, da dimensão continental do País, mediante estratégia que promova o progresso de áreas novas e a ocupação de espaços vazios, sem comprometer o ritmo de crescimento objetivado para o núcleo desenvolvido e o produto global do País.

As conquistas essenciais, em número de doze, a serem alcançadas por meio de medidas e instrumentos cuja definição concreta constitui a finalidade principal destas "Metas e Bases", são:

I — Consolidação, no Brasil, de um sistema econômico de equilíbrio entre Governo e setor privado, com a presença da empresa pública, da empresa privada nacional e da empresa privada estrangeira em proporção que assegure, de forma continuada, a viabilidade econômica e política do sistema. Para êsse efeito, definir-se-ão claramente as funções básicas do setor público e promover-se-á a adoção de medidas concretas de reversão da tendência à estatização observada antes de 1964, de forma a manter, no menor nível possível, a participação do Governo no produto nacional, seja quanto ao volume de dispêndio, seja quanto à carga tributária.

Para que êsse sistema misto, inspirado no princípio da descentralização, promova o desenvolvimento acelerado e auto-sustentável do País, é indispensável que não lhe falte capacidade para modernizar-se e operar com eficiência.

II — Criação de condições para o funcionamento de setor público moderno e eficiente, revertendo-se a tendência, observada antes de 1964, para a deterioração dos serviços, a expansão desmedida de atribuições e do número de servidores, e o crescente desequilíbrio financeiro das entidades de administração indireta.

Para consolidar os resultados já alcançados pelos dois primeiros Governos da Revolução, manter-se-á, no serviço público direto e autárquico — para estabelecimento de administração eficiente e motivada —, uma política de austera contenção de dispêndios burocrático-administrativos; de gradual redução, em certos órgãos, de pessoal excedente; de criação de sistema de assessoramento de alto nível para os órgãos de decisão; de revalorização do sistema do mérito; de consolidação progressiva da carreira do funcionário em tempo integral; de treina-

mento intensivo nas áreas prioritárias, para atualização de conhecimentos e incorporação de novos métodos de trabalho; de equipamento adequado dos principais órgãos de decisão e execução. Nas empresas governamentais, modernizar-se-á a administração, estabelecendo-se sistemas de controle de custos e, bem assim, diretorias técnicas relativamente estáveis, com o propósito de fazê-las funcionar tão eficientemente como as do setor privado.

III — Criação de condições efetivas para a preservação de setor privado ativo, atento às oportunidades de investimento e que, nas áreas principais, atue no mercado internacional competitivamente quanto à qualidade e aos preços dos produtos, mediante proteção e incentivos adequados. Para isso, cumpre fixar regras de jôgo relativamente estáveis e compatíveis com a liberdade de iniciativa, atendido o interesse público e coibidos os abusos do poder econômico, eliminando-se, no sistema de mercado, distorções resultantes da operação não eficiente do setor público.

Por outro lado, faz-se indispensável assegurar, no processo de expansão, adequada combinação de grandes, médias e pequenas empresas, com participação variável nos diferentes setores, a fim de se atender a critérios de eficiência e interesse público. A grande empresa deve situar-se em áreas de importância substancial da economia e de considerável refinamento tecnológico, enquanto a média e pequena empresa, em país como o Brasil, de empresariado ainda em estágio de maturação, devem atuar em áreas de menor significação das economias de escala, funcionando, porém, como instrumento de democratização da riqueza.

IV — Desenvolvimento da empresa nacional, nos setores onde demonstrar suficiente "know-how", capacidade gerencial e de investimento, como condição de viabilidade do sistema econômico preconizado.

Evitar-se-á, assim, a predominância crescente, na economia, de empresas estatais, de um lado, ou empresas estrangeiras, de outro. Criar-se-á, para tanto, sistema financeiro de apoio à reorganização e modernização dos setores industriais, com predominância da empresa nacional, a fim de fortalecer-lhes o poder de competição no mercado interno e permitir-lhes a expansão para o exterior.

Não vedo a legislação brasileira que empresas estrangeiras atuem nos diferentes ramos da indústria. Sem embargo, na definição do papel da empresa estrangeira no programa nacional de desenvolvimento, procurar-se-á criar condições para orientar seus novos investimentos de preferência em setores onde a empresa nacional não apresente as condições aludidas, e induzir a empresa estrangeira a acelerar a transferência de tecnologia, contribuindo, assim, para o balanço de pagamentos do País, seja pela economia de divisas na efetiva substituição de

importações, seja pelo estímulo ao reinvestimento, seja, principalmente, pela expansão das vendas no exterior, abrindo-se novas frentes na promoção de exportações.

V — Impugnação de barreiras que impeçam o acesso brasileiro, latino-americano e do mundo subdesenvolvido, em geral, ao potencial de crescimento representado pela expansão de renda do mundo desenvolvido. É preciso que não se frustrre o esforço dos povos subdesenvolvidos, no sentido de adquirir poder de competição internacional, pelo não atendimento dos compromissos de **status quo** assumidos pelos países desenvolvidos, no tocante à não introdução de novas restrições alfandegárias e, notadamente, não alfandegárias, às exportações das nações subdesenvolvidas.

VI — Preparação do homem brasileiro para o desenvolvimento na sociedade contemporânea e democrática, mediante, sobretudo, grande impulso à universalização do ensino fundamental e à intensiva alfabetização de adultos na faixa de idade de 15 a 35 anos; a qualificação de recursos humanos de alto nível; e a educação permanente, quanto possível, para os adultos em geral. Procurar-se-á dotar o País de sistema educacional moderno, com adaptação constante de currículos, para atender aos novos interesses da população jovem e às necessidades do progresso científico e tecnológico.

VII — Ingresso na era nuclear, pela construção da primeira Central Nuclear brasileira, para 500.000 kW, e pela realização de projetos que permitam assimilar a tecnologia de exploração de minerais atômicos e reatores nucleares, assim como as aplicações da ciência nuclear aos diferentes campos do desenvolvimento; ao mesmo tempo, procurar-se-á chegar ao conhecimento adequado das disponibilidades brasileiras quanto a combustíveis do futuro, notadamente o urânio, por meio da intensificação e concentração de pesquisa nas áreas mais promissoras.

VIII — Ingresso na II Revolução Industrial, em áreas selecionadas e de forma racional, sem sacrifício das metas de expansão do emprêgo da mão-de-obra; simultaneamente, ingresso definitivo, de forma seletiva, na era espacial, pela aceleração dos projetos tecnológicos e científicos na sua área de aplicação, incorporando-se esse novo campo ao progresso nacional, principalmente no que respeita aos setores de comunicações, educação, meteorologia, navegação e sensoreamento remoto.

A par disso, implantar-se-ão determinados projetos integrados de ensino, pesquisa e indústria, e promover-se-á — por meio de centros aplicados de ciência e tecnologia nas universidades e instituições de pesquisa — melhor aproveita-

mento das contribuições do progresso científico e tecnológico ao planejamento e ao desenvolvimento nos domínios da tecnologia industrial, da agricultura tropical e de métodos novos na área da administração e gerência, tais como a pesquisa operacional, a análise de sistemas, etc.

IX — Desenvolvimento da produção de recursos minerais prioritários, seja para exportação, seja, como em muitos casos ainda é possível, para substituir importações. Cabe destacar, de um lado, o minério de ferro, o alumínio, o zinco, o estanho, o cobre, a cassiterita, a bauxita, o potássio; e, de outro, os metais estratégicos, destinados à indústria aeronáutica e espacial (níquel, titânio, magnésio e ligas metálicas de alta qualidade) e à indústria nuclear pacífica. Reduzir-se-á, assim, o relativo atraso do setor, em comparação com o desenvolvimento da produção industrial brasileira.

X — Avanço substancial no sentido da progressiva transformação da agricultura tradicional, ainda predominante em áreas do Centro, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, mediante incentivos de crédito, preços e assistência técnica capazes de lhes modificar os métodos de produção, as relações de trabalho e as condições de vida do trabalhador, simultaneamente com substancial elevação de produtividade.

Ao mesmo tempo, expansão econômica da região central do País, com implantação, ainda no quadriênio, sob o impulso da efetiva transferência da capital para Brasília, de programa especial de aproveitamento agropecuário dos "cerrados" e de ocupação de espaços vazios, no Planalto Central, Meio-Norte e Nordeste, notadamente em terras já em poder de entidades governamentais. Esse programa, racional e realista, fundado em estímulos fiscais e financeiros e destinado à ampla absorção de mão-de-obra, deverá ser convertido em instrumento de expansão do mercado interno e de ocupação econômica orientada de novas regiões, sem prejuízo do crescimento global do País.

XI — Integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação econômica da Amazônia, mediante implantação do Programa de Integração Nacional, já dotado de Cr\$ 2 000 milhões para o período 1971/1974. A política de desenvolvimento do Nordeste deverá assegurar-lhe taxas de crescimento médio superior a 7% ao ano, por meio de política de industrialização viável e maior ênfase no crescimento agrícola, com a implantação do Plano de Irrigação do Nordeste e a colonização de vales úmidos; e, à região semi-árida, maior resistência às secas, inclusive com a utilização, para fins agrícolas, dos açudes e barragens já existentes.

XII — Implementação do Programa de Integração Social, como novo instrumento de assegurar a participação dos trabalhadores do setor privado no produto nacional, de forma compatível com o fortalecimento da estrutura das empresas e a expansão acelerada da economia nacional. Ficou criado o Fundo de Participação, do qual os assalariados irão participar em função de seu salário e do tempo de serviço.

O enunciado dessas conquistas essenciais ficaria meramente no plano das intenções do Governo se já não houvesse indicação clara dos instrumentos e medidas que serão adotados para convertê-los em realidade. Concretamente, pela apresentação do programa de investimentos, indicação das diferentes políticas a serem utilizadas, especificação da ação dos Bancos Oficiais e do conjunto de projetos e providências concretas a serem executadas, estas "Metas e Bases" mostrarão, no Capítulo V da Parte I e, em geral, nas Partes II e III, como pretende o Governo promover tais realizações, de forma compatível com os objetivos nacionais.

objetivos, estratégia, grandes prioridades

Objetivos Básicos

A explicitação dos objetivos nacionais, em consonância com a definição feita da tarefa essencial do III Governo da Revolução, será realizada mediante a apresentação de um Objetivo-Síntese e dos objetivos básicos em que se decompõe. Proceder-se-á, igualmente, à definição das perspectivas de crescimento dos setores e de colimação das metas estratégicas a serem alcançadas, nas áreas prioritárias. Em seguida, definir-se-á a estratégia de desenvolvimento, apoiada no estabelecimento das grandes prioridades para o período.

São os seguintes os objetivos nacionais:

I — Como Objetivo-Síntese, ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Conforme já se esclareceu, construir-se-á, no País, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência.

Na década de 70, essa tarefa global deverá consubstanciar-se num Projeto Nacional de Desenvolvimento, de que o povo não pode ser mero espectador e, sim, o protagonista principal, com vistas à realização de um plano de ação nacional para "coordenar, integrar, catalizar nossos esforços". O projeto assenta na decisão política de promover o desenvolvimento pelo trabalho e pela inteligência, construindo-se para toda a nação um futuro capaz de romper com as dimensões do passado.

Pressupõe esse projeto a capacidade para a tomada de grandes decisões com o fim de selecionar, estrategicamente, os setores e projetos de maior prioridade para garantir o poder de competição do País no cenário internacional e sua determinação de integrar-se na comunidade dos Estados desenvolvidos, dentro de seus condicionamentos sócio-políticos. É, outrossim, fundamental a concentração, nas áreas de alta significação, dos fatores básicos de desenvolvimento, representados pela mão-de-obra, o capital, os recursos naturais, o progresso tecnológico.

Com o objetivo de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, o projeto nacional considera três perspectivas: a perspectiva de médio prazo, mediante

programa operativo para o período 1970/1973, dentro do presente mandato presidencial; a perspectiva da década, para o cumprimento de um decênio (1970/80) de real desenvolvimento; e a perspectiva de uma geração, até o ano 2000, para a construção do Brasil plenamente desenvolvido.

Consciente de sua responsabilidade perante o País, preocupa-se o atual Governo primordialmente com os destinos do Brasil durante o atual mandato, inclusive pelo fato de que a aceleração do desenvolvimento nesse período representa condição essencial para o desenvolvimento auto-sustentável no futuro. Esforçar-se-á, além disso, por lançar as bases para um desempenho cada vez mais dinâmico, a êsse respeito, na próxima década e nas seguintes.

O projeto nacional, como tarefa de uma geração de brasileiros, será executado por etapas, dentro do sistema de Planos Nacionais de Desenvolvimento instituído pelos Atos Complementares 43 e 76/69.

No atual Governo, serão conjugados, na formulação desse projeto, os três instrumentos principais já definidos, a saber: estas "Metas e Bases para a Ação de Governo", o novo Orçamento Plurianual de Investimentos e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico-Social (a ser encaminhado ao Congresso Nacional em 1971).

II — Consecução de metas, no período 1970/1973, que assegurem à economia brasileira alcançar, como ordem de magnitude, a dimensão caracterizada pelos valores globais previstos no Quadro I para 1973 (a preços de 1970, ou seja, em valores de poder aquisitivo constante).

Nesse período, serão preparadas as bases para que a economia brasileira, alcançando crescentes taxas médias de desenvolvimento, possa, em sucessivos períodos, pelo menos dobrar o seu nível de renda per capita, entre 1969 e 1980. Isso significa duplicar, até o final da década, os níveis médios de bem-estar e produtividade do País (representados pelo Produto Interno Bruto por habitante), assim como aumentar de 170% a sua dimensão econômica, expressa pela produção global nacional (ou seja, pelo mesmo PIB).

III — Realização, ainda, destes Objetivos Básicos, pelos quais se incrementará o processo de desenvolvimento, imprimindo-se-lhe auto-sustentação e preservando-se o seu sentido integrado:

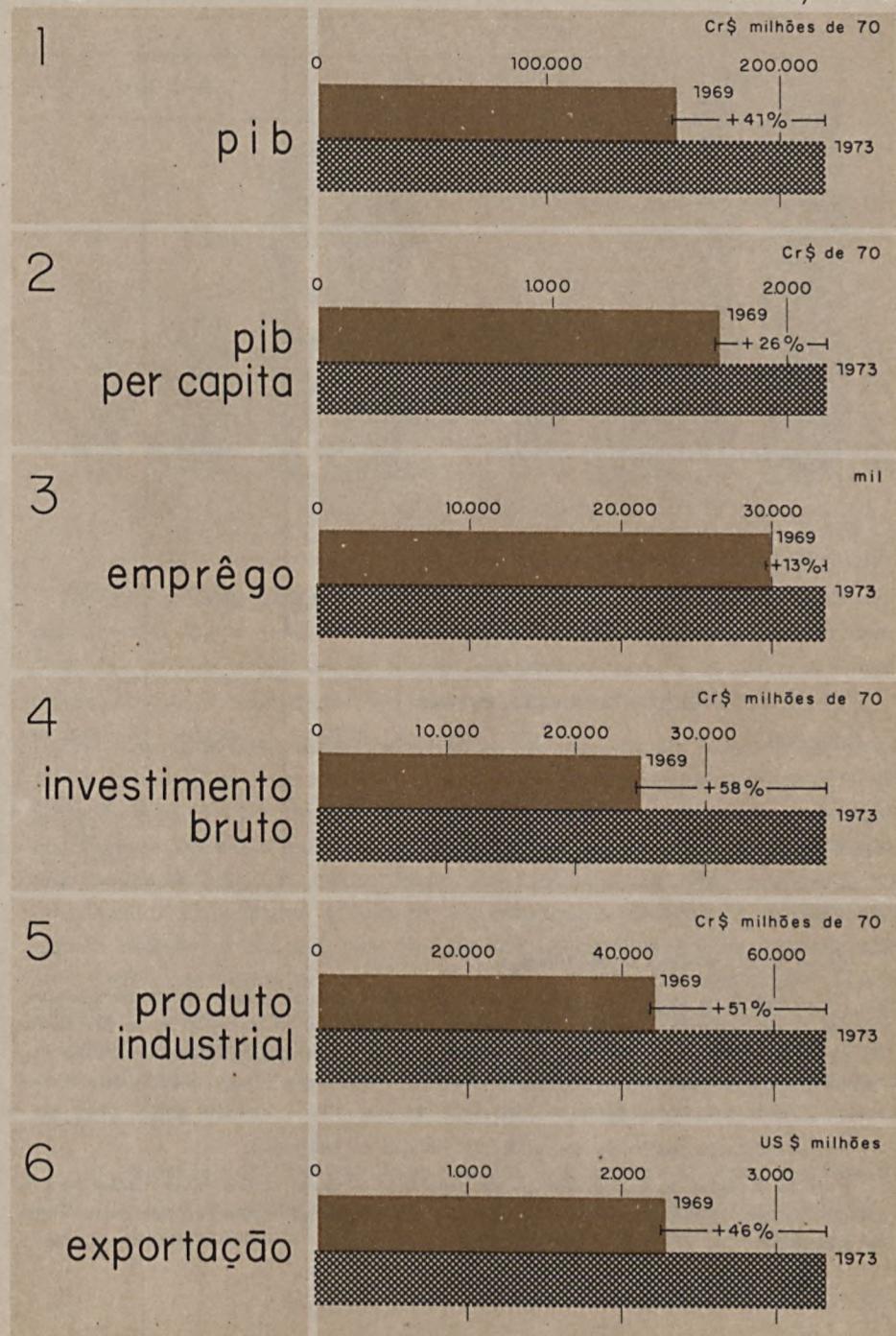
● Crescimento Econômico: taxa crescente, que alcance no mínimo 7 a 9% ao ano no período e evolua para 10%.

A efetivação dessa meta colocará o Brasil entre os países de mais rápido crescimento do mundo, nos últimos tempos.

GRÁFICO I

as grandes metas

1969/1973



QUADRO I

DIMENSÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 1973

VALORES GLOBAIS	1969 ¹	1973	AUMENTO
1) PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) — Cr\$ milhões de 1970 *	154.470	218.000	41%
2) PIB PER CAPITA — Cr\$ de 1970 (**)	1.700	2.150	26%
3) EMPRÉGO — (1.000 trabalhadores) ***	29.600	33.500	13%
4) INVESTIMENTO BRUTO (fixo) — Cr\$ milhões de 1970	24.715	39.240	58%
5) PRODUTO INDUSTRIAL — Cr\$ milhões de 1970	43.800	66.500	51%
6) EXPORTAÇÕES — US\$ milhões	2.269	3.322	46%

(¹) — Dados sujeitos a confirmação.

(^{*}) — Não seria correto converter o PIB em dólares usando a taxa de câmbio corrente. Com base na estimativa do IPEA, que atualizou metodologia da ONU, a renda per capita do Brasil em 1969 seria da ordem de US\$ 350, deixando-se de considerar a revisão das Contas Nacionais recentemente divulgada pela F.G.V. Se êsses dados revistos forem adotados, a renda per capita seria da magnitude de US\$ 440.

(^{**}) — População estimada em 1973: 101 milhões de habitantes.

(^{***}) — À falta de dados efetivos de emprégo, tomou-se, como aproximação para o estoque de mão-de-obra empregada, a população econômicamente ativa, apenas como ordem de grandeza.

GRÁFICO II

A DUPLICAÇÃO DO NÍVEL DE RENDA PER CAPITA ATÉ 1980*

PIB PER CAPITA

Cr \$ de 1970

Cr \$ 3.400

Cr \$ 1.700



1969



1980

PIB

Cr \$ milhões de
1970

Cr \$ 154.470



1969

Cr \$ 418.910



1980

* - POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 1980: 123 MILHÕES DE HABITANTES.

A experiência de vários projetos nacionais bem sucedidos no período do pós-guerra revela que o limite superior ao crescimento da produção nacional será bastante móvel e suscetível de romper abertamente com o passado, se forem criadas condições novas de esforço nacional esclarecido e concentrado.

No tocante ao crescimento demográfico, não compete ao Estado tomar como seu o problema do controle da natalidade, que deve permanecer na alçada da unidade familiar. Cabe, todavia, ao País desenvolver uma política de população, que permita utilizar o potencial demográfico em benefício do desenvolvimento, sem perder de vista as implicações do fator demográfico sobre o processo de crescimento, notadamente: a) quanto às necessidades de maiores investimentos sociais decorrentes da alta taxa de expansão demográfica do Brasil (ainda que seja baixa a densidade demográfica nacional) e da elevada percentagem da população com menos de 15 anos; b) quanto ao limitado coeficiente da população econômicamente ativa; c) quanto à inadequada distribuição geográfica da população que leva, em alguns casos, à excessiva concentração demográfica em áreas de base física pobre.

- **Expansão do Emprégo:** Taxa crescente, elevando-se da recente média de 2,8% a 2,9% ao ano para a ordem de 3,3% na altura de 1973. Isso tornará possível reduzir, progressivamente, o índice de desemprego estrutural existente em seg-

mentos da atividade urbana e rural; e significará, ainda, a necessidade de criação, ao início, de aproximadamente 880 mil empregos adicionais por ano, com tendência a elevar-se para 1.000.000 de novos empregos, no final do período.

- Progresso Social: participação ampla da classe média e dos trabalhadores nos resultados de desenvolvimento; democratização de oportunidades; ausência de privilégios.

- Inflação: taxa decrescente, até a relativa estabilidade de preços, significando ritmo de inflação inferior a 10% ao ano, ainda no mandato do atual Governo.

- Balanço de Pagamentos: política racional, atendendo aos requisitos da estratégia de desenvolvimento.

- Correção Gradual de Desequilíbrios Regionais e Setoriais; incorporação da economia de subsistência.

- Continuação das Reformas Econômicas, Sociais e Políticas: Reforma Educacional (inclusive a Reforma Universitária e das instituições de pesquisa). Reforma Agrária. Nova etapa da Reforma Administrativa, Reforma do Sistema de Pessoal. Reorganização Industrial. Transformação da estrutura econômico-social do Nordeste.

- Estabilidade Política.

- Segurança Nacional.

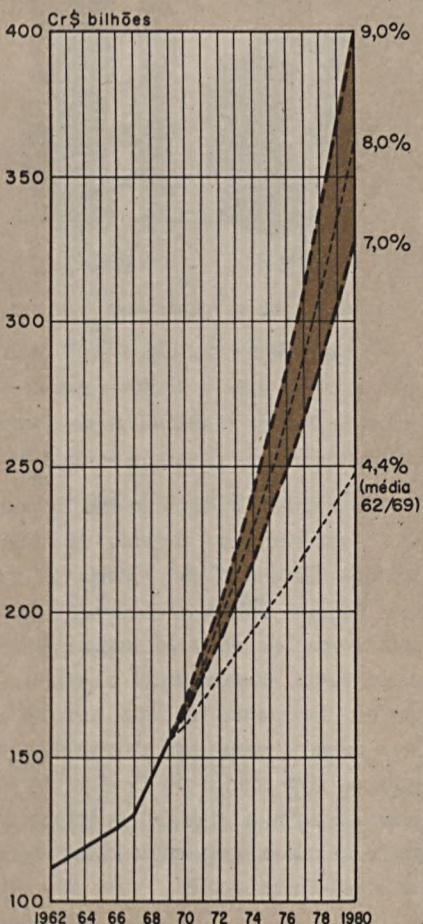
IV — Crescimento dos setores contidos no Quadro II, assinalando-se que a perspectiva de crescimento **mínimo** dos principais setores se situa, em geral,

GRAFICO III

PERSPECTIVAS DO PRODUTO INTERNO BRUTO

MUDANÇA DE TRAJETÓRIA NA DÉCADA DOS 70

PIB EM Cr\$ BILHÕES DE 1970



QUADRO II
CRESCIMENTO MÍNIMO POR SETORES (%)
1969/1973

SETORES	TAXA MÉDIA ANUAL			
	1950/1961	1962/1966	1966/1969	1969/1973
INFRA-ESTRUTURA	7,9	4,6	9,3	9/10
Transportes — Comunicações	8,1	4,4	9,4	8/10
Energia Elétrica	7,2	5,9	9,1	10/11
PRIMÁRIO (Vegetal-Animal)	4,7	3,1	4,4	6/8
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL	9,5	3,0	8,8	9/11
CONSTRUÇÃO CIVIL	6,1	-4,5	10,9	7/9
OUTROS SERVIÇOS	7,3	3,0	7,4	7/9
PIB	7,1	3,1	7,4	7/9

Fonte dos dados até 1969: FGV (Contas Nacionais)

muito além do observado na década de 60 e mesmo na década de 50. Cabe destacar: a Agricultura, com a taxa mínima esperada de 6 a 8% ao ano; a Indústria de Transformação (inclusive Extrativa Mineral), com 9 a 11%; a Infra-Estrutura, com 9 a 10%; e a Construção (inclusive Materiais de Construção), com 7 a 9%.

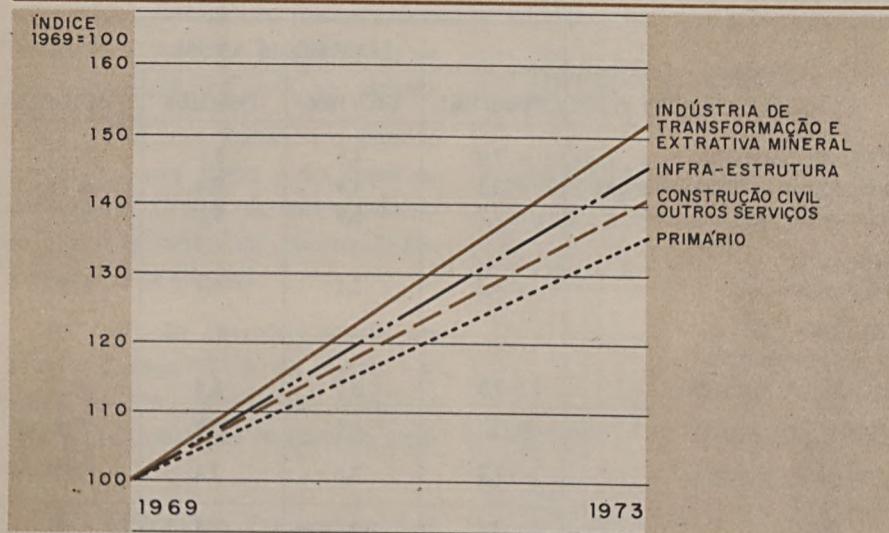
V — Expansão dos fatores básicos do crescimento do PIB, sem falar nas metas relativas a aumento do emprégo já mencionadas, mediante:

- Elevação progressiva do investimento da média recente de 15 a 16% para mais de 18%, até 1975 (a preços de 1953).
- Contribuição ao progresso tecnológico, em nível superior ao observado na última década.
- Ampliação das importações de mercadorias, principalmente de bens de capital e matérias-primas industriais, de 7 a 9% ao ano. Para evitar aumento rápido do endividamento externo e tendo em vista o nível do serviço da dívida já existente, necessidade de expansão da receita das exportações pelo menos à taxa média de 7 a 10% ao ano, de modo a financiar parcela crescente das importações.

GRÁFICO IV

EXPANSÃO DO PIB A 9% AO ANO

Crescimento por Setores



Progresso Social e Distribuição de Renda

O Programa de Integração Social já foi apresentado como conquista básica, destinada a proporcionar a participação dos trabalhadores no produto nacional. Além desse instrumento, o objetivo de efetivar o progresso social mediante distribuição de renda mais equânime, sem prejuízo da aceleração do desenvolvimento, deve ser considerado sob vários aspectos.

Em primeiro lugar, as elevadas metas de crescimento permitirão aumento muito mais rápido da disponibilidade geral de bens e serviços para todas as categorias sociais. Além disso, a política salarial em execução assegura, pela incorporação dos aumentos de produtividade e em face do crescimento previsto, substancial aumento do salário médio real (ou seja, descontada a inflação) das diferentes categorias de trabalhadores, aumento real calculado entre 3 e 4%, anualmente. Tais benefícios são permanentes e efetivos e não baseados em ilusórios aumentos nominais de salários, que depois se deteriorariam pela inflação acelerada.

Ampliar-se-ão, igualmente, até para os que já possuem ocupação, as oportunidades de trabalho, em decorrência do aumento do emprego nas áreas rurais e urbanas.

Em segundo lugar, a política fiscal progressiva realizará a redistribuição da riqueza por meio do impôsto de renda e dos impostos indiretos.

Em terceiro lugar, novas transferências de renda e de riqueza, em favor das classes de mais baixo nível, efetivar-se-ão mediante política de atendimento das necessidades básicas da família brasileira no tocante à alimentação, educação, saúde e habitação, a ser exposta, sob a forma de medidas concretas e de projetos específicos, quando se focalizar a ação setorial do Governo. Em particular, o grande impulso tomado pelo setor Educação deverá constituir forma poderosa de elevação da renda real das classes média e trabalhadora, no presente e, principalmente, em futuro próximo.

Em quarto lugar, o desenvolvimento do mercado de capitais democratizará a propriedade do capital e levará o benefício de juros e dividendos a faixas progressivamente maiores da população.

Em quinto lugar, prover-se-á assistência, notadamente pelo sistema de crédito, à pequena e média empresa nacional, nos setores onde puder operar com eficiência satisfatória.

Finalmente, executar-se-á definida política de valorização de certas categorias sociais de particular significação para o desenvolvimento econômico e social, tais como: o magistério de nível primário, médio e superior; os estudantes, pela participação na universidade e nos programas de desenvolvimento; o funcionalismo público, notadamente em certas categorias prioritárias; os profissionais jovens, pela ampliação de oportunidades de colocação, inclusive por meio de programas regionais e nacionais de interiorização de técnicos.

Metas Estratégicas

Nas áreas prioritárias, são definidas as metas estratégicas constantes do Quadro III, considerando-se indicativas aquelas referentes aos setores de responsabilidade da iniciativa privada. Nas Partes II e III, tais metas serão integradas nos respectivos programas setoriais. (*)

(*) As metas estratégicas apresentadas harmonizam, na medida do possível, os programas de dispêndios e investimentos setoriais, o elenco de projetos prioritários e as perspectivas de crescimento dos setores. Estas últimas, por sua vez, são compatíveis com os investimentos setoriais e com a taxa de crescimento global. Para o exercício de consistência geral, considerou-se modelo macroeconômico na linha do utilizado para o "Programa Estratégico".

O enunciado dessas metas evidencia a nova dimensão que a Revolução deu ao Brasil. Apenas a título de ilustração:

— O número de matrículas, nos níveis de ensino médio e superior em 1963, era de respectivamente, 1.710.000 e 124.000; a previsão para 1973 é de 6.090.000 e 580.000, ou seja, aumentos de 256% e 368%; só no mandato do atual Governo a população escolar vai, virtualmente, dobrar nos níveis médio e superior.

— A produção de aço foi de 2.800.000 t em 1963, e deverá elevar-se para 7.700.000 t em 1973 (aumento de 175%); a produção de veículos foi de 174.000 unidades em 1963 e não deverá ser inferior a 518.000 em 1973 (aumento de 200%).

— A capacidade de geração de energia elétrica, que era de 6.350 mil kW em 1963, deverá ascender a 15.900 mil em 1973 (+ 150%). Para rodovias pavimentadas os números são de 11.400 km e 31.760 km, respectivamente (+ 180%).

No período 1970/1973, os avanços excepcionais que a Revolução já vinha realizando principalmente nos setores da Energia, Transportes, Comunicações e Habitação, não sómente continuarão, como alcançarão, ainda, o campo da Educação, Saúde, Saneamento, Agricultura, Mineração, Indústrias Básicas, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional, segundo revelam as metas do Quadro III.

Estratégia de Desenvolvimento

Para que se assegure a rápida aceleração do crescimento, com caráter autossustentável, no próximo estágio, será necessário desenvolver uma estratégia global de desenvolvimento, de que decorrem, orgânicamente, uma estratégia industrial e uma estratégia agrícola, na forma seguinte:

I — Promoção de ESTRATÉGIA GLOBAL (*) caracterizada essencialmente por:

— Objetivação de um desenvolvimento mais integrado, ou seja, menos dependente de um só setor — a indústria — e de um só fator dinâmico — o processo

(*) Como é natural, um país em desenvolvimento e que se moderniza como o Brasil, deverá realizar esforço substancial de conciliar a modernização tecnológica de segmentos da atividade agrícola e industrial com a aceleração do aumento do emprégo de mão-de-obra e com a política de desenvolvimento voltada para a expansão do mercado interno. Aquela conciliação exigirá, antes de tudo, a preservação de taxas de crescimento do PIB acima de 7%, a seleção de setores, na área urbana, para absorção maciça de mão-de-obra (como o de construção) e a continuação da ampliação da fronteira agrícola, na zona rural, além de políticas destinadas especificamente a qualificar e aumentar as oportunidades de utilização de mão-de-obra.

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
1) EDUCAÇÃO			
Ensino Primário:			
— N.º de matrículas (milhares)	12.780	16.440	29
— Taxa de escolarização real (*)	72%	80%	—
Ensino Médio: n.º de matrículas (milhares):			
— Ciclo ginásial	2.690	4.240	58
— Ciclo colegial	950	1.850	95
Ensino Superior:			
— N.º de matrículas (milhares)	320	580	81
— Docentes em regime de tempo integral	1.900	6.000	216
— Docentes em regime de turno completo (**)	—	4.000	—
Alfabetização: n.º de analfabetos entre 15 e 35 anos (milhares) ...	7.000	3.500	— 50 (***)
Preparação de mão-de-obra industrial (número de trabalhadores treinados no ano)	80.000	155.000	94
Dispêndios públicos no setor (Cr\$ milhões de 1970)	4.474	7.848	75
Dispêndios federais no setor (Cr\$ milhões de 1970)	1.560	2.600	67
2) SAÚDE E SANEAMENTO	Ocorrências locais ou generalizadas	Erradicadas	
Combate a endemias — malária, varíola, febre amarela			—
Integração de serviços — unidades sanitárias locais	190	600	216
Abastecimento de água — população urbana servida (em milhares)	25.340	45.340	79
Esgotos Sanitários — população urbana servida (em milhares)	13.416	20.637	54

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
3) AGRICULTURA-ABASTECIMENTO			
● Exportações de produtos agropecuários não tradicionais prioritários (além da carne (em mil t):			
— Milho	640	2.000	213
— Arroz	41	200	388
— Soja	308	500	62
— Madeiras	800	1.200	50
— Algodão (pluma)	400	600	50
● Desenvolvimento tecnológico:			
— Consumo de fertilizantes (em 1000 t. de nutrientes)			
Nitrogenados	145	330	128
Fosfatados	270	540	100
Potássicos	184	360	96
— Mecanização (tratores em operação) ..	80.000	120.000	50
— Irrigação (área irrigada, em hectares) ..	400.000	600.000	50
● Abastecimento — Centrais de abastecimento:			
Construídas (primeira etapa)	2	8	300
Projetadas	—	5	—
● Armazenagem — capacidade estática (em milhões t)	16	20	25
4) DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO			
● Dispêndios em projetos prioritários (Plano Básico) (Cr\$ milhões de 1970)	187	292	56
● Dispêndios com pesquisa de minerais atômicos (Cr\$ milhões de 1970)	7	34	386

OS GRANDES NÚMEROS D

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
5) INDÚSTRIAS BÁSICAS			
● Siderurgia e Metalurgia (produção, em mil t):			
— Aço (capacidade)	5.200,0	7.700,0	48
— Alumínio	43,6	115,0	164
— Zinco	3,6	30,0	733
— Estanho	1,7	3,8	124
— Cobre	3,5	40,0	1.043
● Química (produção, em mil t):			
— Soda cáustica e barrilha	173,9	429,0	147
— Ácido sulfúrico	464,2	1.270,0	174
— Elastômeros	61,7	78,0	26
— Plásticos	115,2	320,2	178
— Fertilizantes (nutrientes)	145,6	731,0	402
● Mecânica e elétrica (produção, em mil t) ..	1.196,0	1.718,0	44
● Cimento (produção, em mil t)	7.820,0	11.415,0	46
6) MINERAÇÃO			
● Produção (em milhões de 1970)	2.150	4.300	100
● Exportação de bens minerais (em US\$ milhões)	200	450	125
— Exportação de minério de ferro (em mil t)	20.500	50.000	144
— Exportação de "pellets" (em mil t)	—	5.000	—
7) ENERGIA ELÉTRICA			
● Potência instalada (em mil kW)	10.137	15.900	54
● Consumo (em milhões de kWh)	31.516	47.843	52

III GOVERNO DA REVOLUÇÃO

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
8) PETRÓLEO			
● Capacidade de refino (em mil barris)	149.474	262.836	76
● Investimentos em exploração e desenvolvimento (em Cr\$ milhões de 1970)	414,0	1.030	149
9) RODOVIAS			
● Rede pavimentada federal (em km)	21.757	31.760	46
10) NAVEGAÇÃO			
● Capacidade da Marinha Mercante (em TDW):			
— Longo curso	1.026.112	2.076.542	102
— Petroleiros	696.238	861.888	24
— Ganeleiros, navios frigoríficos, navios- tanques	174.136	695.166	300
11) COMUNICAÇÕES			
● Sistema nacional de microondas (Troncos, em km)	4.940	11.489	130
— Troncos em tropo-difusão (em km)	—	5.105	—
● Rede interurbana da CTB — n.º de circuitos	6.954	18.554	167
● Rede urbana da CTB (n.º de terminais, em milhares):			
a) Estado da Guanabara	314	481	55
b) Estado de São Paulo	433	615	42
c) Estado de Minas Gerais	69	107	55
d) Total da rede urbana (inclusive Estados do Rio e Espírito Santo)	827	1.309	58

METAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS⁽¹⁾

SETORES	Situação em 1969	Meta para 1973	Aumento (%)
12) HABITAÇÃO			
● Unidades residenciais construídas no ano pelo Sistema Financeiro da Habitação (BNH)	94.000	209.000	122
13) TRABALHO E PREVIDÊNCIA			
● Benefícios da Previdência Social (INPS) (Cr\$ milhões de 1970)	5.256	7.696	46
14) INCENTIVOS FISCAIS REGIONAIS (****)			
● Região Nordeste (Cr\$ milhões de 1970) ..	609,5	940,0	54
● Região Amazônica (Cr\$ milhões de 1970) ..	205,0	375,0	83
15) TRANSFERENCIAS DA UNIÃO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS			
● Fundo de Participação e Fundo Especial (Cr\$ milhões de 1970)	1.291	1.895	48
● Recursos vinculados (impostos únicos: combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, mineração)	1.202	1.724	44

(1) — As metas indicam ordens de magnitude. Quanto ao setor público, são, em geral, valores mí nimos a serem alcançados; para o setor privado, têm sentido meramente indicativo, como perspectiva de crescimento do setor, em face dos incentivos aprovados.

(*) Proporção de matrículas na população em idade escolar (7 a 11 anos)

(**) Regime a ser implantado a partir de 1970

(***) A taxa negativa exprime a redução prevista do analfabetismo

(****) Inclusive o Programa de Integração Nacional.

de substituição de importações — do que foi o período de pós-guerra. Isso significa, particularmente no Centro-Sul, a integração de um desenvolvimento industrial acelerado com um crescimento mais rápido da agricultura que na fase anterior, para permitir uma expansão complementar de demanda nos dois setores, simultaneamente, capaz de sustentar o aumento do PIB no ritmo programado de pelo menos 7 a 9% ao ano.

— A construção de uma sólida estrutura educacional, científico-tecnológica e industrial, como base do progresso na sociedade moderna e democrática. Isso permitirá o melhor aproveitamento possível do fator básico de desenvolvimento constituído pelos recursos humanos do País.

— A consolidação do esforço realizado no período 1964/1969 quanto à infra-estrutura econômica de Energia, Transportes e Comunicações.

— Na dimensão regional, expansão da fronteira econômica nacional, principalmente em relação ao Planalto Central, vales úmidos do Nordeste e, progressivamente, à Amazônia, para tirar proveito da dimensão continental do País, ampliando o mercado interno pela incorporação de novas áreas e, simultaneamente, pela melhor utilização da mão-de-obra abundante.

— Nas áreas urbanas e rurais, incorporação de uma estratégia de absorção de núcleos de baixa produtividade na economia, de forma compatível com a aceleração do crescimento global.

II — Execução de Estratégia Industrial:

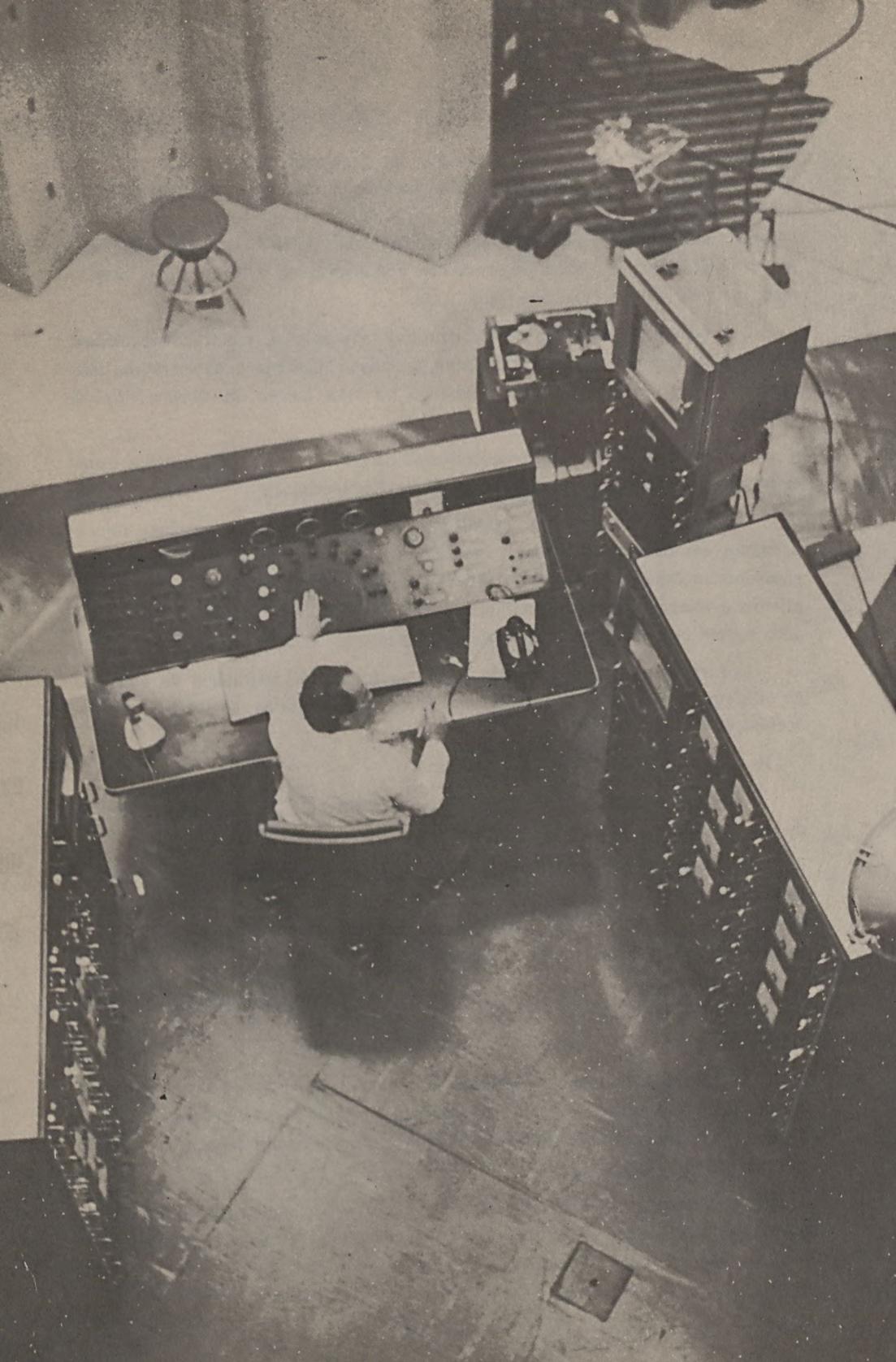
— capaz de impulsionar a indústria nacional para um crescimento médio de 9 a 11% ao ano, em comparação com menos de 5% no período 1962/1966;

— destinada a diversificar as fontes de dinamismo industrial, no sentido da expansão do mercado interno e da promoção de exportações, além da substituição de importações, ainda significativa em setores como as indústrias Químicas, de Metais Não-Ferrosos, Indústria Eletrônica, etc.;

— destinada a permitir o ingresso do Brasil na nova Revolução Industrial, de forma seletiva, sem prejuízo da consecução da meta global de expansão do emprêgo;

— de fortalecimento das indústrias tradicionais, importantes para o início de criação de um mercado de massa e pela sua contribuição ao emprêgo de mão-de-obra, mas que vêm apresentando crescimento insuficiente (abaixo de 1% ao ano, no período 1962/1968).

III — Execução de Estratégia Agrícola capaz de assegurar taxas de crescimento mínimas entre 6 e 8% ao ano, através das linhas de ação a serem desenvolvidas adiante.



Grandes Prioridades

Está na essência do projeto nacional, no próximo estágio, a seleção, dentre as principais áreas estratégicas, de quatro grandes prioridades, tendo em vista a construção de forte estrutura educacional, científico-tecnológica e industrial, e considerando o desenvolvimento mais integrado objetivado pela estratégia definida.

As grandes prioridades nacionais, para o período 1970/1973, serão:

I — REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO E ACELERAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE E SANEAMENTO.

II — REVOLUÇÃO NA AGRICULTURA-ABASTECIMENTO.

III — ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

IV — FORTALECIMENTO DO PODER DE COMPETIÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL.

Fortalecimento do Poder de Competição da Indústria Nacional

Tendo em vista a sua estreita articulação com a estratégia de desenvolvimento, a ação de Governo para o fortalecimento do poder de competição da indústria nacional é apresentada a seguir, enquanto as outras três grandes prioridades, pelo seu caráter setorial, figuram na Parte II.

O Governo implantará política industrial definida, objetivando a viabilidade da indústria nacional. Essa viabilidade depende, essencialmente, de fortalecer-se o poder de competição da indústria nacional, entendido êste como aptidão para produzir, com capacidade de afirmar-se em setores escolhidos, sem a preocupação de ser produtor efetivo de todas as coisas. Aquela forte capacitação geral para o desenvolvimento industrial, pelo amplo "know-how" técnico e pela capacidade gerencial, permitirá, em qualquer eventualidade, substituir importações em algum estágio que normalmente se considere antieconômico para a produção nacional. Igualmente, promover-se-á a instituição de um eficiente mecanismo de transferência, à indústria, das tecnologias obtidas nos Institutos de Pesquisas e Desenvolvimento.

O elenco de definições e realizações programados é o seguinte:

I — Consoante a orientação da Política de Fortalecimento da Empresa Privada, principalmente nacional, CONSOLIDAÇÃO DO PODER DE COMPETIÇÃO DA

INDÚSTRIA NACIONAL, através das seguintes principais linhas de ação, em boa medida já em fase de execução:

— Definição dos ramos industriais prioritários para a promoção de exportações, a expansão do mercado interno e a substituição de importações, adotando as medidas necessárias para fortalecê-los e assegurar-lhes poder de competição, sem agravamento da subutilização de capacidade.

— Definição dos setores intensivos de tecnologia (exemplo: Indústrias Químicas, Indústria Aeronáutica, Indústria Siderúrgica, Indústria Eletrônica) que o País possa desenvolver, racionalmente, para participar da nova Revolução Industrial. Examinar as perspectivas de evolução tecnológica dos demais ramos industriais, para considerar sua compatibilização com a política de expansão do emprêgo.

— Políticas monetária, de crédito (capital fixo e de giro) e fiscal compatíveis com o fortalecimento do poder de competição da empresa nacional, inclusive pela preservação de nível adequado de taxa de juros, e pela expansão do sistema de fundos de desenvolvimento já criados (FINAME, FIPEME, FINEP, etc.).

— Maior acesso da empresa nacional ao mercado interno de capitais, pela expansão e diversificação dêste; maior acesso às fontes internacionais de crédito, assegurando-se-lhe condições semelhantes às da empresa estrangeira; apoio para efeito de associação com capitais externos quando conveniente.

— Política de Insumos Industriais Básicos, para resolver problemas da alcada do Governo, segundo a orientação que teve grande ênfase após 1967: preço e oferta adequada de energia elétrica, transportes, comunicações, óleo combustível, aço, sal, carvão, álcool, borracha, cimento, enxôfre.

II — Fortalecimento do aparelhamento institucional do Governo para execução da política industrial, na linha dos recentes atos legais de reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e do Conselho de Política Aduaneira (CPA). Quanto ao primeiro, estabelecer mecanismos de coordenação da atuação dos Grupos Executivos e fazer com que êles funcionem dentro de programas plurianuais de trabalho e com critérios específicos para os diversos ramos industriais; promover sistema de acompanhamento da implantação dos projetos para cada ramo industrial. Quanto ao segundo, completar e transformar em normas efetivas de política de Governo, em articulação com os órgãos de planejamento governamental, os estudos de níveis de tarifação efetiva, de modo a orientar a decisão de casos concretos, dentro de uma política de proteção adequada e eficiente.

III — Na área de utilização dos instrumentos específicos de desenvolvimento industrial, adoção dos seguintes critérios básicos:

— No caso de setores novos, adoção de escalas mínimas eficientes; fixação de tarifas alfandegárias e de esquema de componente importado dentro de limites que não signifiquem abrir mão do poder de competição internacional.

— Garantia de proteção adequada à indústria nacional, neutralizando eventuais práticas de "dumping"; adotando limites máximos para as alíquotas de tarifas e evitando a proteção excessiva que perpetue preços elevados para o consumidor interno; e observando, em geral, a orientação de redução gradual da alíquota da tarifa, no longo prazo, com horizonte definido.

— Em geral, dentro de programas graduais, adaptação dos critérios de aplicação do "similar nacional" e da política de componente importado à orientação de progressiva redução de custos de produção e aumento do poder de competição nacional, nos setores que ainda não alcançaram níveis razoáveis de eficiência, sem perder de vista o imperativo de evitar o agravamento da possível subutilização de capacidade.

IV — Na área de utilização dos instrumentos gerais para o fortalecimento da empresa privada, principalmente nacional, adotar-se-ão as seguintes providências concretas (além das políticas, a serem detalhadas, no Capítulo V, tendentes a evitar flutuações bruscas no nível de liquidez do sistema; a reduzir a taxa de juros; a consolidar o sistema de crédito a médio prazo; e a reverter a tendência à estatização):

— Estabelecimento, já efetivado, de nova faixa especial de crédito para a pequena e média empresas.

— Criação, junto ao BNDE, do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, o qual permitiria realizar, principalmente na área das Indústrias Tradicionais: fusões e incorporações de empresas, nas áreas de maior intensidade das economias de escala; reorganização administrativa ou técnica de empresas; associação de empresas para comercialização, promoção comercial no País e no exterior, etc.; especialização de empresas em estágios de produção ou em menor número de produtos, para evitar a integração vertical prematura ou a excessiva diversificação da linha de produtos; programas de reequipamento, em setores e regiões selecionadas.

— Estabelecimento de novas faixas de crédito a médio prazo, inclusive para complementação de estruturas industriais e sua colocação dentro do objetivo de progressivamente reduzir a dependência da empresa em relação ao desconto de duplicatas, com a criação do crédito à empresa.

— Criação de mecanismos de crédito a longo prazo junto a bancos de investimento privados, inclusive com recursos externos.

— Intensificação da atuação do BNDE no fortalecimento da emprêsa privada (além do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial) mediante execução, em 1970, de programa de financiamentos em que cerca de Cr\$ 900 milhões se destinam ao setor industrial. O BNDE deixa de ser o Banco da infra-estrutura, para ser o Banco das grandes prioridades do Governo, principalmente quanto à área privada. Além disso, ampliação dos esquemas da FINAME, do FIPEME e do FUNGIRO, que será expandido para atender melhor à área privada.

— Adoção de medidas especiais de amparo ao empresário nacional, inclusive mediante financiamento e estímulos à pesquisa científica e tecnológica, em setores, como o da Indústria Farmacêutica, em que se faça necessário fortalecer a sua posição, para dar-lhe condições de crescimento satisfatório.

— Preferência às empresas nacionais, nas operações de crédito dos estabelecimentos oficiais, principalmente sob a forma de atendimento à pequena e média emprêsa.

— Promoção de uma política de transferência da pesquisa tecnológica nacional para a indústria, de modo a concretizar em têrmos reais a elaboração científico-tecnológica nacional.

integração nacional e integração social

IV

A construção da sociedade desenvolvida, no Brasil, exige, além da consolidação do núcleo progressista industrial-agrícola do Centro-Sul, um esforço de integração em duas dimensões: a dimensão regional, pelo Programa de Integração Nacional, e a dimensão social, pelo Programa de Integração Social.

Programa de Integração Nacional

Ligado ao desenvolvimento regional integrado, ainda que de manifesto interesse para todo o País, é o Programa de Integração Nacional, instituído pelo Decreto-lei n.º 1106/70, com investimentos de Cr\$ 2 bilhões na primeira fase (1971/1974) e que, entre outros objetivos, se propõe a:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis.
- 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões.
- 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável.
- 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste.
- 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul.

6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à auto-sustentação e realizar as metas de desenvolvimento programadas.

Os projetos prioritários da primeira fase do Programa de Integração Nacional são, principalmente:

a) a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá—Santarém, cuja primeira etapa é estimada em Cr\$ 350 milhões (ver descrição no Programa de Transportes);

b) o plano de colonização associado às citadas rodovias;

c) a primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste; programas de colonização de vales úmidos do Nordeste.

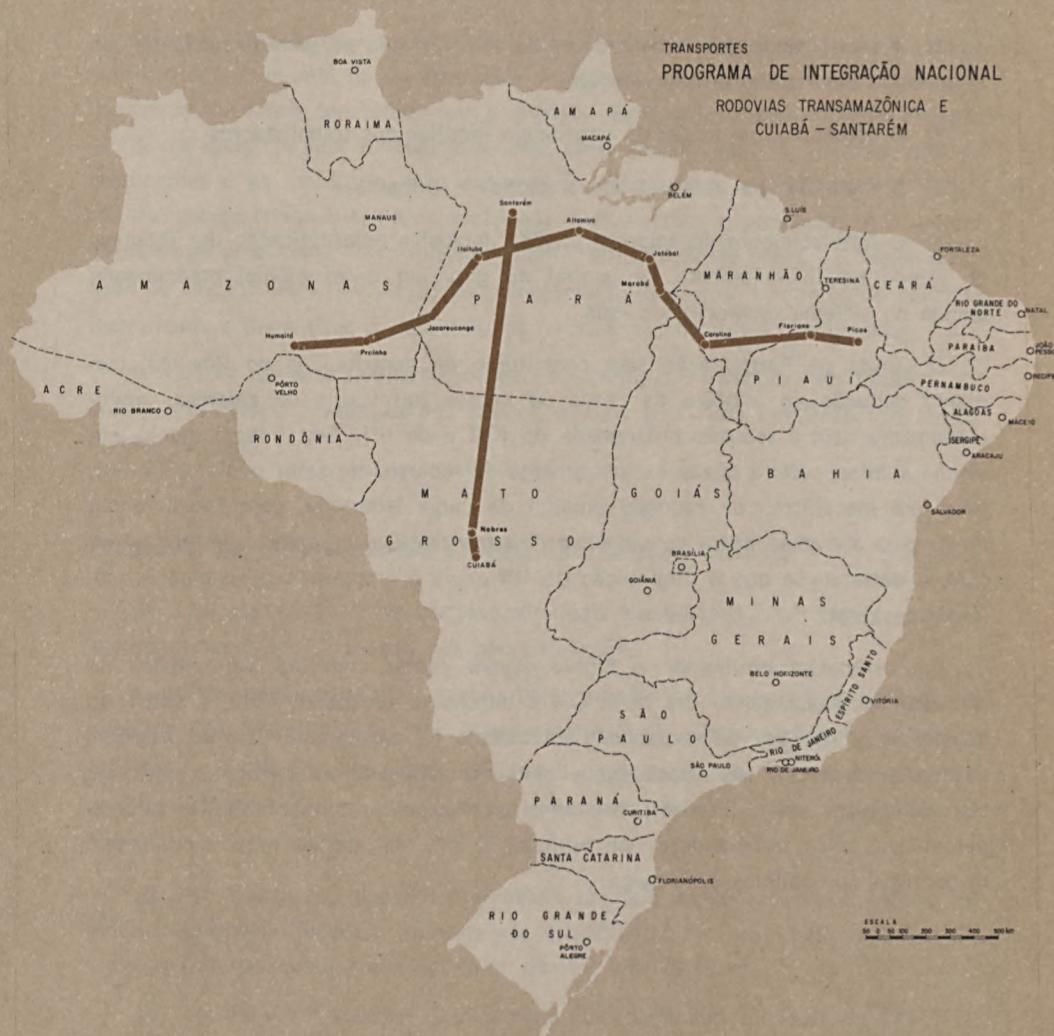
O programa será financiado com 30% dos incentivos fiscais da SUDENE, SUDAM, Pesca, Reflorestamento e Turismo. Sem embargo, o Nordeste, pelo próprio PIN (Plano de Irrigação, principalmente) e por outros programas novos que o Governo Federal implantará na região, receberá investimentos adicionais da ordem de Cr\$ 1 600 a Cr\$ 1 800 milhões, bem acima do valor de sua contribuição para o PIN, estimada em Cr\$ 1 200 milhões. Será dada garantia de continuidade ao esforço de industrialização e de execução plena aos programas do BNB e BASA, com crescimento real de suas aplicações a taxas satisfatórias.

Parte essencial e importante do Programa de Integração Nacional é o seu Plano de Colonização, acima mencionado.

Na forma já indicada no Decreto-lei 1.106/70, uma faixa de terra de até dez quilômetros, de cada lado das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, será reservada para colonização e reforma agrária. Em cada um dos canteiros centrais das obras das próprias estradas serão instalados núcleos de colonização contendo: escola primária, posto de saúde, igreja, escritório do Banco do Brasil, posto de comunicações e posto do Ministério da Agricultura. O processo de assentamento das famílias será espontâneo, vinculando-se a posterior titulação das terras à ocupação efetiva. Está prevista a futura integração da iniciativa privada no Programa, mediante o estabelecimento de incentivos fiscais para projetos privados de colonização na área de influência das estradas, a ser definida na regulamentação. Prevê-se, ainda, a utilização dos recursos do Programa na intensificação de investimentos nos Institutos Agronômicos de Belém e Recife, com vistas à realização de experimentação agrícola nas regiões beneficiadas, dirigidas especialmente para a produção de alimentos.

TRANSPORTES
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

RODOVIAS TRANSAMAZÔNICA E
CUIABÁ - SANTARÉM



ESCALA
50 0 50 100 200 300 400 500 KM

Programa de Integração Social

O Programa de Integração Social, recentemente estabelecido por Lei Complementar, constitui importante instrumento de formação, no Brasil, de uma sociedade econômicamente aberta, tendo por objetivos principais:

- 1) A participação dos trabalhadores do setor privado no produto nacional, sob a forma de um Fundo de Participação.
- 2) O estímulo à formação do patrimônio familiar dos trabalhadores.
- 3) A melhoria das relações entre capital e trabalho.
- 4) O fortalecimento da emprêsa privada, inclusive pela aplicação dos recursos do Fundo no financiamento de capital de giro, em prazo médio, preenchendo lacuna no sistema financeiro do País.

O Fundo de Participação será constituído de contribuição do Governo, mediante dedução do impôsto de renda da pessoa jurídica, e da emprêsa, simultaneamente com a redução programada do ICM e do IPI. Seu financiamento, em última análise, provirá quase exclusivamente de recursos do setor público. Cria-se, pois, um mecanismo de redução gradual da carga tributária, com transferência direta para a grande massa consumidora da parte relativa ao impôsto de renda e ao ICM, e deixando-se que a diminuição do IPI alivie a emprêsa e o sistema econômico em geral.

Em estimativa preliminar, o Fundo deverá contar com Cr\$ 500 milhões no primeiro ano, alcançando Cr\$ 1,5 a Cr\$ 2 bilhões (a preços de 1970) a partir do quarto ou quinto ano de operação. Para cálculo da participação dos empregados nesse fundo global, não associado a nenhuma emprêsa em particular, 50% de seu valor total serão divididos em partes proporcionais ao montante de salários percebidos pelos trabalhadores no período, e 50% em partes proporcionais aos respectivos quinquênios de serviço.

ação para o desenvolvimento

V

Segundo a concepção moderna, do Estado promotor do desenvolvimento, vai-se definir a ação concreta do Governo para desempenho das importantes funções que lhe cabem, de forma compatível com a reversão da tendência à estatização: atuação direta no exercício das funções públicas; participação, em boa medida, nos investimentos e na produção, nos setores de infra-estrutura econômica e social; apenas excepcionalmente, participação nos investimentos e produção, nos "setores diretamente produtivos" com função pioneira; em relação às áreas de responsabilidade do setor privado, realização de planejamento indicativo, definição de políticas instrumentais (incentivos e desestímulos) e exercício de função reguladora.

A ação de Governo será apresentada no tocante aos investimentos públicos em áreas estratégicas, à atuação dos bancos oficiais e ao uso integrado dos instrumentos de ação.

Programa de Investimentos e Ação dos Bancos Oficiais

São as seguintes as realizações principais programadas, no tocante aos investimentos públicos e à ação dos bancos oficiais:

I — Sem aumento de ônus para o setor privado, promover-se-á a execução de programa de investimentos, em áreas estratégicas, substancialmente acima da média de quadriênios anteriores, consoante os seguintes valôres globais, para o período 1970/1973 (a preços de 1970, ou seja, em valôres de poder aquisitivo constante):

- Na Educação, dispêndios globais nacionais de Cr\$ 26 000 milhões e dispêndios públicos (federais, estaduais e municipais) de Cr\$ 23 900 milhões. Na área de Ciência-Tecnologia, dispêndios de Cr\$ 1 470 milhões.
- Na área de Saúde e Saneamento, investimentos públicos de Cr\$ 11 300 milhões.
- Em Agricultura-Abastecimento, aplicações federais de Cr\$ 12 000 milhões, inclusive fundos associados a assistência técnica e mudança tecnológica (mas exclusive financiamento de custeio pela CREA e outros órgãos).

- No setor Industrial (com elevada participação do setor privado), investimentos previstos de Cr\$ 18 500 milhões, sendo de ressaltar: Siderurgia, Cr\$ 4 600 milhões; Indústria Química, Cr\$ 4 000 milhões; Indústria Mecânica, Elétrica e Eletrônica, Cr\$ 3 600 milhões.
 - Em Mineração, investimentos de Cr\$ 4 400 milhões (governo e setor privado). Em Pesquisa de Recursos Minerais, aplicações federais de Cr\$ 750 milhões (exclusive dispêndios da PETROBRÁS).
 - Em Energia Elétrica, investimentos de Cr\$ 11 700 milhões (inclusive os principais programas dos Estados e do setor privado). Em Petróleo, investimentos de Cr\$ 6 830 milhões.
 - Em Transportes, investimentos federais de Cr\$ 10 870 milhões. Em Comunicações, investimentos federais de Cr\$ 3 500 milhões.
 - Em Habitação, investimentos de Cr\$ 13 500 milhões por intermédio do Sistema Financeiro da Habitação.
 - Na Previdência Social, pagamento de benefícios da ordem de Cr\$ 26 800 milhões, inclusive dispêndios em assistência médica.
 - Em Desenvolvimento Regional, investimentos governamentais no Nordeste e na Amazônia da ordem de Cr\$ 4 600 milhões e Cr\$ 940 milhões, respectivamente; incentivos fiscais do impôsto de renda na importância de Cr\$ 3 760 milhões e Cr\$ 1 500 milhões, respectivamente (inclusive o Programa de Integração Nacional).
 - Além disso, transferências de Cr\$ 13 000 milhões para Estados e Municípios em todo o País, pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios, o Fundo Especial e fundos vinculados (Fundo Rodoviário, Fundo de Eletrificação, etc.).
- Assinale-se que, no período correspondente ao III Governo da Revolução, irá o setor público brasileiro despeser em Educação, em termos reais, mais do triplo do que foi gasto no quadriênio anterior à Revolução.
- II — Atuação dos Bancos Oficiais — compreendendo o Banco Central (fundos especiais), o Banco do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo — de modo coordenado, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional.

Em termos globais, as entidades citadas deverão proporcionar, no período, um volume **adicional** de crédito de pelo menos Cr\$ 19 400 milhões (a preços de 1970), sendo Cr\$ 5 200 milhões em 1970 e Cr\$ 14 200 milhões de 1971 a 1973 (valores que já incluem parte das aplicações anteriormente indicadas para a Agricultura e Indústria, principalmente).

Instrumentos de Ação

A utilização integrada das principais políticas instrumentais terá por objetivo principal a implementação da estratégia de desenvolvimento, a reversão da tendência à estatização e o fortalecimento da empresa privada. Realizada a enumeração mais pormenorizada das medidas específicas de fortalecimento da empresa nacional no Capítulo III, cabe realçar as principais linhas de atuação e as realizações programadas no tocante ao uso dos mais importantes instrumentos de ação, como segue:

I — Execução da política fiscal e orçamentária com base nas seguintes definições e providências:

— Vedação de qualquer elevação da alíquota de impostos; prosseguimento do esforço de progressiva liberalização tributária, observada a situação do Tesouro (a exemplo das reduções em curso no ICM e no IPI).

— Remanejamento dos prazos de recolhimento dos impostos federais e estaduais (principalmente IPI e ICM), de forma a adequá-los aos prazos médios de venda.

— Proibição de admissões no serviço público (mesmo sob a forma de pagamento mediante recibo), aperfeiçoando-se o controle dessa determinação por meio do Cadastro Geral de Pessoal, já instituído junto ao DASP.

— Manutenção de **deficit** de caixa do Tesouro (na parcela financiada inflacionariamente) abaixo de 1% do PIB, como já se fêz em 1969 e segundo está programado para 1970 e 1971.

— Aperfeiçoamento do controle de contenção de dispêndios públicos, sobre tudo daqueles de caráter burocrático-administrativo.

— Sistema de entrega automática das dotações incluídas na programação financeira, como se tem feito de 1969 para cá.

II — Execução da política monetária e de crédito, de acordo com êstes critérios:

— Manutenção de níveis adequados de liquidez do setor privado, durante o processo de expansão, evitando-se as alternâncias de controle excessivamente rígido e de liberalização alimentadora da inflação de demanda.

— Política de redução progressiva da taxa de juros nominal, à medida que declina a taxa de inflação.

— Aperfeiçoamento das operações de "mercado aberto", como instrumento de regulagem da liquidez do sistema, para uma evolução isenta de crises.

III — Consolidação do patrimônio representado pelo grande avanço realizado no mercado de capitais após 1964, quanto à criação de instrumentos imunes à inflação e de novas instituições e, outrossim, quanto ao fortalecimento das bolsas de valores. Apoio à montagem do Mercado Nacional de Títulos.

Na condução dessa política, adotar-se-ão estas diretrizes:

— Delimitação das áreas de financiamento, entre os bancos de investimento e as financeiras, segundo a orientação em vigor.

— Aperfeiçoamento da sistemática do Decreto-Lei 157, inclusive com sua extensão, já efetivada, ao impôsto de renda pago na fonte.

— Aperfeiçoamento da regulamentação da abertura de capital das empresas, com o duplo objetivo de melhorar a estrutura financeira do sistema empresarial e intensificar a participação do público em geral no mercado investidor de ações.

— Consolidação do sistema oficial de crédito a médio e longo prazos. Criação de mecanismos de crédito a médio e longo prazos no sistema financeiro privado.

— Aperfeiçoamento dos órgãos normativos e de fiscalização do sistema. Estabelecimento de estreita colaboração entre as Autoridades, os órgãos de classe na área financeira e as principais entidades do setor, para efeito de fortalecimento da confiança do público no sistema.

— Nova legislação para constituição e funcionamento das sociedades anônimas.

IV — Execução de política definida em relação à cooperação econômica externa, com base no programa nacional de desenvolvimento e ênfase nos seguintes pontos:

● Oportunidade de acesso à expansão de mercados, representada pelo crescimento da renda do mundo desenvolvido, inclusive com a implementação do Mecanismo de Consulta e Negociação entre a América Latina e os Estados Unidos, criado pela VIII Reunião Extraordinária do CIES, para tornar efetivo o princípio do *status quo*.

● Na área de financiamento, tomada de decisões consequente à posição latino-americana de que a cooperação financeira internacional tem sido insuficiente, incerta e vinculada. Em particular, será importante obter definições claras sobre a ordem de magnitude da futura cooperação financeira internacional, principalmente a proveniente dos Estados Unidos; sobre a sua elevação progressiva para alcançar determinado limite mínimo; sobre o abrandamento das condições de prazos e juros; e sobre a sua programação plurianual. E efetivar a criação de um fundo de nivelamento da taxa de juros, para estabelecer um limite máximo à taxa paga a esse respeito, pelos países latino-americanos nos empréstimos externos.

● Quanto a capitais externos, em geral, fortalecimento da orientação que a Revolução vem aperfeiçoando e instrumentando, notadamente a partir de 1967, de positivo apoio à emprésa nacional, sem discriminações. Isso significa eliminar as desvantagens em que ela se encontra e procurar colocá-la em igualdade de condições em relação à emprésa estrangeira, quanto ao problema da evolução tecnológica, do acesso ao crédito e da carga tributária. Evitar-se-á que o uso indiscriminado de financiamentos externos possa acarretar agravamento da subutilização de capacidade, na indústria nacional.

V — Consolidação da política de promoção de exportações, que já permitiu à Revolução elevar o total da receita de exportações do Brasil, de US\$ 1 400 milhões em 1963 para mais de US\$ 2 200 milhões em 1969. É imperioso ingressar na fase de investir para exportar, deixando de tratar a exportação como atividade subsidiária, a fim de converter-se o Brasil em importante exportador de produtos agrícolas não tradicionais e de produtos manufaturados.

Esse novo estágio depende da criação, pelo Governo e pelo setor privado, de uma infra-estrutura para exportação, da consolidação do poderoso sistema de incentivos já montado, e de estímulos à maior participação da emprésa estrangeira no esforço de conquista de mercados externos. São as seguintes as principais áreas de atuação que estão sendo desenvolvidas:

- Manutenção da política cambial de reajustamento a pequenos intervalos, para garantir ao exportador remuneração adequada e criar o horizonte definido e indispensável a estimular o investimento para exportação.
- Desenvolvimento, a nível da emprésa, de capacidade gerencial, organização administrativa e, em certas circunstâncias, tecnologia especial para as exportações assegurando o necessário poder de competição.
- Consolidação do poderoso sistema, já montado, de isenções e reduções fiscais (IPI e ICM, impôsto de renda, sistema de "draw back", créditos fiscais).
- Consolidação dos mecanismos, já em funcionamento, de financiamento à produção para exportação, às exportações, à promoção comercial, ao investimento para exportações, à consignação para exportação.
- Maior impulso à promoção comercial e à criação da rede externa privada de comercialização, através de trabalho coordenado do MIC, CACEX, Ministério das Relações Exteriores, agências do Banco do Brasil e, notadamente, empréssas privadas de exportação; desenvolvimento do recentemente instalado Centro Interamericano de Promoção de Exportação; expansão do sistema de consórcios de exportação e dos armazéns alfandegados, tornando possível a empréssas nacionais de porte pequeno e médio fazerem-se representar no mercado externo.

ação no campo administrativo

VI

Realizações Principais

No campo administrativo, os objetivos prioritários do Governo são:

- Ação coordenada de todos os Ministérios.
- Atuação dinâmica e planejada do serviço público federal, criando-se, na administração direta, um funcionalismo eficiente e de alto nível técnico, e, na administração indireta, um corpo relativamente estável de administradores de empresas, operando em níveis de eficiência pelo menos equivalentes aos do setor privado.

Essencial ao processo de consolidação e aumento de produtividade da administração pública é o controle de gastos, dentro da atual política de austera contenção de dispêndios de custeio burocrático-administrativo.

- Articulação com os Estados e Municípios, nas áreas econômico-financeira e administrativa, para constituir autêntica federação econômica.

Para consecução desses objetivos, são as seguintes as áreas de atuação e as principais realizações programadas:

I — Na área do Planejamento

- Aperfeiçoamento da execução de programas, em todos os Ministérios, pela melhor definição de prioridades e pela operação por meio de projetos, fortalecendo-se, para esse fim, os sistemas de planejamento, orçamento, programação financeira e estatística (ligados às Secretarias-Gerais dos Ministérios), assim como o mecanismo de informações.
- Forte atuação executiva, dentro de planejamento realista, evitando-se o acúmulo de projetos sem aplicação.

- Atribuição de alta prioridade à realização do Censo de 1970 (VIII Recenseamento Geral do Brasil).

II — Na área da Reforma Administrativa:

- Utilização da Reforma Administrativa como instrumento de melhoria da execução do programa de Governo, com atuação principalmente junto às Secretarias-Gerais dos Ministérios, eliminando-se os obstáculos institucionais à implementação dos projetos prioritários.
- Reformulação do sistema de atendimento ao público, para colocá-lo realmente a serviço dos que procuram as repartições.
- Prolongamento do esforço sistemático de delegações de competência; de simplificação de rotinas; e de remoção de embaraços de natureza institucional.
- Descentralização Regional, estimulando-se as delegações de competência para os órgãos federais nos Estados, a celebração de convênios com Estados e Municípios e de contratos com a iniciativa privada.
- Programa Intensivo de Treinamento para a Reforma Administrativa.
- Projetos com o objetivo de liberar os cidadãos de entraves desnecessários em matéria de atestados, certidões e outros documentos oficiais.
- Reformulação da Organização Federal, mediante a execução dos projetos de nova estrutura básica dos Ministérios, regulamentos e regimentos, consoante a orientação dos Decretos-leis 200/67 e 900/69.

III — Na área da Política de Pessoal:

- Implantação, já em curso, da nova estrutura do DASP, baixada pelo Decreto 66.222/70, a fim de dar-lhe condições de atuar normativamente.
- Organização do Sistema de Pessoal da Administração Civil, estabelecendo-se a ligação funcional e sistemática entre o DASP e o órgão do Sistema em cada Ministério.
- Fixação de diretrizes para a elaboração de um novo Plano de Classificação de Cargos e Empregos.
- Revisão e atualização do Estatuto dos Funcionários Civis da União, levando-se em conta a nova Constituição e a Reforma Administrativa.

● Execução de política de diminuição gradativa do pessoal considerado excessivo no serviço público, mediante a absorção em outras áreas ou a redução do número de servidores nos diferentes Ministérios, sem envolver injustiça e respeitados os direitos adquiridos, e, sempre que possível, de forma associada à transferência dos núcleos centrais para Brasília.

● Progressiva implantação de política salarial tendente a valorizar o servidor público e corrigir as distorções que impedem a criação de um funcionalismo eficiente. Isso significa, acima de tudo: pessoal normalmente em tempo integral e carreira sistemática e fundada no sistema de mérito, capaz de absorver permanentemente os elementos qualificados, mesmo em funções técnicas. Devido ao vulto do dispêndio total com o pessoal federal civil e militar (atualmente da ordem de Cr\$ 9 000 milhões por ano), as distorções serão eliminadas gradualmente, na forma do que já se realizou para o magistério federal e do que se fará em breve em relação a certas funções prioritárias.

Simultaneamente, efetivar-se-á a progressiva implantação do dispositivo constitucional de paridade de vencimentos dos servidores, de um lado, entre a administração direta e as autarquias dentro do Executivo, e, de outro, entre o Executivo e os demais poderes. Evitar-se-á, nesse processo, a criação de distorções que poderiam levar à evasão de técnicos e outras categorias prioritárias do serviço público.

IV — Transferência dos núcleos centrais dos Ministérios e das principais entidades de administração indireta para Brasília, consoante a programação estabelecida e mediante providências coordenadas pelo GEMUD.

A curto prazo, o comando das decisões da Administração Federal deverá funcionar normal e integralmente em Brasília, para que se transforme em vitória estratégica a mudança nominalmente efetuada em 1960.

V — Para efeito da articulação com Estados e Municípios:

● Utilização das transferências por meio do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e do Fundo Especial, como instrumento para a compatibilização dos programas nos três níveis de Governo e para a celebração de convênios de caráter setorial, notadamente quanto aos setores de Educação, Saúde e Agricultura.

● Ajustamento da atuação das companhias e bancos de desenvolvimento dos Estados e Municípios — assim como das demais entidades de crédito, regionais, estaduais e locais — ao plano de desenvolvimento nacional.

Projetos Prioritários

● VIII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL

O Recenseamento compreenderá o Censo Demográfico e os Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Complementarmente, realizar-se-ão inquéritos especiais sobre "mão-de-obra" e "fluxo de mercadorias" (procedência das compras e destino das vendas), com base em amostra a ser extraída do material relativo aos censos econômicos. Cr\$ 200 milhões.

● SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, PESQUISA E INFORMAÇÃO

O projeto visa à implantação de infra-estrutura articulada e de alto nível que proporcione apoio técnico adequado ao atendimento das decisões do Executivo Federal voltadas para a gerência econômica e social do País. O sistema compreenderá, de um lado, um Banco de Dados, que armazenará e analisará científicamente os elementos estatísticos fundamentais, e, de outro lado, um instituto de pesquisa econômica e social aplicada, estreitamente vinculado ao Instituto de Planejamento Econômico e Social, ambos funcionando dentro do IPEA.

● CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADAS AO PLANEJAMENTO

O programa, vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetiva colocar a ciência e a tecnologia a serviço do planejamento e da implementação de grandes programas e projetos, especialmente governamentais. As três principais áreas de atuação serão as de previsão tecnológica, análise de sistemas e pesquisa operacional.

ação no campo da segurança

VII

O Governo atuará, de forma efetiva e integrada, em todos os campos, para a preservação da Segurança Nacional.

Mediante esforço global, criará-se um processo nacional de evolução política auto-sustentável.

A consecução dos objetivos primordiais do desenvolvimento constitui um dos requisitos básicos e duradouros para a Segurança Nacional. Dentro dessa orientação, consoante o que já se estabeleceu, o Governo concentrará os seus esforços na aceleração do crescimento, no progresso social e na garantia das oportunidades.

A ação subversiva de certas minorias e, notadamente, as investidas terroristas podem afetar seriamente o desenvolvimento, a democracia, a própria segurança do Estado. Falhará aos objetivos nacionais e à sua própria sobrevivência o regime que não for suficientemente sólido e instrumentado para preservar a ordem e as liberdades, o funcionamento normal das instituições políticas, econômicas e sociais.

Assim, para garantia da tranquilidade pública, da ordem e da paz contra a subversão, serão exercitados, quando necessário e oportuno, os poderes conferidos pela Constituição e legislação específica.

A comunicação social deverá assegurar a participação de todas as categorias sociais no esforço brasileiro de Desenvolvimento e Segurança.

Ao Ministério da Justiça cabe a realização de medidas que assegurem o funcionamento harmônico dos três Poderes, a preservação da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais.

O Ministério das Relações Exteriores, além de sua valiosa contribuição no campo do desenvolvimento, colaborará, por meio da Política Internacional, com os objetivos da Segurança Nacional.

Os problemas atuais da Segurança Interna, oriundos de ações subversivas, com evidentes vínculos internacionais, impõem o judicioso emprêgo dos meios policiais, na sua área de competência. As Forças Armadas cabe o atento acompanhamento do processo da guerra revolucionária, o adestramento adequado e, sobretudo, o planejamento que assegure a aplicação, integrada e coordenada, de

todos os meios destinados a garantir a segurança interna, de forma a capacitar-se a atuação enérgica, pronta e eficaz, sempre que necessária.

No que respeita à Segurança Externa, as Fôrças Armadas devem-se manter aptas a atuar no cenário americano ou mundial, como decorrência dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e honrados pelo atual Govêrno, e, principalmente, na defesa da soberania nacional e da integridade territorial, isoladamente ou em aliança, que decorra dêsses acôrdos.

Impõe-se, portanto, o reaparelhamento das Fôrças Armadas, com vistas ao seu melhor adestramento, a fim de que possam bem cumprir suas funções constitucionais.

PARTE

2

ação setorial: grandes prioridades

revolução na educação. aceleração do programa de saúde e saneamento

1.1 — REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO

Ação de Governo: Principais Realizações

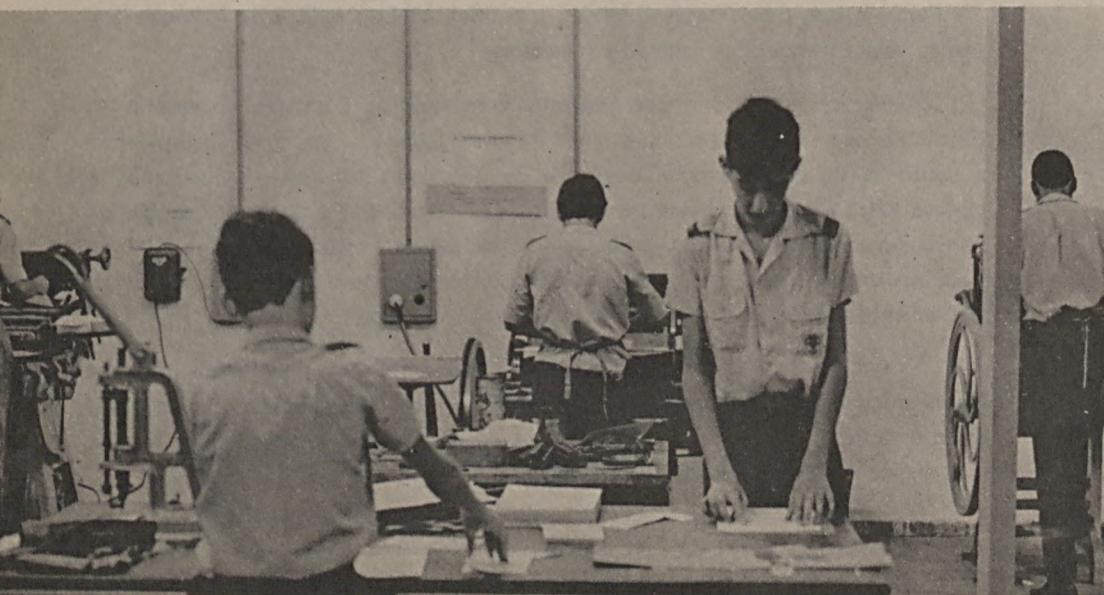
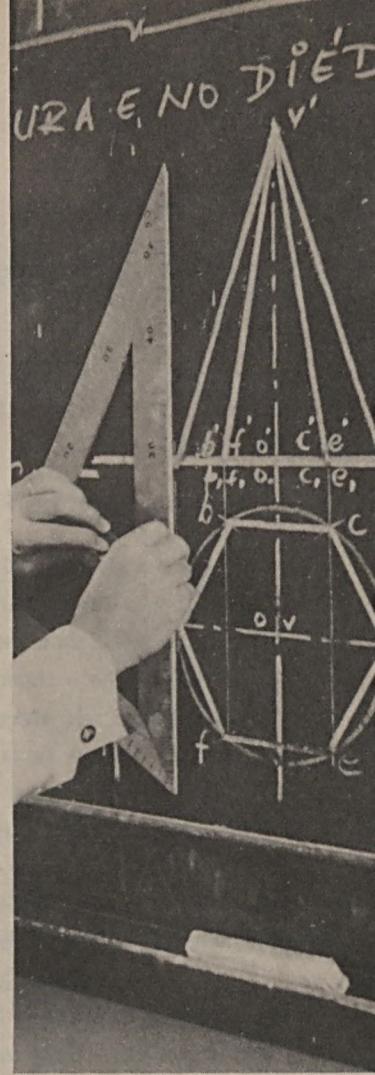
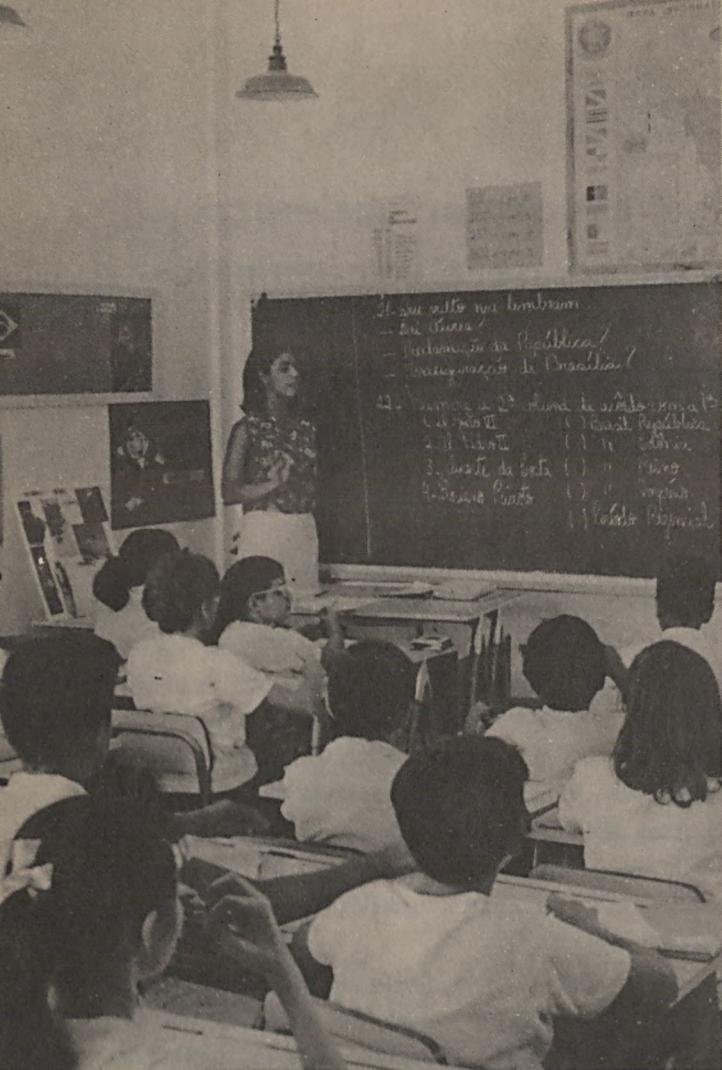
Com o grande esforço realizado após 1964, tem havido muita **expansão**, mas ainda pouca **revolução**, no sistema educacional brasileiro. É essencial, pois, prosseguir na tarefa de aumento de vagas e elevação da taxa de escolarização nos níveis primário, médio e superior, mas dentro de um sentido renovador que se preocupe, também, com três aspectos: (1) a **qualidade** do ensino, em boa parte desatualizado científicamente e ainda pouco ajustado à realidade nacional e regional; (2) a **produtividade** do sistema educacional, eliminando a capacidade ociosa em muitas áreas, a ausência de prioridades definidas para a expansão de vagas, a subutilização dos professores, o hábito de construções aparatosas, etc.; e (3) a **integração** da educação com o desenvolvimento científico e tecnológico e com o desenvolvimento global do País.

Consoante já assinalado, o período 1970/1973 deverá significar uma **ação concentrada e renovadora na área de Educação**, principalmente para implementar os instrumentos e projetos recentemente criados, e instituir novos instrumentos.

Para atender a êsses dois objetivos, a política de Educação e de Recursos Humanos deve preencher os seguintes requisitos:

1) Adoção de filosofia que proporcione o **tipo** de Educação necessária ao Brasil; ou seja, notadamente, que conduza à sociedade progressista, estimulando a aplicação do conhecimento à solução de problemas concretos e realizando a síntese entre a cultura humanista moderna e a tecnologia; e que evite a simples transposição de modelos e da problemática dos países desenvolvidos para o nosso País, realizando a sua assimilação à realidade econômico-sócio-cultural do Brasil e, freqüentemente, à realidade de suas diferentes regiões.

2) Criação de um sistema educacional mais integrado, pela eliminação dos hiatos atualmente existentes, de um lado, entre o ensino primário e o médio e entre o médio e o superior; e, de outro lado, no nível médio, entre o ensino técnico e o ensino de cultura geral tradicional.



3) Efetivação de uma política integrada de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando, principalmente, o caráter de processo orgânico que assume o progresso tecnológico moderno e a interfecundação que decorre da associação dêsses três aspectos do referido processo. Da mesma forma, criação de instrumentos concretos para o fortalecimento da integração Escola-Emprêsa-Govêrno, sem desvirtuamento dos objetivos do sistema educacional, mas de forma a realizar uma fecunda aliança entre Educação e Desenvolvimento.

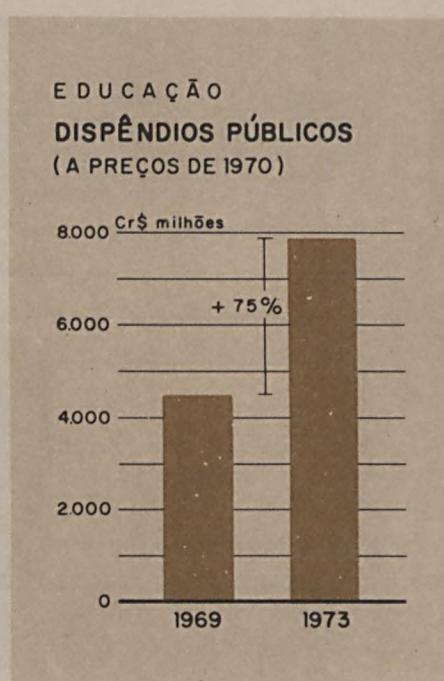
4) Transformação da Educação em meio poderoso de levar à participação crescente das massas no processo de desenvolvimento, como fator básico de produção e como destinatárias dos resultados do progresso, através dos efeitos da escolarização sobre a produtividade da mão-de-obra e sobre a capacidade de ganho dos indivíduos.

Dentro dessa orientação, a ação de Govêrno objetivará, principalmente, as DEZ REALIZAÇÕES seguintes:

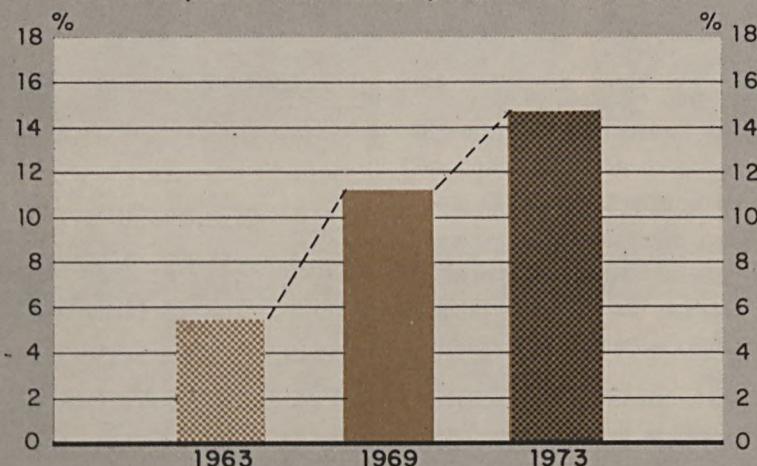
I — Expansão substancial dos dispêndios totais do País em Educação (Govêrno Federal, Governos Estaduais — Municipais e Setor Privado, de modo a alcançar um montante aproximado de Cr\$ 26 000 milhões no quadriênio, a preços de 1970, correspondente à média de Cr\$ 6 500 milhões por ano.

Ainda a preços de 1970, o total dos dispêndios públicos em Educação (Govêrno Federal, Estados e Municípios) deverá elevar-se a cerca de Cr\$ 23 900 milhões no período 1970/1973, em comparação com Cr\$ 14 670 milhões em 1966/1969 (aumento de 63% em termos reais) e com Cr\$ 7 750 milhões no quadriênio 1960/1963. **Como já assinalado, isso significa que, no período correspondente ao III Govêrno da Revolução, o setor público brasileiro despenderá em Educação, em termos reais, mais do triplo do que foi gasto no quadriênio anterior à Revolução.**

O total de dispêndios federais em Educação deverá aumentar, de Cr\$ 1 560 milhões em 1969, para Cr\$ 2 600 milhões em 1973, registrando-se, pois, elevação de 67% em termos reais (inclusive recursos externos). **Com isso, a participação dos**



EDUCAÇÃO
DISPÊNDIOS FEDERAIS EM EDUCAÇÃO
PARTICIPAÇÃO NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO



dispêndios federais em Educação na despesa orçamentária da União, que era de 5,6% em 1963 e de 11,3% em 1969, aproximando-se de 15% em 1973 (excluídos os fundos vinculados).

Está em consonância, aliás, essa orientação, seja com o dispositivo constitucional que exige a aplicação de pelo menos 20% dos recursos orçamentários dos municípios em Educação, seja com a recente determinação (Decreto 66 254/70) de se destinar ao menos 20% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios ao mesmo setor.

Tal expansão substancial dos recursos para a Educação deve realizar-se segundo o binômio EXPANSÃO-EFICIÊNCIA, que prevê o estabelecimento de áreas definidas de competência entre a União, os Estados e os Municípios, através da legislação de diretrizes e de um sistema nacional de convênios; a aplicação de recursos preponderantemente através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e mediante programas e projetos específicos; a melhor utilização da capacidade instalada, nos três níveis de ensino; a adoção de critérios de eficiência funcional e não aparatoso no programa de construções e na compra de equipamentos.

Em particular, no sistema universitário, haverá cuidado rigoroso em evitar duplicação de atividades na mesma Universidade ou em Universidades da mesma região, adotando-se divisão de trabalho regional, principalmente para as carreiras

de menor procura ou de custo mais elevado, de modo a permitir a operação em escala mínima satisfatória.

II — **Implantação do sistema de ensino fundamental**, pela integração do curso primário com o ginásial, assim como a **progressiva universalização** dêste no Brasil, a fim de assegurar-se a todo brasileiro instrumental mínimo de trabalho. No tocante, principalmente, ao ensino primário, haverá grande esforço de elevação dos baixos índices de eficiência hoje observados.

Constituem projetos prioritários, nessa área, a Operação-Escola e o Programa Nacional de Ginásios Orientados para o Trabalho, êste último com aplicações da ordem de Cr\$ 400 milhões até 1973.

III — Na área do ensino médio, **reformulação do Ensino Técnico** e, principalmente, do **Ensino Industrial**, para eliminar o dualismo existente no primeiro ciclo do nível médio (ginásios tradicionais, de um lado, e ginásios técnicos, de outro lado). Nesse campo, receberá ênfase a criação de uma rede nacional de **ginásios orientados para o trabalho** (ou ginásios polivalentes, não profissionalizantes mas incluindo a sondagem de vocações).

Por outro lado, programar-se-á o **segundo ciclo** do ensino médio (o atual nível colegial), de modo a constituir o primeiro nível da preparação para o trabalho, assegurando, por si só, ao indivíduo uma profissão; e, em consequência, à disseminação em larga escala do **colégio integrado**, que conjuga a formação humanista moderna (parte comum a todos os alunos) à formação politécnica, permitindo, nessa parte, opção entre diversos campos, segundo o interesse do estudante.

IV — **Consolidação da REFORMA UNIVERSITÁRIA**, mediante a execução de novos programas e projetos, já aprovados e dotados de recursos, quanto à estrutura institucional da universidade, ao regime didático e científico, ao magistério, à integração da universidade no processo de desenvolvimento e à integração do estudante na universidade e nos programas de desenvolvimento.

Realizar-se-á a progressiva implantação do sistema de Centros Regionais de Pós-Graduação, de modo a eliminar a desvantagem em que se encontra o Brasil, quanto à especialização de recursos humanos do mais alto nível, e a acelerar a formação de professores para o ensino superior. E promover-se-á a seleção de certo número de universidades, para sua conversão em **CENTROS AVANÇADOS DE CONHECIMENTO**, de nível internacional.

Dentro dessa orientação, será acelerada a execução de projetos de impacto, como o Programa de Implantação Progressiva do Tempo Integral no Magistério Superior, o Programa de Conclusão da Primeira Etapa do "campus" das Universi-

dades Selecionadas como Centros Avançados de Conhecimento, o Programa de Equipamentos dos Centros Avançados, a Operação-Produtividade, o Programa Intensivo de Pós-Graduação (no País e no exterior) e o Programa de Implantação dos Centros Regionais de Pós-Graduação. O programa de tempo integral poderá representar dispêndios superiores a Cr\$ 500 milhões, até 1973, e o de centros de pós-graduação, superiores a Cr\$ 350 milhões.

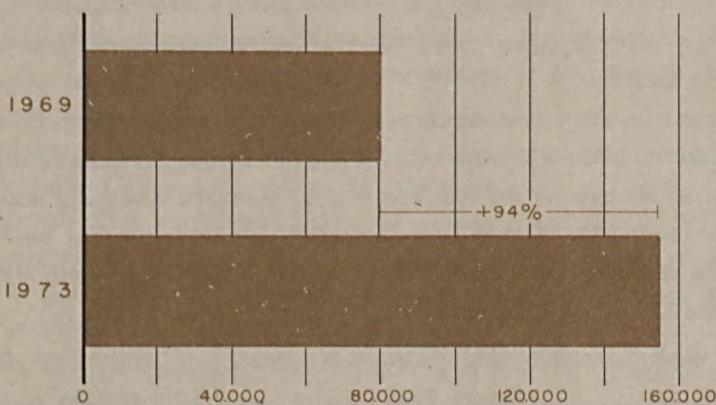
V — Intensificação e expansão coordenada dos programas não formais de valorização dos recursos humanos, destacando-se os de Alfabetização e Educação Continuada de Adultos; expansão e reformulação dos sistemas de treinamento de mão-de-obra, em articulação com os órgãos e entidades já atuantes nesse campo.

No tocante à Alfabetização, a meta é reduzir, entre 1970 e 1973, na faixa etária de 15 a 35 anos, o número de analfabetos de 7 000 000 para 3 500 000. Os recursos provirão do MOBRAL, da quota de 30% da Loteria Esportiva, das Secretarias Estaduais de Educação e das comunidades, mediante participação a ser estabelecida.

Quanto ao Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), a meta é de treinamento de cerca de 450 mil trabalhadores no setor industrial no período 1970/1973. Na área agrícola, o programa terá início em 1971, para treinar cerca de 40 000 trabalhadores no período 1971/1973.

EDUCAÇÃO

PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-ÓBRA INDUSTRIAL



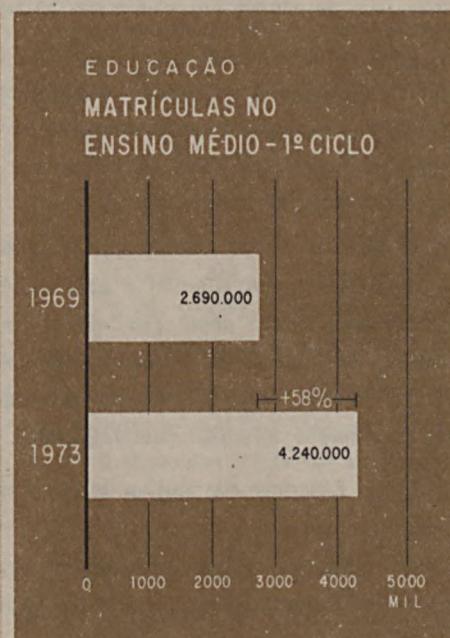
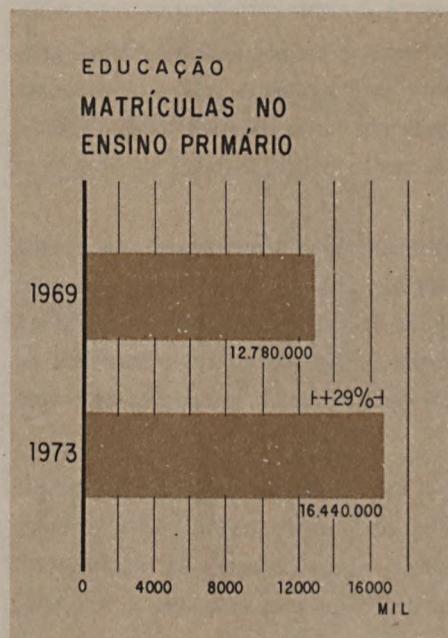
VI — **Consecução de metas** destinadas a, no período 1970/1973, dar maior ênfase à expansão dos níveis primário e médio do que em fases anteriores, sem prejuízo da grande expansão que ainda será realizada no ensino superior. São as seguintes as **metas mínimas** do setor, consoante o Quadro III da Parte I:

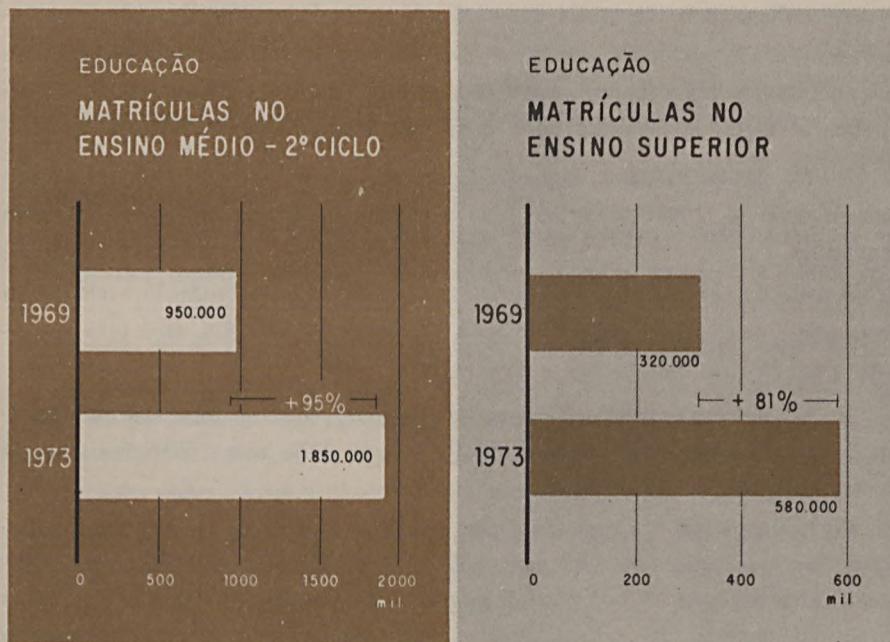
- **No Ensino Primário:** Aumento de quase 30% no total de matrículas, com sua elevação de 12 780 000 em 1969 para 16 440 000 em 1973, ou seja, 3 660 000 novas matrículas.

A meta da Operação-Escola é alcançar uma taxa de escolarização nacional, na faixa etária de 7 a 14 anos, de cerca de 80% em 1973. Em 1976, essa taxa se elevaria para 95% na zona urbana e 80% na zona rural.

- **No Ensino Ginásial:** aumento de cerca de 60% no total de matrículas, elevando-o de 2 690 000 em 1969 para 4 240 000 em 1973, com 1 550 000 matrículas novas.

No Ensino Médio de Segundo Ciclo: expansão de 95% no total de matrículas, elevando-o de 950 000 em 1969 para 1 850 000 em 1973, com 900 000 novas matrículas. Atenção especial será dada à expansão dos ramos profissionalizantes desse nível, notadamente dos cursos técnicos industrial e agrícola, que crescerão a taxas superiores à média.





● **No Ensino Superior:** expansão de cerca de 80% no total de matrículas, elevando-o de 320 000 em 1969 para 580 000 em 1973, com 260 000 novas matrículas.

Esse aumento no ensino superior se verificará principalmente nas áreas prioritárias já definidas: **formação de professores para o ensino médio (e superior), profissões de saúde, áreas da tecnologia e carreiras curtas** de nível superior. Serão, assim, atacados maciçamente os setores de maior **deficit**, e onde se verifica o chamado problema de "excedentes".

O atendimento das metas previstas significa que o Brasil poderá, na década de 70, praticamente eliminar o analfabetismo na faixa de idade de 15 a 35 anos e escolarizar toda a população infantil na faixa de 7 a 11 anos. Além disso, tirará o atraso em matéria de ensino médio (primeiro e segundo ciclos) e atenderá, no ensino superior, tanto à demanda econômica como à social, mensurada esta através de padrões internacionais relevantes.

VII — Execução de política de expansão e valorização do magistério, nos níveis primário, médio e superior, segundo a linha de atuação das recentes medidas adotadas (tempo integral do magistério superior, novos sistemas de remuneração) e com base nos projetos de alta prioridade definidos para essa área (ver elenco a seguir).

VIII — Implantação de poderoso sistema financeiro para a Educação, sobretudo por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que contará no período 1970/1973 com Cr\$ 500 milhões, oriundos de novas fontes (inclusive o salário-educação). Através desse mecanismo financeiro, será possível implementar projetos de alta prioridade, como o de tempo integral do magistério e o da modernização institucional das universidades, assim como estabelecer um sistema de financiamento aos estudantes de nível médio e superior, para ampliar suas oportunidades educacionais.

IX — Implantação Progressiva de um Sistema de Tecnologia Avançada para a Educação, por meio de redes de rádio e de televisão educativa, instituindo-se no País os métodos de educação de massa, com elevado nível didático-científico e instrumentos não convencionais de educação formal e informal.

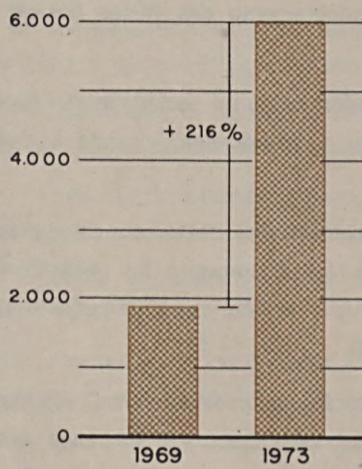
No primeiro estágio, de montagem de uma rede básica de estações, realizar-se-á a racionalização das atividades já existentes, para efeito de melhor coordenação e para evitar duplicações e desperdícios. Na segunda etapa, deverá avançar-se para a implantação de uma rede nacional de educação pela televisão, cuja exequibilidade deverá ser comprovada através de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, supervisionado pelo Grupo de Trabalho, a nível ministerial e técnico, já constituído. Os objetivos principais do sistema são a educação

escolar mais homogênea e de mais alto nível, no ensino primário, médio e superior; a educação permanente para adultos, inclusive a alfabetização, treinamento, educação técnica, programas de "reciclagem", etc.; o treinamento intensivo de professores; a integração da população de todo o território do País à cultura nacional, atingindo as zonas rurais e áreas menos acessíveis pelos meios de comunicação convencionais.

Ao mesmo tempo, preparar-se-á o sistema educacional brasileiro para realizar a institucionalização da mudança, a fim de incorporar em escala maior a violenta explosão de ritmo de progresso científico e tecnológico esperada para a próxima década. Isso significará, principalmente, dotá-lo de instituições

EDUCAÇÃO

DOCENTES EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL



mais flexíveis e torná-lo mais propenso à inovação, segundo os conceitos básicos de uma estrutura educacional moderna: amplitude e flexibilidade para atingir a maior parcela possível da população, segundo suas necessidades e aptidões; adaptação constante de currículos, para atender aos novos interesses da população jovem e às necessidades da nova tecnologia, e tendo em vista permitir a reintegração contínua do conhecimento estabelecido, assim como a rápida incorporação de novas descobertas; estímulo à pesquisa contínua sobre o processo de aquisição de conhecimentos, para enriquecer o currículo e aumentar a eficiência do ensino.

X — Implantação de mecanismos eficazes para a integração Escola-Empréss-Govêrno, tais como execução do "Projeto Integração", para coordenação das iniciativas destinadas a oferecer estágios a estudantes universitários, em certas áreas prioritárias, em entidades públicas e privadas (em complementação ao Projeto Rondon e outros mecanismos); contratação de universidades para a realização do planejamento de micro-regiões e para a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica; ampliação do número de centros de Integração Universidade-Indústria, como o Instituto Euvaldo Lódi (da CNI), o Instituto Roberto Simonsen (da FIESP), assim como dos centros de integração Escola-Empréss; criação de Centros de Ciência e Tecnologia aplicados ao desenvolvimento regional, em universidades selecionadas.

Definições Básicas: Uma Política Educacional

Consideram-se fundamentais, e norteadoras da política educacional a ser desenvolvida, as seguintes definições, como desdobramento das idéias básicas já apresentadas:

- Nenhuma nação em desenvolvimento poderá chegar à sociedade das nações desenvolvidas se não capacitar adequadamente a mão-de-obra, visando à produtividade e ao pleno emprêgo.
- O jovem precisa de educação formal como forma de valorização pessoal; à Nação cabe velar para que sua valorização se faça em proveito das necessidades da comunidade, ou seja, como fator de produção e não como "excedente profissional", marginalizado do processo produtivo.
- É indiscutível a integração entre educação, recursos humanos, segurança e desenvolvimento, pois enquanto este último exige recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente, a segurança exige uma conscientização de

valores, perfeitamente definida e estratificada. Sómente a educação pode atender às necessidades de ambos.

● Todo processo educativo redonda em mudança de estado, elevação e melhoramento; a escola deve ser, pois, um meio para alcançar determinados fins. No caso brasileiro, como já visto, requer-se "educação para o desenvolvimento", o que implica colocar o complexo "aluno-mestre-escola" dentro de uma sistemática, a serviço de um princípio e sob o conceito de **despesas de investimento e não de despesas de consumo**.

● Toda Educação conduz, em certo prazo, às mudanças no campo sócio-econômico. Desejamo-las no Brasil, de sorte que o desenvolvimento não seja "o aumento das riquezas dos ricos", mas um processo em que o incremento da renda física corra em sentido paralelo com o processo de mudança social e que assegure a melhor distribuição da riqueza e a consequente participação de todos os segmentos da população nos frutos do desenvolvimento.

A política a ser desenvolvida visará ainda à correção das principais deformações existentes na sistemática educacional brasileira a saber:

- O fato de que toda a orientação e os maiores esforços se vinham dirigindo para a problemática do ensino superior, sabendo-se, entretanto, que de cada 1 000 alunos que ingressam no curso primário, apenas 11 chegam ao final do superior.
- Ensino verbalístico e acadêmico, divorciado da realidade nacional e distante das necessidades do mercado de trabalho.
- Estrutura central administrativa incapaz de exercer a coordenação e o comando das ações.
- Aviltamento salarial do magistério em todos os níveis e sua consequente insuficiência de qualificação e falta de sentido profissional.
- Importação de técnicas, métodos e parâmetros muitas vezes inadequados ao atual estágio de desenvolvimento e sem levar em conta a realidade nacional.
- Impacto da situação sócio-econômica do educando de todos os níveis sobre o rendimento do aprendizado escolar.
- Focos de improdutividade influindo no rendimento do ensino e no seu elevado custo operacional.
- Estimativa de 42 milhões de analfabetos, dos quais 7 milhões na faixa etária dos 15 aos 35 anos.

Na correção das distorções referidas, duas medidas importantes devem ter elevada prioridade:

- A implantação, já em curso e no mais curto prazo, da reforma administrativa do Ministério da Educação e Cultura, diretamente ligada ao plano de transferência para Brasília.
- A divisão do País em regiões educacionais, a fim de que seja possível a implantação de um sistema de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de todos os programas e projetos educacionais, diretamente ligado à Secretaria-Geral do MEC.

Projetos Prioritários

Elenco de Projetos (com aplicações prováveis no período 1970/73, a preços de 1970):

- 1) **Operação-Escola** — contribuição da União: Cr\$ 110 milhões.
- 2) **Programa Nacional de Ginásios Orientados para o Trabalho (Ginásios Polivalentes)** — Cr\$ 400 milhões.
- 3) **Programa de Equipamentos dos Centros Avançados e outros Estabelecimentos de Ensino Superior** — Cr\$ 250 milhões.
- 4) **Programa de Conclusão da Primeira Etapa do "Campus" dos Centros Avançados** — Cr\$ 250 milhões (para a UFRJ)
- 5) **Operação-Produtividade, no Ensino Superior** — Cr\$ 20 milhões.
- 6) **Programa de Implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação** — Cr\$ 350 milhões.
- 7) **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)** — Cr\$ 110 milhões.
- 8) **Expansão do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO)** — Cr\$ 64 milhões.
- 9) **Programa de Implantação Progressiva do Tempo Integral no Magistério Superior** — Cr\$ 500 milhões.
- 10) **Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério Primário, no sistema público e privado; Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério Fundamental e Médio** — Cr\$ 400 milhões de suplementação.
- 11) **Programa de Monitores** — Cr\$ 25 milhões.
- 12) **Treinamento de Professores para o Ensino Primário e Normal; Treinamento de Professores para o Ensino Médio** — Cr\$ 140 milhões.
- 13) **Programa de Livros Básicos em Áreas Prioritárias do Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação)**.
- 14 e 15) **Programa Integrado de Assistência ao Estudante; Mecanismo de Financiamento da Educação e Cultura**, para ampliação das oportunidades de acesso à educação formal e informal — Cr\$ 500 milhões.

- 16) **Integração Escola-Empréesa-Govêrno** (inclusive para integração do estudante nos programas de desenvolvimento).
- 17) **Implantação do Sistema Avançado de Tecnologia Educativa.**
- 18) **Dinamização do Programa de Escolas-Fazenda.**
- 19) **Programa de Integração das Universidades nas Comunidades.**
- 20) **Incentivo à Implantação e Desenvolvimento das Carreiras de Curta Duração.**

Descrição:

● OPERAÇÃO-ESCOLA

O objetivo básico é atender integralmente, de forma progressiva e em prazo médio, à população em idade escolar entre 7 e 14 anos. Pretende-se elevar os índices de escolarização do curso primário (7 a 11 anos), de sorte a atingir um mínimo de 80%, até 1973, na média nacional; e aumentar a produtividade naquele nível de ensino primário, através da reforma do sistema. Até o final da década deverá estar praticamente universalizado o ensino primário.

Além da insuficiência da rede escolar existente, o ensino primário no Brasil apresenta condições de muito baixa produtividade: o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia o custo do aluno/ano. Das crianças que freqüentam o primário (2/3 das em idade escolar), 50% estão na primeira série. Torna-se então necessário, além da expansão da capacidade instalada, a racionalização do emprêgo do equipamento e material de ensino, o aperfeiçoamento dos professores, o ajustamento dos programas e currículos e a modificação dos sistemas de promoção. Tudo isso deverá ser feito considerando-se as características regionais e desenvolvendo-se a assistência ao educando, desde a fase pré-escolar.

Os recursos, na parte da União, provirão de fonte orçamentária, estando estimados em Cr\$ 110 milhões até 1973. O Fundo de Participação dos Estados e Municípios e o Fundo Especial poderão ser utilizados para suplementar a contribuição dos Estados e Municípios.

● PROGRAMA NACIONAL DE GINÁSIOS ORIENTADOS PARA O TRABALHO

O projeto visa à expansão da rede escolar e à reformulação do ensino médio, através da implantação de uma rede nacional de ginásios polivalentes, que, além de proporcionarem educação geral, oferecerão orientação para o trabalho, através da sondagem de aptidões vocacionais.

O projeto já em execução desenvolver-se-á, no período 1970/1973, com a construção de 276 ginásios novos, instalação de 1660 oficinas para práticas educativas e treinamento ou aperfeiçoamento de cerca de 25 000 professores.

A parte de construção de novos ginásios será concentrada, numa primeira fase, nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além desses, cada Unidade da Federação receberá um ginásio-modélo. O projeto de transformação de ginásios tradicionais em polivalentes se estenderá por todo o território nacional.

O total de recursos já destinado ao programa alcança cerca de Cr\$ 253 milhões, dos quais Cr\$ 135 milhões de origem externa (AID). Com os recursos provenientes de um segundo empréstimo, já em negociação, o montante destinado ao projeto atingirá cerca de Cr\$ 400 milhões no quadriênio, e permitirá a ampliação aos demais Estados, progressivamente.

● PROGRAMA DE EQUIPAMENTOS DOS CENTROS AVANÇADOS E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

Deverão ser equipados os laboratórios e oficinas dos Centros Avançados e outros estabelecimentos de Ensino Superior do País, segundo critérios de prioridade definidos, para evitar duplicações e permitir a especialização regional, nas áreas de maior complexidade tecnológica.

No momento, quase todos os estabelecimentos de Ensino Superior do País estão recebendo equipamento básico para suas oficinas e laboratórios, importados pelo Ministério da Educação e Cultura da República Democrática Alemã e da Hungria, utilizando saldos do balanço comercial. O programa adquirirá, agora, caráter mais sistemático e orgânico.

Embora a quantificação final dos recursos para o programa dependa da ultimação dos levantamentos em fase de realização, é possível estimar o montante inicial em Cr\$ 250 milhões, equivalente em cruzeiros à importação realizada atualmente pelo MEC (60 milhões de dólares-convênio).

● PROGRAMA DE CONCLUSÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO "CAMPUS" DOS CENTROS AVANÇADOS

Será executado o planejamento global e um esquema financeiro para conclusão, em curto prazo, das obras indispensáveis à implantação da primeira etapa de 5 ou 6 Centros Avançados. A construção dessa primeira etapa dos "campus" constitui projeto capaz de levar as Universidades a funcionarem em moldes dinâmicos, dentro das modernas técnicas de organização e planejamento, e consoante a orientação da Reforma Universitária, permitindo a criação dos Departamentos e Institutos Básicos.

A conclusão da primeira etapa do Projeto Fundão — construção do "campus" da Universidade Federal do Rio de Janeiro — constitui o marco inicial do programa.

Prevê-se, no plano já aprovado, que estejam funcionando no Fundão as seguintes unidades até 1972: Centro de Tecnologia, Centro de Ciências Biomédicas, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Escola de Educação Física e Desportos, Hospital Universitário.

Prevê-se para a primeira etapa do Projeto Fundão o dispêndio de cerca de Cr\$ 250 milhões.

Estudos estão sendo realizados para a indicação dos demais Centros Avançados a serem, progressivamente, instalados.

● OPERAÇÃO-PRODUTIVIDADE, NO ENSINO SUPERIOR

O projeto pretende racionalizar, para cada universidade, as organizações acadêmico-didática e administrativa.

Apesar de repousar sobre o princípio de integração de todo o sistema universitário, a operação-produtividade exercerá seus efeitos,

principalmente, nas áreas que levam à formação de mão-de-obra qualificada para as áreas estratégicas ao desenvolvimento, levadas em conta, ainda, as exigências regionais.

Numa primeira etapa, planejada para 1970, serão atendidas pelo menos quatro universidades federais e as escolas isoladas que já em 1969 deram início ao programa, situadas em diferentes regiões geo-econômicas. Nos anos de 1971 e 1972 a Operação irá estender-se, respectivamente, a 10 e a 12 outras universidades. Em 1973 serão atingidas todas as escolas isoladas existentes.

Embora não seja ainda possível quantificar as despesas com todo o projeto, uma vez que sua especificação resultará do levantamento a ser feito nas diversas unidades, estima-se em Cr\$ 20 milhões o mínimo a ser aplicado na operação.

● PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE CENTROS REGIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O programa deverá, principalmente, suprir a séria lacuna atualmente existente no mais alto nível de formação de recursos humanos no Brasil, nos graus de Mestre e Doutor, nas áreas prioritárias; e formar pessoal de mais alto nível para o magistério superior.

Na forma do Decreto 63 343/69, definiu-se uma estratégia de implantação do programa, mediante ação conjugada do Conselho Nacional de Pesquisas, CAPEs, BNDE-FUNTEC. Mais recentemente, o Decreto 64 085/69 instituiu a Comissão Executiva do Programa de Implantação dos Centros Regionais de Pós-Graduação, constituindo um mecanismo de coordenação de sua execução e de acompanhamento permanente.

Estudos estão sendo feitos para possibilitar, ainda em 1970, o funcionamento de, pelo menos, um curso de pós-graduação em cada área considerada prioritária. Em 1971, pretende-se ter dimensionadas as necessidades do País em termos de mão-de-obra altamente especializada, e equacionada a forma de prepará-la em cursos de pós-graduação ministrados no Brasil. Simultaneamente, cuidar-se-á da implantação dos primeiros Centros Regionais de Pós-Graduação.

Deverão ser selecionados, inicialmente, 4 a 5 Centros Regionais Federais, com o propósito de dotar as Universidades selecionadas, de condições para manter um conjunto orgânico de cursos de pós-gra-

duação em áreas prioritárias. Outros cursos de pós-graduação poderão funcionar em "centros de excelência" localizados em outras Universidades ou estabelecimentos isolados. De qualquer modo, evitar-se-á sempre a duplicação de esforços e a pulverização de recursos.

Para o quadriênio, serão necessários cerca de Cr\$ 350 milhões.

● MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO — MOBRAL

O objetivo do projeto é aumentar rapidamente o atendimento dos programas de alfabetização existentes e mobilizar as comunidades para participarem da luta contra o analfabetismo.

Com a implantação do programa espera-se reduzir, até 1973, o contingente de analfabetos, na faixa etária dos 15 aos 35 anos, de 7,0 para 3,5 milhões.

A União, através do MOBRAL, estabelecerá a política nacional e coordenará os esforços realizados nos diversos Estados, pelos governos e pela comunidade, prestando assistência técnica e financeira.

Dever-se-á estabelecer a obrigatoriedade da apresentação de planos válidos de alfabetização das entidades que recebam recursos do Governo. Há cerca de 30 000 instituições beneficiadas com recursos da União, os quais, no Orçamento de 1970, ultrapassam o montante de Cr\$ 50 milhões.

Através de leis e decretos específicos, procurar-se-á vincular a entrega dos certificados definitivos de isenção do Serviço Militar, Carteira de Identidade e Carteira Profissional, à comprovação, pelo interessado, de que é alfabetizado. Ao mesmo tempo, estudar-se-á a viabilidade de mobilização de todo o contingente de excedentes de convocação para o serviço militar e dos reservistas de 3.^a categoria, para o esforço nacional de alfabetização.

O rádio e a TV serão mobilizados na luta contra o analfabetismo, através de programas coordenados pelo MOBRAL.

Os recursos federais para o período estão estimados em Cr\$ 110 milhões, provenientes do orçamento e da Loteria Esportiva, aos quais serão adicionados os recursos específicos dos orçamentos estaduais e de todas as organizações envolvidas no programa.

● EXPANSÃO DO PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

A experiência do PIPMO — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra —, na área do Ensino Industrial, será estendida aos setores primário e terciário, num trabalho conjunto das Diretorias do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola. A preparação de mão-de-obra para o setor primário visa a qualificar o trabalhador rural e atenderá, no quadriênio, cerca de 40 000 trabalhadores. No setor secundário, o programa deverá promover o treinamento de 450 000 profissionais. No que se refere ao setor terciário, as atividades serão concentradas nas áreas da Saúde.

Os recursos para a implementação do programa, no período, estão orçados em cerca de Cr\$ 64 milhões.

● IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DO TEMPO INTEGRAL NO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Já se efetivou (Decreto 66 258/70) a criação de dois novos regimes de trabalho, respectivamente de 24 horas semanais e de tempo integral, no ensino superior federal, com remuneração correspondente a 200% e a 330% do vencimento básico, respectivamente. A dedicação exclusiva importará em remuneração de 400% do vencimento básico.

O projeto se desenvolverá em etapas anuais. Para 1970, prevê-se a concentração de 3 000 docentes em regime de tempo integral, 4 000 em regime de 24 horas semanais, além de 1 000 monitores.

A partir de 1971, pretende-se a incorporação progressiva de 1 000 docentes em cada regime de trabalho, atingindo em 1973 a 7 000 docentes em regime de 24 horas semanais e 6 000 docentes em regime de tempo integral.

Estima-se, para o período, um dispêndio total de cerca de Cr\$ 500 milhões.

● REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E MÉDIO

Os dois projetos visam à estruturação da carreira do magistério de ensino primário e médio e à fixação de uma política salarial justa e digna.

Além de proporcionar incentivos para os professores titulados em exercício, tornar-se-á possível atrair o expressivo contingente de professores diplomados que não está em função, de forma a solucionar os problemas ocasionados pela existência de cerca de 43% de professores não titulados no ensino primário e 63% no ensino médio.

Através do recente Decreto 66 254/70, a utilização para Educação da parcela de 20% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, ficou vinculada à observância de níveis mínimos de remuneração do magistério primário, pelos Estados e Municípios.

Estudos estão sendo realizados, no sentido de fixar-se o salário mínimo regional para o magistério de ensino médio, e de elaborar-se um plano de assistência financeira do Governo Federal aos Estados e Municípios, através do Fundo de Participação.

A implementação do projeto atingirá cerca de 500 000 professores e poderá utilizar recursos transferidos da União, no período, no montante de Cr\$ 400 milhões.

● PROGRAMA DE MONITORES

O programa, cujo início se efetivou com a promulgação do Decreto 66 315/70, objetiva a participação de estudantes auxiliando os membros do magistério superior em aulas, pesquisas e outras atividades escolares, como estímulo à ampliação do campo de recrutamento de futuros professores universitários, bem como ao maior aperfeiçoamento de sua formação profissional.

Os programas de implantação da monitoria serão aplicados primordialmente nas áreas prioritárias da Saúde, da Tecnologia e da formação de professores de nível médio, estando sua elaboração a cargo da Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (COPERTIDE) de cada universidade ou federação de escolas, segundo os critérios fixados pela Comissão Coordenadora, de cunho interministerial, em funcionamento junto ao MEC.

Os dispêndios estimados para o quadriênio são da ordem de Cr\$ 25 milhões.

● PROGRAMA DE LIVROS BÁSICOS EM ÁREAS PRIORITÁRIAS DO ENSINO SUPERIOR

O programa promoverá a instituição de um mecanismo financeiro destinado a proporcionar cooperação financeira, através da COLTED, à publicação dos livros básicos, para os cursos de graduação e pós-graduação, em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento nacional: Medicina, Engenharia e áreas de natureza tecnológica, Economia e Administração.

Na primeira etapa do programa, serão selecionados de 10 a 20 livros, em cada área, dando-se preferência a obras não traduzidas para o português ou obras inéditas de autores nacionais. A seleção será feita por comissão de especialistas, sob a orientação do MEC.

● PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA-GOVERNO

Uma das finalidades do programa é possibilitar a consolidação e ampliação de esforços isolados que vêm sendo empreendidos no País, no sentido de se concretizar uma efetiva participação dos estudantes na problemática do desenvolvimento brasileiro, ao mesmo tempo em que se articulam a emprêsa, a escola e o Govêrno.

Realizar-se-á uma política que integre as instituições já envolvidas, como o MUDES — Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social, CIEEs (Centro de Integração Emprêsa-Escola), Instituto Roberto Simonsen (da FIESP) e Instituto Euvaldo Lodi (da CNI).

Pesquisas recentes revelaram que o volume de estágios na indústria está limitado, pelo lado da oferta, em nível muito inferior ao da procura.

Caberá ao Govêrno atuar decisivamente, tornando realidade as seguintes providências: incentivos às emprêses que absorvam estagiários; reformulação dos currículos das Universidades, considerando as exigências do mercado de trabalho brasileiro; plano de absorção sistemática de estagiários em órgãos governamentais; proposta inicial de colocação de pelo menos 40% dos alunos do ciclo profissional, de áreas prioritárias, como estagiários; ampliação do número dos centros

de Integração Universidade-Indústria e consolidação dos existentes; atribuição a um órgão governamental da coordenação e ampliação da Integração Escola-Emprésa.

Nas áreas de Economia, Engenharia e Administração, será executado o "Projeto Integração", sem prejuízo das iniciativas já existentes, como o Projeto Rondon.

Ao mesmo tempo, os órgãos públicos promoverão programas de contratação de Universidades para tarefas ligadas ao desenvolvimento, principalmente no planejamento de micro-regiões e na execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA AVANÇADO DE TECNOLOGIA EDUCATIVA (SATE)

O sistema integrado de rádio e televisão atenderá aos objetivos de educação escolar sistemática, nos níveis primário, médio e superior; educação permanente, incluindo a alfabetização, educação de adultos, educação técnica, etc.; treinamento de professores; integração da população de todo o território à cultura nacional, atingindo as zonas rurais e áreas menos acessíveis do País.

Sua montagem ocorrerá em duas etapas: a) estabelecimento de uma rede básica de estações, incorporando as já em funcionamento ou em preparação; e (b) preparação da futura rede integrada nacional, com base no estudo a ser realizado este ano.

Nessa segunda etapa, será preciso considerar as alternativas principais para a criação de uma rede integrada de transmissores, sistemas de comunicação e sistemas de recepção: (1) transmissores e receptores tradicionais, com distribuição de forma também tradicional, através da rede de microondas; (2) distribuição dos programas por satélite.

O estudo será realizado em coordenação pelo IPEA, Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE), Ministério da Educação (Conselho Federal de Educação e Fundação da TV Educativa), e Ministério das Comunicações, contando com a colaboração de outros órgãos nacionais e internacionais, inclusive da UNESCO. A supervisão ficará a cargo de um grupo a nível ministerial, já criado, que escolherá a melhor alternativa, dentre as soluções básicas para instalação de uma rede de transmissores e receptores apropriada para efetivar o SATE.

O Brasil oferece condições particularmente favoráveis ao uso da Televisão como instrumento de ensino, em comparação com os sistemas convencionais, tendo em vista:

- 1) O sistema atual de ensino alcança apenas pequena parcela da população (em face dos índices de escolarização apresentados), e é de nível técnico apenas razoável, na média.
- 2) A TV educativa é mais barata e eficiente quando dirigida a grandes massas, e pode apresentar "tipo de educação sistemática que tenha uma qualidade igual ou superior à educação dada através dos meios convencionais".
- 3) A TV educativa tem impacto qualitativo maior em países, como o Brasil, em que mais de **um terço** dos professores não são diplomados e a maior parte dos diplomados é insuficientemente treinada. Torna-se possível não apenas usar sempre professores de alto nível, como utilizar ao máximo os recursos próprios da televisão: imagem, som, movimento.
- 4) A TV educativa "permitirá atingir uma parcela da população que agora não é alcançada pelo sistema escolar, o que também terá resultados quantitativos consideráveis".

● INTEGRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NAS COMUNIDADES

A implantação do sistema realizar-se-á mediante a criação, pelas Universidades, de Centros Rurais Universitários de Treinamento de Ação Comunitária (CRUTAC) e de "Campus" Avançados, sendo os primeiros nas regiões geo-econômicas em que se situam as próprias Universidades e os "Campus" em outros locais considerados de maior interesse para o desenvolvimento econômico e social. Em ambos serão desenvolvidos programas de treinamento e aplicação das diferentes modalidades de ensino, através da prestação de serviços orientados, coordenados com os programas de governo e os interesses das respectivas comunidades.

Na primeira etapa, a ser iniciada ainda no corrente ano, deverão estar implantados os Centros Rurais das Universidades do Nordeste e "Campus" Avançados em Eirunepé (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Rio Branco (AC), Humaitá (AM), Uaupés (AM), Óbidos (PA), Tabatinga (AM) e Aragarças (GO).

1.2 — ACELERAÇÃO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE E SANEAMENTO

Ação de Governo: Principais Realizações

SAÚDE

A aceleração do programa de Saúde, em âmbito nacional, terá como ponto de partida a definição de uma divisão de trabalho racional entre a ação do Governo Federal e a dos Governos Estaduais e Municipais, nessa área, de modo a concentrar a atuação da União em: função normativa; trabalho de coordenação e integração dos serviços de saúde; execução das campanhas de combate às doenças transmissíveis, por ação direta e indireta; função supletiva de assistência técnica e financeira; cooperação a áreas de renda muito baixa; e ação pioneira quanto a descobertas recentes da Medicina ou problemas novos decorrentes do progresso moderno. Como consequência, menos execução direta e mais intensidade do trabalho de apoio a Estados e Municípios no desenvolvimento dos serviços locais de saúde, vale dizer, das tarefas de execução a nível estadual e municipal.

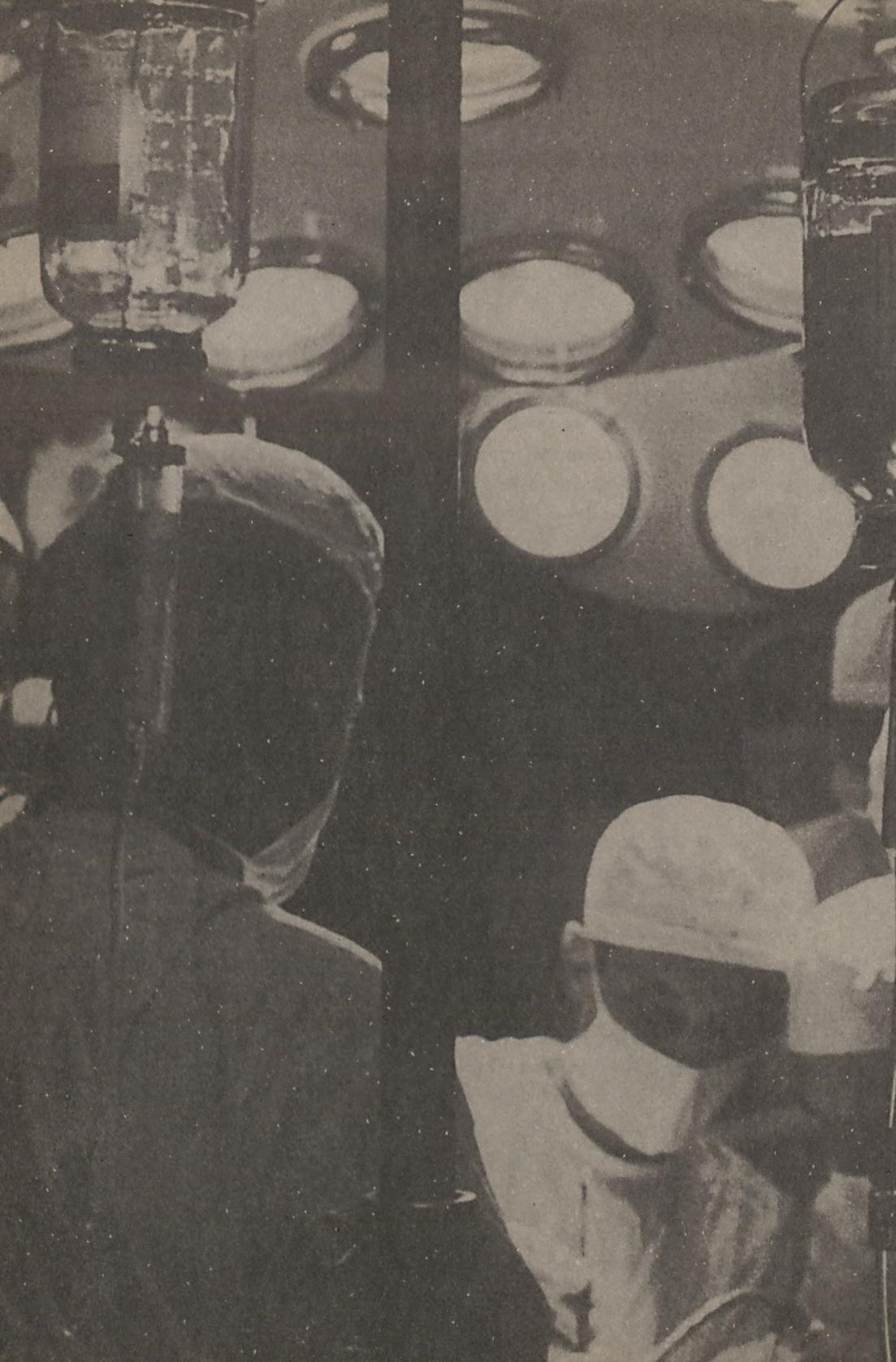
As condições efetivas para uma política nacional de Saúde serão criadas mediante aprovação de uma **Lei Básica dos Serviços de Saúde**, no País, a ser observada pela União, Estados e Municípios em sua programação.

São as seguintes as dez principais realizações projetadas:

I — Na área de Saúde Coletiva, de primordial relêvo, obtenção de resultados substanciais na intensificação do combate às moléstias transmissíveis, para eliminação progressiva, redução considerável ou controle das doenças de massa — sobretudo das endemias rurais — principalmente: malária, doença de Chagas, esquistosomose, poliomielite epidêmica, varíola, febre amarela, lepra. Prioridade absoluta às campanhas de vacinação e, como corolário, às campanhas de educação sanitária.

A realização de dispêndios, no período, superiores a Cr\$ 300 milhões, permitirá, ainda em 1970, a erradicação da varíola, no Brasil, na fase de ataque (ou seja a vacinação de, no mínimo, 90% da população nos diversos grupos etários), assim como, até 1973, a erradicação da malária, como doença de massa, e da febre amarela.

II — Realização de programa de integração progressiva dos serviços locais e regionais de assistência médica, regionalmente hierarquizada e diversificada, para



melhoria de produtividade dos serviços públicos (federais, estaduais e municipais), de proteção e recuperação da saúde.

A expansão da rede de unidades locais médico-sanitárias, com assistência financeira e técnica do Governo Federal, constituirá o instrumento operacional básico do programa.

Em sistema vinculado ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios, serão realizados convênios entre a União, Estados e Municípios, de modo a efetivar gradualmente a referida integração de serviços, indispensável a uma ação mais coordenada e a uma melhor divisão de trabalho entre as três esferas de Governo.

Estabelecer-se-á, igualmente, a divisão de trabalho entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Previdência Social (INPS) no tocante à assistência médica, assim como em relação às demais entidades mantidas ou subvencionadas pelo Governo Federal.

III — Na área de Saúde Individual, além da integração de serviços estabelecida e da assistência financeira e técnica, pelo Ministério da Saúde, à rede de hospitais existentes no País, **reformulação do Plano Nacional de Saúde**, com base no relatório da Comissão de Alto Nível que analisou as experiências-piloto já realizadas.

Definir-se-á alternativa para o sistema formulado anteriormente, considerado inviável, notadamente quanto aos aspectos financeiros. A reformulação indicará qual o mínimo de cobertura a ser atendido pelos sistemas locais e regionais de assistência médica e hospitalar; as etapas de implantação progressiva, inclusive do ponto de vista regional; a medida em que, além da integração dos serviços públicos, entre si, será possível integrá-los com o sistema privado; o esquema financeiro exequível a ser adotado.

IV — Implementação de programa nacional de fornecimento de medicamentos básicos, a custo reduzido, às classes de mais baixa renda, para assegurar efetividade aos programas de proteção e recuperação da saúde. O esquema será executado mediante coordenação entre os laboratórios, já existentes, de propriedade do Governo — notadamente na área do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Previdência Social — e a atuação da indústria farmacêutica privada. Através da produção em maior escala, da integração de serviços, da eliminação de despesas supérfluas (embalagem de medicamentos, publicidade, etc.), aquelas reduções de custo serão substanciais, em certo número de medicamentos considerados essenciais à recuperação da saúde de grandes massas.

V — Implantação, a prazo curto, da Política Nacional da Criança, em esquema progressivo, objetivando a assistência materno-infantil às classes de baixa renda, em áreas prioritárias.

Tal política se caracteriza, essencialmente, por: implementação gradual, selecionando áreas de ação prioritária e formas de assistência a serem prestadas; execução descentralizada, exercendo a União a função de promoção, coordenação e apoio financeiro e técnico; atenção especial aos problemas de: nutrição, vacinação básica e assistência dentária; financiamento com recursos federais, estaduais, municipais (inclusive com utilização do Fundo de Participação) e privados.

VI — Intensificação da pesquisa — básica e aplicada — na área de Saúde, coletiva e individual, dirigida particularmente ao campo das doenças que constituem entrave ao desenvolvimento nacional. Através dos Fundos ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico, o Governo Federal dará, igualmente, apoio à pesquisa para o fortalecimento da indústria farmacêutica nacional.

VII — Execução de programas que, levando em conta a prioridade dada às profissões de saúde na expansão de vagas do sistema universitário, promovam a efetiva interiorização de médicos para as regiões de maior deficit, inclusive por meio de incentivos financeiros, em esquema articulado com os Estados e Municípios.

VIII — Adoção de medidas que, ao lado do aumento de vagas na área de profissões de saúde, permitam a criação das carreiras curtas nesse setor, particularmente na área de saúde coletiva, de modo a reduzir os custos sociais da expansão do sistema de saúde e evitar a absorção de médicos, e outros profissionais de carreira longa, ainda com grande deficit no País, em tarefas que possam ser executadas por técnicos de adequada qualificação.

IX — Coordenação de medidas no sentido de criação de uma legislação eficaz, para coibir o processo de intensificação da poluição ambiental, nas grandes áreas urbanas brasileiras, principalmente no Grande Rio e no Grande São Paulo.

O programa visa a cuidar de condições efetivas de controle da poluição de águas e da atmosfera, através de ação conjugada das entidades governamentais, nos diferentes níveis de governo.

X — Apoio ao Programa de Saneamento Básico, através de investimento de Cr\$ 100 milhões com recursos próprios do Ministério da Saúde (além de recursos externos), para expansão da rede nacional de abastecimento d'água e de esgotos, em articulação com o Ministério do Interior.

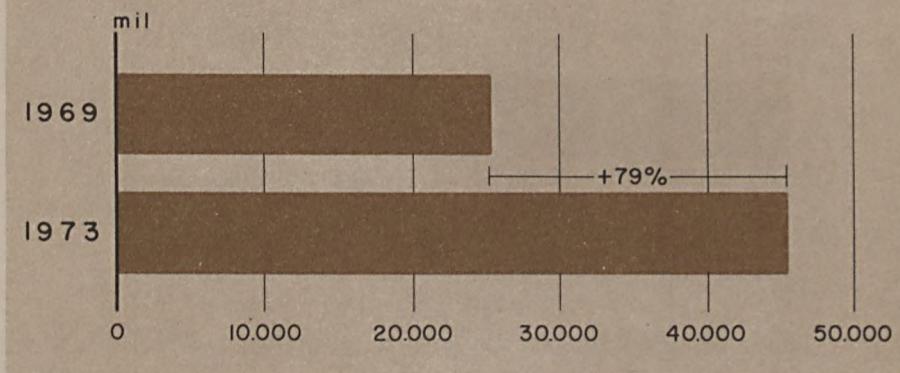
SANEAMENTO

Realizações principais programadas:

I — Execução de programa de financiamento capaz de assegurar, no quadriênio, o suprimento de água potável para mais 20 milhões de habitantes urbanos. É essa a primeira etapa da Década do Saneamento Básico, que visa a atender

SAÚDE - SANEAMENTO

POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA COM SERVIÇOS D'ÁGUA



com serviços de água, em 1980, proporção da ordem de 80% da população urbana brasileira. As aplicações globais necessárias à consecução dessa meta deverão ascender, no período, a Cr\$ 9 900 milhões (a preços de 1970). O Ministério do Interior, através do Banco Nacional da Habitação (Mecanismo Financeiro de Saneamento) e do orçamento, concorrerá com cerca de Cr\$ 5 000 milhões.

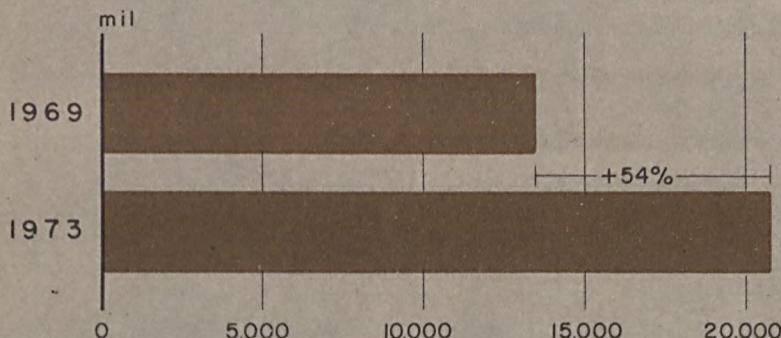
II — Consolidação de um sistema de financiamento para obras de esgotos sanitários, de modo a elevar para, pelo menos, 50%, até 1980, a proporção da população urbana servida.

III — Condução dos programas de financiamento de sistemas de abastecimento d'água e de esgotos consoante as seguintes definições básicas:

— Minimização e racionalização das aplicações da União a fundo perdido; tais aplicações serão destinadas, de forma programada, a subsidiar municípios de menor renda na contrapartida, que se torne indispensável, aos financiamentos recebidos.

— Conjulação de esforços dos diversos órgãos federais capazes de colaborar para o êxito do programa, definindo-lhes os campos de ação e integrando-lhes os esforços.

POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA COM SERVIÇOS DE ESGÓTOS SANITÁRIOS



— Atuação de forma descentralizada, através de organismos estaduais e municipais, e com observância do princípio de execução indireta, por intermédio do setor privado.

— Viabilização da operação dos sistemas de água e de esgotos e redução de seu custo operacional através da operação, por um mesmo concessionário, de um conjunto integrado de sistemas municipais.

— Tarifação que permita a operação, manutenção e expansão do sistema local.

IV — Consecução das seguintes metas adicionais na área de saneamento:

— Solução do problema das inundações em áreas urbanas, em diversas cidades que somam uma população total de 15 milhões de habitantes.

— Execução de trabalhos de regularização de cursos de rios em 150 bacias hidrográficas, possibilitando o aproveitamento das áreas recuperadas para programas de desenvolvimento agropecuário.

Projetos Prioritários

Elenco de Projetos (com aplicações prováveis no período 1970/73, a preços de 1970):

SAÚDE

- 1) Erradicação de Endemias — Cr\$ 330 milhões.
 - 1.1 — Campanha de Erradicação da Malária.
 - 1.2 — Campanha de Erradicação da Varíola.
 - 1.3 — Campanha de Erradicação da Febre Amarela.
 - 1.4 — Campanha de Vacinação Contra Doenças Transmissíveis Agudas.
- 2) Integração de Serviços Públicos de Saúde.
- 3) Desenvolvimento do Sistema de Proteção Materno-Infantil.
- 4) Medicamentos Populares.
- 5) Combate à Poluição Ambiental.

SANEAMENTO

- 6) Programa de Financiamento para Saneamento.
- 7) Programa Prioritário de Abastecimento d'Água e Esgotos do DNOS — Cr\$ 495 milhões.
- 8) Programa de Saneamento Básico do Nordeste — Cr\$ 495 milhões.
- 9) Programa Prioritário de Abastecimento de Água do Ministério da Saúde — Cr\$ 160 milhões.
- 10) Programa Prioritário de Combate à Erosão e às Inundações.

Descrição:

SAÚDE

● ERRADICAÇÃO DE ENDEMIAS

Para dinamização e articulação dos esforços do Ministério da Saúde no combate às doenças transmissíveis de caráter endêmico, foram os vários serviços estruturados sob a responsabilidade e coor-

denação de um órgão único — a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — o que lhes assegura unidade de comando e aproveitamento máximo dos recursos humanos e materiais de que dispõem. Da mesma forma, será dispensada atenção a outras doenças transmissíveis (Tuberculose, Tracoma, Peste, Verminose, Bócio, Bouba, Lepra, etc.).

Os principais projetos são descritos a seguir:

● Campanha de Erradicação da Malária

O problema da Malária atinge cerca de 7,5 milhões de quilômetros quadrados, vale dizer 88% da área nacional. Atualmente a luta contra a Malária cobre todo o País. O trabalho básico repousa no combate ao anofelino na sua fase alada, por intermédio de borrifações residenciais de inseticida, ciclicamente repetidas duas vezes por ano. Paralelamente, é feito o tratamento sistemático dos doentes. Como medidas de apoio são realizados trabalhos de educação sanitária, preparo de pessoal, etc.

As tarefas são executadas em consonância com normas internacionais, ditadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Repartição Sanitária Pan-Americana. São mantidos também acôrdos internacionais para combate à Malária.

Para o período, prevê-se aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 311 milhões.

● Campanha de Erradicação da Varíola

O Brasil, no continente, continua a apresentar o maior número de casos de ocorrência de varíola, ainda que predomine a varíola *minor*, de baixa mortalidade. Aceita-se como satisfatória a vacinação mínima de 90% dos diversos grupos etários.

A ação da Campanha se realiza em três fases: preparatória, de ataque e de manutenção e vigilância, esta última de responsabilidade dos serviços locais de saúde, compreendendo a revacinação e vacinação da população nova. O Brasil utiliza vacina de fabricação própria.

É meta principal do Ministério da Saúde completar, em 1970, a fase de ataque, vacinando cerca de 44 milhões de pessoas, para o que se prevê um dispêndio da ordem de Cr\$ 7,2 milhões no corrente ano.

● **Campanha de Erradicação da Febre Amarela**

A febre amarela urbana foi erradicada do País desde 1955, porém em setembro de 1967 o trabalho contra o "Aedes Aegypti", transmissor da Febre Amarela urbana, teve de ser retomado, pela constatação de sua existência em Belém do Pará. A erradicação desse mosquito passou, então, a constituir meta prioritária.

Em 1970, na área do Pará e Maranhão, especialmente, para a proteção de cerca de 2 250 000 habitantes, serão inspecionadas cerca de 980 000 casas, 33 000 aviões, 49 000 embarcações e 86 000 veículos. Esse programa deverá ter continuidade por 5 anos após a constatação de não presença do "Aedes Aegypti".

Prevê-se uma aplicação de cerca de Cr\$ 13,3 milhões, no período.

● **Campanha de Vacinação contra Doenças Transmissíveis Agudas**

Trata-se de dar continuidade e refôrço às atividades de combate às chamadas doenças de massa (doenças transmissíveis agudas), principalmente através de programas de vacinação e imunização, sobretudo dos grupos etários mais jovens e suscetíveis a epidemias (vacinas contra a poliomielite epidêmica, sarampo, febre tifóide, BCG, vacina tríplice — tétano, coqueluche, difteria, etc.).

● **INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Objetiva-se estabelecer diretrizes e bases que permitam uma definição precisa do papel que devem desempenhar os órgãos públicos e privados no atendimento dos problemas de saúde.

Mediante essa definição de responsabilidades e áreas de atuação do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, através do INPS, dos Estados, dos Municípios e das entidades médicas ou hospitalares privadas, conjugar-se-ão esforços no sentido de evitar paralelismos e desperdícios.

O reequacionamento do Plano Nacional de Saúde, aproveitando os aspectos positivos introduzidos, deverá fundamentar êsse programa, considerando-se as seguintes linhas de ação em relação à União:

- a) Ação normativa, assistencial e de coordenação.
- b) Ação descentralizada, apoiada gradualmente nas Unidades de Saúde locais, de responsabilidade dos Estados e Municípios ou do Setor Privado.
- c) Apoio financeiro através do Fundo Nacional de Saúde, Fundo de Participação dos Estados e Municípios, e INPS.
- d) Estímulo ao seguro-saúde, no campo da assistência médica individual.

● DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO MATERNO-INFANTIL

Merce destaque êsse programa pela repercussão social do problema da desnutrição, morbidade e mortalidade infantis. Impõe-se como meta integrar, orientar e coordenar todo o esforço público e privado que se executa nesse setor, e ampliar a faixa de atendimento da população necessitada de Assistência Alimentar. Em 1970, para uma população necessitada de auxílio alimentar da ordem de 9 500 mil pessoas, está programado o atendimento a 700 mil beneficiários, dentro das diretrizes já definidas no texto de realizações.

Como órgão promotor da política está sendo criada no Ministério da Saúde a Coordenação da Assistência Materno-Infantil.

● MEDICAMENTOS POPULARES

Um programa visando à aceleração da produção de medicamentos essenciais, por estabelecimentos da União e pelo setor privado, deverá ser implementado no período do atual Governo. Paralelamente, uma série de medidas complementares deverão ser adotadas, dentre essas convindo salientar as seguintes:

— Permitir aos retalhistas (farmácias) embalarem e venderem unidades terapêuticas (comprimidos, drágeas, cápsulas, ampolas e frascos-ampolas) na quantidade prescrita pelo médico, retirados de estoques comprados a granel dos laboratórios.

— Medidas visando ao desenvolvimento das indústrias químicas de base (síntese) no País e a incrementar as pesquisas químico-farmacêuticas.

— Estimular a criação de farmácias junto a hospitais, ambulatórios e Serviços Médicos do INPS, com estoques suficientes para fornecimento, a preços reduzidos, de medicamentos a pacientes internados e de ambulatórios, desde que segurados.

— Dar incentivos à organização de um sistema de produção, em larga escala, de produtos farmacêuticos considerados essenciais ao País, a serem fornecidos em embalagens simples e baratas, a baixo preço, à grande massa dos doentes brasileiros.

— Integrar no sistema de produção de medicamentos populares os laboratórios já existentes do Governo, na esfera federal (Ministério da Saúde e do Trabalho e Previdência Social) e estadual.

● COMBATE À POLUIÇÃO AMBIENTAL

O problema da poluição ambiental assume hoje caráter de prioridade nacional: decorrente da concentração populacional e da intensificação do processo de industrialização, tem-se tornado grave, nos últimos anos, preocupando os Governos federal, estadual e municipal, nas grandes áreas urbanas. As consequências da contaminação ambiental, compreendendo o ar, a água e o solo, devidas a agentes naturais ou artificiais, se fazem sentir tanto sobre a saúde do homem, como sobre a economia das áreas atingidas.

Com relação à contaminação do ar, pode-se dizer que é das mais graves a situação nas duas maiores cidades do País: estima-se que no Rio de Janeiro, fábricas, veículos automotores e incineradores de lixo espalham uma quantidade superior a 200 toneladas de partículas sedimentáveis, por mês, no ar respirado pela população; em São Paulo, a concentração de anidrido sulfuroso, na atmosfera, é de 0,88 partes por milhão, cifra duas vezes maior do que a medida normal nos Estados Unidos.

A poluição da água tem, dentre os seus principais agentes, o lançamento, nos cursos d'água, sem qualquer tratamento, dos líquidos residuais das atividades domésticas e industriais. Ressalte-se o fato de que, em 1965, somente 66 municípios do País possuíam estações

de tratamento de esgotos, e de ser muito pequeno o número de indústrias que possuem sistemas próprios de tratamento de suas águas residuais. Em consequência, rios, lagos e baías situados nas áreas de grande concentração demográfica e industrial apresentam altas taxas de contaminação.

A ação do Governo Federal neste campo se fará através das seguintes medidas:

- Estabelecimento de normas nacionais de controle da poluição ambiental.
- Assinatura de convênios com governos estaduais e municipais, com o fim de estudar os problemas de poluição e controlá-los.
- Concessão de financiamento para a implantação de sistemas de esgotos sanitários, a fim de evitar a poluição das águas, através do Mecanismo Financeiro de Saneamento (vide Programa de Financiamento para Saneamento).

SANEAMENTO

● PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO

Este Programa, orientado principalmente pelo Ministério do Interior, através do Banco Nacional da Habitação, destina-se a financiar e refinanciar os estudos, projetos, assistência técnica e execução das obras necessárias à implantação e ampliação (inclusive a melhoria) do abastecimento d'água e de sistemas de esgotos nos centros urbanos do País. O Programa poderá atender, também, sistemas de irrigação, drenagem e controle de inundações, desde que as operações sejam econômica e financeiramente viáveis, na medida das disponibilidades financeiras.

A sua execução é feita através de subprogramas regulamentados pelo próprio Banco. Atualmente estão em execução:

- 1) O Subprograma de Financiamento e Refinanciamento da Implantação, Ampliação e/ou Melhoria dos Sistemas de Abastecimento d'Água — REFINAG.
- 2) O Subprograma de Estímulo ao Sistema Financeiro de Saneamento — EFISAN.

3) O Subprograma de Financiamento e Refinanciamento da Implantação, Ampliação e/ou Melhoria dos Sistemas de Esgotos Sanitários — REFINESC.

Os recursos destinados ao Programa serão invariavelmente aplicados sob a forma de financiamento ao Município, que participará também do investimento com 25% do seu valor. A parcela financiada será dividida em partes iguais com recursos do Banco Nacional da Habitação e dos Fundos de Financiamento de Águas e Esgotos (FAE).

● **PROGRAMA PRIORITÁRIO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E ESGOTOS SANITÁRIOS DO DNOS**

A ação do Ministério do Interior, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em relação a este Programa, desenvolver-se-á (1970/73) em 85 cidades no tocante a obras de abastecimento d'água e em 20 cidades no referente a esgotos sanitários, destacando-se, entre as primeiras, dez, e, entre as últimas, quatro capitais de Estados.

● **PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO DO NORDESTE**

Este programa, também na órbita do Ministério do Interior, desenvolver-se-á sob a coordenação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), participando também o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), além de organismos estaduais e municipais.

Saliente-se que, da população urbana estimada para a região (12 milhões de pessoas), sómente 32% são servidos por sistemas de abastecimento de água; parcela bem menor dispõe de esgotos sanitários.

No final do quadriênio, terão sido beneficiadas pelas obras de abastecimento de água cerca de 9,4 milhões de pessoas, distribuídas por 9 capitais de Estados, 29 cidades médias e grandes, e 700 pequenas cidades. Com sistemas de esgotos sanitários serão beneficiados 5,9 milhões de pessoas, nas 9 capitais, em 29 cidades grandes, e em cerca de 100 cidades médias.

No período serão investidos, pelos órgãos federais, Cr\$ 250 milhões em sistemas de água e Cr\$ 245 milhões em sistemas de esgotos.

● PROGRAMA PRIORITÁRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Caberá à Fundação SESP, do Ministério da Saúde, a execução, no quadriênio, de obras que beneficiarão imediatamente 2 milhões de pessoas, aplicando, além de recursos provenientes de empréstimo do BID, dotações orçamentárias próprias e recursos dos governos estaduais e prefeituras municipais, num montante de cerca de Cr\$ 160 milhões.

O Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) participará do programa através da alocação de recursos, a fundo perdido, nas cidades de baixo potencial econômico e fortemente atingidas por doenças hídricas.

● PROGRAMA PRIORITÁRIO DE COMBATE À EROSÃO E ÀS INUNDAÇÕES

Este programa, que se desenvolverá sob a responsabilidade principal do Ministério do Interior, por intermédio do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) será executado em regime de acordo com os demais organismos governamentais interessados na utilização da água, principalmente para abastecimento urbano, irrigação, geração de energia e navegação fluvial, visando-se a otimizar o aproveitamento das bacias hidráulicas.

Deverão ser diretamente beneficiadas cidades com população total de 15 milhões de pessoas; no concernente aos trabalhos de recuperação de 150 bacias hidrográficas, o aproveitamento das terras propiciará a implantação de programas racionais de colonização.

revolução na agricultura e abastecimento



Ação de Governo: Principais Realizações

Mediante forte ação executiva, da plena utilização dos instrumentos já criados e da ampliação dos incentivos existentes, serão lançadas as bases para promover, na década de 70, um movimento renovador, de profundidade, no Setor Agrícola. Isso significará, principalmente, dotar a Agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços; realizar a expansão de áreas, principalmente através da ocupação de espaços vazios, no Centro-Oeste (na zona dos "Cerrados"), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste; converter em realidade a Reforma Agrária, nas áreas em que o sistema de propriedade da terra constituir obstáculo ao aumento de produtividade e à melhoria de condições do trabalhador rural; transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais; efetivar a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas, notadamente nos grandes centros urbanos.

São as seguintes as DEZ REALIZAÇÕES mais importantes que a ação do Governo deverá promover, no período 1970/1973:

I — Grande impacto no aumento dos investimentos e da produção agrícola, por meio do sistema de incentivos financeiros e fiscais, já montado, destacando-se:

— Sistema, em vigor, de incentivos fiscais à expansão de investimentos na agricultura, pela autorização ao contribuinte para abater na declaração de renda, mediante comprovação, os investimentos realizados, até o limite de 80% do rendimento bruto.

— Eliminação, já efetivada, do ICM incidente sobre tratores, implementos agrícolas, fertilizantes e outros insumos destinados à agricultura, de produção nacional.

— Criação recente, pelo Conselho Monetário, do Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG), que poderá servir principalmente como mecanismo de apoio às exportações de produtos agrícolas não tradicionais.

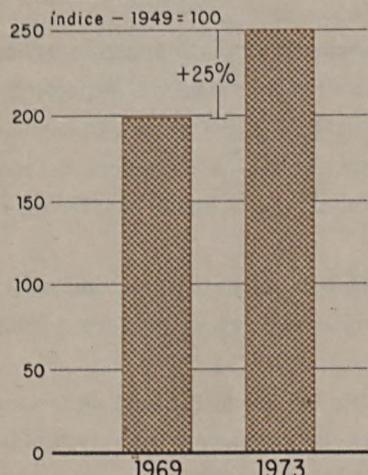
— Nova política de crédito rural, com menor taxa de juros e incorporação dos recursos correspondentes a 10% dos depósitos de bancos comerciais, para melhor associação do crédito à assistência técnica e à transformação tecnológica.

— Aperfeiçoamento da política de preços mínimos, levando-se em conta, na sua fixação, os preços internacionais para os produtos potencialmente exportáveis: **financiamento sem limite no valor das operações**, havendo apresentado, em 1969, reajustamento que significa real estímulo ao aumento da produção; **efetiva interiorização** dos preços mínimos, para alcançar realmente o produtor, inclusive através da utilização de todo o sistema bancário, oficial e privado.

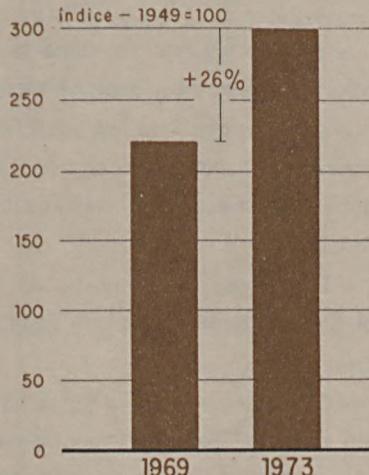
— Concessão de estímulos especiais ao **cooperativismo**, mediante aperfeiçoamento da respectiva legislação, já em fase final de formulação. Aplicação do Seguro Agrícola sob a forma de seguro para o crédito agrícola.

Consoante já definido pelo atual Governo, a fim de garantir adequada margem de rentabilidade no investimento agrícola, a política de preços procurará assegurar que, assim como para os produtos potencialmente exportáveis se estabeleceu preço mínimo na base dos preços internacionais, os preços dos principais insumos agrícolas — tratores, implementos, fertilizantes e defensivos — se aproximem também, quanto possível, dos preços internacionais, mediante estímulos apropriados.

AGRICULTURA-ABASTECIMENTO
AUMENTO DA
PRODUÇÃO DE LAVOURAS
(MÍNIMO PREVISTO)



AGRICULTURA-ABASTECIMENTO
EXPANSÃO DO
PRODUTO AGRÍCOLA
(MÍNIMO PREVISTO)



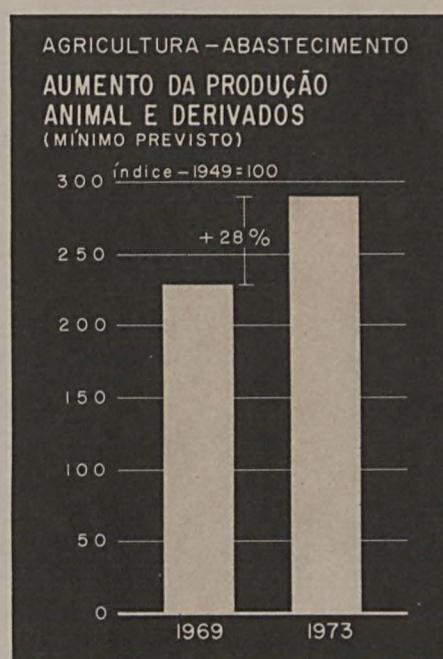
II — Efetivação de Investimentos e Aplicações, no período, da ordem de Cr\$ 12 000 milhões (a preços de 1970), por parte do Governo Federal, em **programas de apoio** ao desenvolvimento da Agricultura, setor em que o Investimento, como é sabido, depende quase inteiramente do setor privado.

Do total acima, cerca de Cr\$ 760 milhões se destinam diretamente ao desenvolvimento tecnológico na Agricultura (pesquisa, sementes, extensão rural); Cr\$ 850 milhões ao desenvolvimento da produção animal, notadamente da pecuária de corte e leite; Cr\$ 990 milhões à infra-estrutura agrícola (irrigação, eletrificação rural, sistema de estradas rurais); Cr\$ 410 milhões especificamente aos órgãos da Reforma Agrária (além dos recursos obtidos dos diversos fundos); Cr\$ 350 milhões à modernização do abastecimento; Cr\$ 2 000 milhões ao reflorestamento e pesca (incentivos fiscais, recursos próprios das empresas e financiamentos); e Cr\$ 6 800 milhões aos fundos associados a investimento agrícola, assistência técnica e mudança tecnológica, e incentivo às exportações (ou seja, o fundo junto à CREAI, o FNRR e o FUNDAG).

No montante referido não se inclui o financiamento de custeio, através da CREAI e dos bancos comerciais, cujo total de aplicações, anualmente, deverá elevar-se à ordem de Cr\$ 2 130 milhões e Cr\$ 1 800 milhões, respectivamente.

III — Consecução de metas que assegurem um aumento da produção agrícola global, em termos reais entre 1969 e 1973, da ordem de 26 a 35% (ou seja, taxa anual de crescimento de 6 a 8%). A absorção do rápido aumento previsto para o quadriênio 1970/1973 será assegurada mediante concentração do crescimento da produção nos produtos de mais acelerada expansão de demanda, interna e externa (notadamente os produtos de origem animal e as safras de bens agrícolas não tradicionais), levando-se em conta, outrossim, o resultado de estudos empíricos recentes que mostram elevar-se rapidamente o autoconsumo da agricultura nas fases de rápido aumento de produção.

Ao mesmo tempo, **transformação do Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais**, naturais ou industrializados (consoante





AGRICULTURA - ABASTECIMENTO

EXPORTAÇÃO | em mil toneladas

arroz

1969

41

+ 388 %

1973

200

milho

1969

~ 640

+ 213 %

1973

2.000

soja

1969

308

+ 62 %

1973

500

o referido Quadro III), destacando-se a expansão prevista para carne, milho, soja, madeiras, alimentos naturais e industrializados.

IV — Desenvolvimento tecnológico do Setor Agrícola, objetivando a transformação da agricultura tradicional, principalmente nas áreas de escassez relativa de terra e/ou mão-de-obra, assim como, em geral, o fortalecimento da agricultura de mercado, em substituição à agricultura de subsistência. Dentro da política de incentivo à disseminação de insumos modernos, cumpre destacar:

— Fortalecimento da produção nacional de fertilizantes, de modo a atingir, em 1973, uma capacidade de produção de 200 mil toneladas e 456 mil toneladas em Nitrogenados e Fosfatados, respectivamente, com aumentos de 1600% e 82% sobre a produção em 1969; ampliação dos estímulos financeiros para permitir o aumento do consumo de Nitrogenados, Fosfatados e Potássicos, até 1973, de 128%, 100% e 96%, respectivamente, em relação a 1969. Ao mesmo tempo, fortalecimento da indústria nacional de defensivos agrícolas.

— Expansão do Plano Nacional de Mecanização Agrícola, principalmente nas áreas de escassez relativa de mão-de-obra, com o objetivo de elevar o número de tratores em operação, de 80 mil em 1969 para 120 mil em 1973 (aumento de 50%).

— Reformulação do programa de pesquisa agrícola, para aplicações, no período, da ordem de Cr\$ 240 milhões, com a criação do Fundo de Pesquisa Agrícola.

V — Desenvolvimento Acelerado da Pecuária, e outros componentes da produção animal, para permitir acompanhar rapidamente o crescimento do consumo interno e expandir substancialmente, de forma continuada, as exportações de carne. Os projetos principais a serem executados são:

— Projeto de Desenvolvimento da Pecuária, nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, com recursos totais, no período, de Cr\$ 315 milhões. A reformulação que está sendo feita permitirá a aceleração dos desembolsos nos próximos meses.

— Projeto de Desenvolvimento da Pecuária, nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, com recursos totais de Cr\$ 225 milhões.

— Projeto de Controle da Febre Aftosa, nos Estados abrangidos pelos dois projetos anteriores, com recursos de Cr\$ 119 milhões.

— Modernização do Sistema de Industrialização e Comercialização nas principais bacias leiteiras (projeto ligado ao PLAMAM), com recursos de Cr\$ 145 milhões.

— Modernização da infra-estrutura de Pesca, com a construção de Portos Pesqueiros nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro (1.^a etapa), Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Pará (2.^a etapa). Recursos de Cr\$ 160 milhões.

VI — Prosseguimento da Política de defesa de Produtos de Base, notadamente o café e açúcar (a cargo do MIC), cacau, algodão, etc., com os objetivos principais de preservar a receita em divisas para o País e o nível de renda do setor, considerado o impacto sôbre o orçamento monetário.

No tocante ao Café, terá continuidade o esforço de sustentação dos preços internacionais, aliado ao objetivo básico de manutenção da nossa participação, relativa no mercado. No plano interno, a política do Governo Federal objetivará o aumento da produção e da produtividade, através da sustentação de preços estimuladores e da concessão de financiamentos, buscando-se o equilíbrio entre oferta e procura. Especial atenção está sendo conferida ao fortalecimento da infra-estrutura cafeeira através do estímulo e do suporte financeiro para a criação de novas unidades de pesquisas no Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo e do apoio às entidades existentes, para dotar o setor cafeeiro do indispensável suporte tecnológico, medida que se faz ainda mais necessária face ao aparecimento da "ferrugem alaranjada do café".

No tocante ao Cacau, terá prosseguimento o programa de recuperação da posição já ocupada pelo Brasil entre os produtores e de assegurar crescente participação no aumento da demanda mundial.

Terão seqüência os trabalhos de aumento da produção e produtividade da lavoura cacauícola, através da CEPLAC, em conjunto com outros organismos governamentais. Destacam-se a intensificação dos trabalhos de pesquisa e experimentação, de combate a pragas e doenças e de formação de técnicos.

A infra-estrutura econômica e social na região cacauícola será sobremaneira beneficiada a partir da construção de estradas de escoamento da produção e de programas de saúde e saneamento em benefício das populações rurais da zona cacauícola.

VII — Fortalecimento da Infra-Estrutura Agrícola do País, por meio da execução dos seguintes principais programas:

— Plano Nacional de Irrigação, para expandir a área irrigada total, na primeira etapa, de 500 000 ha em 1969 para 600 000 ha em 1973 (aumento de 20%). Os projetos prioritários são os de Bebedouro (em Petrolina), Vale do Jaguaribe, Caímacuã e da Lagoa Mirim. Aplicações totais, no período, estimadas em Cr\$ 506 milhões para o programa nacional.

— Projeto de Eletrificação Rural, na primeira etapa, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará. Recursos de 280 milhões.

— Construção de Sistema Integrado de Estradas Rurais, para ligação das zonas de produção com as estradas principais. Já concluídos os projetos de Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Espírito Santo. Recursos previstos de Cr\$ 150 milhões.

VIII — **Implantação Efetiva da Reforma Agrária**, com aplicação da nova legislação aprovada, e mediante execução dos projetos nas três primeiras áreas operacionais já definidas: Baixo Jaguaribe (Ceará), Zona da Mata (Pernambuco) e noroeste de Minas Gerais. Outras áreas operacionais serão selecionadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outras unidades da Federação. Aplicações previstas de Cr\$ 410 milhões, com recursos dos órgãos de Reforma Agrária.

IX — Expansão de Área e Colonização. Ocupação de espaços vazios.

A progressiva ocupação de espaços vazios, de forma racional, efetuar-se-á, principalmente, com relação aos vales úmidos do Nordeste, Meio-Norte e áreas selecionadas da Amazônia, assim como na zona de "Cerrados", principalmente no Planalto Central (Goiás e Mato Grosso, Minas Gerais e sul do Pará).

O programa de colonização de áreas novas iniciar-se-á nas terras já pertencentes ao Ministério da Agricultura, INCRA, Estados e outros órgãos governamentais, num total estimado em 2 000 000 ha.

**AGRICULTURA - ABASTECIMENTO
UTILIZAÇÃO DE FERTILIZANTES**

600 mil toneladas

500
400
300
200
100
0

FOSFATADOS - P_2O_5
POTÁSSICOS - K_2O
NITROGENADOS - N

1969

1973

AGRICULTURA - ABASTECIMENTO

TRATORES AGRÍCOLAS EM OPERAÇÃO

1969

80.000 unidades



1973

+ 50 %



120.000 unidades

A utilização dos "Cerrados", que se estendem por cerca de 2 000 000 de km², far-se-á por seleção de áreas, sobretudo com vistas à pecuária (cria e recria), mediante incentivos fiscais (na área da SUDAM) e linhas de créditos especiais.

X — Modernização do Sistema Nacional de Abastecimento, pela implementação dos seguintes principais programas:

— Construção do Sistema de Centrais de Abastecimento (ou Mercados Terminais), nas principais concentrações demográficas do País, compreendendo prioritariamente as Centrais de Abastecimento de: Grande Rio (Guanabara e municípios adjacentes), São Paulo (ampliação do CEAGESP), Pôrto Alegre, Niterói-São Gonçalo, Curitiba, Belo Horizonte, Belém, Recife, Salvador, Brasília, Fortaleza, Maceió, Aracaju, Manaus e Goiânia. Aplicações previstas, no período, de Cr\$ 350 milhões.

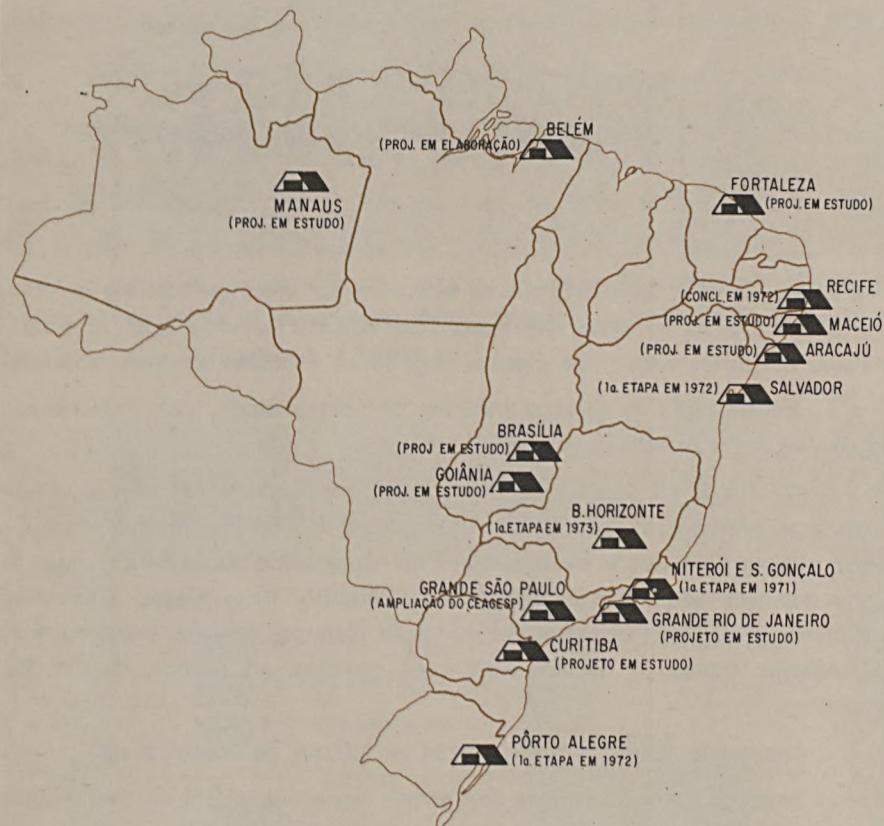
— Criação do Fundo de Modernização do Sistema de Abastecimento.

— Programa de Armazenagem, com ênfase em: armazenagem ao nível de produção, através de programa experimental nas fazendas, com financiamento do BNDE e Banco do Brasil; armazenagem ao nível intermediário, com financiamento através do BNDE; construção de silos portuários, notadamente os de Santos e Pôrto Alegre. Aplicações previstas de Cr\$ 315 milhões.

— Projeto de Industrialização de Produtos Agropecuários, através do Banco do Brasil, com aplicações previstas de Cr\$ 200 milhões.

AGRICULTURA – ABASTECIMENTO

IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO OU MERCADOS TERMINAIS



Áreas de Atuação e Projetos Prioritários

Elenco de Projetos (com aplicações prováveis no período 1970/73, a preços de 1970):

I — DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO. INTENSIFICAÇÃO DO USO DE INSUMOS MODERNOS

- 1) **Intensificação do Programa de Mecanização Agrícola** — Cr\$ 990 milhões.
- 2) **Fortalecimento da Indústria Nacional de Fertilizantes.**
- 3) **Nôvo Programa de Pesquisa e Experimentação** — Cr\$ 240 milhões.
- 4) **Plano Nacional de Sementes Melhoradas** — Cr\$ 180 milhões (período 1970/75).
- 5) **Fortalecimento do Sistema de Extensão Rural** — Cr\$ 160 milhões, além dos recursos estaduais e municipais.

II — PROGRAMA NACIONAL DE PECUARIA

- 6) **Desenvolvimento da Pecuária de Corte na Região Centro-Sul** — Cr\$ 315 milhões.
- 7) **Desenvolvimento da Pecuária de Corte na Região Leste** (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo) — Cr\$ 225 milhões.
- 8) **Projeto de Combate à Frebre Aftosa** — Cr\$ 119 milhões.
- 9) **Modernização da Industrialização e Comercialização nas Principais Bacias Leiteiras** — Cr\$ 145 milhões.
- 10) **Construção de Terminais Pesqueiros** — Cr\$ 160 milhões.

III — FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AGRÍCOLA

- 11) **Plano Nacional de Irrigação** — Cr\$ 506 milhões.
- 12) **Projeto de Eletrificação Rural** — Cr\$ 280 milhões..
- 13) **Sistema Integrado de Estradas Rurais** — Cr\$ 150 milhões.

IV — EXPANSÃO DE ÁREA. MELHOR APROVEITAMENTO DA TERRA

- 14) Intensificação da Reforma Agrária — Cr\$ 410 milhões.
- 15) Programa de Colonização. Ocupação de Novas Áreas (Vales Úmidos e "Cerrados").

V — DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

- 16) Programa de Reflorestamento — Cr\$ 500 milhões.

VI — MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO

- 17) Sistema de Centrais de Abastecimento — Cr\$ 350 milhões.
 - 17.1 — Central de Abastecimento de Pôrto Alegre
 - 17.2 — Mercado Terminal de Niterói/São Gonçalo
 - 17.3 — Central de Abastecimento de Belo Horizonte
 - 17.4 — Central de Abastecimento de Salvador
 - 17.5 — Central de Abastecimento do Recife
 - 17.6 — Central de Abastecimento de Belém
 - 17.7 — Mercado Terminal de Fortaleza
 - 17.8 — Central de Abastecimento do Grande Rio de Janeiro
 - 17.9 — Central de Abastecimento do Grande São Paulo
- 18) Programa de Armazenagem.
 - 18.1 — Armazenagem Intermediária — Cr\$ 240 milhões.
 - 18.2 — Armazéns e Silos Portuários — Cr\$ 75 milhões.

Descrição:

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INTENSIFICAÇÃO DO USO DE INSUMOS MODERNOS

● INTENSIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Realizar-se-á maior utilização da mecanização, especialmente para as culturas onde o emprêgo de máquinas é fator essencial à elevação

dos níveis de produtividade, em áreas de relativa escassez de mão-de-obra e terra. Os aspectos relativos à política global de empréstimo serão acompanhados para efeito de compatibilização.

Serão concedidos estímulos financeiros à mecanização, através da eliminação de impostos e concessão de prazos longos de financiamento. Far-se-á importação de máquinas de colheita e de tratores ainda não fabricados no País, aproveitando, inclusive, convênios bilaterais. O Ministério da Agricultura estudará e promoverá as operações, estudando tecnicamente os tipos de máquinas mais aconselháveis às condições do País e reservando ao Banco do Brasil os aspectos financeiros das transações.

O Ministério da Agricultura manterá patrulhas mecanizadas apenas em áreas pioneiros, cabendo aos Governos Estaduais e à iniciativa privada assegurar êsses serviços em outras áreas.

O número de tratores agrícolas em operação deverá evoluir de 80 mil, em 1969, para cerca de 120 mil em 1973, com um aumento de 50%. As aplicações no financiamento de tratores e máquinas agrícolas deverão alcançar Cr\$ 990 milhões, no período.

● FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS. DISSEMINAÇÃO DE SUA UTILIZAÇÃO NA AGRICULTURA

Os estímulos financeiros e creditícios ao uso de fertilizantes deverão elevar o consumo de nitrogenados, fosfatados e potássicos, em 1973, ao nível de cerca de 1 230 mil toneladas, ou seja, um incremento de 100% em relação a 1969. No período 1970/73 êsses incentivos serão intensificados através do aperfeiçoamento do FUNFERTIL, da eliminação do ICM nos fertilizantes e defensivos e outros estímulos financeiros. Os níveis esperados de consumo para 1973, em nutrientes, são as seguintes: Nitrogênio (N): 330 mil toneladas; Fosfatados (P_2O_5): 540 mil toneladas; Potássicos: 360 mil toneladas.

A capacidade de produção dos projetos já em operação e aprovados soma 177 mil toneladas de fertilizantes nitrogenados, expressos em N, e 386 mil toneladas de fosfatados, como P_2O_5 , totalizando 563 mil toneladas.

Além disso, há novos projetos ainda não aprovados, mas considerados viáveis, que elevarão a capacidade instalada final, no País,

a 731 mil toneladas de fertilizantes, em 1973, que representam 85% do consumo estimado de nitrogenados e fosfatados.

Com o objetivo de atender ao crescente consumo de fertilizantes na região Sul, ainda um outro projeto poderá ser preparado, para implantação em Santa Catarina, com a capacidade de 110 000 t/ano de nutrientes, mediante suprimento de ácido sulfúrico pela Indústria Carboquímica Catarinense. Estima-se que os investimentos necessários são da ordem de Cr\$ 35 milhões.

A indústria de fertilizantes potássicos terá considerável ênfase, no período, para aproveitamento das reservas de carnalita em Alagoas e de silvinita em Sergipe.

Ao mesmo tempo, deverá ser realizado amplo estudo, com a participação do setor privado, a fim de definir as bases futuras de expansão da indústria nacional de fertilizantes.

Para maior difusão do uso de adubos, será ampliada, em escala nacional, a experiência levada a efeito no Rio Grande do Sul, de difusão de fertilizantes e corretivos, criando-se, para esse fim, unidade específica no Ministério da Agricultura. Serão intensificados os trabalhos de difusão de adubos ora em execução com a colaboração da ANDA e da FAO.

● NÔVO PROGRAMA DE PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO

Promover-se-á o desenvolvimento de um programa intensivo de pesquisas agrícolas, concentrado nas culturas de trigo, milho, arroz, feijão, soja, algodão, cacau, café, cana-de-açúcar, amendoim, produtos hortícolas e outros essenciais à economia nacional, articulando órgãos federais e estaduais. O programa especial de pesquisa compreenderá projetos referentes à **fitotecnia, zootecnia, tecnologia de solos** e se adaptará às condições ecológicas de cada região, tendo por finalidade principal o aumento da produção de produtos alimentares básicos, matérias-primas e produtos de exportação, assim como dos níveis de produtividade agrícola. Compreenderá, ainda, pesquisas florestais, em colaboração com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Será instituído um **Fundo de Pesquisa Agrícola**, para financiar os projetos prioritários, de forma coordenada.

Prevê-se uma aplicação, no novo programa de pesquisas, de Cr\$ 240 milhões.

● PLANO NACIONAL DE SEMENTES MELHORADAS

Será acelerada a execução do projeto de produção de sementes melhoradas, tendo por finalidade elevar substancialmente a proporção de sementes melhoradas no total de sementes plantadas, das principais culturas agrícolas (algodão, arroz, batata-inglesa, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja, trigo, produtos hortícolas e forragens).

O projeto, a ser executado sob a orientação do Ministério da Agricultura, deverá assegurar a integração das entidades federais, estaduais e empresas privadas, e prever capital de giro para as empresas produtoras de sementes, investimentos em modernas instalações de pesquisa e beneficiamento de sementes, definição da política de sementes, com a delimitação dos campos de atuação do Governo e da iniciativa privada e meios para alcançar plena integração nas fases executivas do projeto.

A ação executiva do Ministério da Agricultura, nas tarefas de multiplicação de sementes, deverá limitar-se a áreas pioneiras.

A proporção de sementes melhoradas, em relação ao total de sementes plantadas, deverá apresentar a seguinte evolução:

Produtos	Estimativa em		Previsão em
	1969	1973	
Algodão	79,0	100	
Amendoim	2,0	42	
Arroz	6,0	27	
Batata	13,0	35	
Feijão	0,2	22	
Milho	30,0	62	
Soja	67,0	81	
Trigo	69,0	88	

Prevê-se uma aplicação, no período 1970/75, de Cr\$ 180 milhões.

● FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE EXTENSAO RURAL

Os serviços de extensão rural proporcionarão a base de assistência técnica indispensável para os principais projetos de aumento da produção e produtividade agrícola, no campo da irrigação, da eletrificação rural, da pesquisa, do desenvolvimento da pecuária, da reforma agrária, da educação rural e de outros.

O Governo Federal se responsabilizará pela manutenção e ampliação dos serviços de extensão rural em montante da ordem de 60% do custo total, devendo promover-se convênios com os Estados e Municípios a fim de assegurar sua participação no programa de extensão rural. Será criado, para esse fim, Fundo Conjunto de Assistência Técnica.

O número de escritórios de extensão rural, municipais e regionais, que alcançava, respectivamente, 1 078 e 143 unidades, em 1969, deverá elevar-se, no período, para 1 500 e 200 unidades, situando-se os novos escritórios em função de áreas onde se desenvolverão projetos agrícolas prioritários que dependem de assistência técnica.

O organismo executor do programa é a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR, prevendo-se uma aplicação de Cr\$ 160 milhões, no período, em acréscimo aos recursos estaduais e municipais que serão mobilizados.

PROGRAMA NACIONAL DE PECUÁRIA

Desenvolvimento de um elenco de importantes projetos na área da pecuária de corte e leite, coordenados através de uma política nacional de pecuária. Projetos principais:

● DESENVOLVIMENTO DA PECUARIA DE CORTE NA REGIAO CENTRO-SUL

Serão elevados os níveis de produção e produtividade de fazendas selecionadas de criação nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Goiás, através de investimentos no preparo do solo, na aquisição de maquinaria agrícola, na formação de pastagens e aguadas, nas instalações de manejo, na aquisição de reprodutores, na assistência técnica, pesquisa e estudos de mercado.

O projeto prevê, na região Sul, a duplicação da produção de carne por hectare, no período de dez anos; o aumento de 40% na produção de lã, a incorporação de ovinos à produção de carnes, a redução para três anos da idade média do abate de novilhos. No Brasil Central objetiva-se, também, a duplicação da produção de carne por hectare no período de dez anos, a redução das perdas por morte do gado adulto de 5 para 3% e elevação do desfrute de 12 para 20%.

Já está sendo reformulado o esquema financeiro operacional do projeto, para dinamizar sua execução.

Prevê-se a aplicação, no período, de Cr\$ 315 milhões, incluindo financiamento do Banco Mundial.

● **DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DE CORTE NA REGIÃO LESTE (MINAS GERAIS, BAHIA E ESPÍRITO SANTO)**

Os financiamentos se conjugarão à assistência técnica ao nível do mutuário, e serão liberados mediante a formação de planos de desenvolvimento das propriedades. Visam ao melhoramento de pastagens, formação de capineiras, construção de modernas instalações, aquisição de tratores e outras máquinas, aquisição de reprodutores e matrizes.

Serão atendidas, em empréstimos integrais de capitalização, 1 560 propriedades; em empréstimos parciais, 3 500 propriedades; em empréstimos de operação, 1 560 fazendas.

Prevê-se uma aplicação de Cr\$ 225 milhões, no período, inclusive financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

● **PROJETO DE COMBATE À FEBRE AFTOSA**

Efetuar-se-á vacinação maciça e periódica de bovinos na região Sul (20 milhões de cabeças) e na região Leste (12 milhões de cabeças) em sete unidades da Federação. Este projeto proporcionará base de assistência sanitária ao projeto de desenvolvimento da pecuária de corte a ser executado na região Leste, e se insere em uma ação multinacional, envolvendo os países vizinhos, Argentina, Uruguai e Paraguai. O projeto prevê, ainda, o fortalecimento do Centro Pan-Americano da Febre Aftosa, sediado no Brasil.

Prevê-se uma aplicação de recursos de Cr\$ 119 milhões, no período, compreendendo recursos orçamentários, recursos dos Governos Estaduais, de laboratórios privados e financiamento externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

● MODERNIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NAS PRINCIPAIS BACIAS LEITEIRAS

Será concluído projeto específico visando ao aperfeiçoamento do sistema de industrialização e comercialização de leite nas maiores concentrações demográficas, complementando os trabalhos de aumento da oferta de leite nas principais bacias leiteiras, efetuados através do PLAMAM, do Ministério da Agricultura.

O projeto prevê a redução do número de pequenas cooperativas, pelo seu agrupamento em cooperativas regionais; a reforma e reaparelhamento das usinas regionais e centrais, pela construção de novas instalações; a construção de quatro fábricas de laticínios (leite em pó e outros derivados) na periferia das bacias leiteiras de São Paulo, Belo Horizonte e Guanabara; o adestramento de pessoal técnico.

Serão complementadas a Usina Central do Rio de Janeiro e a de Belo Horizonte; e construída nova usina em São Paulo e em Niterói (já em construção). Objetiva-se o grupamento das 94 cooperativas locais, situadas nas bacias leiteiras de São Paulo, Guanabara e Belo Horizonte, em 36 de caráter regional.

Serão modernizadas as instalações para distribuição de leite em outras capitais do País.

Prevê-se uma aplicação de Cr\$ 145 milhões, no período.

● CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS PESQUEIROS

Efetuar-se-á a modernização da infra-estrutura pesqueira, com a execução acelerada dos projetos que compõem a primeira etapa do programa, ou seja, os portos de Niterói, Santos e Rio Grande. A segunda etapa incluirá os portos de Itajaí, Vitória, Salvador, Recife e Belém. Os projetos referentes à primeira etapa se encontram em final de elaboração.

Prevê-se uma aplicação, no período, de Cr\$ 160 milhões.

FORTELECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AGRÍCOLA

● PLANO NACIONAL DE IRRIGAÇÃO

Serão implantados, a partir de 1970, os projetos de irrigação que compõem a primeira fase do Plano Nacional de Irrigação, sob a coordenação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola — GEIDA.

Os projetos prioritários são: a) Baixo Jaguaribe, no Ceará, para irrigação de 16 000 hectares, tendo a área de Morada Nova como projeto-piloto; b) Bebedouro, no Vale do São Francisco, para irrigação de 26 mil hectares; c) Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, para irrigação de 27 mil hectares; d) Camaquã, no Rio Grande do Sul, para irrigação de 50 mil hectares; e) aproveitamento integral de açudes construídos pelo DNOCS. Dar-se-á prosseguimento aos estudos do projeto da Lagoa Mirim, em conjunto com o Uruguai, visando a beneficiar, no território brasileiro, doze municípios do Rio Grande do Sul.

Prevê-se uma aplicação, no período, de Cr\$ 506 milhões.

● PROJETO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

A partir de 1970, ocorrerá a intensificação do programa de eletrificação rural, com início da execução de projeto no valor global de Cr\$ 280 milhões, sendo de Cr\$ 139 milhões o financiamento externo (do BID). Os recursos internos se originam do Ministério da Agricultura, através do INCRA, da ELETROBRÁS, e das Cooperativas de Eletrificação Rural.

O projeto se desenvolverá, em sua primeira etapa, em nove Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará, beneficiando um total de 27 mil consumidores. Poderá duplicar-se o número de fazendas atendidas com as instalações que serão construídas. Serão estendidos 20 000 km de linhas em 340 municípios.

● SISTEMA INTEGRADO DE ESTRADAS RURAIS

Será implantado um programa de construção de estradas rurais, para ligar as zonas de produção às estradas principais, sob a coordenação do Ministério dos Transportes.

Os projetos, já concluídos, do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo e outros, terão sua execução acelerada com apoio do Governo Federal.

Prevê-se a aplicação, no período, de Cr\$ 150 milhões.

EXPANSÃO DE ÁREA. MELHOR APROVEITAMENTO DA TERRA

● INTENSIFICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Será acelerada a reforma agrária nas áreas operacionais selecionadas, através de projetos de desenvolvimento integrado. As três primeiras áreas operacionais serão no **Vale do Jaguaribe**, no Ceará, com estreita articulação do INCRA, SUDENE e DNOCS, tendo como base o projeto de irrigação na área; na **Zona da Mata de Pernambuco**, através de articulação do INCRA e do GERAN, tendo como base o programa de reorganização da agro-indústria canavieira no Nordeste e aproveitando-se a liberação de terras resultante da maior produtividade, obtida com os projetos de modernização da agro-indústria canavieira, para execução de projetos de colonização; no **Nordeste de Minas Gerais**, em função de projeto de desenvolvimento regional, que compreenderá, na área prioritária de reforma agrária de Brasília (com a necessária ampliação, de forma a cobrir a área do projeto), atividades de colonização, irrigação, construção de estradas, industrialização rural e aumento da produção agrícola.

O programa de reforma agrária compreenderá, ainda, a aceleração das atividades de titulação de terras, de cadastramento, com permanente atualização, de colonização e de estudo de novas áreas operacionais de reforma agrária, em função dos critérios estabelecidos pelo Decreto-lei 582/69.

Prevê-se uma aplicação, no período, de Cr\$ 410 milhões, com recursos dos órgãos de reforma agrária.

● PROGRAMA DE COLONIZAÇÃO. OCUPAÇÃO DE NOVAS ÁREAS (VALES ÚMIDOS E “CERRADOS”)

Aproveitamento dos “Cerrados”

O Governo Federal coordenará um programa especial com a finalidade de incorporar ao processo produtivo a região dos “Cerrados”, que compreende cerca de 2 milhões de km² no Planalto Central e Meio-Norte do País.

Estão sendo identificadas na região dos “Cerrados” no Centro-Oeste, áreas objetivando exploração intensiva, notadamente para pecuária e reflorestamento. Será criada a Comissão Especial para o Aproveitamento dos “Cerrados”, com a participação dos Ministérios do Interior e da Agricultura, do Conselho Nacional de Pesquisas e da Universidade de Brasília.

Além de projetos específicos que serão desenvolvidos, relativos à pesquisa agronômica, serão estudados mecanismos especiais de crédito a fim de incorporar, de maneira dinâmica e gradativa, essas áreas ao processo produtivo nacional.

As diretrizes básicas que deverão orientar a programação específica serão consubstanciadas nos seguintes aspectos:

- Levantamento, revisão e consolidação dos projetos de pesquisa agronômica relativos à área;
- Identificação e delimitação de áreas que por suas características favoreçam a execução imediata de programas de desenvolvimento;
- Prioridade a programas que visem especialmente ao aproveitamento imediato através da **bovinocultura de carne** (cria e recria), face às condições favoráveis de comercialização e menores exigências em termos de insumos e pesquisas. Neste sentido, oferecem boas possibilidades áreas localizadas nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e sul do Pará;
- Estudo de incentivos fiscais especialmente nas áreas da SUDAM e SUDECO com vistas a estimular projetos de desenvolvimento dentro das prioridades estabelecidas (bovinocultura de carne);
- Desenvolvimento de linhas de crédito rural especiais para as áreas selecionadas e atividades prioritárias;

— Aceleração de medidas visando à legitimação da posse da terra dos interessados em projetos de desenvolvimento.

Colonização e Ocupação de Espaços Vazios

O processo de colonização, pela ocupação dos núcleos oficiais, terras da União e dos Estados e, principalmente dos "espaços vazios" com condições ecológicas favoráveis, será intensificado pelo desenvolvimento e execução das seguintes alternativas:

1) **Emancipação, no menor prazo possível, dos núcleos oficiais, entregues ao INCRA para colonização, titulando seus ocupantes; mantendo serviços essenciais de educação e assistência médica progressivamente transferidos à órbita dos Estados e Municípios; assegurando assistência técnica; e mantendo e desenvolvendo programas especiais de crédito para as novas unidades emancipadas.**

2) **Replanificação, consolidação e emancipação dos núcleos coloniais com a ocupação total da área e titulação dos lotes.**

Os núcleos configurados nas duas alternativas localizam-se nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, compreendendo uma área de 2 000 000 de hectares.

3) **Promoção da instalação de novas unidades de colonização, ocupando áreas de terra da União atualmente sob jurisdição do Ministério da Agricultura, e os espaços vazios especialmente nos chamados "vales úmidos".**

A ocupação proceder-se-á predominantemente pelo deslocamento ordenado de excedentes populacionais de áreas de escassa produtividade e difíceis condições para uso agrícola intensivo. As condições para o assentamento serão criadas em termos de assistência técnica pelo Ministério da Agricultura e pelo INCRA e, no que respeita à identificação dos lotes e legitimação da posse, pelo INCRA. Serão também firmados convênios com os Estados.

4) **Intensificação da colonização privada, através da concessão de incentivos especiais.**

5) **Criação de núcleos, notadamente nas áreas de fronteiras, essenciais à segurança interna, em colaboração com as Forças Armadas.**

Os projetos a serem executados se orientarão pelo objetivo de baixo custo do fator capital (a fim de não desviar grande volume dêsse fator das áreas já ocupadas e de maior concentração de ativi-

dades econômicas), assim como de intensa utilização dos fatores relativamente abundantes: mão-de-obra não qualificada, terra e recursos naturais.

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

PROGRAMA DE REFLORESTAMENTO

Os estímulos à produção florestal, através do sistema de incentivos fiscais deverão ascender, no período, a mais de Cr\$ 500 milhões. No primeiro biênio de funcionamento daquele mecanismo, os projetos aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal totalizaram uma área de 510 000 hectares a ser reflorestada.

Objetiva-se, também, expandir a exportação de madeiras, de modo a alcançar, cumulativamente, no período 1971/1973, cerca de US\$ 400 milhões.

Dentro do programa, sob a orientação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, do Ministério da Agricultura, serão ainda intensificados os trabalhos de pesquisa florestal, com a colaboração do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (projeto já aprovado), de preservação da flora e da fauna, de conservação do solo, proteção aos parques nacionais e reservas biológicas, conservação e exploração racional de florestas naturais.

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO

SISTEMA DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

Serão construídas, nas principais concentrações demográficas, Centrais de Abastecimento ou Mercados Terminais, de forma a racionalizar o mercado atacadista, contribuindo para reduzir custos e perdas de produtos agrícolas, favorecendo o aperfeiçoamento dos serviços de padronização e classificação de produtos e de informação de mercados e melhorando o sistema de distribuição de produtos agrícolas ao nível de consumo.

Preve-se, no período, o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- 1) **Central de Abastecimento de Porto Alegre:** viabilidade econômica e anteprojeto de engenharia já elaborados; será concluída, em sua primeira etapa, em setembro de 1972, com um investimento da ordem de

Cr\$ 40 milhões. Será implantada em uma área de 774 mil m². Compreenderá instalações apropriadas para comercialização e armazenagem de verduras, legumes, tubérculos, ovos, carne de aves e de suínos. Abrange mercados para produtores, para atacadistas, armazéns de depósitos, frigorífico, conjunto de beneficiamento e classificação, montagem de embalagens padronizadas e serviços em geral; 2) **Mercado Terminal de Niterói e São Gonçalo:** projeto elaborado, obra iniciada, deverá ser concluída em sua primeira etapa em janeiro de 1971. Está sendo implantado em área útil de cerca de 228 mil m², devendo ser acrescida de mais de 50 mil m². A primeira etapa compreende mercado do produtor, pavilhão de frutas e legumes, pavilhão de cereais, armazéns de depósitos e movimentação, frigorífico de carnes e aves, frigorífico-piloto. Os investimentos estão estimados em Cr\$ 13 milhões; 3) **Central de Abastecimento de Belo Horizonte:** projeto de viabilidade econômica e anteprojeto de engenharia concluídos. Deverá ser implantada em área de 900 mil m², compreendendo dois setores definidos: cereais e mercearias em geral e hortigranjeiros. Prevê-se a conclusão da primeira etapa em 1973, com um investimento da ordem de Cr\$ 40 milhões; 4) **Central de Abastecimento de Salvador:** projeto concluído e já aprovado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Prevê-se a conclusão da primeira etapa em 1972 com um investimento da ordem de Cr\$ 23 milhões. Ocupará uma área útil de 300 mil m²; 5) **Central de Abastecimento do Recife:** projeto concluído, com área útil de 250 mil m² e investimento da ordem de Cr\$ 27 milhões. Encontra-se em construção, prevendo-se a conclusão da obra em 1972; 6) **Central de Abastecimento de Belém:** projeto em elaboração; 7) **Mercado Terminal de Fortaleza:** projeto em estudo; 8) **Central de Abastecimento do Grande Rio de Janeiro:** em elaboração o projeto de viabilidade econômica e o anteprojeto de engenharia; 9) **Central de Abastecimento do Grande São Paulo:** em estudo a ampliação do CEAGESP; 10) Outras Centrais e Mercados com projetos concluídos ou em elaboração: Maceió, Aracaju, Curitiba, Manaus, Goiânia e Brasília.

Prevê-se uma aplicação, no período, da ordem de Cr\$ 350 milhões, inclusive recursos externos.

● PROGRAMA DE ARMAZENAGEM

O objetivo é a execução, a partir de 1970, de um programa de complementação e construção de armazéns e silos e, de estímulos à armazenagem ao nível de fazendas através de financiamentos específicos. O programa de armazenagem intermediária prevê uma capacidade adicional de 2 milhões de toneladas, a ser instalada nos seguintes Estados, com um investimento da ordem de Cr\$ 240 milhões: Rio Grande do Sul: 413 mil t; Santa Catarina: 108 mil t; Paraná: 289 mil t; São Paulo: 270 mil t; Minas Gerais: 150 mil t; Goiás: 590 mil t; Mato Grosso: 180 mil t. O programa de silos portuários compreende uma ampliação de capacidade estática de 150 mil t, sendo 50 mil t no Rio Grande do Sul, 30 mil t no Paraná e 70 mil t em São Paulo, com um investimento previsto da ordem de Cr\$ 75 milhões. Os projetos indicados se encontram concluídos e deverão ser executados no período.

O programa de armazenagem nas fazendas será executado, em fase experimental, com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico

III

Ação de Governo: Principais Realizações

Na forma já caracterizada, a redução do hiato tecnológico em relação aos países desenvolvidos e a preservação do poder de competição nacional, principalmente na área industrial, impõem seja o País dotado de uma forte estrutura educacional, científico-tecnológica e industrial, a ser consolidada na década de 70.

No atual estágio da economia brasileira, uma política própria de desenvolvimento científico e tecnológico deverá objetivar, essencialmente:

- 1) Acompanhar o progresso científico e tecnológico mundial, participando da II Revolução Industrial, particularmente nas áreas de perspectivas tecnológicas mais amplas.
- 2) Adaptar a tecnologia importada às condições nacionais de dotação de fatores de produção, inclusive pela seleção de certo número de setores capazes de realizar substancial absorção de mão-de-obra, de forma a compatibilizar o progresso tecnológico com a expansão da taxa de aumento de emprégo.
- 3) Resolver problemas tecnológicos próprios do Brasil, notadamente nas áreas Industrial, Agrícola e de Pesquisa de Recursos Minerais; evoluir para mais ampla elaboração tecnológica no País, substituindo tecnologia, em seguimento à substituição de importações, em número considerável de setores industriais.

No período 1970/1973, as DEZ REALIZAÇÕES principais do programa de Governo nesse campo deverão ser:

I — Execução de Política Tecnológica Industrial, para permitir, de um lado, o desenvolvimento de certo número de indústrias intensivas de tecnologia, de forma racional (Indústrias Químicas, Indústrias Mecânicas, Elétricas e Eletrônicas, Indústria Aeronáutica). E, de outro lado, nos demais ramos industriais, a definição de perspectivas tecnológicas mais convenientes ao País, com base nos objetivos definidos.

II — Implementação do PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, constituído dos projetos prioritários das principais instituições de execução ou estímulo à pesquisa: Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC) do BNDE, Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Grupo de Organização da Comissão Nacional

de Atividades Espaciais (GOCNAE), vinculado ao CNPq, Centro Técnico Aeroespacial (CTA), Institutos de Tecnologia etc.

Sómente a consolidação do programa dos órgãos indicados representará, no quadriênio, dispêndios da ordem de Cr\$ 860 milhões (inclusive o FNDCT). A CNEN disporá, ainda, de parcela do Impôsto Único sobre Combustíveis, especificamente para a pesquisa de urânio, representando recursos **adicionais**, no período, de Cr\$ 110 milhões.

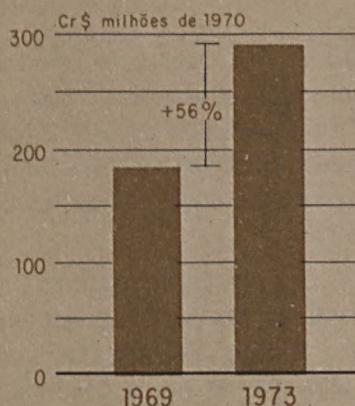
Além disso, através do Orçamento Plurianual de Ciência e Tecnologia, outras instituições irão contar com recursos para estudos e pesquisas que elevarão o total de dispêndios previstos no quadriênio para Cr\$ 1 470 milhões.

Para efeito de comparação, assinala-se que o dispêndio orçamentário total de órgãos governamentais em pesquisa e estudos, no ano de 1967, foi de Cr\$ 43 milhões (preços de 1970).

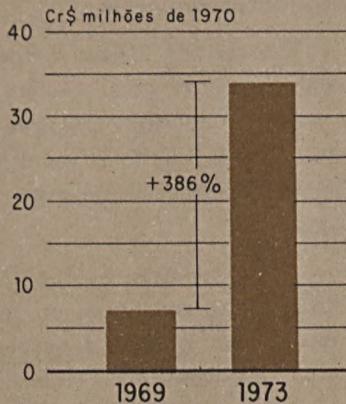
III — Criação de condições de trabalho satisfatórias para o pesquisador e tecnólogo, nas principais instituições de pesquisa, como forma de, juntamente com o fortalecimento administrativo-financeiro dos mesmos órgãos, dar base sólida à estruturação do **Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia**. Destacar, nesse sentido:

— Implementação de um Programa de Implantação do Tempo Integral nas Instituições de Pesquisa, nos moldes daquele já estabelecido para o magistério superior nas Universidades.

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO
**DISPÊNDIOS EM PROJETOS
PRIORITYÁRIOS**
(PLANO BÁSICO)



DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO
**DISPÊNDIOS COM PESQUISA DE
MINERAIS ATÔMICOS**



— Para efeito de complementar o treinamento superior dos pesquisadores, execução de Programa Intensivo de Pós-Graduação, no País e no exterior, a nível de mestrado, doutorado ou de estágio prático, nas áreas prioritárias. A orientação nova será assegurar aos melhores alunos dos 200 principais cursos superiores bolsas de manutenção para realizar estudos de pós-graduação no País e, em seguida, no exterior. Com isso, será possível enviar os melhores graduados nos centros brasileiros de pós-graduação para as melhores instituições de pós-graduação no exterior, para novo título ou realização de trabalho aplicado. O programa será complementado, sempre que possível, pela garantia de emprêgo quando o técnico retornar do exterior e, poderá contar com a participação da emprêsa privada em seu financiamento.

IV — Efetiva participação do Brasil, seletivamente, no Programa Espacial e no Programa de Energia Nuclear. Segundo a orientação já adotada, definir as prioridades dos projetos em função do seu impacto sobre o desenvolvimento econômico e social do País e, não precipuamente para levar contribuições ao esforço mundial nessas áreas (salvo em casos excepcionais).

As aplicações do Grupo Executivo da CNAE, estimadas em Cr\$ 50 milhões, referem-se notadamente aos projetos de Sensores Remotos (que permitirão a coleta e análise de levantamentos de recursos do solo em escala impossível de ser realizada pelos métodos convencionais), de Tecnologia Avançada para a Educação, com a utilização de satélites (em fase de estudo de viabilidade), e de aplicações da Técnica de "Análise de Sistemas" na área de programação (na primeira etapa, mediante formação de equipes de analistas).

A participação do Ministério da Aeronáutica no Programa Espacial aparece no capítulo das Forças Armadas.

V — Condução do programa de Energia Nuclear, através da CNEN (vinculada ao Ministério das Minas e Energia), com o objetivo de acelerar a absorção da mais moderna tecnologia.

Os projetos principais a serem implementados são: Projeto de Pesquisa de Recursos de Urânio, em particular nas bacias sedimentares do Nordeste; Projeto de Tecnologia de Reatores; Projeto de Tecnologia de Materiais Nucleares; instalação de usina de beneficiamento de minerais uraníferos na região de Poços de Caldas; implantação de uma CENTRAL NÚCLEO-ELÉTRICA na Região Centro-Sul, para 500 000 kW, a qual, dimensionada para atender à economicidade de energia gerada e à capacidade do sistema elétrico em que será integrada, propicie a aquisição de experiência em projetamento, construção e operação de usinas nucleares, bem como um processo de absorção de tecnologia especializada no parque industrial brasileiro.

As aplicações da CNEN, inclusive com recursos do Impôsto Único sobre Combustíveis, deverão alcançar Cr\$ 330 milhões no quadriênio.

VI — Criação, pelo Governo Federal, de um Centro de Ciência e Tecnologia Aplicado ao Planejamento, com prioridade para as aplicações de novas técnicas à área de planejamento, administração para o desenvolvimento e execução de programas de desenvolvimento.

VII — Criação de poderoso Sistema Financeiro para Ciência e Tecnologia, em complementação aos recursos orçamentários normais, notadamente para financiamento dos projetos do PLANO BÁSICO.

Esse sistema financeiro tem como núcleo básico o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), já em operação no corrente ano, o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico do BNDE (FUNTEC), o Fundo de Amparo à Tecnologia (FUNAT), do Instituto Nacional de Tecnologia, e o Fundo de Metrologia (FUMET), do Instituto Nacional de Pesos e Medidas. Tal sistema de Fundos deverá dispor de recursos, no quadriênio, da ordem de Cr\$ 500 milhões.

VIII — Implantação do sistema de Informações sobre Ciências e Tecnologia, para captação, tratamento e difusão, sistemática e permanente, de informações atualizadas na área de ciência e tecnologia. O esquema resultará de um esforço conjugado dos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, Relações Exteriores, Conselho Nacional de Pesquisas, Ministério da Indústria e do Comércio e Ministério da Aeronáutica.

Integra-se nesse programa o projeto do INT, de implantação de uma Rêde Nacional de Informação Tecnológica, ligada ao Centro de Informação Tecnológica.

Dentro da mesma orientação, estão sendo adotadas providências preliminares no sentido de estudar-se a exequibilidade de estabelecimento, no Brasil, de um BANCO DE PATENTES, que constituiria repositório de informações sobre patentes nos principais países, dando à empresa governamental e privada uma ampla margem de escolha, que o sistema atual, de esforço próprio e isolado de obter informações nessa área, torna inviável.

IX — Efetivo Apoio à Maior Participação do Setor Privado no Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por meio da utilização dos seguintes principais instrumentos:

— **Incentivos Fiscais à promoção da pesquisa e ao aproveitamento das inovações**: dedução, no cálculo do lucro tributável, das importâncias aplicadas em bolsas de pesquisa e realização ou financiamento de projetos de pesquisas; isenção de tarifas para importações de equipamentos destinados à pesquisa. A medida já está sendo consubstanciada em ato legal.

— **Defesa da engenharia e tecnologia nacionais**, não apenas pelo estímulo que eleve crescentemente seu poder de competição, como pelo estabelecimento de normas destinadas a evitar importação indiscriminada de serviços de engenharia e outros serviços tecnológicos em áreas nas quais o Brasil já desenvolveu “know-how” satisfatório.

— **Incentivo ao desenvolvimento da engenharia de produto (nas Indústrias de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital) e, gradualmente, da engenharia de processo (Indústria de Bens de Capital)**, isto é: à elaboração de modelos e processos brasileiros, nas principais áreas industriais.

— **Procura de formas de conduzir a emprêsa estrangeira a ativar sua participação no esforço nacional de pesquisa**, reformulando a política habitual de concentração da pesquisa no estabelecimento-matriz.

— **Integração Universidade-Indústria**, segundo a orientação já apresentada no programa de Educação.

— **X — Criação de Padrões e Normas Técnicas Brasileiras**, a fim de, pela regulamentação e estabelecimento de normas e padrões brasileiros, evitar que continue a verificar-se, no País, a utilização pouco disciplinada e concomitante de sistemas, padrões e normas técnicas das mais diferentes origens, com evidente desperdício de recursos.

Projetos Prioritários

Os projetos do Plano Básico podem ser grupados em duas categorias:

Grupo I — Projetos a serem executados por diversas instituições, mas sob a coordenação e com a assistência financeira principal do Conselho Nacional de Pesquisas e do BNDE-FUNTEC.

Grupo II — Programas especiais que, por sua importância técnico-econômica, elevado grau de complexidade e grande volume dos recursos requeridos para o seu desenvolvimento, exigirão soluções próprias quanto à administração: programa nuclear e programa espacial que se desdobram em numerosos projetos específicos, a cargo, principalmente, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e do CNPq, através do GOCNAE e de outras organizações.

Elenco de Projetos:

GRUPO I:

- 1) Ampliação do Corpo Científico.
- 2) Implantação do Sistema de Tempo Integral para Pesquisadores.
- 3) Programa Intensivo de Pós-Graduação, no País e no Exterior.
- 4) Financiamento do Sistema de Centros e Cursos de Pós-Graduação.
- 5) Utilização do Potencial Científico da Academia Brasileira de Ciências.
- 6) Sistema de Informações sobre Ciência e Tecnologia.
- 7) Tecnologia dos Alimentos.
- 8) Pesquisas em Ciências dos Materiais.
- 9) Pesquisas em Produtos Naturais Orgânicos.
- 10) Intensificação do Intercâmbio Científico no País e com o Exterior.
- 11) Pesquisas em Oceanografia e Geofísica do Fundo dos Mares.

- 12) Pesquisas sobre Xisto Betuminoso.
- 13) Pesquisas sobre Apatitas de Araxá.
- 14) Laboratório de Semicondutores.
- 15) Pesquisas sobre Permeação de Gases.
- 16) Pesquisas sobre Polímeros.
- 17) Núcleo de Pesquisas de Eletrônica Aplicada à Biologia.
- 18) Técnicas de Combate Biológico.
- 19) Estudos Geoquímicos sobre a Formação de Solos em Condições Tropicais.
- 20) Instituto Agronômico de Campinas: Programa Ampliado de Pesquisas.
- 21) Pesquisas sobre Fertilização de Solos.
- 22) Formação de Pastagens no Pantanal Matogrossense.
- 23) Programa Ampliado de Pesquisas do IPEAS — M.A.
- 24) Estudos sobre Nutrição Humana.

GRUPO II:

1) Programa Nuclear

- 1.1) Tecnologia de Reatores e de Materiais Nucleares.
- 1.2) Pesquisas de Recursos de Urânio.
- 1.3) Implantação da Primeira Central Nuclear.
- 1.4) Desenvolvimento das Aplicações da Energia Nuclear na Agricultura.

2) Programa Espacial

- 2.1) Sensores Remotos.
- 2.2) Sistema Avançado de Comunicação em Educação.
- 2.3) Formação de Analistas de Sistemas.

Descrição:

● AMPLIAÇÃO DO CORPO CIENTÍFICO BRASILEIRO

O Conselho Nacional de Pesquisas, com os recursos já disponíveis, ampliará substancialmente sua atuação, oferecendo, no período, um número crescente de bolsas de pós-graduação e de pesquisa, inclusive no exterior, segundo evolução prevista para alcançar um total de 12 000 bolsas no quadriênio.

As prioridades estabelecidas pelo CNPq, na distribuição de bolsas de estudo e de pesquisa, beneficiam preferencialmente as áreas ligadas à Química, à Física, à Matemática, à Geologia e à Agricultura. A concessão de bolsas para formação no exterior só se dará naquelas especialidades e níveis ainda não ministrados nos Centros de Pós-Graduação do País.

O orçamento já votado para êsse projeto, em 1970, pelo CNPq totaliza Cr\$ 24,5 milhões. Além da colaboração tradicional da CAPES, do MEC, contará o projeto — a partir de 1970 — com a participação do BNDE-FUNTEC, que ingressará também na área específica da concessão de bolsas de pós-graduação, em articulação com o CNPq e a CAPES, ganhando, então, o programa do Conselho substancial reforço.

Recursos adicionais, destacados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, poderão expandir o programa. Examina-se, também, a possibilidade de cooperação externa para a pós-graduação em centros estrangeiros.

● IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TEMPO INTEGRAL PARA PESQUISADORES

De forma análoga à já adotada com relação ao magistério federal de nível superior (Decreto n.º 66 258/70), serão estabelecidos novos regimes de trabalho e remuneração para os pesquisadores vinculados ao Governo, tanto nos órgãos da administração direta como nas autarquias. O sistema compreenderá o regime de tempo integral (40 horas semanais de trabalho, em dois turnos completos), com remuneração idêntica à dos docentes de nível superior; e o dé dedicação exclusiva, com um acréscimo de 20% sobre aquela remuneração mensal.

Está prevista a criação de mecanismo especial de formulação e acompanhamento sistemático do Programa, funcionando junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em permanente articulação com o Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP).

Aplicações previstas de Cr\$ 40 milhões, no período.

● **PROGRAMA INTENSIVO DE PÓS-GRADUAÇÃO, NO PAÍS E NO EXTERIOR**

Com vistas à aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico, o projeto tem por finalidade intensificar o aperfeiçoamento pós-graduado dos melhores alunos dos cursos de nível superior.

Prevê-se a seleção de dois alunos entre os do primeiro terço de cada turma, em cerca de 200 unidades de ensino superior, especialmente classificadas, em áreas prioritárias, aos quais serão concedidas bolsas de estudo ou de pesquisa, no País e no exterior.

Os critérios para seleção dos alunos, para a classificação dos estabelecimentos e para escolha dos cursos ou centros para a realização de estágios, serão estabelecidos em conjunto pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

O Projeto será custeado com recursos provenientes, mediante repasse, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

● **FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE CENTROS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Mais de 40 centros ou núcleos de ensino e pesquisa no Brasil já foram credenciados pelo CNPq, como "Centros de Excelência", ou seja, como capazes de abrigar programas de ensino e pesquisa em nível de Mestrado e Doutorado, e em condições equivalentes àquelas oferecidas por centros estrangeiros de alto nível.

A perfeita capacitação dos núcleos já identificados e a criação de toda a infra-estrutura material e humana indispensável ao funcionamento de outros centros que se qualificarem, constitui objetivo prioritário do Plano Básico, em virtude da função que desempenham

tais centros como fontes para a ampliação e qualificação do corpo acadêmico e científico nacional.

Os Centros de Pós-Graduação constituem, ainda, núcleos extremamente ativos de pesquisa básica e aplicada, daí o estímulo que recebem em todo o mundo. Não se pode deixar de ressaltar a influência que a médio e longo prazos terão na qualidade dos cursos de graduação.

Assim, propõem-se o CNPq e o BNDE-FUNTEC, respaldados pelo FNDCT, a prover as instituições credenciadas dos recursos de suplementação de seus orçamentos regulares para a instalação e aparelhamento de laboratórios de documentação, de docentes e pesquisadores, e dos demais elementos materiais e humanos de apoio, necessários ao continuado fortalecimento dos respectivos Grupos científicos, em complementação ao que se propõe realizar com o projeto anterior. O esquema se associa ao programa nacional de progressiva montagem de Centros Regionais de Pós-Graduação, que constituirão conjuntos integrados de cursos de pós-graduação em áreas prioritárias.

● UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL CIENTÍFICO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

O aumento das disponibilidades financeiras da A.B.C. ensejará o aproveitamento, pelo sistema de pesquisa e pelo sistema econômico nacional, do seu grande potencial de realizações científicas. Um programa inicial de 3 anos, a começar em 1970, já está aprovado, e contempla as seguintes atividades, resumidamente, que reforçarão sobremodo a atuação desenvolvida pelo CNPq:

- Organização, nos planos regional, nacional e internacional, de simpósios e mesas-redondas sobre terras de particular interesse para o desenvolvimento científico do País;
- Implantação de ciclos de conferências de alto nível em instituições de todo o País, por equipes de cientistas brasileiros selecionados por uma Comissão Especial da Academia;
- Estabelecimento de convênios de intercâmbio científico com instituições congêneres de outros países, na forma de visitas de cientistas, nos dois sentidos, para colaboração em trabalhos de pesquisas de interesse mútuo;

— Edição de periódicos que assegurem pronta divulgação de trabalhos científicos originais, bem como de compêndios, monografias, catálogos, revisões, etc., de imediato interesse para o desenvolvimento da atividade científica nacional;

— Coordenação de um amplo programa de pesquisas e levantamentos ecológicos no território nacional, necessários em face da rapidez com que o crescimento populacional e a introdução de inovações de caráter tecnológico vêm alterando profundamente o ambiente natural do País.

O orçamento para esse programa trienal é estimado em Cr\$ 2,4 milhões.

● SISTEMA DE INFORMAÇÕES SÔBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A criação de um sistema nacional de captação, tratamento e difusão de informações científicas e tecnológicas é indispensável à aceleração do processo de desenvolvimento econômico nacional. Esse sistema deverá resultar da unificação de esforços isolados já iniciados por diferentes entidades, e da adoção de outras providências. Mas será sobretudo a resultante de esforços conjugados dos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, Relações Exteriores, Indústria e Comércio e CNPq, na definição desse sistema e na divisão de encargos com a sua operação.

O Ministério das Relações Exteriores coordenará a mobilização da rede de missões diplomáticas, consulados, representações junto a organismos internacionais e outras repartições no exterior, para a canalização de informações e referências, cabendo-lhe, ainda, o processamento primário e a transferência de tais informações e referências para as agências internas.

O MIC, através do INT, e o CNPq, por intermédio do IBBD, tratarão, armazenarão e difundirão as informações e referências sobre ciência e tecnologia entre as instituições e empresas interessadas.

● PESQUISAS SÔBRE XISTO BETUMINOSO

O Instituto de Química da UFRJ, por via diferente da seguida pela PETROBRAS, executa projeto que deverá determinar a viabilidade de processos industriais para a extração do óleo e aproveitamento integral do enxôfre.

● PESQUISAS SÔBRE APATITAS DE ARAXÁ

Convênio firmado entre o BNDE e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais está possibilitando a realização de pesquisas sobre as apatitas de Araxá, cujas reservas são estimadas em cerca de 90 milhões de toneladas, das quais metade com teor acima de 22% de P_2O_5 . Por falta de processos adequados, tais reservas acham-se praticamente inaproveitadas. O programa de investigações prevê o equacionamento de dois tipos de problemas básicos: concentração de mérario, elevando o seu teor acima de 35% de P_2O_5 ; e produção de fósforo elementar.

● LABORATÓRIO DE SEMICONDUTORES

Instalação, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, de um laboratório de desenvolvimento de dispositivos semicondutores, abrangendo técnicas de crescimento epitaxial de cristais, produção de junções por liga e produção de junções por difusão. Com o laboratório em funcionamento, dar-se-á assistência à indústria eletrônica sob diferentes formas: treinamento de engenheiros e de pessoal técnico, projetos de máquinas especializadas, desenvolvimento de processos de fabricação de dispositivos semicondutores e circuitos integrados.

● PESQUISAS SÔBRE PERMEAÇÃO DE GASES

A Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE), da UFRJ, empenha-se em investigações no campo da separação de gases e líquidos por permeação através de membranas, divididas em duas fases: 1.^a) estudos e testes com os gases e líquidos puros (tratamento de membranas); 2.^a) estudos e testes com misturas e líquidos — estudos comparativos com novas membranas — e desenvolvimento de células. A segunda fase, já em início, é a que oferecerá possibilidades de aproveitamento industrial, de interesse sobretudo para a indústria petroquímica.

● NÚCLEO DE PESQUISAS DE ELETRÔNICA APLICADA À BIOLOGIA

A implantação do Núcleo é da responsabilidade da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da UFRJ. Objetiva-se, com isto, a realização de programas de pesquisas e consequente desenvolvimento tecnológico no campo da Bioeletrônica.

● TÉCNICAS DE COMBATE BIOLÓGICO

O Centro de Pesquisas de Produtos Naturais da UFRJ e o Instituto de Pesquisas da Marinha pesquisam métodos de combate biológico envolvendo principalmente: 1.º estudos esclarecedores da natureza dos agentes químicos responsáveis pela comunicação, atração e repulsão existente entre insetos; 2.º estudos com substâncias orgânicas presentes em plantas ou animais, atraentes de pragas; 3.º investigações sobre hormônios capazes de controlar o desenvolvimento dos parasitas e dos respectivos transmissores responsáveis pela malária e doença de Chagas.

● ESTUDOS GEOQUÍMICOS SÔBRE A FORMAÇÃO DE SOLOS EM CONDIÇÕES TROPICAIS

O Instituto de Geociências da UFRJ, com o concurso técnico principal da Universidade de Manchester, responsabilizou-se pela execução de projeto de grande interesse para a agricultura brasileira. Os objetivos centrais do projeto são: 1.º analisar os processos e mecanismos de decomposição de rochas e formação de solos em condições tropicais; 2.º avaliar o comportamento dos macro e micro elementos nesses processos. O conhecimento imperfeito desses fenômenos impede a utilização dos solos brasileiros em condições mais racionais.

● INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS: PROGRAMA AMPLIADO DE PESQUISAS

Contando com assistência financeira do BNDE, o Instituto Agronômico de Campinas engaja-se em programa ampliado de pesquisas, compreendendo 19 projetos selecionados segundo 4 critérios principais: 1.º importância das culturas e produtos estudados do ponto de

vista alimentar; 2.º) aplicabilidade dos resultados e conclusões das pesquisas efetuadas em São Paulo a outras regiões do País; 3.º) importância das culturas e pesquisas estudadas, do ponto de vista das exportações; 4.º) corresponderem os resultados das pesquisas a um estímulo à industrialização de produtos agrícolas.

● PESQUISAS SÔBRE FERTILIZAÇÃO DE SOLOS

O BNDE e a Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA) patrocinam amplo programa de pesquisas na Região Centro-Sul, visando à determinação das condições adequadas de adubação de solos. As culturas selecionadas são as de feijão, milho, soja, trigo, amendoim e algodão. As entidades executoras das pesquisas, em número de dez, incluem tanto organizações privadas quanto oficiais.

● FORMAÇÃO DE PASTAGENS NO PANTANAL MATOGROSSENSE

Da cooperação de pecuaristas matogrossenses, da Escola Rural de Viçosa, do Ministério da Agricultura, da Secretaria de Agricultura do Estado e do BNDE, resultou projeto de pesquisa através do qual se pretende determinar de modo preciso os sistemas mais eficientes de irrigação e drenagem, melhoramento e conservação dos solos no Pantanal Matogrossense, com vistas à formação de pastagens corrigidas e artificiais.

● PROGRAMA AMPLIADO DE PESQUISAS DO IPEAS — M.A.

Com o refôrço financeiro proporcionado pelo BNDE, o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul, com sede em Pelotas, desenvolve programa ampliado de pesquisas aplicadas nos campos do melhoramento, ecologia, sanidade, fertilidade e seleção de sementes, em benefício das culturas de milho, feijão, aveia, pêssego e espécies olerícolas industrializáveis.

● ESTUDOS SÔBRE NUTRIÇÃO HUMANA

Sob a coordenação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e a participação da Faculdade de Farmácia e da Escola de Enfermagem, também de Ribeirão Preto, e da Faculdade de Agronomia

de Jaboticabal, realizam-se investigações sobre nutrição humana, em particular infantil. Os projetos inicialmente selecionados são em número de sete, além da implantação de um Centro de Referência e Informação, como base do plano de pesquisas.

● PROGRAMA NUCLEAR

● Tecnologia de Reatores e de Materiais Nucleares

Este subprograma compreende diversos projetos sob responsabilidade executiva dos Institutos filiados à Comissão Nacional de Energia Nuclear (que é vinculada ao Ministério das Minas e Energia). Tem como propósito central propiciar a equipes nacionais o domínio adequado das técnicas de desenvolvimento, produção e utilização de materiais nucleares e reatores de potência.

No que concerne a materiais nucleares, as principais metas fixadas para o quadriênio, algumas delas se estendendo por períodos posteriores, são as seguintes: implantação de uma Usina Piloto para cerâmica Nuclear; implantação de um laboratório para Materiais Nucleares Especiais; desenvolvimento da tecnologia de fabricação de elementos combustíveis para estudos de física de reatores e para reatores de pesquisa; formação de equipe de especialistas em metallurgia aplicada à engenharia nuclear; incentivo e assistência às indústrias interessadas na engenharia nuclear, particularmente na fabricação de componentes de reatores de potência; montagem de uma usina-piloto de água pesada.

O desenvolvimento da tecnologia de reatores prevê as seguintes realizações físicas no período: 1970 — montagem de um circuito térmico experimental de 300 kW de potência; 1970/71 — instalação de um circuito hidrotérmico experimental de 1 000 kW de potência; instalação de uma montagem subcrítica; 1971/73 — instalação de uma montagem crítica experimental.

Prevê-se, ainda, como parte dos investimentos na criação da infra-estrutura de pesquisa nuclear, a instalação, na Guanabara, de um ciclotron compacto de energia variável, de importância generalizada mas em especial para o estudo de unidades-piloto de separação de produtos de fissão; o desenvolvimento de sistemas de detecção, de instrumentação nuclear, de técnicas de medidas de seção de choque e de fluxo.

● **Pesquisas de Recursos de Urânio**

O projeto objetiva a intensificação das pesquisas de urânio em todo o território nacional, com prioridade para as bacias sedimentares do Piauí-Maranhão, Poços de Caldas, Paraná, São Francisco, Tu-cano-Sergipe, Tremembé-Taubaté, com ênfase nas duas primeiras.

A pesquisa compreende o mapeamento radiogeológico, levantamentos aerofísicos, sondagens, abertura de galerias, amostragem e análise de laboratórios.

Os investimentos em prospecção e análise estão orçados em Cr\$ 110 milhões, em 1970/73, com recursos do Impôsto Único sobre Combustíveis.

● **Implantação da Primeira Central Nuclear**

Estudos energéticos realizados concluíram pela conveniência de introduzir no sistema da região Centro-Sul a energia elétrica de origem termonuclear em meados da década dos 70. O projeto será apresentado no programa de Energia.

● **Desenvolvimento das Aplicações da Energia Nuclear na Agricultura**

Constituem objetivos: intensificar a utilização da energia nuclear, em seus aspectos de traçadores e radiação, em áreas de interesse da agricultura; e estabelecer um centro de formação e treinamento em pesquisas que utilizam a energia nuclear em agricultura.

Está-se estabelecendo um projeto parcialmente financiado pelo Programa de Desenvolvimento da ONU (UNDP) através de seu Fundo Especial (SF), e sob a administração conjunta da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil (CNEN).

O projeto, que terá uma duração de 5 (cinco) anos, prevê:

— Estabelecimento, no Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), em Piracicaba, de um Curso de Pós-Graduação, destinado à formação do pessoal que se destina às atividades de pesquisas de aplicação da energia nuclear em agricultura e campos correlatos;

- Desenvolvimento e intensificação das pesquisas em áreas já existentes no CENA, como Fertilidade de Solos, Fertilizantes, Nutrição Vegetal, Bioquímica Vegetal, Radiogenética, Isótopos Estáveis e Entomologia, bem como a introdução de novas áreas, como Microbiologia, Hidrologia, Proteção Vegetal, Radioquímica e Radiobiologia, objetivando melhor estruturar o CENA para suas finalidades de formação e treinamento;
- Estabelecimento de planos nacionais de pesquisas nas áreas de Fertilidade de Solos e Nutrição Vegetal, bem como em Melhoramento Vegetal, incluindo nestes planos as principais instituições do País, no setor.

● PROGRAMA ESPACIAL (*)

● Sensores Remotos

Através da utilização de sensoreamento remoto (expressão que se adotou para significar a aquisição de informações, sobre objetos ou fenômenos, mediante o emprêgo de instrumentos de percepção situados em posição distante), o Governo pretende:

— Obter, sobrevoando o território nacional, dados coletados de grandes altitudes, inicialmente, de bordo de aeronaves e, no futuro, de satélites artificiais, sobre áreas indicadas pelos utilizadores, organizações interessadas em recursos naturais ou culturais que desejem analisar e interpretar êsses dados no seu próprio interesse, obedecida a legislação competente.

— Cooperar com êsses utilizadores em estudos e pesquisas que conduzam a uma coleta, análise e interpretação seguras e rápidas dêsses dados, os quais terão aplicação no levantamento de recursos do solo, minerais e do mar, em escala impossível de ser realizada pelos métodos convencionais.

Com tais instrumentos de percepção à distância, é possível obter: maiores informações aproveitando radiações em regiões do espectro eletromagnético não utilizáveis anteriormente (regiões do infravermelho, e das microondas, além do visível); informações durante o dia e a noite, e, através de nuvens e de névoa; dados possíveis de processamento e, mesmo, interpretação automática.

(*) A programação do CTA figura no Ministério da Aeronáutica (Forças Armadas).

O projeto receberá a cooperação financeira do BNDE-FUNTEC, encontrando-se em início de execução. De comêço, serão utilizados na pesquisa sensores remotos colocados a bordo de aeronave especialmente aparelhada.

● **Sistema Avançado de Comunicação em Educação**

Objetiva o projeto solucionar os problemas relativos à programação educacional, ao entrosamento entre órgãos participantes, ao projetamento, à estagem, ao aperfeiçoamento e à manutenção dos equipamentos terrestres, tendo em vista a implantação de um sistema nacional de rádio e TV educativos, por intermédio eventualmente, se aprovado, de um satélite pertencente ao Brasil. O projeto está atualmente em fase de estudo de viabilidade, sob a supervisão de grupo de Ministros (ver, a propósito, o programa de Educação).

● **Formação de Analistas de Sistemas**

A consolidação do Núcleo de Análise de Sistemas que atualmente opera na CNAE permitirá atingir os seguintes objetivos de interesse nacional, a partir de 1970:

- Treinar profissionais em nível pós-universitário para a aplicação das técnicas de análises de sistemas em todos os níveis gerenciais, quer nos governos, quer nas atividades particulares.
- Difundir e divulgar a importância e alta rentabilidade da análise de sistemas como medida da maior efetividade para ativar o desenvolvimento econômico.
- Servir como base nacional de consulta para a solução dos problemas que estiverem acima do nível dos profissionais de cada local.
- Desenvolver modelos e técnicas para o tratamento de particularidades da realidade brasileira ainda não abordados.

PARTE

3

ação setorial em outras áreas

infra-estrutura econômica

I.1 — ENERGIA

Ação de Governo: Principais Realizações

INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA — SÍNTESE

Numa visão integrada da política de Energia, cabe destacar:

I — Efetivação de Programa de Investimentos, no período, em Energia Elétrica e Petróleo, da ordem de Cr\$ 18 530 milhões (a preços de 1970), o que significa aumento real de cerca de 40% em relação ao quadriênio anterior.

Daquele total, Cr\$ 11 700 milhões, ou 63%, correspondem a Energia Elétrica; e Cr\$ 6 830 milhões, ou 37%, a Petróleo.

II — Elaboração da Matriz Energética Brasileira, para criação do instrumento permanente de orientação do planejamento e da análise de opções na infra-estrutura de energia como um todo.

III — Ingresso efetivo do País na era da energia nuclear, mediante concentração de esforços na pesquisa de urânio e na absorção da tecnologia de reatores e de materiais nucleares, e implantação da PRIMEIRA CENTRAL NUCLEAR, com geração prevista a partir de 1976.

ENERGIA ELÉTRICA

I — Consecução de metas de expansão da capacidade instalada de geração superior a 50%, entre 1969 e 1973, significando a entrada em operação de mais 5 500 000 kW, para atender ao crescimento da demanda de energia elétrica nas diversas regiões, estimado em 11 a 13% ao ano; e a realização de ampliação integrada dos respectivos sistemas de transmissão e distribuição.

Destacam-se os seguintes aspectos do programa de expansão:

— Do ponto de vista das diferentes regiões consumidoras, far-se-á adaptação das soluções às peculiaridades locais: nas regiões Centro-Sul, Sul e Nordeste continuar-se-á o programa de construção de grandes usinas hidrelétricas, devida-

mente complementadas pelas usinas termoelétricas que se fizerem necessárias; na região Amazônica será realizado um programa, em sua maior parte, de instalação de usinas térmicas isoladas; no sul de Mato Grosso e Goiás será intensificada a interligação dos respectivos sistemas com o da região Centro-Sul, visando a garantir o abastecimento daquelas áreas, especialmente o da Capital do País.

— Para permitir a efetiva realização das metas de suprimento de energia elétrica, serão construídos mais de 23 000 km de linhas de transmissão, com tensões de isolamento diversas (desde 13,8 até 500 kV). Será acelerado o programa de ampliação e reforma das redes de distribuição existentes, bem como o de construção de novas redes para as áreas a serem beneficiadas no período.

— Com vistas à evolução futura do setor, realizar-se-ão levantamentos do potencial hidráulico econômicamente aproveitável da Amazônia e do Nordeste.

— Quanto à eletrificação rural, o programa a ser realizado contempla, numa primeira etapa, aplicações no valor aproximado de Cr\$ 280 milhões.

II — Efetivação de programa de investimentos, para geração, transmissão e distribuição, de Cr\$ 11 700 milhões (a preços de 1970), abrangendo a programação federal e o esforço estadual e privado diretamente associados, e com implementação dentro das seguintes definições básicas:

— Seleção cuidadosa dos investimentos, procurando-se as soluções mais econômicas para o suprimento do mercado consumidor e observando-se rigorosa seleção de projetos.

— Continuação dos programas de conversão de freqüência, para sua progressiva unificação; de interligação dos sistemas elétricos regionais; e de padronização das instalações e equipamentos.

— Utilização máxima da tecnologia e da capacidade produtiva da indústria nacional, na realização dos investimentos programados.

III — Implementação de política de tarifas de energia elétrica segundo a fórmula do "serviço pelo custo", em condições de eficiência, com observância dos seguintes critérios básicos:

— Definição de faixas limitadoras das despesas de exploração, de acordo com a natureza e os objetivos da empresa concessionária, visando à sua otimização operacional.

— Conclusão dos trabalhos de levantamento e definição, pela fiscalização, do exato valor do investimento remunerável das empresas concessionárias, visando a proporcionar-lhes a justa remuneração de que trata a legislação.

— Manutenção da regulamentação da cota de depreciação, e exame de cada caso específico, para conveniente fixação das cotas de amortização ou reversão.

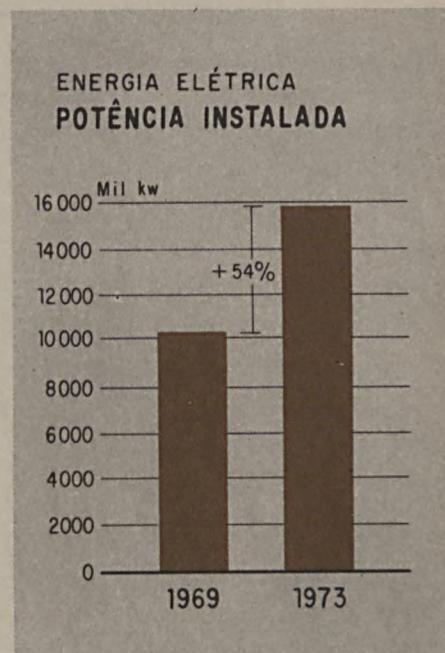
— Estabelecido com rigor o pleno sentido do "serviço pelo custo", em condições de eficiência, e fixados seus componentes em justa proporção, implementação de política de ajustamento do preço da energia elétrica, mediante judicioso manejo da estrutura tarifária e no empréstimo compulsório para os consumidores industriais que tenham no insumo energia uma parte substancial do valor de seus produtos. Com isso, poder-se-ão criar as condições básicas para o estabelecimento de novas indústrias, principalmente nos setores da electroquímica e eletrometalurgia, sem afetar o equilíbrio dos recursos destinados à expansão dos setores de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

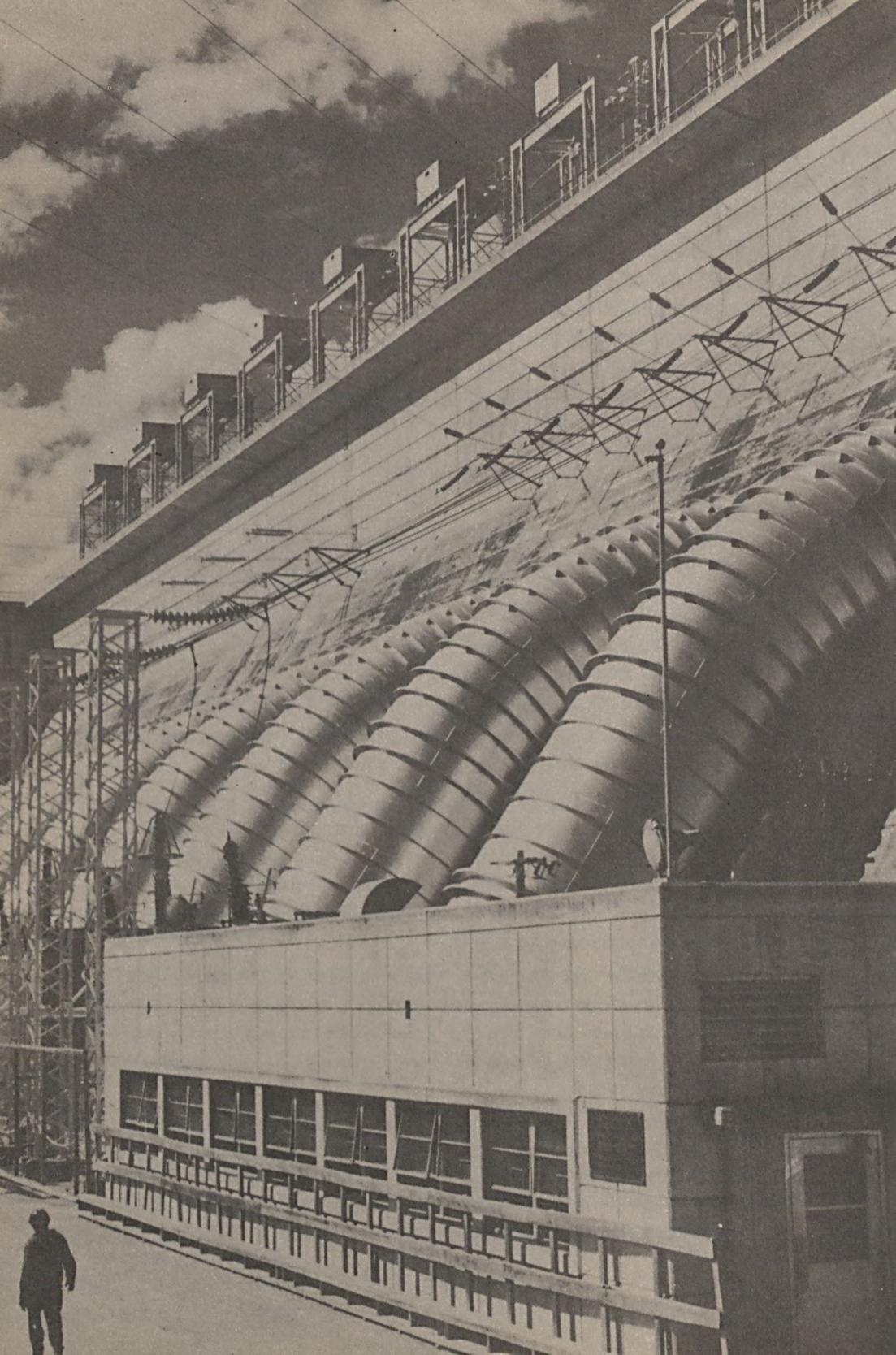
IV — Desenvolvimento da tecnologia termonuclear no País, com implantação da primeira usina átomo-elétrica. Os programas prioritários a executar, na área de atuação do Ministério das Minas e Energia, são:

— **Implantação da Primeira Central Nuclear, com capacidade de 500 000 kW.** Além de dotar a região Centro-Sul de grande bloco de complementação térmica, a execução do projeto permitirá o desenvolvimento, no País, da técnica de projeto-tamento, construção e operação de usinas nucleares. Investimento previsto, no período, de Cr\$ 240 milhões.

— Desenvolvimento da tecnologia de reatores, para assimilação da tecnologia já desenvolvida nessa área e formação de equipes técnicas especializadas: construção de dois circuitos hidrotérmicos experimentais, de 300 e 1 000 kW; construção de uma montagem subcrítica, seguida de uma montagem crítica, ambas de água pesada.

— Desenvolvimento da tecnologia de materiais nucleares: adaptação de tecnologias já desenvolvidas; implantação de uma usina-piloto para cerâmica nuclear; implantação de um laboratório para materiais nucleares especiais; desenvolvimento da tecnologia de fabricação de elementos combustíveis; montagem de usina-piloto de fabricação de água pesada.





ENERGIA ELÉTRICA

PRINCIPAIS USINAS GERADORAS EM CONSTRUÇÃO NO PERÍODO 1970 / 73



— Pesquisa de Recursos de Urânio, inclusive com recursos financeiros novos correspondentes a 1% do Impôsto Único sobre Combustíveis; prioridade para as bacias sedimentares do Nordeste.

PETRÓLEO E XISTO

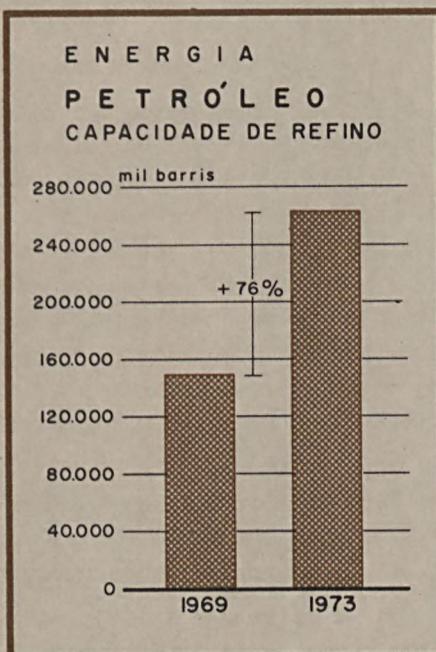
Realizações principais programadas:

I — Efetivação, pela PETROBRÁS, de programa de investimentos da ordem de Cr\$ 6 830 milhões, no período, com os objetivos básicos de expandir a produção de petróleo bruto em ritmo superior ao do crescimento do consumo, e de manter a auto-suficiência já alcançada no campo da refinação.

A consecução dos resultados objetivados está condicionada, de um lado, pela capacidade financeira para manter o ritmo de investimentos e, de outro, pela capacidade técnica e administrativa para manter o nível de atividades compatível. No caso da produção de petróleo bruto, a essas duas condições sobreleva outra que dá caráter, em certa medida aleatório, a seu desenvolvimento e se define pelas possibilidades geológicas de se alcançarem reservas em volume suficiente para atingir os objetivos de produção fixados.

II — Atribuição de toda prioridade ao desenvolvimento da produção de petróleo bruto, incrementando-se a produção em terra até o limite possível e ampliando-se sobretudo a exploração da plataforma continental, onde a PETROBRÁS tem indicações de resultados compensadores. Essa diretriz é indicada pelo constante aumento do consumo de derivados do petróleo, da ordem de 8% ao ano (nos últimos dez anos), e é imperativo da meta colimada de expansão do PIB. Investimentos programados de Cr\$ 2 240 milhões.

III — Manutenção, no setor de Refinação, de nível de atividade compatível com o crescimento do mercado, com vistas a consolidar a auto-suficiência já alcançada, e a obter a produção, no País, de derivados de petróleo de elevado



preço unitário, ainda importados total ou parcialmente. Com êsses objetivos, programou-se:

— Término da construção da Refinaria do Planalto Paulista, dentro do prazo previsto (1972), a fim de assegurar a auto-suficiência dos principais derivados.

— Ampliação e modernização da Refinaria Presidente Bernardes, visando basicamente ao processamento do petróleo de Carmópolis e, concomitante, a dar condições para obtenção de nafta para a indústria petroquímica.

— Construção da unidade de produção de óleos lubrificantes na Refinaria Duque de Caxias.

— Término da ampliação da capacidade produtora de derivados leves das Refinarias Gabriel Passos (Minas Gerais) e Alberto Pasqualini (Rio Grande do Sul).

Investimentos programados de Cr\$ 1 320 milhões.

IV — No setor Transporte (considerados globalmente a frota de petroleiros, os terminais marítimos e os oleodutos), atendimento às necessidades do abastecimento, tendo presente o importante aspecto da Segurança Nacional. Nesse sentido, será expandida a capacidade de transporte da Frota Nacional de Petroleiros — FRONAPE e melhorados os índices operacionais das unidades existentes, segundo as modernas técnicas de utilização de navios tanques de grande tonelagem. Quanto ao transporte de longo curso, ter-se-á sempre em mira a conjugação da movimentação de cargas nos dois sentidos (importação de petróleo bruto e exportação de granéis), procurando-se equipar a frota de petroleiros com unidades que sirvam a êsse propósito. Investimentos programados de Cr\$ 740 milhões.

V — No setor de Distribuição e Armazenamento, efetivação da participação da PETROBRAS em têrmos competitivos com as demais distribuidoras estabelecidas no País, de conformidade com as normas baixadas pelo Conselho Nacional do Petróleo. Investimentos programados de Cr\$ 140 milhões.

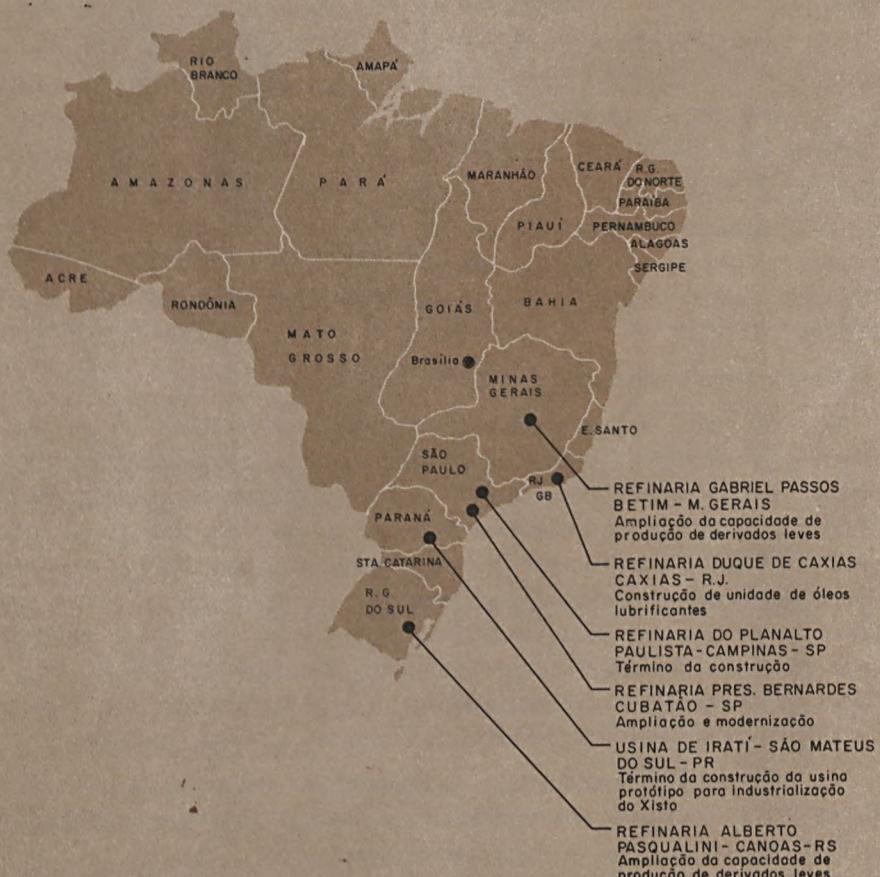
VI — Na área de Xisto, intensificação do programa de industrialização do xisto, com o término da construção da usina protótipo de Irati, em São Mateus



ENERGIA

PETRÓLEO E XISTO

PRINCIPAIS UNIDADES DE REFINO E
INDUSTRIALIZAÇÃO BENEFICIÁRIAS
DE INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS
1970/1973



do Sul, como etapa para o estudo geral de dimensionamento da futura usina industrial. Investimentos programados de Cr\$ 80 milhões.

VII — Na área da Petroquímica, intensificação da ação da PETROBRAS em dois sentidos: suprimento de matérias-primas básicas indispensáveis ao desenvolvimento desse setor industrial; e industrialização dessas matérias-primas, através de sua subsidiária, a PETROBRAS QUÍMICA S. A. — PETROQUISA e suas associadas. Investimentos programados de Cr\$ 350 milhões.

CARVÃO MINERAL

Realizações principais programadas:

I — Concentração da produção do carvão em número limitado de minas, adequadamente mecanizadas, com o consequente encerramento das atividades das minas consideradas antieconómicas, garantindo-se prioridade, no sistema oficial de crédito, ao financiamento da mecanização das empresas mineradoras que se ajustem a essa política e às atividades de diversificação para absorção de mão-de-obra disponível. Investimentos de Cr\$ 30 milhões.

II — Adoção de medidas concretas no sentido de:

— Estudo da viabilidade técnica e econômica da implantação de uma empresa única, congregando todas as unidades que operem no sistema de transporte e beneficiamento do carvão de Santa Catarina.

— Introdução de novas tecnologias no processo de beneficiamento do carvão, procurando, especialmente, a melhoria das características do carvão destinado à produção de coque.

— Aumento da oferta de coque produzido no País, com a participação do carvão nacional, a fim de atender à demanda dos consumidores que não têm produção própria.

— Complementação térmica do sistema de geração de energia elétrica na Região Sul do País, pela ampliação das Usinas a carvão existentes e implantação de novas unidades.

GÁS COMBUSTÍVEL

Definições básicas e medidas principais a executar:

— Modernização e ampliação das instalações da Cia. Estadual de Gás da Guanabara e da Cia. Municipal de Gás de São Paulo. Investimentos previstos de Cr\$ 40 milhões

- Incentivo e apoio à renovação e implantação de sistemas de gás canalizado nos grandes centros urbanos, com apoio à interiorização do consumo de gás liquefeito de petróleo.
- Análise da possibilidade de utilização de carvão mineral e de xisto como fontes regionais do suprimento de gás combustível, nas áreas de ocorrência dessas matérias-primas.
- Preservação das reservas de gás natural já conhecidas na Bahia e no Nordeste, para utilização prioritária pelas indústrias petroquímicas locais.
- Intensificação, através da PETROBRÁS, das pesquisas para delimitação de novas reservas de gás natural em todo o território nacional, com ênfase especial nas pesquisas da Plataforma Continental.

Projetos Prioritários

Elenco de Projetos (com aplicações prováveis no período 1970/1973, a preços de 1970):

— **Matriz Energética Brasileira:** Cr\$ 20 milhões.

ENERGIA ELÉTRICA

- 1) **Implantação da Primeira Central Nuclear — CNEN/ELETROBRÁS**
— Cr\$ 236 milhões
- 2) **Construção da Usina de Ilha Solteira — Cr\$ 920 milhões**
- 3) **Conclusão das Obras da Usina de Jupiá — Cr\$ 90 milhões**
- 4) **Conclusão das Obras da Usina de Xavantes — Cr\$ 27 milhões**
- 5) **Conclusão das Obras da Usina de Promissão — Cr\$ 280 milhões**
- 6) **Conclusão da Primeira Etapa da Usina de Jaguara — Cr\$ 68 milhões**
- 7) **Construção da Usina de Volta Grande — Cr\$ 173 milhões**
- 8) **Construção da Usina de Pôrto Colômbia — Cr\$ 315 milhões**
- 9) **Construção da Usina de São Simão — Cr\$ 36 milhões**
- 10) **Construção da Usina de Marimbondo — Cr\$ 311 milhões**
- 11) **Construção da Usina de Itumbiara**
- 12) **Construção da Usina de Mascarenhas**
- 13) **Ampliação da Capacidade Geradora da Usina Térmica de Capivari (SOTELCA)**
- 14) **Conclusão das Obras da Usina Capivari — Cachoeira**
- 15) **Conclusão das Obras da Usina de Passo Fundo — Cr\$ 113 milhões**
- 16) **Conclusão das Obras da Usina de Passo Real — Cr\$ 147 milhões**
- 17) **Construção da Usina de Salto Osório — Cr\$ 239 milhões**
- 18) **Construção da Usina de Itaúba — Cr\$ 43 milhões**

- 19) Ampliação da Capacidade Geradora e do Sistema Elétrico da Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF — Cr\$ 241 milhões
- 20) Conclusão das Obras da Usina General Humberto de Alencar Castello Branco e Ampliação do Sistema de Transmissão da Cia. Hidrelétrica de Boa Esperança — COHEBE — Cr\$ 18 milhões
- 21) Aproveitamento do Potencial Hidrelétrico dos Reservatórios de Múltipla Finalidade de Orós e Banabuiú.
- 22) Integração Elétrica da Capital Federal ao Sistema da região Centro-Sul — Cr\$ 72 milhões.
- 23) Atendimento aos Núcleos de Desenvolvimento da região Amazônica — Cr\$ 277 milhões

PETRÓLEO E XISTO

- 1) Exploração da Plataforma Submarina — Cr\$ 829 milhões
- 2) Refinaria do Planalto Paulista — Cr\$ 585 milhões
- 3) Modernização e Ampliação da Refinaria Presidente Bernardes — Cr\$ 264 milhões
- 4) Ampliação da Refinaria Duque de Caxias — Cr\$ 155 milhões
- 5) Ampliação da Refinaria Gabriel Passos
- 6) Ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini
- 7) Usina Protótipo de Xisto de Irati — Cr\$ 80 milhões

CARVÃO

Mecanização das Minas de Carvão de Santa Catarina: Cr\$ 30 milhões.

Descrição:

MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

O projeto objetiva a elaboração da primeira Matriz Energética Brasileira para que o Governo possa planejar:

- a) uma eficaz oferta de energia aos setores econômico e social;
- b) a correta aplicação de recursos no incremento da oferta energética e no aproveitamento de novas fontes de energia, que atenda à política de conservação dos recursos naturais e à segurança nacional;
- c) o impacto das diferentes possibilidades do crescimento da economia do País sobre a política energética e a contribuição das alternativas dessa política para o desenvolvimento regional e nacional.

A Matriz Energética Brasileira registrará nos níveis nacional e regional: a oferta total de energia, sob todas as formas, e o seu consumo em todos os setores da economia, quer para sua transformação ou para uso final.

Também ficarão evidenciadas, por setor econômico, e para cada tipo de energia, as proporções de sua utilização e de sua transformação em outros tipos, com a indicação, em cada caso, da eficiência e das perdas, demonstrando, também, as tendências de substituição entre os diferentes tipos de energia por setor.

Os dispêndios no projeto, até 1972, são estimados em Cr\$ 20 milhões.

ENERGIA ELÉTRICA

IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA CENTRAL NUCLEAR - CNEN/ ELETROBRAS

Desenvolver-se-á no País a experiência técnica de projeto, construção e operação de usinas nucleares, mediante a implantação de uma central termonuclear, com geração prevista a partir de 1976.

Estudos energéticos recentes recomendam seja colocada em operação, no sistema elétrico da região Centro-Sul, uma usina termonuclear, em meados da década de 70. O dimensionamento dessa primeira central — cerca de 500 000 kW de capacidade geradora instalada — atende à conjugação da economicidade do sistema de energia de origem nuclear à capacidade do sistema elétrico da Região. De fato, a demanda crescente de energia elétrica na região Centro-Sul recomenda a instalação de grandes blocos de complementação térmica, a fim de se alcançar a otimização dos sistemas geradores. Complementarmente, sentia-se de longa data, a necessidade de introduzir e utilizar no Brasil novas tecnologias, em particular a da geração nucleo-elétrica, com as consequentes vantagens de formação de pessoal altamente especializado, efetivamente trabalhando no País.

Os estudos e projetos da primeira central nucleo-elétrica foram objeto de convênio CNEN-ELETROBRAS, que rege a cooperação entre as duas entidades, no planejamento, construção e operação de usinas nucleares que venham a ser construídas pelo Governo Federal, visando

à produção de energia elétrica. Sua localização acaba de ser determinada para a área de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Até 1969, foram aplicados no projeto cerca de Cr\$ 7 milhões, prevendo-se investimentos da ordem de Cr\$ 236 milhões, no quadriênio.

● CONSTRUÇÃO DA USINA DE ILHA SOLTEIRA

Essa Usina encontra-se em implantação no médio curso do rio Paraná (limite dos Estados de São Paulo e Mato Grosso), com uma capacidade final prevista de 3200 MW, composta de 20 unidades de 160 000 kW cada. A primeira etapa constará de 11 unidades, a segunda de 5 unidades e a etapa final de mais 4 unidades. Combinada com a Usina de Jupiá, constituirá o chamado conjunto de Urubupungá, totalizando capacidade de 4 600 000 kW, um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo.

Estima-se a aplicação de cerca de Cr\$ 2 840 milhões nas duas primeiras etapas do projeto (2 560 000 kW), incluído o sistema de transmissão.

Até 1969 já foram investidos cerca de Cr\$ 307 milhões, prevendo-se, para o quadriênio, investimentos da ordem de Cr\$ 920 milhões.

● CONCLUSÃO DAS OBRAS DA USINA DE JUPIÁ

Situada nas proximidades da Usina de Ilha Solteira, integrante do conjunto de Urubupungá, será concluída até 1971, com a entrada em operação, no período 70/71, de mais 6 unidades de 85 700 kW cada uma, completando a potência total instalada de 1 200 000 kW.

Sua execução está a cargo da CESP e os investimentos previstos para 1970/71 somam cerca de Cr\$ 90 milhões.

● CONCLUSÃO DAS OBRAS DA USINA DE XAVANTES

Obra em construção na fronteira São Paulo-Paraná, sobre o rio Paranapanema, terá quatro geradores de 100 000 kW cada um. Dois deles entrarão em operação em 1970 e os restantes em 1971.

A CESP é responsável pela obra. Os investimentos previstos no quadriênio totalizam, aproximadamente, Cr\$ 27 milhões.

● CONCLUSÃO DAS OBRAS DA USINA DE PROMISSÃO

Esta obra também estará concluída no quadriênio, entrando em operação 200 000 kW. Conduzida pela CESP, a usina aproveita o rio Tietê, no Estado de São Paulo. Os investimentos previstos, no período, são de Cr\$ 280 milhões.

● CONCLUSÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA USINA DE JAGUARA

O término desta obra da CEMIG, sobre o rio Grande, nas divisas de Minas Gerais e São Paulo, significará a entrada em operação de 236 000 kW em 1971 e 236 000 kW no ano seguinte, perfazendo a potência total instalada de 472 000 kW. Os investimentos, de 1970 a 1972, somarão cerca de Cr\$ 68 milhões. Há previsão, em segunda etapa, para a instalação de mais 236 000 kW.

● CONSTRUÇÃO DA USINA DE VOLTA GRANDE

Na seqüência de usinas para aproveitamento do potencial do rio Grande, esta obra da CEMIG foi iniciada em 1970. Em 1973 já deverão estar operando dois de seus geradores de 100 000 kW cada um. A potência total será de 400 000 kW. Os investimentos do quadriênio são da ordem de Cr\$ 173 milhões.

● CONSTRUÇÃO DA USINA DE PÓRTO COLOMBIA

Também sobre o rio Grande, nos limites entre São Paulo e Minas Gerais, esta usina de FURNAS, em início de construção, já estará operando com 160 000 kW em 1973, ou seja, metade de sua potência instalada, prevista para 320 000 kW. Os investimentos, no período, estão estimados em Cr\$ 315 milhões.

● CONSTRUÇÃO DA USINA DE SÃO SIMÃO

Usina a ser construída no curso inferior do rio Paranaíba (limite dos Estados de Minas Gerais e Goiás), contará na etapa final com 8 unidades de 165 000 kW cada uma (1 320 000 kW ao todo). A primeira

etapa prevê a implantação de 6 unidades, com a potência conjunta de 990 000 kW.

O custo total está estimado em Cr\$ 900 milhões (inclusive sistema de transmissão), antevendo-se a aplicação de Cr\$ 36 milhões no quadriênio.

● CONSTRUÇÃO DA USINA DE MARIMBONDO

Localizada no rio Grande (limite dos Estados de São Paulo e Minas Gerais), contará com 8 unidades de 175 000 kW cada uma, totalizando 1 400 000 kW. Ligada aos principais centros de mercado por um sistema de transmissão operando em 500 kV, tensão utilizada pela primeira vez na América Latina, a Usina de Marimbondo será altamente beneficiada pelo conjunto de reservatórios já construídos (Furnas, Peixoto, etc.) e em construção (Estreito, Jaguara, Volta Grande e Pôrto Colômbia).

O empreendimento foi aprovado em fevereiro de 1967 e iniciado em 1969. O investimento total previsto é de Cr\$ 1 100 milhões (inclusive sistema de transmissão), dos quais Cr\$ 311 milhões serão aplicados no quadriênio.

● CONCLUSÃO DAS OBRAS DA USINA DE PASSO FUNDO

Com potência instalada prevista para 220 000 kW, esta usina situa-se no Município de São Valentim, no noroeste do Rio Grande do Sul. Obra em andamento, a cargo da ELETROSUL, estará concluída em 1972. Os investimentos de 1970 a 1972 somarão Cr\$ 113 milhões.

● CONCLUSÃO DAS OBRAS DA USINA DE PASSO REAL

Situada na região central do Rio Grande do Sul, sobre o rio Jacuí, esta usina totalizará a potência instalada de 250 000 kW. Na primeira etapa, serão instalados até 1973 dois dos seus geradores de 62 500 kW cada um. Seu reservatório, de 2,3 bilhões de metros cúbicos de acumulação útil, regularizará 60% do módulo do rio Jacuí, beneficiando também a usina já existente 15 km à jusante. A produção das duas usinas beneficiadas poderá, por isto, atingir em ano médio, 1,2 bilhões de kWh, valor igual à geração de todo o Estado no ano de 1965.

Os investimentos no quadriênio somarão Cr\$ 147 milhões.

● CONSTRUÇÃO DA USINA DE SALTO OSÓRIO

Esta usina será construída no médio curso do rio Iguaçu, com capacidade instalada final de 948 000 kW; 4 unidades de 158 000 kW na primeira etapa, e 2 unidades de 158 000 kW na segunda etapa.

Em conjunto com outras usinas de mesmo porte, assegurará o suprimento de energia aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O custo total da primeira etapa, a ser iniciada em 1970, está estimado em Cr\$ 528 milhões, inclusive sistema de transmissão. Para o quadriênio, a aplicação esperada é de Cr\$ 239 milhões.

● CONSTRUÇÃO DA USINA DE ITAÚBA

No rio Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul, com capacidade geradora de 500 000 kW. Na primeira etapa de construção, a ser iniciada no período, serão instaladas quatro unidades de 100 000 kW cada uma. O custo total do projeto está estimado em Cr\$ 424 milhões, e aplicação, no quadriênio, em Cr\$ 43 milhões.

● AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE GERADORA E DO SISTEMA ELÉTRICO DA COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO — CHESF

Este projeto conjuga a ampliação da Usina de Paulo Afonso, pela instalação de mais 3 unidades de 200 000 kW cada uma (Paulo Afonso IV), com a construção da barragem e Usina Hidrelétrica de Moxotó, cuja capacidade final será de 600 000 kW, sendo a primeira etapa de 4 unidades de 100 000 kW; deverão ser também introduzidas no sistema da CHESF linhas de 400 kV.

Os estudos de mercado realizados pela SUDENE e ELETROBRÁS, na região Nordeste, indicam a necessidade de execução do novo projeto, a partir de 1970, para assegurar o suprimento de energia à região.

Estima-se o custo total do projeto em Cr\$ 800 milhões, assim como a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 241 milhões, no quadriênio.

● CONCLUSÃO DAS OBRAS DA USINA GENERAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA CIA. HIDRELÉTRICA DE BOA ESPERANÇA (COHEBE)

Obra inaugurada, com duas unidades, de 52 000 kW cada uma, das quais a primeira já em operação. Situada sobre o rio Paranaíba, terá acrescida até 1973 mais uma unidade de 52 000 kW, perfazendo 75% da potência total prevista de 208 000 kW.

Em adição, será ampliado também o sistema de transmissão da COHEBE, atendendo-se as Capitais do Piauí e do Maranhão, e mais cerca de 30 municípios.

Os investimentos, no período, totalizarão Cr\$ 18 milhões.

● INTEGRAÇÃO ELÉTRICA DA CAPITAL FEDERAL AO SISTEMA DA REGIÃO CENTRO-SUL

Construção de um conjunto de linhas de transmissão de 345 e 230 kV, ligando os sistemas da região Centro-Sul com os das Centrais Elétricas de Goiás e da Cia. de Eletricidade de Brasília. Este projeto de interligação, com início previsto para o exercício de 1970, é indispensável para a segurança e continuidade do suprimento de eletricidade à Capital Federal.

Estima-se o custo total do projeto em Cr\$ 134 milhões, e a despesa de recursos no montante de Cr\$ 72 milhões para a etapa a ser realizada no quadriênio.

PETRÓLEO

● EXPLORAÇÃO DA PLATAFORMA SUBMARINA

Os resultados já obtidos pela PETROBRAS na exploração da Plataforma Continental Brasileira levam a concluir que existem condições propícias para descobertas de reservas que permitam cumprir-se um programa de suprimento crescente de petróleo bruto ao mercado nacional. Em consequência, está em desenvolvimento intensa prospecção sísmica e explorativa nas áreas potencialmente mais promissoras da plataforma continental: Sergipe, Alagoas, sul da Bahia, Espírito Santo e foz do Amazonas.

As metas mínimas previstas para o final do período, podem ser assim sintetizadas: conclusão de 75% dos detalhes sísmicos de uma área prospectável da ordem de 840 mil quilômetros quadrados e teste de 50% da referida área, através da perfuração de 100 poços exploratórios (cerca de 300 mil metros lineares de perfuração), nos principais prospectos sísmicos encontrados.

O investimento previsto para o quadriênio é de Cr\$ 829 milhões.

● **REFINARIA DO PLANALTO PAULISTA**

Com capacidade de processamento de 20 000 m³/dia (126 mil barris/dia), está em fase de implantação nas proximidades da cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Além de combustíveis, a Refinaria produzirá enxófre, asfalto e nafta. O projeto contempla, ainda, a ampliação do atual "pier" do Terminal de São Sebastião, no litoral norte de São Paulo; a instalação de estações de bombeamento em São Sebastião e Rio Pardo; e a construção de oleoduto de 24 polegadas de diâmetro numa extensão de 226 km, destinado ao suprimento de óleo cru à Refinaria. Os estudos de mercado de derivados de petróleo, realizados pelo PETROBRÁS, recomendam a implantação desta nova Refinaria e sua operação em plena carga a partir do ano de 1972, garantindo-se seja mantida a auto-suficiência em refino no País. O investimento total será de Cr\$ 585 milhões e a conclusão da obra é prevista para 1971.

● **MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES**

O projeto contempla a modernização das instalações da Refinaria Presidente Bernardes (Município de Cubatão, Estado de São Paulo), com a instalação, entre outras, de uma unidade de craqueamento catalítico e de uma unidade de produção de enxófre (45 toneladas/dia). As flexibilidades operacionais decorrentes possibilitarão um aumento de 7 200 m³/dia (45 000 barris/dia) na capacidade de processamento da Refinaria o que os estudos de mercado realizados pela PETROBRÁS recomendam como imediato. Iniciado o projeto em 1969, foram aplicados naquele ano cerca de Cr\$ 8 milhões, a que deverão somar-se, até o final da obra, em 1972, cerca de Cr\$ 264 milhões.

● AMPLIAÇÃO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS

A Unidade de Lubrificantes, cujo início de construção na Refinaria Duque de Caxias está marcado para 1970, terá capacidade de produzir 730 m³/dia (4 600 barris/dia) de óleos lubrificantes básicos. A matéria-prima para essa unidade provirá de uma unidade de destilação dimensionada para processar 7 150 m³/dia (45 000 barris/dia) de petróleo bruto, o que representará simultânea ampliação da capacidade de processamento da Refinaria, de 25 000 m³/dia (157 000 barris/dia) para 32 150 m³/dia (202 000 barris/dia).

O suprimento das necessidades nacionais de óleos lubrificantes básicos vem sendo realizado através da importação, que atingiu, em 1969, a 315 000 m³, no valor de US\$ 23 201 mil. Justifica-se, portanto, a instalação imediata desta unidade, que atenderá a mais de 50% da demanda nacional. O investimento previsto é de Cr\$ 155 milhões, a serem aplicados até 1971, ano de conclusão da obra.

● USINA PROTÓTIPO DE XISTO DE IRATI

Unidade da PETROBRÁS, em instalação em São Mateus do Sul (Paraná), para demonstrar em equipamentos de dimensões industriais o aproveitamento do xisto do Irati, com capacidade de produzir, por dia, 200 m³ de óleo, 24 toneladas de enxôfre e 45 000 m³ de gás.

As reservas de xisto pirobetuminoso verificadas no território nacional justificam o estudo intensivo de seu aproveitamento como importante fonte de suprimento de combustíveis líquidos e gasosos, e de enxôfre. A Usina Protótipo de Irati testará a conveniência de implantação de unidades industriais de grande porte, que poderão oferecer significativa contribuição para a produção nacional de óleo cru e apreciável produção de gás combustível para suprimento dos grandes centros urbanos, além de permitir a auto-suficiência do País no abastecimento de enxôfre. A Usina Protótipo de São Mateus do Sul absorverá, no quadriênio, Cr\$ 80 milhões, estando previsto o início de operação em 1971.

CARVÃO

MECANIZAÇÃO DAS MINAS DE CARVÃO DE SANTA CATARINA

Com o objetivo de concentrar a produção carbonífera de Santa Catarina em um máximo de 6 (seis) minas mecanizadas, o programa prevê o encerramento das atividades de cerca de 40 bôcas de minas antieconómicas, presentemente em exploração.

A implantação desse sistema será efetuada pelas empresas privadas atuantes no setor, com apoio financeiro e orientação do Governo Federal. Cada mina deverá ser dimensionada para produção mínima mensal da ordem de 15 000 toneladas de carvão pré-lavado, e será implantada em área pré-selecionada, na qual as características da jazida permitam o máximo rendimento na extração do minério.

Prevê-se um processo gradativo de mecanização das minas, acompanhado da execução de outros projetos, de forma a evitar o impacto negativo de eventual desemprego na região.

Reconhecida a conveniência da continuidade de utilização do carvão nacional na fabricação de coque siderúrgico, impõem-se vigorosas medidas governamentais para reduzir os seus custos, dentre as quais a modernização dos métodos de extração, com ampliação da escala de produção das minas, é, sem dúvida, uma das mais urgentemente recomendáveis. O investimento previsto até 1973 é de Cr\$ 30 milhões.

I.2 — TRANSPORTES

Ação de Governo: Principais Realizações

Objetivando a execução de uma política integrada de Transportes, nos setores Rodoviário, Ferroviário, Portuário, Marítimo e Aéreo, são as seguintes as principais realizações programadas:

I — Efetivação de programa de investimentos, no período 1970/1973, de cerca de Cr\$ 10 870 milhões (a preços de 1970) dos quais Cr\$ 2 210 milhões no Sistema Ferroviário, Cr\$ 2 750 milhões em Portos e Navegação Marítima e Fluvial, Cr\$ 5 430 milhões no Sistema Rodoviário, e Cr\$ 480 milhões em Transporte Aéreo (exclusive compra de aviões).

II — Consecução de metas que permitam, nos setores Marítimo e Rodoviário:

— Expansão da capacidade da Marinha Mercante, de longo curso, de 1 026 112 TDW em 1969 para 2 076 542 TDW em 1973, com um aumento de 102%; e na cabotagem, de 674 652 TDW em 1969 para 807 047 TDW em 1973, com um aumento de 20%.

— Aumento da capacidade de navegação especializada:

a) Petroleiros: de 696 238 TDW em 1969 para 861 888 TDW em 1973, com aumento de 24%;

b) Graneleiros, navios-frigoríficos, navios-tanques de óleo vegetal: de 174 136 TDW em 1969 para 695 166 TDW em 1973, com aumento de 300%.

— Expansão da rede rodoviária de um total pavimentado de 21 757 km em 1969 para 31 760 km em 1973, com aumento de 46%.

III — Execução de Programa Rodoviário:

— Prioridade absoluta, no Programa Rodoviário, à construção das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, como parte essencial do Programa de Integração Nacional.

Esse Programa, cuja implementação se iniciou com a promulgação do Decreto-lei 1.106/70, prevê o imediato início da construção das citadas rodovias.

A Transamazônica, implantada em transversal às bacias dos afluentes do Rio Amazonas, aíbaixo dêste, liga-se às BR-230 e BR-232 (que, partindo do Recife e João Pessoa, respectivamente, confluem na cidade de Picos) e estende-se de Picos até Humaitá. Os trechos a implantar, compreendendo Picos — Floriano — Carolina — Estreito — Marabá — Jatobá — Altamira — Itaituba — Jacareacanga — Prainha — Humaitá, terão extensão total de 2.475 km. O primeiro estágio, de Picos a Itaituba, deverá estar concluído até fins de 1971.

Na rodovia Cuiabá-Santarém, com extensão total de 1.500 km, a prioridade será conferida ao trecho Nobres/Santarém, que integrará também o primeiro estágio do programa, para conclusão, portanto, em 1971.

As novas estradas terão conexão com a rede rodoviária do Nordeste e com as da Amazônia e do Planalto Central. Destaca-se, no Nordeste, a ligação com Teresina, que se fará por intermédio da BR-234 Pôrto Franco — Presidente Dutra — Teresina, a ser implantada, ou da BR-313, por Peritoró, que já se encontra pavimentada. Para Fortaleza far-se-á a ligação por Teresina e daí pelas BR-343, até Piripiri, e BR-222; e para as demais capitais, por Picos, pela BR-230. Com relação à Amazônia haverá entroncamento em Humaitá, com a BR-312, trecho Pôrto Velho-Manaus. No sentido de Pôrto Velho, assegura-se a ligação a Rio Branco, no Acre, e à fronteira com o Peru, pela BR-236, bem assim a Cuiabá, pela BR-364. No sentido de Manaus, fica estabelecida ligação com a Guiana e a Venezuela. A interligação com o Planalto Central far-se-á por intermédio da BR-165 e da BR-080.

— Implantação da Rêde Básica do Nordeste — construção de 911 km e pavimentação de 2 344 km, além de outros projetos prioritários na região, com o objetivo de dotá-la de uma infra-estrutura que lhe facilite o desenvolvimento;

— Execução de um conjunto de rodovias com alta prioridade econômica, na base de Planos Diretores Estaduais, em três etapas, abrangendo 7 600 km de extensão e alcançando o valor aproximado de Cr\$ 2 700 milhões.

— Adoção das seguintes definições básicas:

- Aumento da participação do usuário na cobertura dos encargos decorrentes da construção e manutenção das rodovias; ênfase na conservação de rodovias, inclusive sob o aspecto de conservação preventiva e restauração da rede existente.

- Adoção, nos âmbitos federal, estadual e municipal, de planejamento integrado e uniforme, inclusive quanto a estudos de viabilidade e projetos de engenharia final.

- Aperfeiçoamento da execução rodoviária, através da evolução dos processos de: seleção das empresas construtoras; prévia preparação de projetos; definição de esquemas financeiros e controle de qualidade.

- Padronização de métodos de trabalho, normas, especificações e critérios de avaliação e comportamento para os órgãos federais e estaduais, e, quando couber, também para os órgãos municipais.

- Adoção de planejamento dos investimentos em rodovias alimentadoras e rurais para complementação dos planos diretores rodoviários, cuja ênfase foi dada na rede de troncos de longa distância.

TRANSPORTES - RODOVIAS
PROGRAMA PRIORITÁRIO
1970/73



IV — Implementação do Reaparelhamento e Modernização da Rêde Ferroviária Federal, abrangendo remodelação da via permanente, melhoramento de traçados, aparelhamento de terminais e pátios, aquisição de material rodante e de tração, no valor de aproximadamente Cr\$ 1 000 milhões. Adoção das seguintes diretrizes:

— Aperfeiçoamento da organização da RFFSA em bases empresariais, com reformulação da política comercial ferroviária, de modo a torná-la mais flexível e agressiva na conquista de novos mercados.

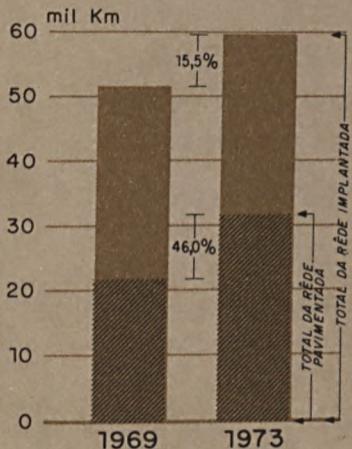
— Orientação da política tarifária no sentido de que o preço do serviço reflete seu custo econômico, em regime de eficiência.

— Melhoria dos métodos operacionais, inclusive com maior aproveitamento do material de transporte e aumento da velocidade comercial dos trens; conclusão do programa de erradicação dos ramais e linhas antieconômicas.

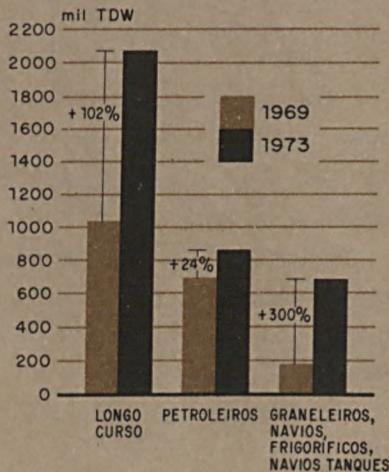
— Conclusão do processo de enquadramento dos servidores em um único sistema de classificação de cargos.

V — Reaparelhamento e Modernização da Frota Mercante para Navegação de Longo Curso e para Cabotagem, com financiamentos e investimentos da ordem de Cr\$ 1 370 milhões e Cr\$ 200 milhões, respectivamente. Terá firme prosseguimento a política de maior participação brasileira no transporte internacional — em carga geral, frigorífica e granel —, para aumento da receita de fretes e expansão do comércio exterior do Brasil.

TRANSPORTES - RODOVIAS
RÊDE RODOVIÁRIA FEDERAL



TRANSPORTES - NAVEGAÇÃO
CAPACIDADE DA MARINHA
MERCANTE



O programa será conduzido dentro das seguintes definições básicas, de forma integrada com a política de reaparelhamento dos portos:

— Continuação da política de estímulo à fusão das pequenas empresas de navegação.

— Colaboração com o Ministério da Marinha para a reformulação do Regulamento do Tráfego Marítimo (RTM).

— Prosseguimento da Reforma Administrativa da Superintendência Nacional de Marinha Mercante (SUNAMAM), dentro dos princípios do Decreto-lei 200/67.

— Articulação com o MIC (GEICON), para adequação das atribuições pertinentes à construção naval, face ao que dispõe o Decreto-lei 200/67.

— Formulação de um plano nacional de vias navegáveis interiores em bases racionais, visando ao desenvolvimento do transporte fluvial e lacustre e sua integração com as demais modalidades de transportes.

Financiamento da construção de embarcações para a navegação interior, considerados os estudos realizados pela SUNAMAM e pelo DNPVN.

— Maior conjugação dos programas e atividades da SUNAMAN e do DNPVN, objetivando maior integração e complementaridade da operação portuária com os serviços de navegação, bem como o funcionamento harmônico do transporte marítimo e fluvial.

VI — Adequação do sistema de portos, através do seu reaparelhamento e modernização, compreendendo a construção de terminais especializados (cofres de carga, sal, fertilizantes, cereais, carvão, derivados de petróleo); dragagem — cerca de 20 milhões de m³ —; e ampliação das instalações portuárias, com investimento total de Cr\$ 1 000 milhões.

O programa será orientado pelas seguintes definições básicas:

— Transformação das administrações portuárias em sociedades anônimas com a participação governamental, na forma que a legislação determinar.

— Revisão e consolidação da legislação portuária, inclusive para permitir a operação da navegação brasileira a custos de competição internacional.

— Execução de plano global de hierarquização técnico-econômica dos portos, para determinação de prioridades de investimentos, com o desenvolvimento dos respectivos planos de expansão e do estabelecimento de diretrizes gerais para os investimentos a longo prazo.

— Simplificação dos processos de despacho dos navios e desembarço de carga.

VII — Realização de Programa de Transporte Aéreo capaz de garantir o acesso do Brasil à nova era dos vôos supersônicos, e de observar prioridades definidas para que o País seja dotado de adequada infra-estrutura aeroportuária, a fim de fazer face à expansão da demanda do tráfico nacional e internacional e à evolução tecnológica. Objetivar-se-á o desenvolvimento racional dos serviços na área doméstica, e o aumento progressivo de participação do Brasil no mercado internacional do frete aéreo.

Será executada a construção e implantação do novo Aeroporto Internacional do Galeão (Guanabara) — Principal Aeroporto Internacional do Brasil —, dotado das características necessárias ao apoio de aeronaves de grande porte e supersônicas, ficando sua administração, operação e exploração industrial a cargo de uma Sociedade de Economia Mista. Efetivar-se-á a conclusão do Aeroporto Internacional de Brasília. Promover-se-á a construção de novos aeroportos internacionais em São Paulo e Manaus.

O programa reger-se-á pelas seguintes definições básicas:

- Orientação de evitar o número excessivo de empresas exploradoras de serviços aéreos, de modo a assegurar viabilidade econômico-financeira àquelas autorizadas a funcionar.
- Redução a um mínimo dos subsídios às empresas de navegação aérea; adoção de política de compras que evite a acumulação de capacidade ociosa e, em geral, o desperdício no uso de equipamentos e aviões.
- Manutenção de política realista de tarifas, para cobertura de custos, em condições de eficiência.
- Subordinação da execução de obras, compra de equipamentos e estruturação de linhas, à elaboração de projetos e análises de caráter técnico e econômico.
- Atualização e aperfeiçoamento do processo de retribuição pelo uso das instalações aeroportuárias e dos serviços de apoio à navegação aérea, visando à constante melhoria das instalações e dos serviços.
- Integração e coordenação dos serviços de apoio às empresas de navegação aérea, visando à redução dos seus custos de operação.

Projetos Prioritários

Elenco de Projetos (com aplicações prováveis no período 1970/73, a preços de 1970):

SISTEMA RODOVIÁRIO

- 1) Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém — Cr\$ 320 milhões (1.ª fase)
- 2) Conclusão da Rêde Básica do Nordeste — Cr\$ 928 milhões.
- 3) Ligações Pavimentadas entre Curitiba, Florianópolis e Pôrto Alegre — Cr\$ 265 milhões.
- 4) Programa Nacional de Rodovias com Elevada Prioridade Econômica — Cr\$ 2 900 milhões.
- 5) Ligações Rodoviárias Internacionais — Cr\$ 440 milhões.
- 6) Ponte Rio-Niterói — Cr\$ 361 milhões.

REAPARELHAMENTO FERROVIÁRIO

- 7) Ligação Apucarana-Ponta Grossa — Cr\$ 61 milhões.
- 8) Ligação Rio-São Paulo — Cr\$ 160 milhões.
- 9) Remodelação da Via Permanente e Melhoramento de Traçados — Cr\$ 271 milhões.
- 10) Aquisição de Material Rodante e de Tração — Cr\$ 420 milhões.

PONTOS E NAVEGAÇÃO (MARÍTIMA E FLUVIAL)

- 11) Terminais Especializados — Cr\$ 318 milhões.
- 12) Dragagem — Cr\$ 89 milhões.
- 13) Ampliação de Instalações Portuárias — Cr\$ 176 milhões.
- 14) Reaparelhamento e Modernização da Frota Mercante para Navegação de Longo Curso — Cr\$ 1 367 milhões.
- 15) Reaparelhamento e Modernização da Frota Mercante para Navegação de Cabotagem — Cr\$ 195 milhões.

TRANSPORTE AÉREO

- 16) Aeroporto Internacional do Galeão — Cr\$ 523 milhões.
- 17) Equipamento de Proteção ao Vôo — Cr\$ 315 milhões.
- 18) Aeroportos Internacionais de São Paulo, Manaus e Brasília — Cr\$ 398 milhões.
- 19) Outros Aeroportos.

Descrição:

SISTEMA RODOVIÁRIO

- RODOVIAS TRANSAMAZÔNICA E CUIABÁ-SANTARÉM
(já descritas)
- CONCLUSÃO DA RÊDE BÁSICA DO NORDESTE

O programa objetiva a continuidade da implantação da rede rodoviária básica definida pelos Planos-Diretores da SUDENE e do GEIPOT. Estão previstas para o período 1970/73 a implantação de 911 km e a pavimentação de 2 344 km na região, compreendendo trechos das seguintes Rodovias:

- BR-020 (Divisa PI/CE — BA/226);
- BR-101 (Natal-João Pessoa e Maceió-Aracaju);
- BR-116/304 (Fortaleza-Sa gueiro e Fortaleza-Natal);
- BR-226 (Pres. Dutra-P. Franco);
- BR-227 (Currais Novos-Pombal);
- BR-230 (João Pessoa-Ipaumirim);
- BR-232 (Recife-Salgueiro);
- BR-222/343 (Teresina-Fortaleza);
- BR-242 (Argoim-Barreiras);
- BR-316/135 (São Luís-Teresina);
- BR-316 (Teresina-Picos).

O total de recursos aplicáveis no período é de Cr\$ 928 milhões.

O Banco Mundial financiará, ainda na rede do Nordeste, a partir de 1971, as seguintes rodovias, cujos estudos de viabilidade se encontram em elaboração:

- BR-030 (Caejté-Entroncamento c/BR-116);
- BR-101 (Feira de Santana-Esplanada);
- BR-316 (Picos-Salgueiro);
- BR-412/110 (Farinha-Entroncamento c/BR-232).

● LIGAÇÕES PAVIMENTADAS ENTRE CURITIBA, FLORIANÓPOLIS E PÓRTO ALEGRE

Através das rodovias federais BR-468 e 101 e da estadual RS-17, interligar-se-ão as capitais do sul do País — Curitiba, Florianópolis e Pôrto Alegre — por estradas pavimentadas, até fins de 1970. Em virtude de a RS-17 não atender ao escoamento do tráfego no trecho Pôrto Alegre-Osório, programou-se a construção da BR-290, que deverá ser iniciada em 1970, com conclusão prevista para 1972.

O montante de recursos necessários é de Cr\$ 265 milhões.

● PROGRAMA NACIONAL DE RODOVIAS COM ELEVADA PRIORIDADE ECONÔMICA

O programa foi precedido de planos-diretores rodoviários e estudos de viabilidade, que conferem maior segurança técnica e econômica aos projetos. Monta ao valor de Cr\$ 2 900 milhões e permite a construção e pavimentação de aproximadamente 7 600 km de rodovias em todo o território nacional, até 1973. O Banco Mundial financiará substancial parcela desse programa, que foi dividido em quatro partes:

A primeira parte, que envolve 430 km de implantação básica, melhoramentos e pavimentação, tem o seu término previsto para 1971 e compreende os seguintes trechos:

- BR-381 MG-4 (Ipatinga-Gov. Valadares);
- BR-468 (Curitiba-Guaruva-Joinville);
- BR-470 (Rio do Sul-Entroncamento BR-116);
- BR-476 (São Mateus-União da Vitória);
- BR-386 (Canoas-Tabaí);
- BR-116 (São Leopoldo-Nôvo Hamburgo-Estância Velha);
- RS-4 (São Sebastião do Caí-Farroupilha).

A segunda parte, já em fase de licitação, corresponde a 2 150 km de vias cujos estudos de viabilidade e projetos de engenharia se acham concluídos. Sua execução tem início previsto para 1970 e término para 1972, abrangendo os seguintes trechos:

BR-101 (Entroncamento c/BR-324 — Linhares e Rio Bonito-Fazenda dos 40);
BR-135, MG-1 (Corinto-Bocaiúva);
BR-158 (Santa Maria-J. Castilho);
BR-222 (Piripiri-Sobral);
BR-324 (Feira de Santana-Salvador);
BR-354, MG-163 (Estalagem-L. Formosa);
BR-365, MG-54 (Ituiutaba-Canal de S. Simão);
BR-452 (Itumbiara-Rio Verde);
BR-470, SC-43/68 (Entroncamento c/BR-116-Campos Novos);
RS-3 (Pôrto Mariante-Santa Cruz do Sul);
RS-38/11 (Cruzeiro do Sul-Lageado-Muçum).

A terceira parte compreende 2 500 km de rodovias em fase de projeto de engenharia, e deve ser licitada e iniciada em 1971 para conclusão até 1973; compõe-se dos seguintes trechos:

BR-060 (Guapó-Jataí);
BR-104, AL-504 (Entroncamento BR-316-(Atalaia) — Entroncamento BR/304);
BR-110 (R. Pombal-Rio S. Francisco);
BR-116 (Serrinha-Tucano);
BR-153 (Ceres-Porangatu e Erechim-União da Vitória);
BR-163 (Bandeirantes-Campo Grande);
BR-234 (Entroncamento BR-110 — Garanhuns);
BR-316/232 (Picos-Paranamirim-Salgueiro);
BR-324 (Acesso Norte a Salvador);
BR-354 (Entroncamento BR-262 — Bambuí e Formiga-Perdões);
BR-386/158 (Sarandi-Iraí-Cunhaporã, e/ou Iraí-Miguel d'Oeste);
BR-407 (Picos-Petrolina);
BR-410 (Tucano-Ribeira do Pombal);
ES-37/36 (Nova Venécia-São Domingos);
MG-174/168/28 (S. Sebastião do Paraíso-Poços de Caldas);
MG-157 (Poços de Caldas-Paraguaçu);
MG-158 (Areado-Muzambinho);

MG-27 (Areado-Entroncamento MG-7);

PR-12 (Cornélio Procópio-Congoinhas);

RS-19 (Sapiranga-Taquara);

RJ-133 (Pedro do Rio-Avelar-Entroncamento BR-16-Vassouras);

RJ-82 (Posse-S. José do Rio Preto-Sobradinho-Bonsucesso)

Finalmente, a quarta parte compreende estudos de viabilidade de aproximadamente 4 000 km distribuídos entre os trechos seguintes:

BR-030 (Caetité-Entroncamento BR-116);

BR-101 (F. de Santana-Esplanada);

BR-135 (Juiz de Fora-Rio);

BR-158/377 (J. Castilho-Cruz Alta);

BR-364/163 (Rondonópolis-Jataí-Canal S. Simão e Cuiabá-Rondonópolis-Campo Grande);

BR-412/110 (Farinha-Entroncamento BR-232);

BA-630 (Brumado-Vitória da Conquista e Brumado-Entroncamento c/BR-116);

BA-026/554 (Brumado-Maraçãs-Entroncamento c/BR-116);

ES-43 (Div. BA/ES-Ecoporanga-B. São Francisco);

MG-10 (Corinto-Pirapora);

MG-9/23/156 (Entroncamento BR-40-Pompeu-Papagaios-Divinópolis);

RS-54/48 (Santa Rosa-Três Passos-F. Wesphalen ou Campo Nôvo);

RS-50 (Três Passos-Campo Nôvo-Ijuí);

PR-13 (Maringá-Santo Inácio);

PR-67 (Nova Esperança-Rolândia);

s/n.º (Maringá-Rolândia);

s/n.º (Nova Esperança-Rolândia).

O programa pressupõe a participação de 60% de recursos internos, alcançando ao longo do período Cr\$ 1 700 milhões, em complementação aos 40% financiados pelo Banco Mundial, ou sejam, Cr\$ 1 200 milhões.

LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS INTERNACIONAIS

Entre as ligações internacionais que permitirão maior dinamização do comércio exterior e ampliação do mercado para os produtos brasileiros no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), destacam-se:

- a). Argentina-Brasil-Uruguai
- b) Bolívia-Brasil-Peru
- c) Brasil-Venezuela e Guianas

Trata-se de um programa de implantação de cerca de 2 000 km, e pavimentação de 700 km de rodovias. Sua realização no quadriênio será assegurada por: I) financiamento externo (Banco Interamericano de Desenvolvimento), já em negociação para apoio financeiro às rodovias BR-116, trecho Pelotas-Jaguarão; BR-153, trecho Je-ribá-Bagé-Aceguá; BR-158, trecho Rosário-Livramento; II) recursos internos, inclusive com participação decisiva do Departamento de Vias de Transporte do Ministério do Exército, no tocante às rodovias BR-156, trecho Macapá-Fronteira Guiana Francesa; BR-174 (Manaus-Fronteira Venezuela); e BRs 364/319/236, trecho Cuiabá-Fronteira Peru; III) recursos internos do DNER, sobretudo, para a BR-290, trecho Pôrto Alegre-Uruguaiana.

Os recursos previstos para o programa montam a perto de Cr\$ 440 milhões, dos quais Cr\$ 359 milhões já definidos para os projetos em negociação com o BID.

PONTE RIO-NITERÓI (TRAVESSIA DA BAÍA DA GUANABARA)

A Ponte Rio-Niterói será a ligação rodoviária, na BR-101, entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, através da Baía de Guanabara.

Terá extensão total de aproximadamente 13 900 metros, com largura de 26 metros (6 faixas de tráfego), altura máxima de 72 metros sobre o nível médio do mar e luz máxima de 60 metros do canal navegável, devendo ser entregue ao tráfego em dezembro de 1971.

O montante de recursos, internos e externos, previstos para a construção da ponte é de Cr\$ 361 milhões.

REAPARELHAMENTO FERROVIÁRIO

● LIGAÇÃO APUCARANA-PONTA-GROSSA

Acarretando encurtamento de 295 km entre Apucarana e Ponta Grossa, essa ligação ferroviária permitirá o escoamento da produção da região norte do Paraná, através do Pôrto de Paranaguá. Representará, por outro lado, devido ao aumento do tráfego, diminuição em cerca de 22% do **deficit** operacional da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, já no primeiro ano, e sua passagem para condição superavitária, a partir do sexto ano de operação do trecho.

O Governo do Estado do Paraná executa o projeto, através da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, com financiamento internacional, a ser resgatado com recursos do Ministério dos Transportes, a partir de 1971, até 1975.

● LIGAÇÃO RIO/SÃO PAULO

Os investimentos nesse eixo fundamental para a economia do País devem ser feitos de forma a permitir um tráfego em segurança e velocidade, compatível com a atual evolução dos transportes, produzindo grande impacto na economia do País.

O tempo de percurso será reduzido para 5 horas. Possibilitará o emprêgo generalizado do sistema auto-trem e a utilização de cofres de carga.

Os recursos alocados para o período somam Cr\$ 160 milhões.

● REMODELAÇÃO DA VIA PERMANENTE E MELHORAMENTO DE TRAÇADOS

O projeto de remodelação da via permanente, que envolve a substituição de trilhos e acessórios, a aplicação de dormentes e novo lastro de pedra britada, abrange cerca de 7 000 km, ou seja, 28% da extensão das linhas atualmente em tráfego. Objetiva aparelhar

o sistema ferroviário federal, dotando-o de condições de segurança compatíveis com as exigências da moderna técnica. Quanto ao melhoramento de traçados, permitirá a execução dos transportes em condições mais rentáveis.

Serão concluídas as variantes Santa Maria-Canabarro, Ramiz Galvão-Arroio Só, e melhoria do traçado Santa Maria-Pinhal e Cruz Alta-Passo Fundo, com o objetivo de garantir o escoamento da produção através do conjugado ferro-marítimo pelo pôrto do Rio Grande.

O total de recursos para o período é de Cr\$ 271 milhões.

● AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE E DE TRAÇÃO

O reequipamento do parque de tração é imposição que, com as obras de remodelação da via permanente e construção das novas variantes, tem por objetivo a melhoria geral dos transportes, através da substituição do obsoleto sistema de tração a vapor, por tração elétrica ou diesel, e da eliminação do equipamento que haja ultrapassado sua vida útil.

O programa beneficiará a RFFSA com a encomenda de 180 novas locomotivas, das quais 80 colocadas na indústria nacional.

No que tange a vagões, prevê-se durante os anos 70/73 colocar em tráfego 2 205 novas unidades, constituídas de vagões-graneleiros, vagões-tanques, especiais para minério e vagões-plataforma.

Para o período, o projeto conta com o montante de Cr\$ 420 milhões, inclusive financiamento do BNDE.

● OUTROS PROJETOS

— **Conclusão da Ligação Ferroviária Pôrto Alegre-Brasília** — Interessa às regiões Sul e Centro-Sul do País, sendo órgão executor o DNEF.

— **Unificação e Remodelação dos Transportes Ferroviários Suburbanos da Guanabara** — A cargo da RFFSA, êste projeto visa à unificação física e operacional das linhas de subúrbio para fornecimento de um transporte mais rápido, eficiente e de baixo custo.

— **Aparelhamento de Terminais e Pátios** — Em caráter prioritário, estão previstos os pátios de Arará, Engenheiro São Paulo, Santos e Lapa.

PORTOS E NAVEGAÇÃO (MARÍTIMA E FLUVIAL)

TERMINAIS ESPECIALIZADOS

Cofres de Carga — Os investimentos referem-se à aquisição e instalação de equipamentos especializados para a movimentação de cofres de carga nos portos brasileiros ligados ao tráfego marítimo com os Estados Unidos e Europa.

Objetiva-se não só dar maior proteção à carga, mas, também, reduzir o tempo de permanência dos navios nos portos, propiciando redução significativa dos fretes marítimos em relação aos métodos tradicionais.

Sal — Com a finalidade de reduzir substancialmente as despesas no carregamento de navios, impõe-se a construção de terminais com alta capacidade de movimentação.

A construção de um terminal especializado em Areia Branca (RN) permitirá movimentação de 1 500 t por hora do produto, propiciando redução do preço do sal embarcado, em cerca de 50% do seu preço atual.

Outros Granéis — O aumento da importação de fertilizantes, da exportação de cereais e do consumo de carvão pelo parque siderúrgico brasileiro recomenda melhorias nos portos de Santos, Paranaguá e Imbituba, respectivamente. Também devem ser melhoradas as condições de operação dos navios petroleiros nos portos de Mucuripe, Recife, Ilhéus, Santos e Paranaguá.

O montante de recursos necessários para a implementação dos projetos acima referidos, no quadriênio, é de Cr\$ 279 milhões.

Açúcar — Para apoio à agroindústria açucareira do Nordeste, reduzindo-lhe os custos de comercialização, programa o Governo concluir ainda em 1970 o terminal açucareiro do Pôrto do Recife. O terminal do Recife já está em funcionamento parcial, dispondo de dois armazéns para açúcar (200 mil t ao todo) e dois reservatórios para melaço (10 000 m³ ao todo). O cais para melaço já está funcionando.

Minério de ferro — Em 1972 deverá estar concluída a ampliação do Terminal de minérios e carvão de Tubarão, da Cia. Vale do Rio Doce, junto ao Pôrto de Vitória. Com essa ampliação, êsse Terminal poderá receber navios de tonelagem superior a 200 mil TDW, e sua capacidade será superior a 40 milhões de toneladas anuais de minério de ferro.

Na área privada, a Minerações Brasileiras Reunidas — (MBR) tem projeto de concluir até 1973 a construção do seu terminal de minérios junto à ilha de Guaíba, na Baía de Sepetiba, à margem do canal natural de profundidade superior a 20 m, o que tornará possível a operação de supergraneleiros de 200 mil TDW.

● DRAGAGEM

O propósito do projeto é permitir o acesso e a operação de navios de maior porte, através de dragagem que amplie a profundidade dos canais de acesso e das bacias de evolução dos portos.

Entre outros, serão beneficiados os portos de Recife, Vitória, Santos, Paranaguá, Rio Grande, Rio de Janeiro, Pôrto Alegre e Canais da Lagoa.

Está prevista, ainda, a aquisição de duas dragas, sendo uma auto-transportadora, com capacidade de poço 3 000 m³, e outra de alcatruzes com equipamento auxiliar-batelões.

O total de recursos necessários para a execução do projeto, no período, é de Cr\$.89 milhões.

● AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Os portos de Belém, Itaqui, Recife, Rio de Janeiro, Santos e Paranaguá, para melhor atender ao aumento na movimentação de carga geral, necessitam que suas instalações sejam ampliadas ou substituídas, sob pena de constituírem fator permanente de congestionamento e causa de elevação do preço das mercadorias que nêles transitam.

Os recursos necessários à consecução desse projeto são estimados em Cr\$ 176 milhões, relativos ao triênio 1971/1973.

● REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA MERCANTE PARA NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO

Financiamento às empresas nacionais que exploram a navegação marítima de longo curso, objetivando o fortalecimento da política de maior participação brasileira no transporte de carga geral, frigorífica e a granel, tendo em vista a necessidade de expansão do comércio exterior brasileiro e a redução de gastos em moeda estrangeira.

O total de recursos necessários à execução do projeto é de Cr\$ 1 367 milhões.

REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA MERCANTE PARA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Financiamento às empresas que exploram os serviços de navegação de cabotagem marítima, objetivando dar seguimento à adequação daquela frota, de forma a mantê-la em condições de operação que possibilitem a prestação de seu serviço, com níveis de fretes competitivos no mercado nacional de transportes.

O total de recursos consignados para o quadriênio é de Cr\$ 195 milhões.

OUTROS PROJETOS

— **Reaparelhamento da Frota para a Navegação Interior** — O projeto, a cargo da SUNAMAM, tem por objetivo dinamizar o transporte fluvial, lacustre e portuário.

— **Canalização** — Construção da barragem e eclusa de Amarópolis, concluindo os trabalhos de canalização do sistema Jacuí-Taquari; prosseguimento da construção de eclusas no sistema de aproveitamento hidroelétrico dos Rios Paraná-Tietê; execução das obras de transposição das corredeiras de Caracaí, no Rio Branco, inclusive com aparelhamento hidroelétrico.

— **Melhoramentos Fluviais** — Melhoramentos a serem executados em trechos dos Rios Paraguai e São Francisco, de modo a permitir uma navegação permanente e econômica.

TRANSPORTE AÉREO

AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO

Recente estudo de viabilidade revelou a possibilidade do financiamento da construção e implantação do novo Aeroporto, na mesma área do atual, capaz de atender ao crescimento do tráfego aéreo e, simultaneamente, satisfazer às exigências tecnológicas das modernas aeronaves comerciais.

Prevê-se a sua manutenção com a receita gerada pela própria operação do Aeroporto. Poder-se-á, desde logo, iniciar a construção propriamente dita.

Os recursos necessários para o projeto somam Cr\$ 523 milhões, dos quais Cr\$ 210 milhões correspondentes a financiamento externo.

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO AO VÔO

A intensidade do tráfego das linhas do triângulo Rio-Brasília-São Paulo, e o tráfego previsto para o aeroporto internacional do Galeão, com a operação de aviões supersônicos, exigem um sistema de controle à base de radares de longo alcance, de determinadores de altura e de radares meteorológicos, além de outros equipamentos de proteção ao vôo.

Os recursos necessários à implementação do projeto são da ordem de Cr\$ 315 milhões.

AEROPORTOS INTERNACIONAIS DE SÃO PAULO, MANAUS E BRASÍLIA

O estudo de viabilidade para o principal aeroporto internacional do Brasil, embora fixasse bem claramente a preponderância da área da Guanabara, sobre a de São Paulo, indicou que as duas áreas são complementares e que há necessidade urgente de se construir também um novo aeroporto internacional de primeira categoria em São Paulo, para o melhor atendimento da demanda do tráfego internacional.

Quanto ao novo aeroporto na cidade de Manaus, sua importância se evidencia não só pela localização central na Amazônia, mas também pelo significado da cidade no contexto sócio-econômico do País.

A primeira fase da construção do aeroporto internacional de Brasília deverá terminar ainda este ano. A segunda etapa, compreendendo pátios, instalações de carga aérea e serviços complementares necessários, completará a obra.

O total de recursos necessários para êsses três aeroportos é de Cr\$ 398 milhões, sendo Cr\$ 33 milhões para o de Brasília, Cr\$ 180 milhões para o de Manaus e Cr\$ 185 milhões para o de São Paulo.

OUTROS AEROPORTOS

Recife — Serão feitas melhorias no atual aeroporto de Guararapes.

Belém — O tráfego esperado para a área impõe melhoria na pista, pátio de manutenção, terminal de passageiros, etc.

Porto Alegre — São necessárias, neste aeroporto, obras complementares para seu pleno funcionamento.

Salvador — Embora não sendo classificado como aeroporto internacional, há tendência para que assim o seja em futuro próximo, em face da crescente demanda de tráfego. As instalações estão carentes de modernização e o Governo do Estado da Bahia, em cooperação com o Ministério da Aeronáutica, contratou um estudo de viabilidade para melhoria do aeroporto de Salvador.

I.3 — COMUNICAÇÕES

Ação de Governo: Principais Realizações

O Brasil deverá promover no próximo quadriênio, consolidando o esforço já realizado, um programa de comunicações que se coloca entre os maiores atualmente em execução em todo o mundo, com investimentos de cerca de Cr\$ 3 500 milhões (com possibilidade de expansão).

As principais realizações programadas compreendem:

I — **No campo das comunicações de longa distância**, prosseguimento da implantação dos troncos interestaduais do Sistema Nacional de Telecomunicações, com a construção de:

- 6 500 km de troncos em sistemas de microondas de alta capacidade, representando 130% de aumento em relação ao existente em 1969;
- 5 105 km de troncos em tropo-difusão, pela primeira vez utilizados no País e que, pela sua extensão, colocarão o Brasil em posição de destaque nesse campo.

O programa abrange os seguintes projetos principais, com aplicação de recursos financeiros, no período, de Cr\$ 1 423 milhões: Tronco Sul, interligando os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Tronco Rio-São Paulo; Tronco Belo Horizonte-Recife-Fortaleza; Tronco Rio-Brasília; Tronco São Paulo-Campo Grande; Tronco São Paulo-Uberaba; Tronco Rio-Vitória; Tronco Fortaleza-São Luís-Belém; Tronco Belém-Brasília; Tronco Belém-Manaus; Tronco Campo Grande-Rio Branco-Manaus; Tronco Manaus-Boa Vista.

A entrada dos troncos de microondas em operação proporciona, além de uma melhoria considerável na qualidade do serviço, uma redução de cerca de 80% no preço das tarifas interurbanas e de cerca de 30% das tarifas das ligações internacionais.

Nesse mesmo campo, devem-se destacar ainda os seguintes projetos e programas adicionais:

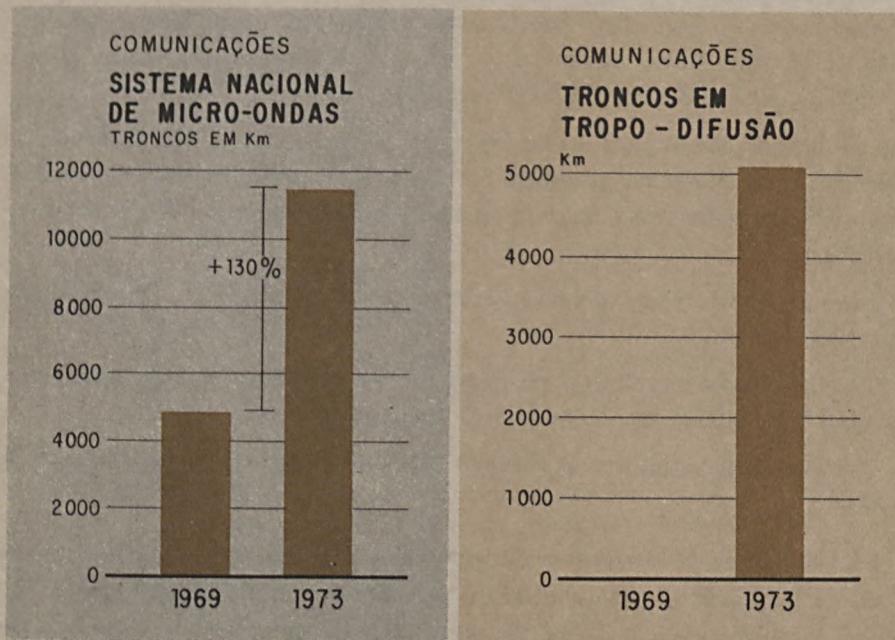
- Implantação dos Centros de Televisão para controle, comutação e distribuição das transmissões em 26 cidades do território nacional.
- Intensa programação na área dos serviços telegráficos e de telex, objetivando:

- a) Modernização e expansão da Rêde Telegráfica Nacional, dotando-a de sistemas automáticos de retransmissão de telegramas (Projeto SARTEL) no Rio, São Paulo, Brasília, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ribeirão

Prêto, Curitiba, Blumenau, Santa Maria e Pôrto Alegre. Este programa abrangerá ainda a construção de linhas aéreas, dutos subterrâneos e lançamento de cabo para atender ao serviço telegráfico em cidades com mais de 10 000 habitantes.

- b) Instalação de equipamentos para ampliação da Rêde de Serviço de Fono-gramas (telegramas fonados) em todos os estados da Federação.
- c) Ampliação da Rêde Nacional de Telex, com a instalação de 5 200 novas direções de centrais — ou seja, um aumento de 100% em relação ao total existente em 1969 —, abrangendo, além das capitais dos estados, as cidades com mais de 100 000 habitantes e aquelas que, pela demanda apresentada, justifiquem a instalação do serviço.
- d) Instalação de equipamentos radiotelegráficos e radiotelefônicos, inclusive terminais costeiros, para assegurar apoio de radiocomunicações a qualquer tipo de navegação, ao longo do litoral.

II — **No campo das comunicações interurbanas**, expandir-se-ão os circuitos interurbanos em toda a área de concessão da Companhia Telefônica Brasileira, mediante a instalação de 11 600 novos circuitos, elevando o seu número de 6 954 para 18 554 — ou seja, aumento de 167%.



Será introduzido o Sistema DDD ("discagem direta à distância") nas principais localidades.

Os investimentos previstos serão da ordem de Cr\$ 232 milhões.

III — No campo da comunicação urbana, que receberá alta prioridade no período, efetivar-se-ão investimentos maciços, objetivando elevar substancialmente o índice de telefones (atualmente, cerca de 2 telefones por 100 habitantes), de forma compatível com as metas do Quadro III da Parte I.

IV — No campo dos serviços postais, que só recentemente foram dotados das condições básicas para sua expansão e aumento de eficiência, com a transformação do antigo DCT em Empréesa Brasileira de Correios e Telégrafos, realizar-se-á programa intensivo com prioridade para as seguintes medidas:

— Reformulação da estrutura de pessoal e condição de operação do antigo DCT, de modo a progressivamente consolidar a sua transformação em Empréesa.

— Instalação de equipamentos para o processamento mecanizado da correspondência, instalação de novos centros de triagem e agências postais, melhoria e modernização de agências nas áreas do GRANDE RIO e GRANDE SÃO PAULO.

— Melhoria do serviço postal no Distrito Federal, nas cidades com mais de 1 milhão de habitantes e áreas sob sua influência postal direta, através da instalação de equipamentos para processamento mecanizado da correspondência.

— Ampliação da assistência às populações isoladas no interior através do estabelecimento de novas linhas de integração nacional e de postos da ECT em locais afastados dos grandes eixos de comunicações.

— Estabelecimento e operação regular de linhas-troncos de tráfego postal, interligando o complexo postal Rio-São Paulo, o Distrito Federal e as capitais do Sul e Nordeste do País, prevendo-se a utilização dos meios de transporte de empresas especializadas.

— Implantação do Código Postal Brasileiro, condição necessária à mecanização do serviço postal, à adoção de técnicas avançadas de tratamento da correspondência e à elevação substancial dos padrões de eficiência dos serviços.

V — No campo das comunicações internacionais, elevação do grau de segurança e da capacidade das comunicações internacionais de maior interesse do País, provendo-as, inclusive, de rotas alternativas. Os seguintes projetos principais integram o Programa de Comunicações Internacionais:

— Construção de um cabo coaxial telefônico submarino entre o Brasil e a Europa, com 160 canais de voz.

— Ampliação do número de canais de recepção da estação terrena para comunicações via satélite, de modo a completar-se o total de canais do sistema de antena atual.

— Conclusão do centro internacional de comutação semi-automática, na Guanabara.

— Complementação do sistema internacional de ondas curtas para canais de telefonia, telex e radiotelegrafia, com estação radiotransmissora em Santa Cruz, GB, estação receptora junto à estação terrena das comunicações via satélite e estação terminal no Centro Internacional de Telecomunicações, como reserva do sistema Satélite.

VI — Condução desse programa de investimento dentro das seguintes definições básicas:

— Redução dos preços dos serviços, com a atualização de critérios para o cálculo de tarifas, e dos seus custos pelo uso mais intenso e racional aproveitamento do Sistema Nacional de Telecomunicações.

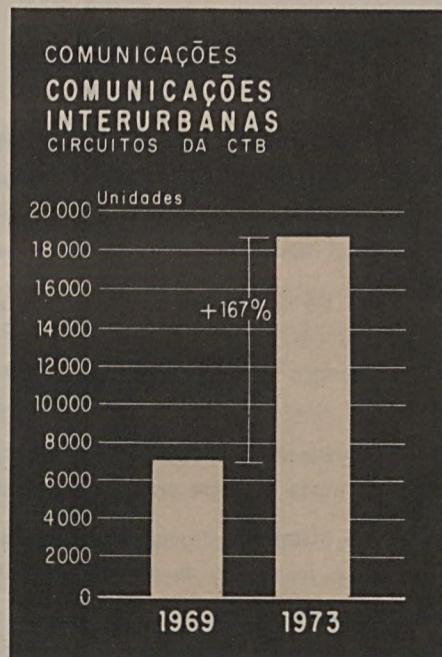
— Incentivo à indústria de material de comunicações, proporcionando-lhe perspectiva de produção regular e constante.

— Promoção da normalização dos equipamentos, padrões e medidas de telecomunicações.

— Melhoria da estrutura operacional e administrativa das empresas de telecomunicações, visando a aumentar os padrões dos serviços oferecidos e incentivar a formação de empresas regionais, capazes de proporcionar a si mesmas e às concessionárias independentes assessoria técnico-econômica adequada.

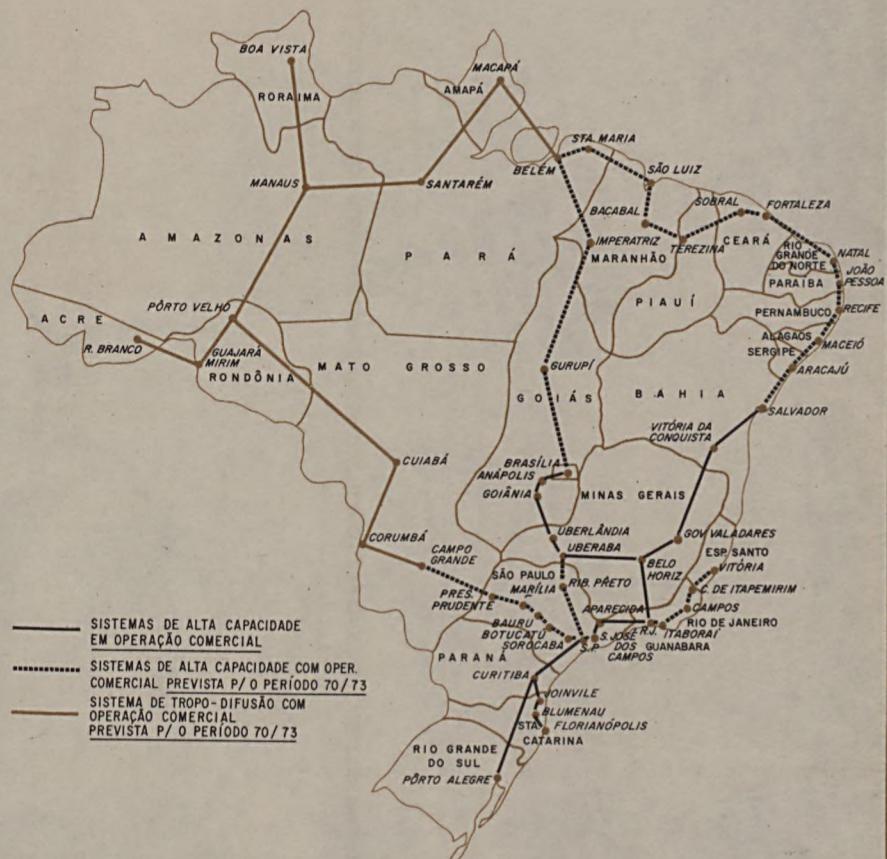
VII — Instalação de uma Rêde de Fiscalização integrada por delegacias regionais, com a respectiva rede de comunicações e estações de monitoragem, completada através de convênios com Estados, para a execução, no âmbito dos respectivos territórios, da legislação federal de comunicações.

VIII — Construção do Sistema de Apoio ao Desenvolvimento das Comunicações, abrangendo o ensino, a indústria e a pesquisa em comunicações.



COMUNICAÇÕES

PREVISÃO DOS GRANDES TRONCOS DO SISTEMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES





Projetos Prioritários

Elenco de Projetos (com aplicações prováveis no período 1970/73, a preços de 1970):

- 1) Sistema Nacional de Telecomunicações — Cr\$ 1 423 milhões
- 2) Rêde Interurbana de Comunicações — Cr\$ 232 milhões
- 3) Sistema Internacional de Telecomunicações — Cr\$ 49 milhões
- 4) Rêdes Urbanas de Telefonia
 - 4.1) Projeto Guanabara
 - 4.2) Projeto Cidade de São Paulo
 - 4.3) Projeto Interior de São Paulo
 - 4.4) Projeto Belo Horizonte
 - 4.5) Projeto Interior de Minas Gerais
 - 4.6) Projeto Estado do Rio de Janeiro
 - 4.7) Projeto Estado do Espírito Santo
- 5) Modernização do Sistema Postal-Telegráfico
 - 5.1) Rêde Nacional de Telégrafos
 - 5.2) Rêde Nacional de Telex
 - 5.3) Serviços Postais

Descrição:

● SISTEMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

O programa visa a dotar o País de uma estrutura de telecomunicações interestaduais, com capacidade para atender plenamente às necessidades atuais e com amplas possibilidades de expansão. Completado, o programa permitirá a oferta de serviços de telecomunicações de alta qualidade e elevada confiabilidade, abrangendo telefonia, telegrafia, telex, fac-simile, transmissão de dados, de programas de alta fidelidade e de programas de televisão. O SISTEMA NACIONAL inclui sistemas de alta capacidade em visibilidade direta no total de 11 489 km de extensão e sistemas em tropo-difusão, no total de 5 105 km, estes abrangendo a região Amazônica.

O programa inclui os seguintes projetos principais com aplicação de recursos financeiros, no período, no total de Cr\$ 1 423 milhões:

	Cr\$ milhões
— Tronco Sul, interligando os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (alta capacidade) ...	18,2
— Tronco Rio-São Paulo (alta capacidade)	46,0
— Tronco Belo Horizonte-Recife-Fortaleza (alta capacidade)	46,2
— Tronco Rio-Brasília (alta capacidade)	20,2
— Tronco São Paulo-Campo Grande (alta capacidade)	36,1
— Tronco São Paulo-Uberaba (alta capacidade)	13,6
— Tronco Rio-Vitória (alta capacidade)	15,3
— Tronco Fortaleza-São Luís-Belém (alta capacidade)	44,6
— Tronco Belém-Brasília (alta capacidade)	53,3
— Expansão do Sistema Nacional de Telecomunicações para ajustá-lo às crescentes necessidades do País	1 011,0

Sistema da Amazônia

— Tronco Belém-Manaus (tropo-difusão)	49,1
— Tronco Campo Grande-Rio Branco-Manaus (tropo-difusão)	64,4
— Tronco Manaus-B. Vista (tropo-difusão)	5,0
Total	1 423,0

REDE INTERURBANA DE COMUNICAÇÕES

O objetivo é a expansão dos circuitos interurbanos em toda a área de concessão da Companhia Telefônica Brasileira, abrangendo os Estados da Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, através da instalação de 11 600 novos circuitos, elevando o seu número de 6 954 para 18 554 — acréscimo de 167% — e incluindo rotas de microondas, de rádio e de fio nu, além do remanejamento de equipamentos e rôdes, e execução de planos de emergência para atender às localidades mais populosas e com tráfego interurbano congestionado. Será introduzido o Sistema DDD ("discagem direta à distância") nas principais localidades. Este projeto foi elaborado tendo em vista, também, a expansão de cerca de 260 empresas telefônicas que operam na mesma área em tráfego mútuo com as empresas do grupo da Com-

panhia Telefônica Brasileira. A região será cortada por troncos da EMBRATEL, dotados de derivações ao longo das respectivas rotas. Os circuitos para atender aos centros próximos a essas rotas serão estabelecidos através dos referidos pontos de derivação.

Serão investidos no projeto, no período, Cr\$ 232 milhões, dos quais Cr\$ 132 milhões correspondem a financiamentos externos.

● SISTEMA INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

As comunicações por satélite, já em operação comercial, estão sendo ampliadas, de modo a equipar o atual sistema de antena com o máximo de canais de recepção. Como complemento e reserva do Sistema Satélite está sendo implantado um sistema internacional de comunicações rádio em ondas curtas, com canais para telefonia, telex e telegrafia, compreendendo uma estação radiotransmissora, uma estação receptora e a estação terminal do Centro Internacional de Telecomunicações na Guanabara. Este Centro, parte integrante do programa, é do tipo semi-automático de comutação, permitindo a operação no sistema ODD ("operator distance dialing").

Outro projeto integrante do programa internacional de telecomunicações é o do lançamento de um cabo coaxial submarino entre o Brasil e a Europa. Este projeto visa ao estabelecimento de um sistema alternativo, de alta qualidade, para completa segurança das conexões internacionais do País, permitindo a instalação de pelo menos 160 canais de voz entre o Brasil, a Europa e outros países, servidos pela rede mundial de cabos submarinos. Os recursos financeiros a serem aplicados no Programa Internacional são da ordem de Cr\$ 49 milhões.

● MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA POSTAL-TELEGRÁFICO

Neste campo, o Governo desenvolverá intensa programação — através da Emprêsa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT —, tendo em vista os seguintes objetivos principais:

● Rêde Nacional de Telégrafos

Modernização e expansão da Rêde através da instalação de sistemas automáticos de retransmissão de telegramas, da construção de novas linhas telegráficas, da integração das rôdes radiotelegráficas e

radiotelefônicas de modo a cobrir todo o território nacional e da ampliação dos serviços de telegramas fonados em todos os Estados da União. Este programa incluirá, ainda, a ampliação da rede costeira de radiocomunicações, de modo a assegurar proteção efetiva à navegação marítima e fluvial.

● **Réde Nacional de Telex**

Ampliação da Rêde, de modo a atender às capitais dos Estados, às cidades com mais de 100 000 habitantes e às que apresentarem maior demanda dêstes serviços. Mais de 50 cidades do País serão beneficiadas pelo programa, com um aumento da ordem de 100% em relação ao existente em 1969.

● **Serviços Postais**

Modernização e ampliação dos serviços através da instalação de equipamentos para o processamento mecanizado da correspondência, nas principais cidades do País. Instalação de novos centros de triagem de correspondência e de novas agências postais. Estabelecimento de novas linhas troncos de tráfego postal abrangendo os Estados da Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e capitais do Sul e Nordeste do País. Estabelecimento de linhas postais de integração nacional para o atendimento de populações isoladas e afastadas dos grandes eixos de comunicações.

desenvolvimento industrial e mineração. comércio. turismo.

II

Em capítulos anteriores, já foram definidas a estratégia de desenvolvimento industrial, as linhas de atuação e as medidas concretas para o fortalecimento do poder de competição da indústria nacional. Cabe, agora, indicar as bases para o desenvolvimento dos ramos industriais prioritários.

Numa visão de conjunto do setor industrial brasileiro, no período 1970/1973, são as seguintes as principais realizações programadas:

I — Efetivação de investimentos da ordem de Cr\$ 18 500 milhões (a preços de 1970), sendo: Siderurgia, Cr\$ 4 600 milhões; Indústria Química, Cr\$ 4 000 milhões; Indústria Mecânica, Elétrica e Eletrônica, Cr\$ 3 600 milhões; Indústrias Tradicionais, Cr\$ 3 600 milhões; Metais Não-Ferrosos, Cr\$ 730 milhões; Minerais Não-Metálicos, Cr\$ 2 000 milhões.

II — Adoção de metas indicativas, para as grandes categorias industriais, compatíveis com o crescimento da Indústria de 9 a 11% ao ano. Na condução da política industrial, serão evitadas distorções que conduzam ao crescimento excessivo de certos ramos, principalmente na categoria de bens de consumo duráveis, com prejuízo para a estratégia industrial definida. Em particular, será assegurado às Indústrias Tradicionais expansão mínima satisfatória.

II.1 — DESENVOLVIMENTO DOS RAMOS INDUSTRIALIS PRIORITÁRIOS

Ação de Governo: Principais Realizações

SIDERURGIA

I — Execução de Programa de Expansão da Indústria Siderúrgica, compreendendo:

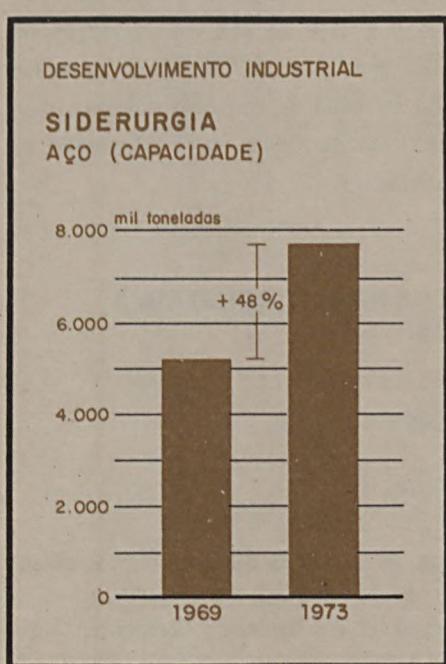
— Conclusão dos programas de expansão, já em curso, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da COSIPA e da USIMINAS para elevar-lhes a capacidade

anual de produção de aço em lingotes, para a fabricação de produtos planos, de 2,40 milhões de toneladas em 1969 para 3,25 milhões em 1973, com investimentos de Cr\$ 903 milhões.

— Implementação acelerada do novo programa de expansão da capacidade de produção dessas empresas para atingir a 6,05 milhões de toneladas em 1976, com investimentos de Cr\$ 3 120 milhões, sendo que cerca de Cr\$ 2 000 milhões serão aplicados no período 71/73.

— Aumento da capacidade de produção de aço em lingotes destinado à fabricação de produtos não planos, aços especiais e tubos sem costura, para elevá-la de 2,80 milhões de toneladas em 1969 para 4,46 milhões de toneladas em 1973, através da expansão de empresas existentes e conclusão de novos projetos, com investimentos de Cr\$ 1 790 milhões até 1973. Como no caso dos produtos planos, a produção de não planos será implementada com um novo programa de expansão:

Assim, a produção total brasileira de aço em lingotes deverá elevar-se de 4,95 milhões de toneladas em 1969 para 7,7 milhões de toneladas em 1973.



II — Adoção de um conjunto de outras medidas para fortalecimento e racionalização da expansão da Siderurgia Nacional, destacando-se:

— Medidas e incentivos especiais de apoio à posição do setor privado na área de siderurgia, particularmente no tocante a produtos não planos.

— Incentivos à introdução dos mais modernos métodos e meios de produção e de gerência, assim como a fusão ou associação de empresas em unidades suficientemente grandes para possibilitar uma evolução tecnológica acelerada do setor.

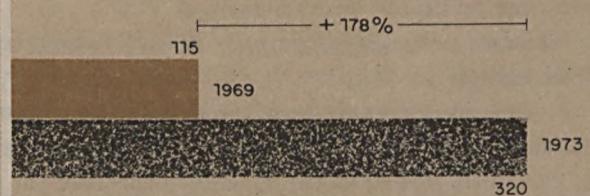
— Incentivos aos esforços de pesquisas tecnológicas no setor, coordenados

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
INDÚSTRIA QUÍMICA

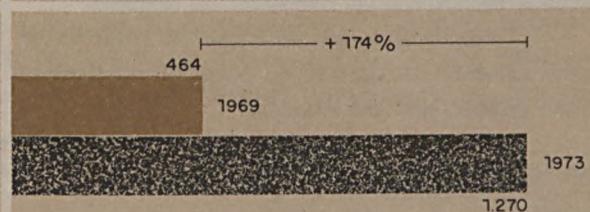
PRODUÇÃO

em mil toneladas

plásticos



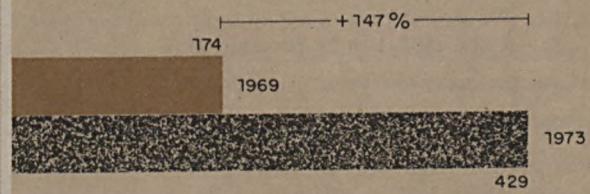
ácido
sulfúrico



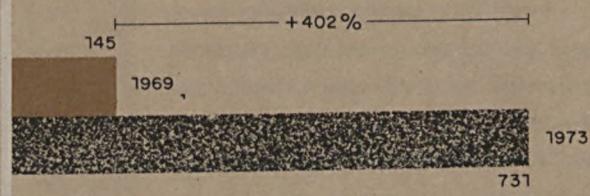
elastômeros



soda cáustica
e barrilha



fertilizantes
(P_2O_5 ; K_2O ; N)



em escala nacional, com o objetivo de tornar a siderurgia brasileira capaz de acompanhar a evolução tecnológica dessa indústria nos países mais avançados e adaptar essa tecnologia às condições de produção do País.

INDÚSTRIA QUÍMICA

I — **Consolidação da implantação de poderosa Indústria Química no Brasil**, para que se atinjam as metas definidas no Quadro III, assim se preservando o poder competitivo da indústria nacional.

II — **Na realização do programa de investimento**, adotar-se-ão as seguintes medidas básicas:

— Consolidação da indústria de fertilizantes, com a implantação de projetos visando ao aproveitamento das reservas de rochas fosfatadas e de sais de potássio; de um projeto para produção de amônia, com base em gás natural, bem como uma unidade de fertilizantes complexos no Nordeste.

— Ampliação e modernização da indústria de ácalis, com o consequente aproveitamento das jazidas de sal-gema do Nordeste, especialmente das que já foram prospectadas em Alagoas.

— Apoio a projetos que objetivem a produção de enxôfre ou ácido sulfúrico com base em matérias-primas nacionais, como rejeitos piritosos de carvão, xisto e gipsita.

— Descentralização regional da indústria petroquímica, com a criação de novo pólo na Bahia.

INDÚSTRIA MECÂNICA, ELÉTRICA E ELETRÔNICA

I — **Meta indicativa de aumento global na produção do setor** — que compreende as categorias de bens de capital e de bens de consumo duráveis — acima de 40% entre 1969 e 1973.

A estimativa das necessidades de investimentos, que são essencialmente de responsabilidade do setor privado, eleva-se a Cr\$ 1 400 milhões na categoria de bens de capital e NCr\$ 2 200 milhões na de bens de consumo duráveis.



II — Adoção de estratégia de desenvolvimento, para o setor, orientada no sentido de promover sua expansão, tendo em vista:

— A importância de possibilitar aos ramos industriais intensivos de tecnologia do setor (equipamentos industriais, máquinas-ferramenta, aeronáutica, eletrônica e construção naval), e em especial ao empresário nacional, o acesso a tecnologias atualizadas internacionalmente, conhecido o papel dinâmico que esse fator representa na expansão do mercado interno, bem como para efeito de exportações.

— A necessidade de fortalecimento do poder competitivo das empresas do setor, através da melhor estruturação horizontal e da obtenção de efetivas economias de escala, de modo que sejam alcançados melhores níveis tecnológicos e menores custos de produção, comparáveis aos do mercado internacional.

III — Dinamização do desenvolvimento setorial através da integração da atuação dos Grupos Executivos a êles associados — GEIQUIP, GEIMOT, GEINEE e GEICON —, assim como da implementação das seguintes definições básicas, a partir de orientação estabelecida pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI):

— Preferência pelos produtos de fabricação nacional, sobretudo em compras governamentais.

— Nas análises dos projetos de reequipamento, concessão de tratamento prioritário às empresas que apresentarem previsões de elaboração própria de engenharia de processo e de produto e incorporação de tecnologia importada, assegurando-se a canalização da tecnologia do exterior para as empresas com dimensão adequada, através do controle efetivo das concessões de licença de fabricação dos produtos do setor.

— Concessão de incentivos aos projetos que contemplem fusões, associações ou acôrdos entre empresas (nos estágios de produção ou comercialização), visando a atingir dimensão de empresa adequada à especialização, com vistas a favorecer maior ritmo de inovação.

— Programação a médio prazo das compras governamentais de bens de capital para os programas de investimentos em infra-estrutura e em indústrias de base, obedecendo à política de efetiva participação da oferta nacional nas negociações dos empréstimos com as entidades financeiras internacionais.

— Definição de uma política de investimentos externos objetivando criar condições para que a empresa estrangeira atue mais decisivamente no desenvolvimento setorial, principalmente naqueles ramos industriais onde a maior eficiência, integração estrutural e capacidade competitiva dependem de maior densidade de capital e tecnologia.

— Adoção de política tarifária que conceda proteção aduaneira adequada para manter, consolidar e desenvolver os ramos industriais intensivos de tecnologia (Eletrônica, por exemplo), de forma, porém, a criar estímulo à maior eficiência, pela redução de custos e aumento da produtividade.

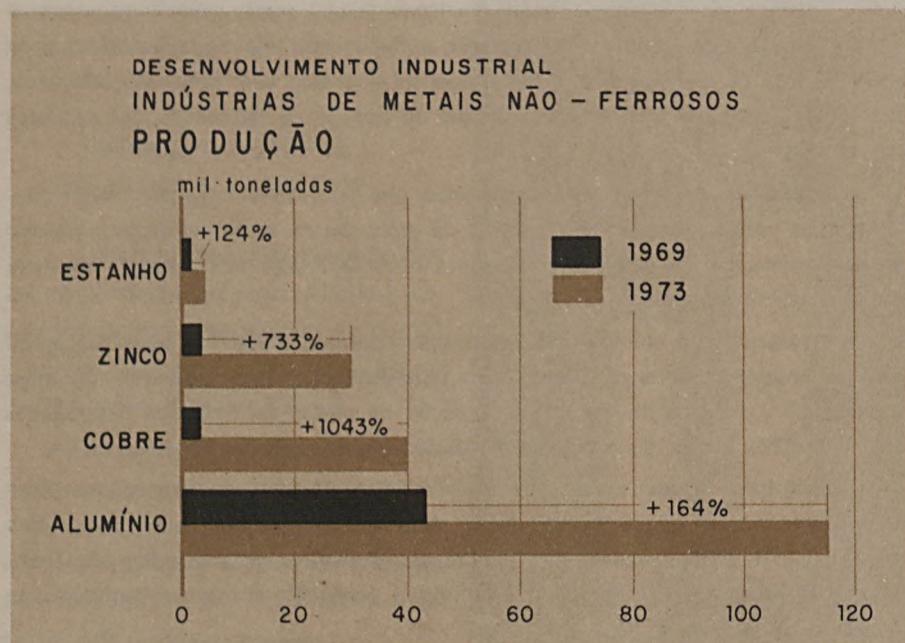
— Ampliação de recursos e concessão de estímulos ao desenvolvimento da pesquisa tecnológica autônoma, associada ao entrosamento entre a indústria, universidades e institutos de pesquisa, para os ramos industriais do setor que apresentam condições de competitividade no mercado internacional.

— Fortalecimento do FINAME e ampliação do prazo de financiamento de venda de bens de capital no mercado nacional, com vistas a alcançar progressivamente até oito a dez anos.

INDÚSTRIA DE METAIS NÃO-FERROSOS

Realizações principais programadas:

I — **Efetivação dos investimentos**, quase integralmente sob a responsabilidade do setor privado, no montante de Cr\$ 700 milhões (a preços de 1970), necessários



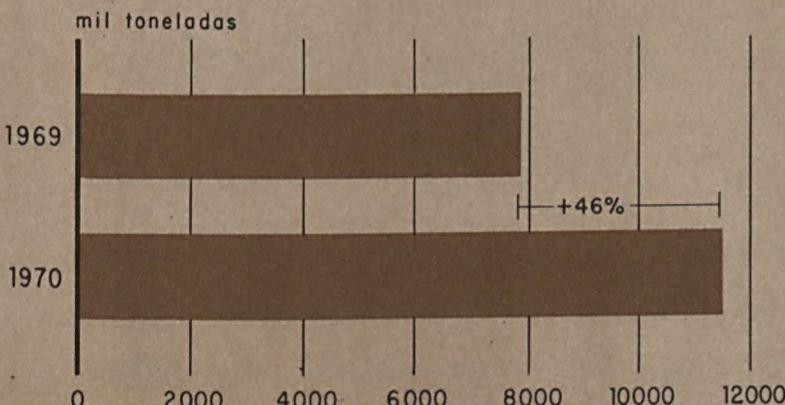
à consecução das metas indicativas de produção dos principais metais não-ferrosos:

	1969	1973	Aumento (%)
Alumínio	43,6 mil t	115,0 mil t	164
Zinco	3,6 "	30,0 "	733
Estanho	1,7 "	3,8 "	124
Cobre	3,5 "	40,0 "	1 043

A realização desses níveis de produção significará o seguinte aumento da participação da produção nacional no total de demanda prevista, em 1973:

	Demandada Prevista (t)	Participação da Produção Nacio- nal (%)
Alumínio	115,0 mil	100
Zinco	60,0 "	50
Estanho	3,8 "	100
Cobre	66,6 "	60

**DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
INDÚSTRIA DE MINERAIS NÃO METÁLICOS
PRODUÇÃO DE CIMENTO**



INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO. INDÚSTRIAS TRADICIONAIS

I — Implementação, na Indústria de Construção, com base no mecanismo criado pelo Decreto 66 079/69, que instituiu Grupo de Trabalho Interministerial para a Indústria de Construção, de medidas destinadas a: montagem de um sistema de acompanhamento de preços, para evitar práticas abusivas; uniformização da legislação relativa às normas e especificações da indústria de construção, com vistas à racionalização das licitações para obras e serviços; aumento de produtividade da construção de habitações e obras públicas pela melhor organização do setor.

II — Criação, nas Indústrias Tradicionais (Produtos Alimentícios, Têxtil, Vestuário e Calçados, Madeira, Bebidas, etc.), de condições para **um aumento da produção que se aproxime de 6 a 7% ao ano**, e tenda a acompanhar a expansão do PIB.

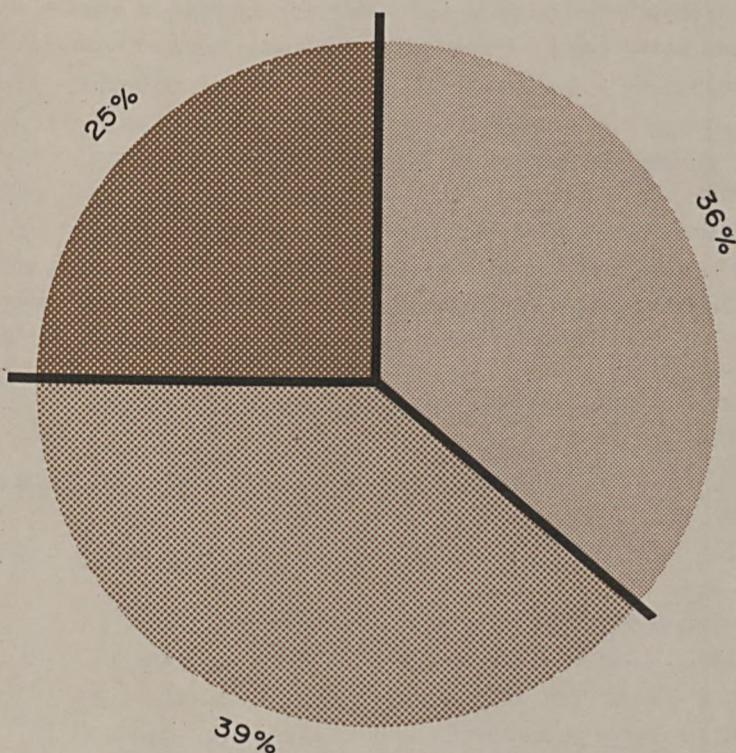
Para tanto, e tendo em vista a significação das indústrias tradicionais para o início da criação de um mercado de massa e para a absorção da mão-de-obra na indústria, será necessário operar em duas linhas de frente, a saber: expansão do mercado interno e promoção de exportações, passando-se inclusive a investir para exportar.

Revela-se indispensável a implementação do sistema de crédito para apoio ao aumento do poder de competição das Indústrias Tradicionais, por intermédio da linha de crédito especial recentemente criada pelo Conselho Monetário Nacional em favor da pequena e média empresas, e **do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial** junto ao BNDE.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

INDÚSTRIAS TRADICIONAIS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS
1970 / 1973 - (A preços de 1970)



INDÚSTRIA TÊXTIL - Cr\$ 1300 MILHÕES

INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO - Cr\$ 1400 MILHÕES

OUTRAS - Cr\$ 900 MILHÕES

Principais Projetos (*)

Descrevem-se a seguir os principais projetos industriais, para implantação no quadriênio 1970/73, aprovados por entidades oficiais, como o Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI (do Ministério da Indústria e do Comércio) e as Superintendências Regionais (do Ministério do Interior), ou de iniciativa direta de empresas de economia mista.

Os projetos descritos foram selecionados, entre os muitos em cada ramo industrial, para destacar: a) os que deverão contribuir para atendimento mais satisfatório da demanda no período; b) os que visam à consecução de políticas setoriais específicas, propostas pelo Governo.

Os investimentos relacionados referem-se ao total de recursos necessários à implementação dos empreendimentos, podendo não coincidir com o quadriênio 1970/73.

Além desses projetos, alguns outros empreendimentos programados no Setor Industrial, pelo seu alto significado para a economia, receberam registro, sem que isto signifique o prévio endosso da parte do Governo.

Projetos Aprovados por Entidades Oficiais:

● PRODUÇÃO DE LAMINADOS DE AÇO

● Laminados planos:

Conclusão da ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional para 1,7 milhões de toneladas por ano de aço em lingotes e início do programa de 2,5 milhões; ampliação do programa de expansão da USIMINAS de 1,4 milhões para 1,8 milhões de toneladas por ano de aço em lingotes e conclusão do programa de expansão da COSIPA para 1 milhão de toneladas por ano de aço em lingotes e início do programa de expansão para 2,0 milhões.

— Investimentos globais de Cr\$ 2 903 milhões.

(*) Deixam de ser incluídos neste elenco importantes projetos da iniciativa privada na área petroquímica como os da ULTRAFERTIL e da Union Carbide, pelo fato de sua implantação já se haver verificado em 1970.

● Laminados não planos:

Implantação da Aços Finos Piratini (R. G. Sul), para produzir 66 a 90.000 t/ano de ferro-esponja e 85.500 t/ano de lingotes, e da etapa inicial da USIBA para produzir 280.000 t/ano de tarugos — Investimentos de Cr\$ 470 milhões.

Outros projetos com investimentos da ordem de Cr\$ 1.320 milhões.

Investimentos globais de Cr\$ 1.790 milhões.

● PROGRAMA DA PETROQUISA

Criada com o objetivo de incentivar o parque petroquímico brasileiro, e fortalecer técnica e empresarialmente as empresas do setor — notadamente as nacionais —, a PETROBRÁS QUÍMICA S.A. — PETROQUISA realizará, até 1973, investimentos que totalizarão cerca de Cr\$ 350 milhões, sendo Cr\$ 200 milhões em participação societária em projetos privados, a saber:

	Cr\$ milhões de 1970
Petroquímica União	84
Poliolefinas	38
Cia. Brasileira de Estireno	9
Outros projetos (COPETRAM e Oxiteno)	69

Os demais Cr\$ 150 milhões deverão ser empregados na incorporação do patrimônio do Conjunto Petroquímico da Bahia — COPEB, na implantação de uma fábrica de látex sintético e de uma unidade de produção de enxôfre, ambas no Conjunto Petroquímico Presidente Vargas, além de pequenos melhoramentos neste último e na Fábrica de Fertilizantes de Cubatão.

● PRODUÇÃO DE OLEFINAS E AROMÁTICOS

O projeto é da Petroquímica União S.A. (associada da PETROQUISA S.A., subsidiária da PETROBRÁS).

Por etapas, atingirá uma produção anual de mais de 900.000 toneladas métricas de produtos petroquímicos básicos, das quais

300 000 toneladas métricas serão de eteno. O restante de sua produção será constituído por propileno, benzeno, tolueno, buteno, isobuteno, butadieno e resíduo aromático.

Sua construção teve início em 1969 e se estenderá até 1971, segundo os cronogramas estabelecidos. Localiza-se em Capuava, São Paulo.

O projeto em sua etapa final prevê um investimento total de Cr\$ 390 milhões. Para a etapa inicial está previsto um investimento equivalente a Cr\$ 320 milhões, dos quais Cr\$ 200 milhões provenientes de financiamentos externos.

● PRODUÇÃO DE ÁCIDO SULFÚRICO

O projeto da Indústria Carboquímica Catarinense (ex-SIDESC), Imbituba, Santa Catarina, visa à produção de 330.000 t/ano de ácido sulfúrico mediante o aproveitamento dos rejeitos piritosos da mineração do carvão. Será constituído de duas unidades de concentração dos rejeitos piritosos para 450 t/dia cada uma e unidade de ustulação de pirita e produção de ácido sulfúrico pelo processo de contato.

A unidade produzirá ácido sulfúrico, a partir de matéria-prima nacional, liberando a importação de 100 mil t/ano de enxôfre elementar. O ácido sulfúrico será obtido a custo que possibilitará a competição com o mesmo produto obtido com a importação de enxôfre a US\$ 30.00 por tonelada, o que permitirá a implantação da indústria de ácido fosfórico a preços competitivos.

Os recursos necessários são da ordem de Cr\$ 85 milhões.

● PRODUÇÃO DE SODA CÁUSTICA

Projeto da SALGEMA — Indústrias Químicas Ltda. aprovado em 1967, pelo GEIQUIM, para a produção de 200 000 t/ano de soda cáustica e 185 000 t/ano de cloro a partir de jazidas de sal-gema.

O projeto, cuja longa maturação se deve aos problemas de delimitação das jazidas e dificuldades na composição empresarial, experimentará, agora, aceleração pelos excelentes resultados recentes, de prospecção, e pela associação da DUPONT no empreendimento.

Os recursos necessários estão estimados em cerca de Cr\$ 230 milhões.

● PRODUÇÃO DE ACRILONITRILA E FIBRAS ACRÍLICAS

O projeto da FISIBA — Fibras Sintéticas da Bahia S.A., Aratu, Bahia, aprovado pelo GEIQUIM e SUDENE, se desenvolverá em três etapas: a) importação de "tow" de poliacrilonitrila para a obtenção de fibras; b) polimerização de acrilonitrila; c) produção de acrilonitrila. A FISIBA consumirá matérias-primas locais, propeno e amônia produzidas pela PETROBRAS. As importações de fibras acrílicas serão substituídas e o seu mercado incrementado com a produção interna. Os recursos necessários são da ordem de Cr\$ 120 milhões.

● PRODUÇÃO DE OCTANOL E BUTANOL

O projeto da Cia. de Indústrias Químicas do Nordeste, Camaçari, Bahia, aprovado pelo GEIQUIM e SUDENE, visa à produção de 20 000 t/ano de Octanol e 3 760 t/ano de Butanol. Utilizará como matéria-prima o propeno oriundo da Refinaria Landulfo Alves — Mataripe. Estão previstos investimentos de Cr\$ 48 milhões.

● PRODUÇÃO DE POLIPROPENO

O projeto da Polibrasil S.A. Indústria e Comércio, Camaçari, Bahia, aprovado pelo GEIQUIM e SUDENE, visa à produção de 15 000 t/ano de polipropeno, a partir do propeno disponível na Refinaria Landulfo Alves — Mataripe. Utilizará o processo da Avisun Corporation, que, associada com 40% do empreendimento, estará empenhada no desenvolvimento do mercado desse termoplástico, inclusive no âmbito latino-americano. Os recursos necessários estão estimados em cerca de Cr\$ 88 milhões.

● EXPORTAÇÃO DE CAVACO DE MADEIRA E CELULOSE

Os projetos, da Companhia Vale do Rio Doce e de outras empresas, prevêem a plantação de eucaliptos em 300 000 ha visando à exportação de 5 milhões de t/ano de cavaco de madeira e 700 mil t/ano de celulose. Já foi iniciado o plantio nos Municípios de Linhares, Espírito Santo; Itabira, Minas Gerais; e Santa Bárbara, Minas Gerais; estando programada sua extensão às regiões próximas e ao longo da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Os estudos de viabilidade econômica do empreendimento, favoráveis à sua implantação, mostraram que, em etapas progressivas, a

partir de 1973, o projeto gerará divisas, para o País, atingindo em 1979 o montante de US\$ 300 milhões.

O investimento total será da ordem de Cr\$ 1 136 milhões, prevendo-se, para o quadriênio, aplicação de Cr\$ 276 milhões.

● **PRODUÇÃO DE PISTÕES, BRONZINAS, BUCHAS E ARRUELAS DE ENCÔSTO**

O projeto da Metal-Leve S.A. — Indústria e Comércio, Santo Amaro, São Paulo, prevê o incremento da capacidade anual de produção de 1 268 mil pistões e de 4 milhões de bronzinas, buchas e arruelas de encôsto. O projeto visa à eliminação de pontos de estrangulamento para melhoria do nível de produtividade e aumento do valor de produção.

Os recursos necessários somam Cr\$ 30 milhões.

● **PRODUÇÃO DE ESTAMPOS, DISPOSITIVOS, FERRAMENTAS DE CORTE E MOLDES PARA FUNDIÇÃO**

O projeto da Chrysler do Brasil S. A. Indústria e Comércio, São Bernardo do Campo, São Paulo, aprovado pelo GEIMOT, visa à eliminação de pontos de estrangulamento para melhoria do nível de produtividade e consequente redução dos custos de fabricação. O projeto prevê o incremento da capacidade produtiva de estampos (matrizes), dispositivos, ferramentas de corte e moldes para fundição de 480 t/ano para 2 000 t/ano. Em termos de horas/ano o programa de produção aponta um incremento de 205.000 horas/ano para 530.000 horas/ano. Esta linha de produção representará grande economia para o País visto que seu custo no Brasil será 60% menor que a média dos preços internacionais. O investimento total está estimado em Cr\$ 23 milhões.

● **PRODUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**

O projeto da Volkswagen do Brasil Indústria e Comércio de Automóveis S.A., São Bernardo do Campo, São Paulo, aprovado pelo GEIMOT, prevê a ampliação da capacidade produtiva da empresa para um total de 900 veículos diários correspondente a um aumento de 100 veículos diários sobre a produção atual. A modernização e expansão de alguns setores, eliminando pontos de estrangulamento dentro do complexo industrial, influirá favoravelmente na composição dos custos. Os recursos necessários montam a Cr\$ 270 milhões.

● PRODUÇÃO DE CIMENTO

Entre os projetos industriais relacionados a cimento, cumpre mencionar os seguintes:

a) o projeto de ampliação da Companhia de Cimento Portland Barroso (Barroso, Minas Gerais), visa à produção de 630 000 t/ano de cimento portland comum, pelo processo de via seca. Representa um esforço de modernização pela adoção de uma técnica mais adequada de produção e pela incorporação de economia de escala, que tem no forno de clínquer, com capacidade de 2 000 t/dia, a sua comprovação. Os recursos necessários montam a Cr\$ 80 milhões;

b) na produção de cimento destaca-se, também, o projeto de implantação da Camargo Corrêa Industrial S. A. (Apiaí, São Paulo) que objetiva a produção de 650 000 t/ano de cimento "portland" comum pelo processo de via seca. Foi elaborado dentro da concepção de produção em escala e contribuirá incisivamente para atenuar os desequilíbrios entre a oferta e a demanda de cimento em sua área de influência. Os recursos necessários alcançam a Cr\$ 110 milhões;

c) O projeto da Cimento Tocantins S. A., aprovado pelo GEIMAC, será o primeiro no gênero a ser instalado no Distrito Federal, o que possibilitará uma redução nos preços de cimento para a região. Com uma capacidade de produção prevista para 300 000 t/ano de cimento "portland", fabricado pelo processo de via seca, evitará a existência de futuros estrangulamentos na oferta em sua área de influência. Os recursos necessários situam-se em Cr\$ 58 milhões.

● PRODUÇÃO DE FIBRAS E FIOS POLIESTÉRICOS E ACRÍLICOS PARA APLICAÇÃO TÊXTIL

O programa de implantação da SAFROM S. A. — Indústrias Brasileiras de Fibras (Aratu, Bahia) prevê a instalação de duas unidades distintas: uma para fibras e fios poliestéricos com capacidade nominal de 4 400 t/ano e a outra para fibras acrílicas com capacidade nominal de 400 t/ano.

Os recursos necessários atingem a Cr\$ 135 milhões.

● PRODUÇÃO DE COMPONENTES PARA MOTORES AERONAUTICOS

Somando-se a realidade da Indústria Aeronáutica Brasileira com a crescente frota comercial, abrem-se perspectivas realistas para a

fabricação de componentes de motores aeronáuticos, para a indústria de montagem de motores sob licença, e, para a indústria de manutenção de motores aeronáuticos.

Com efeito isto se verifica, momente no setor dos pequenos motores alternativos de uso aeronáutico, onde há cerca de 2500 montados em aeronaves em vôo, mais 500 aeronaves em fabricação e outras tantas sob perspectiva imediata, ou seja, um mercado em mais 2 anos para dois mil motores, entre fabricação e reposição.

Sobre as evidentes vantagens de serem fabricados tais motores no País, ressalta o avanço tecnológico em engenharia, processos e materiais de alta qualidade, com excelentes reflexos na indústria subsidiária, na economia de divisas e no aspecto social.

Por êsses motivos, o projeto em pauta está sob estudo de viabilidade técnico-econômica-industrial, para implantação subsequente em mais dois anos.

Outros Empreendimentos Programados

PRODUÇÃO DE POTASSIO

O projeto de produção de óxido de potássio, ainda a ter a sua forma de execução definida pelo Governo Federal, prevê a instalação de capacidade de produção da ordem de 200 000 t/ano do fertilizante, visando a substituir totalmente as importações brasileiras, que atingiram em 1968 US\$ 11 milhões. A produção de potássio será feita a partir da lavra de cerca de 330 000 t/ano de silvinita, nos depósitos existentes em Carmópolis, Sergipe, já convenientemente pesquisados pela PETROBRAS e pelo DNPM. Nestes depósitos, em associação com a silvinita, existem também minérios de bromo e magnésio, cujo aproveitamento deverá estar associado ao de potássio. Necessariamente, serão implantadas usinas de tratamento e beneficiamento dos minerais mencionados.

Sendo o potássio, por si só, fertilizante fundamental para a transformação tecnológica na Agricultura, é imperiosa a necessidade de se iniciar sua produção no País. Por sua vez, a produção de magnésio e bromo em Sergipe poderá conduzir o Brasil a posição de destaque no suprimento internacional destas matérias-primas. Além disto, a implantação dêste projeto propiciará a implantação de mais um grande complexo industrial na região Nordeste do Brasil.

O investimento inicial estimado é de cerca de Cr\$ 450 milhões, para produção de fertilizantes potássicos e equacionamento da obtenção de magnésio e bromo.

● PRODUÇÃO DE AMÔNIA

O projeto visa à implantação de uma grande unidade para produção de 1 000 t/dia de amônia a partir de gás natural. A PETROQUISA já demonstrou interesse em associar-se ao projeto.

A primeira unidade de produção de amônia, em grande escala e a partir de gás natural, poderá suprir os fabricantes nacionais de fertilizantes de seu insumo básico a preços internacionais.

Os recursos necessários situam-se em torno de Cr\$ 100 milhões.

● CENTRAL PETROQUÍMICA DA BAHIA

O projeto visa à implantação de uma unidade destinada à produção de olefinas e aromáticos. Contará, possivelmente, com a participação societária da PETROQUISA.

O processo a ser utilizado deverá ser o craqueamento direto do petróleo cru, recentemente desenvolvido, sendo conhecido como "refinaria petroquímica".

● PRODUÇÃO DE COBRE REFINADO

O projeto prevê o aproveitamento do minério de cobre localizado na Bahia, implantando os setores de mineração e concentração do minério em Caraíba e processando a sua metalurgia em Aratu, cuja usina terá a capacidade de produção de 70 mil t/ano de cobre refinado.

Com a implantação do projeto, o País, atualmente ainda com grande dependência em relação a importações, irá tornar-se praticamente auto-suficiente neste importante metal.

II.2 — MINERAÇÃO, PESQUISA MINERAL

Ação de Governo: Principais Realizações

INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

I — Consecução de metas, dentro de programa orientado pelo Ministério das Minas e Energia, objetivando principalmente: a) elevar, no quadriênio, o valor da produção mineral brasileira, de Cr\$ 2 150 milhões em 1969 para Cr\$ 4 300 milhões em 1973; e b) ampliar a exportação de bens minerais, de US\$ 200 milhões em 1969, para US\$ 450 milhões em 1973.

O componente principal da produção mineral brasileira continuará a ser o minério de ferro, cuja exportação deverá atingir a cerca de 50 000 000 de toneladas em 1973, inclusive 5 000 000 de toneladas de "pellets" da Cia. Vale do Rio Doce. Esta exportação corresponderá a cerca de US\$ 380 milhões, ou seja, 150% a mais que em 1969.

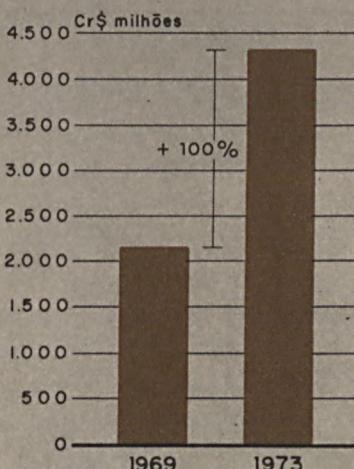
A Cia. Vale do Rio Doce terá participação predominante nesse programa, com uma exportação de 32 000 000 de toneladas em 1973.

II — Efetivação de programa de investimentos, no período, de cerca de Cr\$ 4 400 milhões, não computados os projetos da PETROBRAS. Cerca de 32% desse total serão investidos pela Cia. Vale do Rio Doce, participando ainda o Governo com outros investimentos na Rende Ferroviária Federal, em função de projetos de Mineração.

III — Adoção das seguintes medidas principais de estímulo ao setor, a fim de eliminar a sua defasagem, seja quanto à substituição de importações, seja quanto às exportações (quando convier aos interesses do País):

— Adaptação do Código de Mineração, de modo a facilitar o processamento da exploração de ocorrências aluvionares e outras com características especiais.

M I N E R A Ç Ã O
P R O D U Ç Ã O M I N E R A L
(A P R E Ç O S D E 1970)



— Ampliação do estímulo através da quota de exaustão às empresas mineadoras, já efetivada pelo Decreto-lei n.º 1 096/70.

PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

I — Efetivação de investimentos federais no período, de Cr\$ 2 450 milhões, dos quais Cr\$ 1 700 milhões a cargo da PETROBRÁS.

A partir deste ano, o setor contará com nova fonte de recursos, de origem fiscal, correspondente a Cr\$ 220 milhões no período: a parcela de 2% do Imposto Único sobre Combustíveis, sendo 1% exclusivamente para a pesquisa de urânio e 1% para pesquisa geral de recursos minerais.

II — Orientação da ação governamental no sentido de dinamizar a execução do Plano Mestre Decenal para Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, bem como propiciar maiores facilidades ao setor privado para que possa desenvolver-se, por meio da nova legislação, consubstanciada no Código de Mineração de 1967. Tais medidas têm proporcionado substancial incremento da pesquisa, demonstrado pelo renovado interesse da iniciativa privada pelo setor mineral.

Deve-se ressaltar, ainda, a ênfase dada às pesquisas de recursos hídricos (água de superfície e subsolo), para avaliação do potencial hidráulico do País e seleção dos melhores projetos de aproveitamento energético, de irrigação e de recuperação de solos áridos, e de implantação de redes hidroviárias.

Como instrumento importante da aceleração do programa, o Governo Federal deu início de operação à Campanha de Pesquisa de Recursos Minerais, que irá gerir, inclusive, os recursos do Imposto Único sobre Combustíveis, já mencionados.



Projetos Prioritários

Elenco de Projetos (com aplicações prováveis no período 1970/73, a preços de 1970):

MINERAÇÃO

- 1) Mineração de Ferro e Aglomerados — Cr\$ 2 500 milhões.
- 2) Mineração de Cassiterita — Cr\$ 100 milhões.
- 3) Mineração de Amianto — Cr\$ 41 milhões.
- 4) Mineração de Bauxita — Cr\$ 100 milhões.

PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

- 5) Pesquisa de Bens Minerais para a Indústria de Construção — Cr\$ 7,7 milhões.
- 6) Prospecção de Minério de Ferro (Amazônia) — Cr\$ 29,6 milhões.
- 7) Mapeamento Geológico de Goiás — Cr\$ 4,7 milhões.
- 8) Mapeamento Geológico da Bahia — Cr\$ 6,8 milhões
- 9) Hidrologia da Bacia Amazônia — Cr\$ 7 milhões.

Descrição:

MINERAÇÃO

MINERAÇÃO DE FERRO E AGLOMERADOS

Os projetos a serem desenvolvidos pelas mais importantes empresas de mineração do País (Companhia Vale do Rio Doce, SAMITRI, FERTECO, Minerações Brasileiras Reunidas e outras), visam a elevar para cerca de 50 000 000 t/ano a exportação de "pellets".

Para atingir a primeira meta serão exportadas pela Vale do Rio Doce (terminal de Tubarão), em 1973, cerca de 30 milhões de toneladas de minério de ferro e cerca de 5 000 000 t de "pellets", e pelo terminal de Sepetiba e pôrto do Rio de Janeiro 15 000 000 t de minério das minas do Vale do Paraopeba.

A exportação dos minérios do Vale do Paraopeba sofrerá o impacto de um novo projeto, que imporá, entre outras medidas, a construção de um terminal marítimo de grande capacidade na baía de Sepetiba, e

consideráveis melhoramentos operacionais e na infra-estrutura da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Também a Vale do Rio Doce, em associação com capitais externos, deverá empreender no norte do País (serra dos Carajás) um novo projeto de mineração, cuja escala inicial de exportação deverá ser superior a 10 milhões de toneladas por ano. As prospecções e estudos de viabilidade, já iniciados, deverão estar concluídos em 1971 e, caso conduzam à decisão de implementar-se o projeto, investimentos da ordem de Cr\$ 1 300 milhões serão feitos, até 1975.

A exportação de 5 000 000 t/ano de "pellets" será atingida mediante ampliação da usina de peletização da Cia. Vale do Rio Doce em Vitória, Espírito Santo.

A extraordinária expansão do mercado internacional de minério de ferro e, ademais, o crescimento explosivo da siderurgia japonêsa (que prevê importações de minério de ferro, em 1975, em volumes equivalentes a todo comércio internacional desta matéria-prima, em 1968) exigem dos principais fornecedores, entre os quais se situa o Brasil, uma ampliação compatível das exportações. O valor da pauta brasileira de exportação de minérios de ferro deverá assim evoluir de cerca de US\$ 150 milhões em 1969 para US\$ 380 milhões em 1973.

No quadriênio, os investimentos em projetos para produção de minério de ferro e "pellets" para exportação, deverão estar distribuídos da seguinte forma:

	Cr\$ milhões
Mineração e Beneficiamento	1 065
Infra-estrutura e Material Rodante Ferroviário ...	840
Terminais Marítimos	475
Peletização	122
 Total	 2 502

● MINERAÇÃO DE CASSITERITA

Os projetos da FERUSA, Mineração Aripuanã, MIBRASA, MACISA, Mineração São Lourenço e de outras empresas visam à auto-suficiência em estanho, e exportação de 20 000 t/ano de cassiterita no fim do quadriênio.

Em vista da grande potencialidade dos depósitos de cassiterita, já convenientemente bloqueados, na província estanífera de Rondônia, prevê-se um grande incremento na produção dêste minério, para o próximo quadriênio. Diversas empresas com infra-estrutura mineral montada, e dispondo de adequados recursos técnicos e econômicos, estão-se instalando rapidamente na área, o que permite razoável segurança no atingimento da meta proposta.

O Brasil, que ainda é importador de estanho, além de atingir a auto-suficiência, obterá divisas da ordem de US\$ 48 milhões com a exportação de 20 000 t/ano de cassiterita. Além disto, a intensificação de uma atividade econômica de mineração, com alto índice de emprego de mão-de-obra, trará para o Território Federal de Rondônia e região sul do Estado de Mato Grosso grande surto de desenvolvimento.

Para que a meta seja alcançada, os vários grupos que operam na área deverão fazer investimentos da ordem de Cr\$ 100 milhões.

● MINERAÇÃO DE AMIANTO

O projeto da S.A. Mineração de Amianto — SAMA e de outras empresas objetiva o alcance, a médio prazo, da auto-suficiência brasileira em amianto. O consumo nacional de amianto, tipo crisotila, em 1973, será da ordem de 40 000 t/ano. Com os investimentos até o momento previstos, principalmente os da S.A. Mineração Amianto, em Goiás, a atual produção será aumentada de mais 15 000 t, com uma produção nacional prevista em 24 800 t/ano em 1973.

Tendo o Brasil potencialidades para atender a demanda interna de amianto tipo crisotila, não se justifica que se despenda mais de US\$ 3,5 milhões com a importação dêsse minério.

Para aumentar a produção nacional em 15 000 t, estão previstos investimentos de Cr\$ 41,4 milhões e US\$ 2,5 milhões.

● MINERAÇÃO DE BAUXITA

O projeto da Alumínio Minas Gerais S.A. prevê a exportação de 1 000 000 t/ano de bauxita lavada e seca, em uma primeira etapa, ainda atingível no quadriênio 1970/73. A confirmação da existência de grandes reservas de minério de alumínio pelos recentes trabalhos de pesquisa

efetuados pela Alumínio Minas Gerais S.A., e a localização peculiar dos depósitos junto a vias navegáveis, abriram a possibilidade de exportação de bauxita. A concessionária se propõe a instalar no local equipamentos de lavagem e secagem do minério. As reservas medidas somam mais de 150 000 000 t.

A exportação prevista de 1 000 000 t proporcionará uma receita anual de US\$ 7 milhões. Esta exportação, nos volumes em que é posta a tendo em vista as dimensões das reservas, não prejudicará a demanda interna futura. O projeto se desenvolverá no interior do Pará, causando grande impacto sobre a estrutura econômica e social daquela região.

Foram investidos nos trabalhos de pesquisa cerca de Cr\$ 3 milhões e serão alocados recursos da ordem de Cr\$ 100 milhões, na mineração e beneficiamento do minério.

PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

PESQUISA DE BENS MINERAIS PARA A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO

O projeto do Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, a ser realizado através de convênios com Universidades e Institutos Técnicos, objetiva a procura de novas jazidas de materiais que tenham emprêgo imediato na indústria de construção, bem como o melhor aproveitamento das atuais jazidas, em função de modernas técnicas. O projeto abrange uma área de 189 000 km², distribuídos nos seguintes centros demográficos: Belém, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Pôrto Alegre, São Paulo e Goiânia, onde serão realizadas investigações geológicas.

Serão feitas, no cadastramento das jazidas conhecidas, quantificações e análises do ponto de vista tecnológico; em função desse conhecimento, será disciplinado o seu aproveitamento, partindo-se para a indicação de novas ocorrências de valor econômico.

O projeto visa a suprir carências de materiais de construção (argila, calcário, saibro, caulim, britas), estabilizando-lhes os preços, em face das pressões da demanda decorrentes do Plano Nacional da Habitação.

Os recursos necessários montam a Cr\$ 7,7 milhões.

● PROSPECÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO (AMAZÔNIA)

O projeto a ser desenvolvido pela Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Meridional de Mineração e associadas visa a prospectar e avaliar a grande ocorrência de minério de ferro na região do rio Tocantins, bacias dos rios Itacaiunas e Xingu, Pará.

Para realizar a pesquisa serão utilizados levantamentos aeroftogramétricos, topográficos, magnetométricos, geofísicos e 30 000 m de sondagem a diamante, com 8 sondas e 10 geólogos, cobrindo uma área de 160 000 ha. A pesquisa autorizada pelo DNPM terá uma duração de 2 anos, e já foi iniciada com sondagem e abertura de galerias.

O projeto prevê a aplicação de Cr\$ 29,6 milhões no período 1970/71.

● MAPEAMENTO GEOLÓGICO DE GOIAS

O projeto de mapeamento geológico de áreas selecionadas e de inventários dos recursos minerais de Goiás, a cargo do DNPM e da CPRM, visa à avaliação do potencial econômico dos maciços ultra-básicos em níquel, cobre, cromo, amianto, platina, metais platinóides e outros bens minerais associados. A área total a ser estudada comprehende 495 000 km².

A necessidade de aliviar, a curto prazo, a pauta de importações, bem como atingir a auto-suficiência neste setor, justificam o desenvolvimento do projeto, que demandará investimento da ordem de Cr\$ 4,7 milhões.

● MAPEAMENTO GEOLÓGICO DA BAHIA

O projeto, a ser também executado pelo DNPM e pela CPRM, objetiva efetuar o levantamento geológico de uma área de aproximadamente 200 000 km² da Bahia, o que proporcionará a avaliação das ocorrências minerais, bem como de sua viabilidade econômica. As investigações já realizadas mostram condições geológicas altamente favoráveis a mineralizações de metais básicos (cobre, chumbo, zinco, cromo, etc.).

A área está sendo pesquisada através de prospecções geológicas, geoquímicas e geofísicas, de caráter regional, que apontarão áreas me-

nores, prioritárias para investigações de maior detalhe. Simultaneamente, nas áreas com mineralizações conhecidas, serão feitas pesquisas detalhadas, objetivando um real conhecimento das reservas dos bens minerais.

Os recursos necessários montam a Cr\$ 6,8 milhões.

● HIDROLOGIA DA BACIA AMAZÔNICA

O projeto da Rêde Hidrológica Básica Nacional prevê, para as bacias hidrográficas do Amazonas, Tocantins e Araguaia, a instalação de 1 290 estações, assim distribuídas: 930 pluviométricas, 180 fluviométricas, 110 sedimentométricas e 70 evapormétricas. Pela programação estabelecida, em fins de 1972 estarão implantadas: tôdas as estações fluviométricas, pluviométricas, evapormétricas e sedimentométricas ao longo do eixo do rio Amazonas; 20% dos postos de controle dos principais afluentes situados nos Estados do Amazonas e Acre, e Territórios de Rondônia e Roraima; 30% da rête projetada para o Estado do Pará e Território do Amapá; e 40% da rête projetada para as bacias do Tocantins-Araguaia, nos Estados do Pará, Goiás, Mato Grosso e Maranhão.

Dispêndios previstos, no período 1970/1972: Cr\$ 7 milhões.

II.3 — COMÉRCIO. TURISMO

COMÉRCIO

Pela sua natureza, figura o comércio entre os principais fatores de produção de bens e serviços, nos estágios de comercialização e distribuição. Nesse campo, a condução da política obedecerá orientação que compreenderá, principalmente:

I — Prosseguimento do importante esforço que se acentuou na última década, de evolução para formas mais eficientes de comercialização de produtos agrícolas e industriais (supermercados, grandes magazines, centrais de abastecimento, etc.), transferindo-se parte substancial dos aumentos de produtividade para o consumidor, sob a forma de menores margens de comercialização.

II — Fortalecimento do pequeno e médio empresário nacional no setor, dentro da política geral de apoio à pequena e média empresas, e mediante atuação dos organismos de crédito oficiais, inclusive com programas específicos de assistência financeira e técnica.

III — Decidido apoio à nova fase de promoção de exportações, levando-se o empresário a **investir para exportar**, com base no poderoso sistema de estímulos já montado.

TURISMO

Pela correta utilização dos incentivos fiscais, assim como pelo fortalecimento da estrutura institucional do Governo no setor, a política de Turismo será conduzida de acordo com as seguintes diretrizes básicas:

I — Incrementação, quanto ao turismo internacional, da participação do Brasil nas correntes de turismo, tanto de renda alta como média. Isso significa dispor de infra-estrutura sob a forma de certo número indispensável de hotéis de categoria internacional (luxo) e de número considerável de hotéis de categoria média (boa qualidade). Significa, igualmente, esforço de redução substancial das tarifas de transporte aéreo com a Europa e Estados Unidos; e dispor de roteiros turísticos prioritários, em nível nacional e no quadro da América Latina.

II — Intensificação das correntes turísticas internas para os roteiros turísticos prioritários, em ação conjunta com os Estados e Municípios, como forma de acelerar a geração de renda no setor, consolidar a infra-estrutura turística para o nível de renda médio, e disseminar o "know-how" dos serviços especializados, nas referidas áreas.

III — Revisão dos critérios de aprovação dos incentivos fiscais, em consonância com as diretrizes apresentadas, tendo em vista o fortalecimento da iniciativa nacional.

infra-estrutura social: habitação trabalho e previdência social

III

III.1 — HABITAÇÃO

Ação de Governo: Principais Realizações

I. — Manutenção do ritmo de investimentos do Plano Nacional de Habitação, sob a orientação do Ministério do Interior, de forma a cobrir, gradativamente, a demanda de unidades residenciais. Para cumprir esse objetivo, serão aplicados no quadriênio, pelo Sistema Financeiro da Habitação, mais de Cr\$ 13 500 milhões, tornando possível a construção de 840 000 novas habitações.

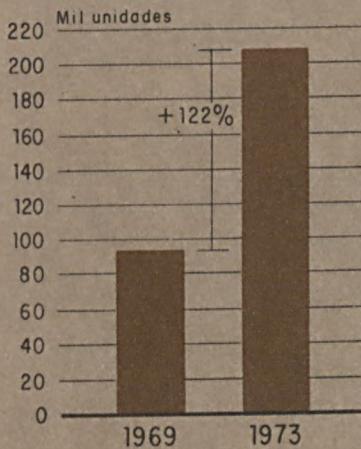
As aplicações diretas do Banco Nacional da Habitação montarão, no quadriênio, a Cr\$ 6 500 milhões; a poupança privada induzida responderá por Cr\$ 3 000 milhões. O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo mobilizará os restantes Cr\$ 4 000 milhões através dos instrumentos próprios: letras imobiliárias e caderetas de poupança.

II — Estímulos à captação de recursos, notadamente por meio das "Caderetas de poupança", a fim de compensar o declínio dos recursos canalizados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Objetiva-se, nesse particular, atingir, até 1973, um volume de 3 milhões de contas, o que significará a triplicação do número atingido até 1970.

III — Criação de cerca de 600 000 empregos novos, no período, seja através do impacto direto dos investimentos em habitação, seja pela expansão das indústrias de materiais de construção, como pelos demais efeitos indiretos do programa habitacional.

IV — Consolidação dos mecanismos de poupança integrada no sistema financeiro de habitação, com base na cor-

HABITAÇÃO
UNIDADES RESIDENCIAIS CONS-
TRUIDAS NO ANO PELO SISTEMA
FINANCEIRO DA HABITAÇÃO





reção monetária para aplicação, notadamente, nos setores de Habitação, Saneamento e Indústrias correlatas. Sem embargo, acompanhar detidamente a evolução do sistema para, sem prejuízo da preservação das características essenciais de seus instrumentos básicos, corrigir eventuais distorções no funcionamento dos fundos em operação ou nos diferentes programas em execução. Garantir a viabilidade financeiro-atuarial do sistema, compatibilizando-a com a viabilidade econômico-social da expansão continuada e rápida daqueles programas de alta prioridade.

Projetos Prioritários

Elenco de projetos (com aplicações prováveis no período 1970/73, a preços de 1970):

- 1) Financiamento do Mercado Rural — Cr\$ 145 milhões.
- 2) Financiamento Popular do Mercado Urbano — Cr\$ 1 420 milhões.
- 3) Financiamento Econômico do Mercado Urbano — Cr\$ 2 915 milhões.
- 4) Financiamento Médio do Mercado Urbano — Cr\$ 570 milhões.
- 5) Financiamento Através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.
- 6) Financiamento de Materiais de Construção.

Descrição:

● **FINANCIAMENTO DO MERCADO RURAL**

Os recursos destinados ao mercado rural, no quadriênio, são da ordem de Cr\$ 145 milhões. O fato de que grande parte dos materiais utilizados na construção de habitações rurais é obtido no próprio local, contribui para o barateamento do imóvel; com base no valor unitário, prevê-se a construção de 22 000 habitações rurais no quadriênio. Em boa medida, o problema de habitação rural deverá ser tratado sob a forma de melhoramentos nas habitações existentes, para dotá-las de condições mínimas sanitárias e de conforto.

● **FINANCIAMENTO POPULAR DO MERCADO URBANO**

Destina-se às famílias com renda de, pelo menos, um salário mímino regional. Para essa faixa de população, o financiamento do BNH representa a única possibilidade de adquirir casa própria.

No próximo quadriênio deverão ser aplicados no programa Cr\$ 1 420 milhões, correspondendo a 22% do total previsto para os programas habitacionais. Com base no valor unitário médio do empréstimo, estima-se o financiamento, no período, de 220 mil unidades habitacionais neste programa.

● **FINANCIAMENTO ECONÔMICO DO MERCADO URBANO**

Destina-se às famílias com renda mensal de, pelo menos, 1,6 salários mínimos. A aplicação prevista no programa, para os próximos 4

anos, é de Cr\$ 2 915 milhões, representando 45% do total destinado ao setor habitacional. Essa elevada percentagem justifica-se pelo fato de se situar nesta faixa a maior demanda habitacional. Levando-se em conta as aplicações previstas e o valor unitário médio do empréstimo, estima-se em 235 mil o número de unidades financiáveis no quadriênio.

● **FINANCIAMENTO MÉDIO DO MERCADO URBANO**

Este programa destina-se às famílias com renda mensal acima de 5,2 salários mínimos, capazes de candidatar-se a financiamentos entre Cr\$ 17 000,00 e Cr\$ 30 500,00. A aplicação prevista no próximo quadriênio é de cerca de Cr\$ 570 milhões, representando 9% do total a ser aplicado em habitação. Estimado o valor unitário médio do empréstimo em torno de Cr\$ 20 000,00 pode-se prever um total de 29 mil unidades habitacionais financiáveis.

● **FINANCIAMENTO ATRAVÉS DO SISTEMA BRASILEIRO DE POU-PANÇA E EMPRÉSTIMO**

Prevê-se que no próximo quadriênio serão construídas cerca de 280 mil habitações, através de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Deve-se salientar que a principal característica deste Sistema é a sua capacidade de captar recursos populares sob a forma de depósitos com correção monetária e/ou de venda de letras imobiliárias.

● **FINANCIAMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**

Através do subprograma RECOM, que se destina a financiar a aquisição de materiais para a construção de habitações, o BNH deverá possibilitar a construção de cerca de 50 mil novas unidades habitacionais.

III.2 — TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ação de Governo: Principais Realizações

Integrada no objetivo básico de progresso social, a ação do Governo na área do Trabalho e Previdência Social visará às seguintes realizações principais:

I — **Efetiva participação do trabalhador brasileiro na vida da empréssia e no processo de desenvolvimento**, por meio de medidas concretas orientadas para a sua valorização, com o objetivo de torná-lo suficientemente forte, do ponto de vista econômico, para o atendimento de suas necessidades normais, e adequadamente amparado pela proteção social.

Essa atuação se exercerá principalmente nas áreas de política salarial; legislação do trabalho; educação para o trabalhador e sua família; integração dos sindicatos nos programas de desenvolvimento social em favor do trabalhador (educação, saúde, etc.); fortalecimento pela poupança do progresso econômico individual; acesso ao crédito; fortalecimento e complementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Sua concretização se dará através de medidas no sentido de:

- Execução do Programa de Integração Social.
- Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (Código do Trabalho), a fim de incorporar-lhe a legislação trabalhista posterior.
- Expansão do atual Programa de Bônus de Estudo, criado em 1966, de modo a, pela estreita cooperação entre os órgãos oficiais, as entidades privadas e os próprios sindicatos, elevar maciçamente a educação em nível médio, sobretudo no tocante à formação profissional dos trabalhadores. O programa é alcançar um montante de recursos de Cr\$ 235 milhões no período 1970/73, para concessão de 634 000 bônus.
- Alfabetização de trabalhadores por intermédio dos Sindicatos, com apoio das autoridades educacionais e trabalhistas. As organizações sindicais desenvolverão o programa, criando, com o apoio das autoridades educacionais e trabalhistas, cursos de alfabetização, sempre que forem insuficientes ou inexistentes, ou cursos regulares de alfabetização de adultos.
- Organização de cooperativas pelos sindicatos e organismos sindicais de grau superior de trabalhadores.
- Criação de títulos e outros mecanismos de poupança especiais para o trabalhador, especialmente junto à Caixa Econômica Federal, com taxas especiais de rentabilidade, simplicidade de captação e ausência de risco.

- Criação de formas de acesso do trabalhador ao crédito, inclusive pelos empréstimos simples para funcionários e trabalhadores em geral — através do IPASE e das Caixas Econômicas; exame da conveniência de criação do sistema de crédito profissional e da Carteira do Trabalhador, em certas instituições de crédito.
- Extensão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores avulsos, mediante esquema operativo apropriado.
- Conjugação das disposições legais do FGTS com o sistema da Previdência Social, visando à situação do trabalhador com idade superior a 45 anos e outros aspectos.
- Sistematização e ampliação dos estímulos aos aumentos de produtividade dentro das empresas, inclusive com exame da conveniência de criação de fundos de produtividade.

II — Fortalecimento e aperfeiçoamento da unificação do sistema nacional de previdência social, por intermédio do INPS, cujo programa de benefícios, no período, deverá atingir cerca de Cr\$ 38 000 milhões (inclusive assistência médica). Para esse efeito, já se constituiu Grupo de Trabalho que, em prazo curto, proporá as medidas de aperfeiçoamento do sistema que forem consideradas necessárias.

Adoção de medidas no sentido de:

- Integração, na previdência social, do pagamento do salário a que faz jus a empregada gestante nos períodos anterior e posterior ao parto.
- Extensão da assistência farmacêutica aos beneficiários do regime da previdência social em tratamento de ambulatório.

Já existe o fornecimento gratuito de medicamentos aos beneficiários internados em hospitais, sanatórios e maternidades por conta da previdência social. Vai-se, agora, dar solução ao problema da assistência farmacêutica em relação aos beneficiários, sob tratamento ambulatorial, já que sem a possibilidade de avitamento da receita a consulta médica se torna praticamente inócuia e destituída de sentido para a grande massa de segurados de baixo poder aquisitivo.

- Revisão da parte da Lei Orgânica da Previdência Social relativa aos ex-combatentes e ao exercício de múltiplo emprêgo.
- Unificação dos critérios de concessão de auxílio-doença na previdência social.
- Definição do regime previdenciário dos servidores estaduais e municipais.
- Definição do esquema operacional para constituição de um Fundo de Garantia no sistema de Previdência Social, de modo a assegurar a execução da legislação previdenciária, de acordo com o seu plano de custeio.

III — Extensão da previdência social a trabalhadores rurais ainda não abrangidos pela legislação vigente. A instituição do plano básico da previdência social permitiu a implantação de proteção aos assalariados rurais, cuja atividade era reconhecidamente incompatível com a legislação vigente para os trabalhadores urbanos. A sua gradual extensão a todas as empresas rurais, a partir da agro-indústria, como se procedeu com a agro-indústria açucareira, constitui um instrumento importante de integração do homem do campo na economia de mercado.

IV — Delimitação das áreas de atuação dos órgãos públicos e privados no atendimento dos problemas de saúde do povo brasileiro, na forma já estabelecida na política de Saúde.

Por outro lado, esforço efetivo será acelerado, de humanização do atendimento na Assistência Médica do INPS, através de treinamento de pessoal para as funções de atendimento e da observância rigorosa de instruções, já baixadas pelo INPS, que limitem ao mínimo a burocracia a cumprir, e praticamente a eliminem em casos de urgência.

V — Execução, no campo da política nacional de mão-de-obra, dos seguintes programas principais:

— **Interiorização de técnicos,** com o aproveitamento profissional de técnicos e universitários recém-diplomados no interior do País. O Programa de Ação experimental está sendo executado no Estado do Rio de Janeiro.

— **Intensificação do treinamento de trabalhadores adultos desempregados ou sem qualificação profissional,** mediante convênios a serem firmados com entidades públicas e privadas interessando diferentes áreas da atividade econômica.

— **Treinamento de profissionais na indústria da construção civil.** Os cursos de treinamento serão realizados nos próprios canteiros de obras, em convênio com entidades públicas e privadas.

— **Treinamento de mão-de-obra para atividades pesqueiras.**

— **Modernização e ampliação das agências de colocação** visando à constituição de um serviço nacional de emprêgo, com apoio nas Delegacias Regionais do Trabalho e com a participação das Secretarias Estaduais de Trabalho e Superintendência do Desenvolvimento Regional.

— **Levantamento da composição e distribuição da força de trabalho,** para análise sócio-econômica do potencial humano engajado nas atividades produtivas e para a formulação de uma política de empregos e de programas de formação profissional.

Projetos Prioritários

Elenco de Projetos:

- 1) Medicamentos para os Beneficiários.
- 2) Bôlsas de Estudo em Nível Médio.
- 3) Educação Cívico-Trabalhista.
- 4) Extensão da Previdência Social a Trabalhadores Rurais Ainda não Abrangidos.
- 5) Alfabetização por Meio dos Sindicatos.
- 6) Organização de Cooperativas pelos Sindicatos e Organizações Sindicais de Grau Superior de Trabalhadores.
- 7) Reforma do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.
- 8) Programa Especial de Treinamento de Mão-de-Obra e Profissional
 - 8.1 — Trabalhadores Adultos sem Formação Profissional
 - 8.2 — Atividades Pesqueiras
 - 8.3 — Construção Civil
- 9) Modernização e Ampliação das Agências de Colocação do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- 10) Interiorização de Técnicos (projeto experimental).

Descrição:

● MEDICAMENTOS PARA OS BENEFICIÁRIOS

Objetiva o projeto a gradativa ampliação da indústria farmacêutica do INPS, que já abastece o Sanatório de Belo Horizonte e os hospitais próprios na Guanabara dos principais produtos necessários ao seu consumo.

Com tal medida, visa-se a dar solução satisfatória ao problema da assistência farmacêutica aos beneficiários sob tratamento ambulatorial, já que, sem a possibilidade de avultamento da receita, a consulta médica se torna inócuia e destituída de sentido prático para a grande massa de segurados de baixo poder aquisitivo.

A fabricação própria, pelo INPS, das linhas essenciais de medicamentos de alto consumo e de mais fácil manipulação, para fornecimento exclusivo à rede hospitalar e ambulatorial do Instituto, não importará em concorrência à indústria farmacêutica privada, visto que se trata de atender a um segmento da população de muito baixo poder de compra e que por isso mesmo já se situa praticamente fora do círculo da clientela dos laboratórios industriais.

Os recursos já existem no orçamento normal da assistência médica.

● **BÔLSAS DE ESTUDO EM NÍVEL MÉDIO**

O Programa Especial de Bônus de Estudo, criado em 1966, veio abrir nova perspectiva para a vida trabalhista brasileira. Pela primeira vez, puderam os trabalhadores, pela sua só condição de sindicalizados e de carentes de recursos, auferir o benefício real e expressivo de uma bônus de estudo para curso de nível médio.

O objetivo do projeto é, numa estreita cooperação com o Ministério da Educação, com organismos privados e com os próprios sindicatos, elevar maciçamente as oportunidades de acesso à educação no nível médio, em particular na formação profissional, por parte de famílias de trabalhadores.

A transformação do sindicato em órgão difusor da educação, par a par com a melhoria social do sindicalizado, propicia, como está ocorrendo, a melhor capacitação da liderança Sindical.

● **EDUCAÇÃO CÍVICO-TRABALHISTA**

Objetiva o projeto difundir entre os trabalhadores o conhecimento das condições reais do País, de seus recursos e de suas dificuldades, de modo a propiciar a adesão consciente do homem brasileiro ao esforço de desenvolvimento.

Esclarecimentos úteis sobre as instituições existentes, e a referência às publicações ou entidades que se ocupem da organização da família, da educação dos filhos, dos direitos trabalhistas e previdenciários e da organização da poupança darão o atrativo adicional às publicações, que serão difundidas pelos sindicatos e pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

Atualizações periódicas darão o tom de informação útil e moderna, desprovida de orientação política. Conterão, ainda, as publicações, elementos sobre o conceito moderno de empreesa, como, célula de organização econômica.

EXTENSÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A TRABALHADORES RURAIS AINDA NÃO ABRANGIDOS

A instituição do plano básico da previdência social, em 1.º de maio de 1968, permitiu que se pudesse implantar com justiça e economicidade um sistema de proteção aos **assalariados rurais**, cuja atividade era incompatível com a previdência social vigente para os trabalhadores urbanos. Sua progressiva extensão a todas as empresas rurais, a partir da agro-indústria (a exemplo da agro-indústria açucareira), é importante para a integração do homem do campo na economia de mercado, que se pretende alcançar rapidamente.

A lei vigente, com pequeno aperfeiçoamento, é instrumento adequado para a execução desse novo critério abrangente dos trabalhadores avulsos ou autônomos do meio rural. Em termos de economia das empresas rurais, trata-se de substituir, quando instituído o sistema, a taxação de 2% sobre os produtos agropecuários pela taxação sobre o salário mínimo relativa ao número de trabalhadores na empresa (6% do empregador, 4% do empregado, administração a cargo do Governo Federal).

ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DOS SINDICATOS

O elevado índice de analfabetismo, no Brasil, leva considerável massa de trabalhadores a não poder participar do processo de qualificação profissional, por deficiência de preparo básico. Além disso, alguns Estados criam ônus específicos para as grandes empresas que admitem trabalhadores analfabetos, prejudicando-os consideravelmente e a suas famílias.

Justifica-se assim que as organizações sindicais venham a agir em defesa desses trabalhadores, criando, com o apoio das autoridades educacionais e trabalhistas, cursos de alfabetização, sempre que forem insuficientes ou inexistentes os cursos regulares de alfabetização de adultos.

As despesas com o projeto constituem aplicação direta dos recursos ordinários dos Sindicatos em setor específico de sua atuação, naturalmente apoiados pelas Delegacias Regionais do Trabalho, para efeito de facilidades de localização e obtenção de pessoal docente.

● **ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS PELOS SINDICATOS E ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR DE TRABALHADORES**

Objetiva-se levar aos trabalhadores as vantagens do cooperativismo. Para isso, será estimulada a organização de cooperativas pelos Sindicatos, isoladamente ou de forma coletiva, ou ainda pela iniciativa das organizações de grau superior, de acordo com a legislação geral sobre cooperativas.

O projeto não exige recursos adicionais, podendo ser custeado pelas próprias organizações sindicais, com apoio do Governo no tocante a financiamentos para instalações e capital de trabalho.

● **REFORMA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO**

Incluída na programação do Governo anterior, foi constituída uma comissão especial que elaborou projeto da reforma, ora em estudos no Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Como a nova organização proposta é relativa a plano de benefícios com íntima vinculação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, êste projeto terá repercussões na nova versão do Estatuto, ora em estudo.

● **PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO DE MÃO-DE-OBRA E PROFISSIONAL**

A generalizada desqualificação profissional dos trabalhadores brasileiros deverá ser atenuada, no quadriênio, através da atuação do Departamento Nacional de Mão-Obra (Ministério do Trabalho e Previdência Social), que desenvolverá programa visando, preferencialmente:

● Trabalhadores Adultos sem Formação Profissional

O projeto será executado mediante convênios com entidades e empresas, interessando diferentes áreas de atividade econômica. Para seu desenvolvimento, aproveitam-se preferentemente trabalhadores recrutados pela rede de Agências de Colocação pertencentes ao DNMO e sediadas nas Delegacias Regionais do Trabalho.

Encontram-se já em preparação convênios com as seguintes entidades: SENAI, SENAC, FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO, SECRETARIA DO TRABALHO DO ESTADO DA BAHIA, SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA, SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FUNDAÇÃO REGIONAL DO NORDESTE, DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÉCAS e diversas Empresas.

Em estudo de possibilidade de convênios: SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SUDENE, SUDESUL e SUDAM.

Atividades Pesqueiras

A formação e especialização profissional neste setor com colaboração da SUDENE e da FEMAR, estriba-se em experiência realizada para capacitação de patrões de barco de pesca, motoristas, mestres de arrais e pescadores. Afigura-se conveniente que a preparação da mão-de-obra, no setor da pesca, deva ser sistematizada e racionalizada, em moldes modernos, de modo a permitir a adoção de recursos tecnológicos mais eficientes.

Objetivam-se três setores de capacitação profissional, em diferentes níveis: **Setor de captura:** preparação de profissionais que deverão equipar embarcações pesqueiras de diversas especialidades; **Setor industrial:** preparação de profissionais para o exercício das diferentes especialidades necessárias à operação da indústria do pescado e derivados; **Setor de pesquisas:** preparação de profissionais qualificados, para a realização de pesquisas biológicas e tecnológicas.

● **Construção Civil**

O projeto fundamenta-se em planos experimentais, de âmbito Regional — Estado da Guanabara —, através de convênios com o SENAI, para o treinamento de profissionais na Indústria da Construção Civil, objetivando a habilitação de empregados desqualificados (DNMO). O treinamento é realizado nos próprios canteiros de obra; aos concluintes, é doado jôgo de ferramentas necessárias ao exercício da nova profissão. Os próprios mestres-de-obra foram treinados como instrutores.

O êxito alcançado pelo projeto experimental atraiu o Banco Nacional da Habitação, que ofereceu custear 50% de um Programa Nacional, com a participação do SENAI.

● **MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE COLOCAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

O projeto visa a reorganizar, em moldes modernos, as Agências de Colocação do Ministério do Trabalho e Previdência Social, visando à instituição de um serviço nacional de emprego, com apoio nas Delegacias Regionais do Trabalho, e com a participação das Secretarias Estaduais do Trabalho e Superintendência de Desenvolvimento Regional.

Além da colocação propriamente dita, objetivar-se-á a possibilidade da organização de centrais regionais de estudos e informação, em que, gradativamente, se sistematize a colocação com apoio em: estudo das migrações internas; levantamento da demanda e oferta de mão-de-obra; flutuações anormais de mercado de trabalho; orientação, a nível regional, dos cursos de formação profissional, tendo por base as necessidades locais de trabalho; indicação de prioridades para investimento governamental.

Dez novas agências de colocação serão criadas em 1970, nas concentrações urbanas de vários Estados.

● **INTERIORIZAÇÃO DE TÉCNICOS (PROJETO EXPERIMENTAL)**

Para propiciar o aproveitamento profissional de técnicos e universitários recém-diplomados, colocando-os no Interior do País, o Mi-

nistério do Trabalho e Previdência Social elaborou um programa experimental. Foi inicialmente escolhido o Estado do Rio de Janeiro.

O projeto, sob a Coordenação do DNMO, conta com a participação do Projeto Rondon (Ministério do Interior) em sua fase executiva. De modo geral, tem as seguintes características:

- a) Localização do estagiário, custeando-se, pelo DNMO, seu transporte e o pagamento de uma bolsa-auxílio pelo prazo de 7 meses. A municipalidade participa com a hospedagem e alimentação do estagiário durante aquele prazo.
- b) O estagiário trabalhará 4 (quatro) horas diárias para a municipalidade, em seu campo de ação profissional, apoiado em instalações e equipamentos da municipalidade. Essas instalações e equipamentos poderão ser também utilizadas pelo estagiário em caráter particular, facilitando sua integração na comunidade.
- c) Ao final do período de estágio, aqueles que, integrados à comunidade, desejarem lá permanecer, serão registrados e, sob termo de compromisso, deverão receber financiamento para instalação definitiva na comunidade, financiamento este que será objeto de gestões, por parte dos Ministérios do Trabalho e do Interior, junto às entidades de crédito públicas e particulares.

Os campos técnicos e profissionais mais solicitados foram: medicina e enfermagem; administração pública; e veterinária.

O custeio do Projeto de Interiorização, não computadas a hospedagem e alimentação oferecidas pelas municipalidades, cabe ao DNMO (82%), ao Projeto Rondon (11%) e ao Governo do Estado do Rio (7%).

desenvolvimento regional e urbano

Ação de Governo: Principais Realizações

IV.1 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A política nacional de desenvolvimento regional compreenderá:

I — **Estratégia nacional de desenvolvimento regional integrado**, de acordo com estas linhas de ação:

— Integração do núcleo básico de desenvolvimento industrial-agrícola do Centro-Sul — o eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte — com as áreas próximas, abrangendo os vários Estados que participam do atual processo de industrialização e expansão agrícola e terciária dessa área. Desenvolver-se-á principalmente um conjunto de políticas setoriais coordenadas, orgânicamente, com participação do Governo Federal, Governos estaduais e principais Governos municipais, cuidando-se do planejamento integrado das áreas metropolitanas e dos principais centros urbanos, assim como da hierarquização urbana dentro da região.

— Desenvolvimento das regiões Nordestina e Amazônica por meio dos instrumentos já em vigor, ficando a infra-estrutura econômica e social, basicamente, a cargo do setor público, e atribuindo-se aos setores diretamente produtivos (Indústria, Agricultura) os poderosos estímulos dos incentivos fiscais do sistema 34/18 (Impôsto de Renda).

— Apoio ao crescimento acelerado de importantes áreas (a exemplo de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo) cujo ritmo foi entorpecido pelo processo de industrialização do Centro-Sul ou cujos setores dinâmicos experimentaram recente debilitamento. Definir-se-á estratégia em que o setor público — União e Estados — fortalecerá a infra-estrutura de tais áreas, e concederá estímulos diversos (que não os incentivos fiscais) à ativação de novos setores dinâmicos, nas atividades diretamente produtivas.

— Prosseguimento e consolidação dos programas de Ação Coordenada da União, nas diferentes regiões e Estados, de modo a, progressivamente, permitir verdadeira ação integrada do Governo Federal, através dos diferentes Ministérios, em, praticamente, todas as Unidades da Federação.

Mediante a aprovação de planos estaduais relacionados com a distribuição do Fundo de Participação e do Fundo Especial, evoluir-se-á, gradativamente, para

a articulação das decisões federais e estaduais, de modo a completar-se o elenco de meios pelos quais se efetivará a política de desenvolvimento regional integrado.

— Fortalecimento dos principais mecanismos gerais de incentivo ao desenvolvimento regional e ao desenvolvimento local integrado, notadamente pela consolidação do sistema de bancos regionais de desenvolvimento, com repasses do BNDE, BNH etc.

II — Estratégia de desenvolvimento para o Nordeste, na próxima década, tendo como objetivos básicos o crescimento do produto regional acima de 7% ao ano; o equacionamento do problema do emprêgo, pela ampliação de oportunidades nas zonas urbanas e rural, e pela expansão da fronteira agrícola, dentro e fora da região; o equacionamento do problema da região semi-árida, pela elevação da produtividade da mão-de-obra empregada e pela montagem de uma infra-estrutura agrícola resistente às sécas, significando inclusive a sua transformação em economia de mercado, com a criação de empresas agrícolas; e o encaminhamento do problema social, reduzindo-se as dramáticas disparidades de renda e preparando-se o homem nordestino para o trabalho a níveis razoáveis de eficiência.

Aquela estratégia deverá apoiar-se, pelo menos, nas seguintes frentes de atuação:

1) Continuação do programa acelerado de investimentos do Governo Federal, por intermédio dos Ministérios com atividades destacadas na área (Interior, Transportes, Minas e Energia, Educação, Saúde), num total de Cr\$ 4 800 milhões, no período 1970/1973 (a preços de 1970); e do programa de transferências da União para os Estados e Municípios do Nordeste, pelo Fundo de Participação e pelo Fundo Especial, no montante de Cr\$ 2 000 milhões no mesmo período.

2) Prosseguimento do programa de industrialização, que deverá absorver a quase totalidade dos incentivos fiscais, estimados em Cr\$ 2 800 milhões no período 1971/1974. Em colaboração com a SUDENE, já se está preparando a programação do fluxo de caixa para os próximos anos, a fim de assegurar-se pleno atendimento aos projetos prioritários para a Indústria do Nordeste.

3) Robustecimento da Agricultura da região, por meio dos instrumentos já indicados, e, principalmente, da primeira etapa de implantação do Plano de Irrigação do Nordeste, já incluída no Programa de Integração Nacional, com investimentos previstos de Cr\$ 1 100 milhões até 1974, num total de 50 projetos prioritários, para uma área irrigada de 134 000 ha em comparação com os 12 000 ha atuais.

4) Fortalecimento e reorganização da agro-indústria canavieira, por intermédio do GERAN, com execução imediata dos projetos de racionalização já elaborados.

5) Integração da política de fortalecimento da Agricultura do Nordeste com a do Planalto Central e a Amazônia, no contexto do Programa de Integração Nacional, tendo como principal instrumento a construção da Transamazônica, com a simultânea implantação do programa de colonização e reforma agrária ao longo de seu traçado.

III — Execução de política de consolidação de ocupação da Amazônia e da sua integração crescente na economia nacional, de forma compatível com o fortalecimento da atuação do setor privado, com prioridade para: consolidação da infra-estrutura econômica da região (implantação da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e de outras rodovias de penetração e integração, combinadas com projetos de colonização; construção da rede de aeroportos; implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia); desenvolvimento da pecuária e outras áreas do setor primário de melhor potencial na região; intensificação da pesquisa e da exploração de recursos minerais; fortalecimento da Zona Franca de Manaus.

Está programada a efetivação de investimentos diretos do Governo Federal na Amazônia (1970/1973), no valor aproximado de Cr\$ 944 milhões, e a realização de transferências para Estados e Municípios da região (Fundo de Participação, Fundo Especial, Fundo Rodoviário, Fundo de Eletrificação, etc.) na ordem de Cr\$ 1 566 milhões, assim como a concessão de incentivos fiscais ao setor privado, principalmente através do ímposto de renda, de Cr\$ 1 000 milhões (exclusive contrapartida de recursos próprios e sem inclusão do PIN).

IV.2 — DESENVOLVIMENTO URBANO

Medidas importantes e definições básicas:

- Desenvolvimento das principais regiões metropolitanas do País, notadamente o Grande Rio e o Grande São Paulo, garantindo condições para a expansão acelerada da Guanabara e para que o desenvolvimento de São Paulo, integrado na sua área de influência, permita atender às exigências de progresso do maior pólo industrial da América Latina.
- Integração e coordenação dos programas setoriais — abastecimento d'água, energia elétrica, saneamento básico, habitação, transportes e abastecimento — nos planos de urbanização.
- Estabelecimento de normas e prioridades para os programas de aplicação, pelos Municípios, do Fundo de Participação, consentâneas com a política nacional.

● Revigoramento da estrutura de decisões em nível municipal, mediante a realização dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado, da organização dos serviços administrativos e da realização de tarefas setoriais, tais como: habitação, transportes, saneamento básico, energia elétrica e desenvolvimento da ação comunitária e abastecimento. O principal instrumento dêsse revigoramento é o Programa de Ação Concentrada — PAC (Ministério do Interior), que abrange em sua primeira etapa cerca de 450 municípios, representando aproximadamente 2/3 da população urbana do País. Nesse rol estão incluídas as principais cidades de cada uma das 360 microrregiões em que se subdividiu o território nacional.

Projetos Prioritários

Elenco de Projetos:

GERAL

- 1) Programa de Integração Nacional.
- 2) Projeto Rondon.
- 3) Programa Noroeste de Minas Gerais.

NORDESTE

AGRICULTURA e ABASTECIMENTO

- 4) Plano de Irrigação do Nordeste.
- 5) Centrais de Abastecimento de Recife, Salvador, Fortaleza, Aracaju, Maceió — Cr\$ 70 milhões.
- 6) Terminal Açucareiro do Recife — Cr\$ 40 milhões.
- 7) Racionalização da Agroindústria Canavieira — Cr\$ 120 milhões.
- 8) Projeto da Pecuária e outros projetos agrícolas do BNB, com recursos externos — Cr\$ 250 milhões.
- 9) Eletrificação Rural — Cr\$ 85 milhões.

INDÚSTRIA e MINERAÇÃO

- 10) Usina Siderúrgica da Bahia — USIBA — Cr\$ 190 milhões.
- 11) Conjunto Petroquímico da Bahia — Cr\$ 635 milhões.
- 12) Soda Cáustica (Sal-gema, Alagoas) — Cr\$ 230 milhões.
- 13) Projeto de Amônia — Cr\$ 100 milhões.
- 14) Projeto de Cobre — Cr\$ 320 milhões.
- 15) Produção de Fibras e Fios Poliestéricos e Acrílicos — Cr\$ 135 milhões.
- 16) Projeto de Potássio, de Sergipe — Cr\$ 450 milhões.

ENERGIA, TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES

- 17) Usinas de Moxotó e Paulo Afonso IV — Cr\$ 241 milhões.
- 18) Expansão da COHEBE — Cr\$ 18 milhões.
- 19) Exploração e Produção de Petróleo — Cr\$. 2 240 milhões.
- 20) Consolidação da Rêde Rodoviária Básica do Nordeste — Cr\$ 928 milhões.

- 21) Tronco Nordeste de Microondas — Cr\$ 100 milhões.

EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO, HABITAÇÃO

- 22) Programa de Ginásios Orientados para o Trabalho — Cr\$ 35 milhões.
23) Operação-Escola — Cr\$ 25 milhões.
24) Programa de Saneamento (Água e Esgotos) — Cr\$ 250 milhões.
25) Habitação — Cr\$ 150 milhões.

AMAZÔNIA

- 26) Programa de Integração Nacional — Colonização.
27) Implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia
28) Suprimento de Energia Elétrica aos Núcleos de Desenvolvimento
da Região
29) Central de Abastecimento de Belém
30) Projeto de Heveacultura da Amazônia (PROHEVEA)
31) Adequação e Melhoria dos Portos da Região
32) Construção da Rete de Aeroportos da COMARA
33) Aproveitamento da Bauxita na Região do Baixo Rio Trombetas —
Pará
34) Aproveitamento do Manganês do Amapá
35) Aproveitamento do Ferro nas Regiões da Serra dos Carajás (Pará)
e do Rio Jatapu (Amazonas)
36) Aproveitamento da Cassiterita em Rondônia
37) Hidrologia da Bacia Amazônica
38) Programa de Estudos Energéticos na Amazônia e Nordeste

Descrição:

GERAL

● PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL (já descrito)

● PROJETO RONDON

Sob a coordenação do Ministério do Interior, já se completaram cinco projetos, com um total de mais de 14 000 participantes, numa iniciativa que, hoje, constitui a mais significativa experiência de

mobilização da juventude para o desenvolvimento no Brasil. A programação prevê a cobertura de todo o território nacional e a atuação continuada do projeto, através dos "campus" avançados, que contarão com equipes de professores e alunos renovados mensalmente. Além dos já existentes em Boa Vista (RO), Tefé (AM) e Parintins (AM), encontram-se em fase de implantação os de Aragarças (GO) e Barra do Garça (MT) e em fase de estudo mais 22, em localidades dos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas e dos Territórios de Rondônia e Amapá.

● PROGRAMA NOROESTE DE MINAS GERAIS

O Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais visa à colonização e desenvolvimento de extensa área do território mineiro, parcialmente povoada e econômica mente subutilizada, compreendida pelas regiões fisiográficas do Paracatu e Alto-Médio São Francisco. Pela sua execução é responsável a Fundação Ruralminas.

Os dispêndios do Plano Noroeste visam, basicamente, a dotar a região de uma infra-estrutura de estradas e eletrificação rural armazéns e silos, assim como promover a reforma agrária da região. Dadas as relações dos fatores terra e mão-de-obra, gastos consideráveis (da ordem de Cr\$ 50 milhões) serão necessários para a mecanização das lavouras, bem como para a promoção da industrialização de parte dos produtos primários da região.

O projeto global é da ordem de Cr\$ 250 milhões, com recursos externos (BID) de Cr\$ 125 milhões.

NORDESTE

● PLANO DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE

Trata-se de um programa nacional de irrigação que visa ao melhor aproveitamento das terras nos vales do Jaguaribe (Icó-Lima Campos e Morada Nova), e submédio São Francisco (Bebedouro e Favela) (ver Programa de Agricultura).

● CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE RECIFE, SALVADOR, FORTEZA, ARACAJU E MACEIÓ (Ver Programa Agricultura)

● TERMINAL AÇUCAREIRO DO RECIFE

O projeto, em fase de construção, prevê capacidade de estocagem de 200 mil toneladas de açúcar e 10 milhões de litros de melâço.

Reduzir-se-ão substancialmente o tempo e o custo do transporte do produto: 10 000 t serão escoadas em 27 horas, ao invés de 17 dias atuais.

RACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA — GERAN

Trata-se de um programa a cargo do Grupo Executivo de Racionalização da Agro-Indústria Canavieira no Nordeste — GERAN, que objetiva a modernização das unidades produtoras, reestruturação agrária e diversificação do uso da terra. Um fundo especial, o FUNAGRO, dá suporte financeiro ao programa de financiamento de projetos, levantamentos básicos, capacitação de pessoal etc.

USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA — USIBA

Visa a implantar no Centro Industrial de Aratu, Bahia, uma Usina Siderúrgica com capacidade de 200 000 t/ano de semi-acabados (blocos e tarugos) de aço (ver os projetos do Setor Industrial).

IMPLEMENTAÇÃO DE CENTRAL PETROQUÍMICA E OUTRAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS NO NORDESTE

Trata-se principalmente do aproveitamento de derivados de petróleo, que deverão ensejar um incisivo programa petroquímico no Nordeste. Os investimentos previstos (Central Petroquímica da Bahia, produção de fibras acrílicas, polipropeno, amônia, fibras poliestéricas etc.) somam cerca de Cr\$ 635 milhões (ver projetos do Setor Industrial).

APROVEITAMENTO DE POTÁSSIO

A produção de potássio, da ordem de 200 000 toneladas anuais, poderá ser obtida a partir da lavra de cerca de 330 000 t/ano de silvinita, existentes em Carmópolis — Sergipe (ver projetos da Indústria).

USINAS DE MOXOTÓ E PAULO AFONSO IV

A par das obras complementares de regularização do São Francisco, a Usina de Moxotó adicionará mais 600 000 kW à potência ins-

talada do Nordeste. A conclusão de Paulo Afonso IV, ainda no quadriênio, aumentará em 600 000 kW (3 unidades de 200 mil kW) a oferta de energia à Região. Dispêndios previstos no período 1970/73: Cr\$ 241 milhões (ver Programa de Energia).

● **CONSOLIDAÇÃO DA RÉDE RODOVIÁRIA BÁSICA DO NORDESTE**

Do ponto de vista regional, são prioritários os seguintes trechos de estradas: BR-101: Natal/Espanhola, BR-116: Russas/Entracamento PE-82, BR-135: São Luís/Peritoró, BR-230: Campina Grande/Cajazeiras, BR-232: Belo Jardim/Salgueiro, BR-304: Boqueirão do Cesário/Entracamento BR-226, BR-316: Sta. Inês/Picos, BR-407: Picos/Petrolina (ver Programa de Transportes).

● **TRONCO NORDESTE DE MICROONDAS**

Será assegurada, numa primeira etapa, a interligação Rio-Belo Horizonte-Salvador-Aracaju, Maceió e Recife. Uma segunda etapa, já em construção, estenderá o sistema de microondas a João Pessoa, Natal e Fortaleza.

● **SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E DE ESGOTOS DAS PRINCIPAIS CIDADES DO NORDESTE**

Atualmente, apenas 32% da população urbana possui serviços de abastecimento d'água e 0,5% dos núcleos urbanos beneficia-se de serviços de esgotos. O objetivo é estender tais serviços às capitais e a outras 29 cidades médias e grandes da região, sómente mediante programa da SUDENE — BID.

AMAZÔNIA

● **PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL — COLONIZAÇÃO (Já descrito)**

● **IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DA AMAZÔNIA**

A extensão do Plano Nacional de Telecomunicações à Amazônia será um importante instrumento no sentido de romper o isolamento da região. Um Tronco Norte interligará Manaus-Belém-São Luís a Brasília e um Tronco Oeste, Manaus-Campo Grande e São Paulo.

● **SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AOS NÚCLEOS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO**

Trata-se de adequar o nível da oferta de energia elétrica às necessidades crescentes dos principais centros regionais da Amazônia (Belém, Manaus, Santarém, Macapá e Pôrto Velho). Investimentos previstos no período 70/73: Cr\$ 277 milhões (ver Programa de Energia).

● **CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BELÉM (ver Programa de Agricultura)**

● **PROJETO DE HEVEACULTURA DA AMAZÔNIA (PROHEVEA)**

A finalidade do PROHEVEA é incrementar a heveacultura na Amazônia. O projeto prevê o plantio de 10 milhões de seringueiras, no período de 5 anos.

● **ADEQUAÇÃO E MELHORIA DOS PORTOS DA REGIÃO**

Trata-se principalmente do reaparelhamento do pôrto de Manaus e construção dos novos portos de Belém e Santarém.

● **CONSTRUÇÃO DA RÉDE DE AEROPORTOS DA COMARA**

O transporte aéreo atua como fator de fixação de populações no vasto território Amazônico. O projeto da COMARA visa à construção, no prazo de 10 anos, de cerca de 126 aeroportos, 30 dos quais já em operação.

● **APROVEITAMENTO DA BAUXITA, MANGANÊS, FERRO E CASSITERITA**

Trata-se de projetos de mineração de alta relevância para a economia amazônica, que deverá ampliar consideravelmente suas exportações. O projeto de exploração de bauxita, de responsabilidade da Alumínio Minas Gerais S.A., visa à exportação de 1 milhão de toneladas anuais desse minério, estando previstos investimentos da ordem de Cr\$ 100 milhões. Com vistas ao melhor aproveitamento do manga-

nês do Amapá, o projeto de pelotização do manganês deverá ter investimentos de Cr\$ 65 milhões, devendo alcançar a produção e exportação de 212 mil toneladas métricas de pelotas de manganês, empreendimento a cargo da Indústria e Comércio de Minérios S/A, — ICOMI. Para a exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, deverá ser constituída uma emprêsa, com participação majoritária da Cia. Vale do Rio Doce. No Estado do Amazonas encontra-se em implantação a Cia. Siderúrgica da Amazônia, SIDERAMA, que deverá produzir perfilados de aço, a partir de 1971, sendo parte destinada à exportação. Visando à auto-suficiência em estanho e à exportação de 20 000 toneladas por ano de cassiterita no fim do quadriênio, estão previstos investimentos da ordem de Cr\$ 100 milhões pelos vários grupos que operam na área de Rondônia e Mato Grosso (para maior detalhamento, ver o programa de Mineração).

● HIDROLOGIA DA BACIA AMAZÔNICA

Estudos das bacias hidrográficas do Amazonas, Tocantins e Araguaia, a cargo do Departamento Nacional de Águas e Energia — DNAEE e Cia. de Pesquisas de Recursos Minerais — CPRM, visa à instalação de 1 290 estações até 1972 (estações pluviométricas, fluviométricas, sedimentométricas, evaporimétricas). Dispêndios previstos — Cr\$ 7 milhões (ver o Programa de Pesquisa de Recursos Minerais).

● PROGRAMA DE ESTUDOS ENERGÉTICOS NA AMAZÔNIA E NORDESTE

Objetiva o projeto uma avaliação do potencial hidráulico do Nordeste e possibilidades de aproveitamento hidrelétrico na Amazônia a cargo dos Comitês Coordenadores de Estudos Energéticos das Regiões Nordeste (ENERNOR) e Amazônia (ENERAM) em conjugação com a ELETROBRAS. Dispêndios até 1972: Cr\$ 24 milhões.

justiça. relações exteriores

V

V.1 — JUSTIÇA

Ação de Govêrno: Principais Realizações

A ação do Ministério da Justiça, como órgão político do Govêrno, terá como objetivo precípua o de zelar pela ligação e a harmonização entre os Poderes da República, notadamente entre o Poder Executivo da União e o Congresso Nacional, visando à manutenção da unidade de pensamento e de ação no plano da atividade política.

Cabe-lhe, outrossim, a preservação da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais.

Na execução dessas diretrizes básicas, a par das medidas de caráter geral e permanente delas decorrentes, competirá ao Ministério da Justiça a iniciativa de um certo número de projetos e medidas indispensáveis, configurando uma atuação que se desdobrará nas seguintes áreas principais:

I — Revisão ou Elaboração de Códigos, a saber: Código Civil, Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código de Navegação, Código de Contravenções, Código de Execuções Penais, Código do Trabalho, Código de Processo do Trabalho, Lei Geral da Aplicação das Normas Jurídicas.

No ano de 1970 poderão ser enviados os projetos do Código Civil, do Código de Processo Civil, do Código de Processo Penal, do Código de Contravenções e do Código de Execuções Penais.

No ano de 1971 serão enviados ao Congresso Nacional os demais projetos, completando-se a tarefa de codificação a cargo do Ministério da Justiça.

II — Elaboração das Leis Complementares da Constituição e Regulamentação de Dispositivos Constitucionais.

No que concerne às **leis complementares da Constituição**, cabe referir:

— Lei Complementar disporá sobre a instituição de Regiões Metropolitanas, para a realização de serviços comuns (Ministérios da Justiça, do Planejamento e do Interior) (art. 164 da Constituição).

— Lei Complementar disporá sobre requisitos mínimos para a criação de Municípios (Art. 14 da Constituição). Para evitar o jôgo de interesses que no passado produziu tantos males, levando o Govêrno da Revolução a adotar medidas

de correção, é imperativo dispor, o quanto antes, sobre a matéria, a fim de, por outro lado, não impedir desmembramentos municipais impostos pelo próprio desenvolvimento regional.

— Lei Complementar sobre criação de Estados e Territórios (art. 3º da Constituição).

— Lei Complementar sobre remuneração dos Vereadores das Capitais e dos Municípios de população superior a 2000 habitantes (art. 15, § 2º da Constituição).

No tocante à **regulamentação de dispositivos constitucionais**, destacam-se os seguintes pontos:

— Representação do Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, para declaração de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual (art. 119, item I, letra I).

— Competência originária dos Tribunais Federais de Recursos para a anulação de atos administrativos de natureza tributária (art. 122, parágrafo único);

— Competência dos Tribunais de Justiça para disporem sobre a divisão e a organização judiciárias dos respectivos Estados (art. 144, § 5º);

III — Ampliação da Justiça do Trabalho, no tocante aos órgãos judicantes de primeira instância, tendo em vista o acelerado desenvolvimento industrial e agrícola do País nos últimos anos.

IV — Estímulos ao Registro Civil de Nascimentos.

V — Consolidação da Justiça Federal de Primeira Instância, com adaptação às normas fixadas pela Emenda Constitucional n.º 1, uma vez já realizada a sua instalação, com os respectivos Juízos em funcionamento efetivo.

A importância da atuação dessa Justiça, como fator relevante de garantia da uniformidade de ação do Governo Federal no território nacional, e para descongestionamento da segunda instância da Justiça Federal, impõe lhe sejam assegurados, prioritariamente, os instrumentos legais e os recursos de organização e orçamentários indispensáveis.

VI — Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal, reorientando as suas atribuições, de modo a evitar duplicação com as Secretarias de Segurança dos Estados, e dotá-lo de pessoal especializado, em pequeno número mas de alta qualificação.

Projetos Prioritários

Com a caracterização definida de projetos, destacam-se as seguintes iniciativas de alta prioridade na área de atuação do Ministério da Justiça.

● CRIAÇÃO, NA JUSTIÇA DO TRABALHO, DE NOVAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Relatório produzido pelo Tribunal Superior do Trabalho, com base em estudo sobre a situação das Juntas de Conciliação e Julgamento, indica alta prioridade para a criação de novas Juntas nas regiões beneficiadas por grande surto industrial.

Para regularizar a administração da Justiça do Trabalho é indispensável pô-la junto aos centros industriais e comerciais, de tal modo que o empregado possa apresentar sua reclamação sem dificuldade de locomoção ou transporte. Por outro lado, a implantação da Justiça do Trabalho nas regiões de grande desenvolvimento é legítima aspiração dos trabalhadores, a que a Revolução atenderá de acordo com sua política social.

É de considerar, outrossim, a benéfica repercussão econômica do projeto, em termos de maior produtividade empresarial, resultante da maior segurança nas relações de trabalho.

Com o propósito de não acarretar ônus excessivo inicial, far-se-á uma programação racional, que corresponderá à criação de Juntas segundo exigências prioritárias e no prazo de quatro semestres sucessivos.

● CONSOLIDAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, COM APROVAÇÃO DE SUA LEI ORGÂNICA

A implantação da Justiça Federal de Primeira Instância será consolidada mediante a reformulação de determinadas diretrizes, não só para melhor rendimento dos trabalhos, como por imperiosa necessidade de adaptação ao novo texto constitucional.

Anteprojeto de Lei elaborado no Governo anterior constituirá a base do atual Projeto, que deverá ter em vista as necessidades decor-

rentes da adaptação ao contexto da Emenda Constitucional n.º 1, bem como conciliar as necessidades da expansão e melhoria dos serviços da Justiça Federal de Primeira Instância com a programação financeira do Governo.

O projeto disporá especialmente sobre os seguintes pontos: divisão judiciária federal do País em três regiões: Norte, Centro e Sul; Conselho de Justiça Federal; Corregedor Geral; Juízes Federais; investidura, promoções, substituições, competência; deveres e sanções; direitos e garantias; Júri Federal; órgãos de colaboração e assistência; Serviços Auxiliares; Custas e Despesas Processuais; Novas Varas Federais; Quadros e Tabelas de Vencimentos dos Juízes e dos Serviços Auxiliares.

V.2 — RELAÇÕES EXTERIORES

Ação de Governo: Principais Realizações

Incumbirá ao Itamaraty continuar a desenvolver esforços a fim de que sejam reformadas as regras do comércio internacional, de forma que os países em desenvolvimento, como o Brasil, possam vir a usufruir de parcela justa e eqüitativa de seus benefícios.

Para tanto, realizar-se-á tarefa de articulação, quer no âmbito interamericano, quer fora dêle, a fim de conjugar-se a vontade política do País e sua consciência dos problemas que enfrenta, com a consciência e vontade política de nações que se encontram em situação semelhante à sua.

Essa coordenação com países de estágio semelhante de desenvolvimento não impede que o Brasil continue a manter ativo diálogo bilateral com as nações amigas que compõem o mundo industrializado, nem deixe de dar a contribuição de sua participação na Organização dos Estados Americanos e na Organização das Nações Unidas, foros de solidariedade hemisférica e universal.

No curto prazo, desenvolverá o Itamaraty esforços para melhoria das condições de acesso de nossos produtos no mercado internacional, quer atuando como antena de captação de oportunidades de exportação, quer buscando a eliminação de entraves que impedem ou dificultam a colocação de nossos produtos no mercado externo.

O Governo reconhece ser o esforço interno a principal mola de propulsão do desenvolvimento, sem ignorar o papel que pode ser exercido pela cooperação externa neste processo. Nessa ordem de idéias, por meio de contatos bilaterais e multilaterais e ação coordenada do Governo, buscar-se-á assegurar que a cooperação externa se ajuste às nossas prioridades econômicas, se adapte a nossos planos, tenha continuidade e obedeça a condições e modalidades operativas consentâneas com sua função aceleradora do desenvolvimento.

Adotar-se-ão, por outro lado, medidas tendentes a fazer com que a captação de informações científicas e tecnológicas se amolde aos imperativos, prioridades e objetivos de nosso processo de desenvolvimento.

Entre as metas a serem alcançadas no período 1970/1973, contam-se:

I — **Programação e execução, no plano externo, de atividades vinculadas diretamente ao desenvolvimento do País**, caracterizando-se por sua adaptabilidade às prioridades de curto e médio prazos e pela possibilidade de aferição de sua eficácia

em térmos objetivos. A adaptabilidade às grandes prioridades do período 1970/1973 será vista em térmos de:

— Diretrizes de ação que articulem a programação e a execução de atividades no plano externo à geração e canalização de recursos para os setores de prioridade nacional.

— Esforços para a revisão em profundidade da estrutura do sistema econômico internacional a fim de atender-se de modo mais efetivo às conveniências do desenvolvimento nacional. Isso se fará por meio de ação bilateral ou multilateral, neste caso por meio de atuação, coordenada com outros órgãos da administração, em organismos internacionais — UNCTAD, GATT, FMI, Banco Mundial — em organismos interamericanos — CIAP, CIC, CIES —, em organismos regionais — CECLA, ALALC.

— Instrumentação requerida pela modernização, expansão e aprimoramento administrativo, para dar eficácia à ação inspirada nas diretrizes indicadas.

II — Conjugação dos três elementos indicados em função das grandes prioridades estabelecidas, objetivando:

— Expansão do valor das exportações a ritmo anual que corresponda às necessidades da economia;

— Promoção, disciplinamento e orientação do influxo de investimentos estrangeiros, públicos e privados;

— Aceleração do processo de transferência e incorporação da tecnologia;

— Maior participação da bandeira brasileira no transporte de seu comércio e contenção substancial de dispêndios nos itens "serviços" e na conta de "invisíveis" do balanço de pagamentos.

A colimação desses resultados requererá, além de medidas de âmbito interno, que os princípios e as recomendações acordados em foros internacionais, tais como no Consenso de Viña del Mar, na VIII Reunião Extraordinária do CIES, nas conferências UNCTAD I e UNCTAD II, no GATT e na FAO, se traduzam em ações concretas.

III — Medidas de reformulação de instrumentação administrativa e de programas internos a serem adotados, isoladamente ou em cooperação com outros órgãos governamentais quando fôr o caso, para desenvolvimento e execução das referidas ações concretas. Em particular:

— Manutenção dos estímulos às exportações mediante incentivos e alívio da carga tributária, em especial no tocante a empresas nacionais;

- Plena articulação e coordenação entre os órgãos internos que tratam de matérias com repercussão no exterior, com vistas à unidade de atuação do País a esse respeito;
- Disciplinamento da condução de entendimentos e negociações com governos estrangeiros e órgãos internacionais;
- Utilização da experiência e assessoramento das Missões Diplomáticas brasileiras no exterior, com vistas a assegurar a plena harmonização das atividades externas;
- Cooperação técnica multilateral e bilateral, implantação definitiva do mecanismo de coordenação interna previsto no Decreto 65 476, de 1969, que dispõe sobre o planejamento das necessidades setoriais do País em matéria de cooperação técnica e determina a sua coordenação geral para efeito do estabelecimento das prioridades nacionais e consequente obtenção dos recursos compatíveis; concomitantemente, aparelhamento das Missões Diplomáticas para que sejam instrumentos de captação de informações sobre novos métodos tecnológicos e sobre evolução científica em geral;
- Consolidação do funcionamento da Comissão de Empréstimos Externos (CEMPEX), para assegurar a obtenção de créditos externos em condições favoráveis à sua utilização eficiente, sua canalização para os setores prioritários, assim como para dar à empresa nacional igualdade de condições em relação à empresa estrangeira no acesso a recursos financeiros e à obtenção de métodos tecnológicos mais avançados;
- Adaptação da estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores com vistas a possibilitar o pleno desempenho das incumbências a ele atribuídas no plano de Governo.

Projetos Prioritários

Elenco de Projetos:

- 1) Melhor Utilização das Potencialidades Econômicas do Brasil no Mercado Mundial
- 2) Criação de Centro de Processamento de Dados como Instrumento de Expansão das Exportações Brasileiras
- 3) Modernização da Estrutura e Métodos de Trabalho do Itamaraty — Cr\$ 900 mil
- 4) Coleta e Disseminação de Informações Técnico-Científicas
- 5) Criação da Fundação Alexandre de Gusmão
- 6) Aperfeiçoamento do Pessoal Diplomático em Nível Médio e Superior

Descrição:

● MELHOR UTILIZAÇÃO DAS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DO BRASIL NO MERCADO MUNDIAL

Visa o projeto a promover o levantamento crítico das relações econômicas, comerciais e financeiras do Brasil com todos os países do mundo, e principalmente com as regiões de grande potencialidade econômica, com vistas a determinar se estão sendo utilizadas plenamente suas capacidades como mercados para produtos brasileiros.

Esse levantamento crítico deverá começar pelo exame do comportamento histórico dos principais parâmetros econômicos de cada unidade nacional, vistos nas suas atuais dimensões e perspectivas dinâmicas, dentro de um sistema quadridimensional de referência (tamanhos geográfico, demográfico, econômico e comercial relativos, taxas de crescimento global e *per capita*; séries físicas de importação e consumo, etc.). Esses parâmetros, serão, em seguida, correlacionados com as importações estatisticamente relevantes para as necessidades brasileiras de exportação, quantificando-se, em cada caso, a posição absoluta e relativa do Brasil tanto estática como dinamicamente.

O projeto deverá ficar a cargo de um grupo especializado de trabalho que apresentaria seu relatório final dentro de oito a dez meses.

Durante o primeiro exercício (1970) será necessário prever recursos para contratação de pessoal especializado e de equipamento essencial a esse tipo de pesquisa.

● CRIAÇÃO DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS COMO INSTRUMENTO DE EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

A idéia do projeto é substituir o sistema atualmente existente de prestação de informações sobre produtos, produtores e exportadores brasileiros no exterior por serviços de comunicação rápidos com um centro de processamento de dados e informações no Brasil.

Esse centro, que consubstanciará elementos do Itamaraty e da CACEX, com a colaboração do Ministério da Indústria e do Comércio, das Confederações do Comércio e da Indústria, etc., será ligado a todas as Missões e Repartições no exterior por telex, de tal forma que toda e qualquer consulta ou resposta poderá ser transmitida automaticamente a partir do momento em que se torna disponível. O centro de processamento, na segunda fase, encarregar-se-á, igualmente, do atendimento eventual da demanda potencial, mediante os levantamentos **in loco** da capacidade brasileira de penetrar competitivamente nos mercados externos, montagem de cadastro de importadores e o preparo, nas línguas adequadas, dos meios de divulgação daquela capacidade, para distribuição no exterior.

O custo para a organização do centro de processamento de dados e informações poderá ser coberto, em parte, pela redução das despesas no exterior e pela economia realizada pelo conjunto de órgãos citados, que têm hoje despesas com a expansão de exportações. Esse custo, entretanto, só será estimado para a fase de implantação a partir de 1971. Em 1970, será reunido um grupo de trabalho conjunto do Itamaraty, CACEX e Ministério da Indústria e do Comércio que, em contato com os setores privados interessados, elaborará o plano de implantação do Centro de Processamento indicado, escolhendo, inclusive, para o mesmo, a feição institucional mais adequada aos seus objetivos. Para essa fase de estudo em 1970, que não deverá exceder seis meses, não é necessário prever despesas especiais.

● MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA E MÉTODOS DE TRABALHO DO ITAMARATY

Para melhor participar da execução dos projetos prioritários do Governo, incluídos em sua área de ação, e a fim de retirar a máxima vantagem de sua instalação em Brasília, o Ministério deverá introduzir alterações de profundidade em sua estrutura e em seus métodos de trabalho.

Merecerão atenção especial a institucionalização do sistema de coordenação em todos os níveis, a redistribuição e fixação das competências funcionais e o reaparelhamento físico com a introdução da mecanização em linhas modernas. O projeto abrangerá as atividades da Secretaria de Estado e da rede diplomática e consular, introduzindo um sistema de comunicações capaz de manter o fluxo de informações indispensáveis à tomada tempestiva de decisões. No processo de reestruturação serão aperfeiçoados os instrumentos de coordenação utilizados no trabalho conjunto com os demais órgãos da Administração.

Para a implantação do sistema, prevê-se a criação de um centro de processamento de dados.

Estima-se o custo total do projeto em Cr\$ 900 mil aplicados no triênio 70/73. No corrente exercício, o Itamaraty deverá utilizar recursos da ordem de Cr\$ 300 mil.

● COLETA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

O objetivo do projeto é aproveitar a rede de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Delegações especiais como instrumento de captação de informação científica e tecnológica, quer para consumo direto, quer para aplicar, a problemas nacionais, soluções análogas às desenvolvidas no exterior.

A aceleração do processo de desenvolvimento do País exige crescente eficiência e rapidez na captação e disseminação interna das informações sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia no exterior. A idéia do projeto é aproveitar a estrutura externa já montada do Ministério das Relações Exteriores para que, com um mínimo de gastos adicionais, possa dar uma contribuição nesse sentido.

O projeto exigirá estudos que serão feitos em 1970. A implantação far-se-á em 1971, para quando as dotações orçamentárias serão previstas.

● CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Reconhece-se a necessidade da existência de um órgão que disponha de autonomia administrativa e financeira e se dedique, em estreita articulação com o Itamaraty, à pesquisa e ao estudo sobre relações internacionais no mais amplo sentido, com vistas à divulgação,

no País, das grandes linhas da política externa brasileira e à formação de uma opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional.

O projeto objetivará também o aproveitamento da experiência dos diplomatas brasileiros, integrando-os em atividades de pesquisa e análise e na elaboração de estudos específicos de interesse do Itamaraty.

A Fundação será criada em 1970, e iniciará suas atividades em 1971, devendo seus estatutos estar em breve prontos para aprovação presidencial.

● **APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DIPLOMÁTICO EM NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR**

O projeto visa a, simultaneamente, atuar sobre os problemas do preparo dos futuros diplomatas, no Instituto Rio Branco, do aprimoramento do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, da instalação de um Curso de Altos Estudos em Brasília e da matrícula de diplomatas em universidades no Brasil e no exterior.

Sem perder de vista os requisitos gerais característicos de todo corpo diplomático, objetiva o projeto o melhor ajustamento do Corpo Diplomático brasileiro às atividades operacionais que o Ministério das Relações Exteriores terá de realizar na implantação do Programa de Governo na sua área de atuação.

Estima-se para o corrente ano um gasto de Cr\$ 80 mil, que poderá ser parcialmente absorvido com recursos já comprometidos na programação para o item Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas.

fôrças armadas

VI

VI.1 — AÇÃO DE GOVERNO: REALIZAÇÕES PRINCIPAIS

MARINHA

O Ministério da Marinha levará a efeito, no período 1970/1973, a execução do seu Plano Diretor, que constitui um sistema permanente de planejamento, coordenação e controle das ações operativas e administrativas, orientadas para o cumprimento, econômico e eficiente, de sua destinação constitucional, de sua missão e de suas tarefas específicas, em harmonia com o Programa de Governo.

São as seguintes as principais realizações a serem empreendidas:

I — Programa de Construção Naval, que determina quais os navios a serem obtidos e, simultaneamente, a baixa das unidades obsoletas.

A renovação do material flutuante da Marinha justifica-se pela necessidade inadiável de impedir que ela atinja um grau de inaceitável eficiência operativa, provocada pela obsolescência do seu aparelhamento. Há, porém, outras vantagens na execução do programa aprovado, de consequências sócio-econômicas ponderáveis, ou seja, o desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional e o desenvolvimento tecnológico.

II — Programa de Construção e Ampliação de Bases Navais.

III — Programa de Segurança à Navegação Marítima, Fluvial e Lacustre.

IV — Programa de Transporte e Abastecimento, inclusive para preparação de pessoal destinado à marinha mercante.

V — Programa de Ciência e Tecnologia, com implementação de projetos pela Marinha de Guerra, pela indústria nacional ou por ambas em colaboração (sistema Ômega de navegação e telemetria, sintetizador de marés, sonar de pesca, etc.).

EXÉRCITO

I — Prosseguimento da Reorganização do Exército, de forma a obter: racionalização da sua estrutura administrativa e operacional; efetivação da estratégia de presença em todo o território nacional, pela permanência física ou pela mobilidade, conforme indicar a necessidade das áreas consideradas; adequação das Forças Terrestres às exigências prioritárias da segurança.

Essa reorganização será efetivada de acordo com as seguintes diretrizes básicas: harmonização da reorganização do Exército com a Reforma Administrativa em curso; prosseguimento da rearticulação das Unidades, visando a proporcionar segurança e a servir, quando possível, ao desenvolvimento e integração nacionais; eliminação ou redução das organizações que venham a ser julgadas desnecessárias, ou cujos serviços possam ser mais econômica e eficientemente realizados por entidades civis, governamentais ou privadas.

II — Aceleração do reaparelhamento do Exército, para, mediante o reequipamento das Organizações Militares, possibilitar-lhe melhores condições para o cumprimento de sua destinação constitucional.

No reaparelhamento do Exército ter-se-ão em vista, primordialmente, os seguintes objetivos:

- Busca de motivação, também, através da realização freqüente de exercícios com acentuado cunho de realidade.
- Progressiva nacionalização dos equipamentos, em condições de eficiência, como fundamento da própria segurança e estímulo à indústria do País.
- Consideração, no programa de reaparelhamento, do material existente, inclusive encarando-se a possibilidade de recuperação de equipamentos, sempre que conveniente, sob o duplo prisma de emprêgo e de economia.
- Atividades de pesquisa tecnológica visando a modernizar e reequipar o Exército com base principalmente na indústria nacional.

III — Prosseguimento do programa de instrução do pessoal e adestramento das unidades, com a finalidade de:

- Coordenar e integrar, nos diferentes níveis, as atividades de seleção, formação e aperfeiçoamento dos quadros permanentes, a fim de manter um núcleo capaz de enquadrar e empregar a Força existente e servir de base à sua evolução.
- Criar melhores condições para o exercício da profissão militar e para motivar o adestramento das Unidades, pela ação efetiva no setor de ensino e ins-

trução, conjugada com o programa de reaparelhamento material, de forma a aumentar a operacionalidade da Fôrça Terrestre.

IV — Execução de atividades ligadas ao desenvolvimento nacional, de modo a para êle contribuir:

— primacialmente, proporcionando, com as demais Fôrças Armadas, a segurança indispesável ao próprio desenvolvimento;

— complementarmente, participando das atividades de Educação, Pesquisa e Desenvolvimento, Ação Cívico-Social, Levantamento e Mapeamento do Território, Transportes, Colonização.

AERONÁUTICA

A atuação do Ministério da Aeronáutica na área do transporte aéreo já foi focalizada.

Além dela, as suas principais atividades programadas, a serem realizadas de forma integrada, cobrirão os seguintes campos:

I — Manutenção e fortalecimento da unidade do Poder Aéreo Nacional, constituído pela Fôrça Aérea Brasileira, pela Aviação Civil, pela Indústria Aeronáutica e pela Tecnologia que lhe é indispesável.

II — Adequação da Fôrça Aérea às necessidades prioritárias da Segurança Nacional, garantindo-se, pelo princípio da mobilidade, a presença da FAB em todo o território do País.

III — Modernização e reequipamento da Fôrça Aérea Brasileira, mediante o provimento de recursos humanos e materiais, tanto para atender à sua destinação constitucional, como para cumprir o seu papel de importante instrumento de interiorização das fronteiras econômicas do País e de integração nacional.

IV — Dinamização do Plano de Modernização da Infra-estrutura de Apoio e das Instalações das Unidades da FAB, paralelamente à do Plano de Adestramento, com ênfase nas manobras conjuntas e combinadas com as demais Fôrças Armadas.

V — Estudo da localização de Unidades da FAB nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, visando à integração nacional e ao desenvolvimento sócio-econômico.

VI — Manutenção e ampliação do já elevado grau de participação da Fôrça Aérea Brasileira na integração nacional e no desenvolvimento sócio-econômico do País, particularmente por meio de:

— Ampliação, aprimoramento e manutenção da infra-estrutura aeropôrtuária, de proteção ao vôo e do Serviço de Busca e Salvamento;

- Desenvolvimento das atividades do Correio Aéreo Nacional, prestando-se assistência às populações das áreas geo-econômicas menos favorecidas e às guarnições de fronteiras, bem como apoando-se as iniciativas dos organismos regionais e missões religiosas, na colonização das referidas regiões;
- Participação no Programa Espacial, com a realização de projetos em meteorologia, climatologia, geofísica, desenvolvimento de lançamento de foguetes de sondagem para fins meteorológicos e outras atividades no campo da aplicação pacífica das conquistas das atividades espaciais;
- Participação no Programa da Indústria Aeronáutica, com a implantação do projeto da EMBRAER, para a produção de 80 unidades/ano do avião-bimotor turbohélice "Bandeirante", bem como de 100 unidades/ano do avião de treinamento para formação avançada de pilotos de reação;
- Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional, com um programa de pesquisas e desenvolvimento, que compreende a instalação de laboratórios especializados no C.T.A. e os projetos de Tecnologia dos Metais Estratégicos, do Desenvolvimento de Aeronaves, de Sistemas Bélicos Táticos e de Armamento para Aeronaves da FAB e outras Pesquisas e Desenvolvimentos Tecnológicos Fundamentais;
- Apoio às pesquisas técnico-científicas no setor, estimulando-se a iniciativa privada, com vistas à progressiva nacionalização do material, equipamento e armamento da Fôrça Aérea Brasileira;
- Participação na formação de especialistas, objetivando-se a constituição de equipes de alto nível, capacitadas a promover, em bases nacionais, o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Apoio às campanhas de civismo que se venham a desenvolver em universidades e escolas médias.

VI.2 — PROJETOS PRIORITÁRIOS

Elenco de Projetos:

GERAL

- 1) Hospital das Fôrças Armadas

MARINHA

- 2) Construção Naval
- 3) Construção de Bases Navais
- 4) Outros Projetos
 - 4.1) Manutenção da Navegação
 - 4.2) Rêde de Sinalização Náutica
 - 4.3) Desenvolvimento de Pesquisas Científicas e Tecnológicas
 - 4.4) Ampliação e Reparo da Rêde de Tráfego Marítimo

EXÉRCITO

- 5) Programa de Reaparelhamento do Exército

AERONÁUTICA

- 6) Consolidação da Indústria Aeronáutica Brasileira
- 7) Pesquisas para a Indústria Aeronáutica
 - 7.1) Tecnologia de Metais Estratégicos
 - 7.2) Laboratórios Especializados
- 8) Reforma Administrativa do Ministério da Aeronáutica
- 9) Reequipamento da FAB
- 10) Aquisição de Suprimentos de Aeronaves
- 11) Localização de Unidades nas Regiões Amazônica e Centro-Oeste
- 12) Construção da Academia da Fôrça Aérea
- 13) Estudos e Pesquisas Básicas no Campo Espacial
 - 13.1) Estudos Meteorologicos do Brasil
 - 13.2) Estudos e Pesquisas Geofísicas

Descrição:

GERAL

● HOSPITAL DAS FÔRÇAS ARMADAS

Término da construção, com capacidade para 500 leitos. Atenderá prioritariamente aos militares das três armas, das regiões Norte e Centro-Oeste.

MARINHA

CONSTRUÇÃO NAVAL

O programa compreende o início ou prosseguimento da construção de: Fragatas; Submarinos; Navios Varredores, de Patrulha Costeira, de Patrulha Fluvial, Faroleiros, Balizadores, Hidrográficos, de Assalto, Hospital, Transporte, Escola e Avisos Hidrográficos.

CONSTRUÇÃO DE BASES NAVAIS

Este projeto prevê o reaparelhamento e desenvolvimento das Bases Navais de Aratu (Salvador-BA) e Val-de-Cães (Belém-PA); estando previstos:

- Entrada em funcionamento, em 1970, do Centro de Reparos Navais da Base de Aratu, com a efetiva utilização de um dique seco com capacidade para docar navios de 35 000 TDW;
- Construção de 592 metros de cais de atracação na Base de Aratu;
- Projeto completo para construção de 150 m de cais, tipo pier, a serem acrescidos aos 100 m de cais existentes na Base de Val-de-Cães.

OUTROS PROJETOS

Manutenção da Navegação

Apoio e controle do tráfego marítimo, fluvial e lacustre; 314 Capi-
tanias, Delegacias, Agências e Capatazias; controle de praticagem,
registro de embarcações e pessoal; manutenção de frota de trans-
portes; formação de 3 400 oficiais e subalternos para a Marinha Mer-
cante.

Réde de Sinalização Náutica

Levantamentos hidrográficos da costa, rios e lagos navegáveis;
elaboração de cartas náuticas; serviço de meteorologia, prospecção geo-
física e oceanográfica; ampliação, recuperação e manutenção de 428
faróis e faroletes e 11 Navios Hidrográficos.

Desenvolvimento de Pesquisas Científicas e Tecnológicas

Estudos e pesquisas oceanográficas e batitermográficas; Cartas de
Pesca e Sonar; biologia marinha e utilização econômica de produtos

do mar; emprêgo de radioisótopos; Sistema Ômega de Navegação, telemetria e sintetizador de marés — Cr\$ 17 milhões — Desenvolvimento na indústria nacional do computador digital de controle de processo para fins táticos.

● **Ampliação e Reparo da Rêde de Tráfego Marítimo**

Remodelação da Rêde Fixa de Comunicações das 7 Estações Rádio de 1.^a classe; aparelhamento de 3 Estações Radiogoniométricas; nacionalização de equipamentos eletrônicos.

EXÉRCITO

● **PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO DO EXÉRCITO**

O projeto de mais alta prioridade a ser executado, no período, de forma compatível com o programa geral de Governo, é o de REAPARELHAMENTO DO EXÉRCITO, com o objetivo de permitir-lhe atingir maior operacionalidade, ficando em melhores condições de cumprir sua destinação constitucional.

Para isto, o Exército, obedecendo aos princípios da Reforma Administrativa, prosseguirá a sua reorganização e adequação à realidade brasileira, reaparelhando-se e rearticulando-se, progressivamente, de acordo com imposições ditadas pela necessidade de emprêgo.

A execução dêste Projeto dotará o Exército de equipamentos que lhe permitam proporcionar o clima de segurança e tranqüilidade imprescindíveis para o cumprimento do programa do Governo.

AERONÁUTICA

● **CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA AERONAUTICA BRASILEIRA**

O objetivo principal da produção de aeronaves pela Empreza Brasileira de Aeronáutica S/A — EMBRAER (São José dos Campos, São Paulo) ao lado das demais empresas já existentes e com programas em curso, será a consolidação e o desenvolvimento da Indústria Aeronáutica Brasileira.

A EMBRAER caberá a fabricação de aviões de treinamento e emprêgo, do Avião Bandeirante, de um avião agrícola, o desenvolvimento de um avião de transporte médio ou de emprêgo militar e a execução de diversas atividades ligadas ao desenvolvimento desse importante setor industrial.

● PESQUISAS PARA A INDÚSTRIA AERONÁUTICA

● Tecnologia de Metais Estratégicos

O aproveitamento de apreciáveis reservas brasileiras para a obtenção de metais estratégicos, destinados a usos mais sofisticados, tais como os da moderna indústria aeronáutica e os da indústria nuclear, envolvem processos produtivos avançados e cuja tecnologia é de difícil obtenção. O Ministério da Aeronáutica, que vem acumulando experiência no setor, desenvolverá projetos específicos em diversas linhas prioritárias.

● Laboratórios Especializados

Completos laboratórios especializados são indispensáveis ao apoio do desenvolvimento da Indústria Aeronáutica. Dentro desta premissa, pretende-se complementar e modernizar os seguintes laboratórios do CTA: laboratórios para apoio à fabricação nacional de aeronaves; laboratórios para apoio à Indústria Nacional de componentes e equipamentos eletrônicos de qualidade aeronáutica; laboratórios para apoio às pesquisas e desenvolvimento tecnológico fundamentais necessários à Indústria Aeronáutica nos setores de aerodinâmica, comando e controle, e homologação e ensaios; laboratórios para apoio à Fabricação Nacional de componentes de motores aeronáuticos e à Indústria Nacional de serviços em motores.

● REFORMA ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Com três anos de execução, a reforma administrativa do Ministério da Aeronáutica já tem implantados os órgãos da Direção Geral, Direção Setorial e de Assessoramento. Nos próximos dois anos estarão implantados também os demais órgãos da nova estrutura, já convenientemente sedimentados, dando ao Ministério da Aeronáutica plena eficiência no desempenho da sua atividade-fim.

● REEQUIPAMENTO DA FAB

Compra de aeronaves e equipamentos, de modo a elevar os índices de operacionalidade da Fôrça Aérea Brasileira, prioritariamente buscando a solução na indústria nacional.

● AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE AERONAVES

Face à existência de aeronaves de procedência estrangeira, e, ainda, à necessidade de aquisição de material altamente refinado, o programa visa a manter as condições de utilização dessas aeronaves, através da continuação da importação de suprimento, a fim de permitir que seja garantida a disponibilidade das unidades aéreas.

● LOCALIZAÇÃO DE UNIDADES NAS REGIÕES AMAZÔNICA E CENTRO-OESTE

A localização de Unidades nas citadas áreas permitirá maior participação da Fôrça Aérea Brasileira, sem fugir da sua missão constitucional, de modo a cumprir seu papel de importante instrumento de interiorização das fronteiras econômicas, vivificação das fronteiras geográficas e de integração nacional.

● CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA FÔRÇA AÉREA

O projeto prevê consolidar, num mesmo local, a formação de todo o pessoal técnico especializado de nível superior. Sua localização na cidade de Piraçununga (SP) se constituirá em importante fator de progresso para toda a região.

● ESTUDOS E PESQUISAS BÁSICAS NO CAMPO ESPACIAL

● Estudos Meteoro-Climatológicos do Brasil

Este programa visa à reformulação do modelo meteoro-climatológico aplicável à faixa tropical da América do Sul, inclusive o processamento dos dados meteorológicos dos últimos decênios, pertencentes aos arquivos do Ministério da Aeronáutica, e a utilização dos resultados obtidos nas atuais sondagens com foguetes.

● Estudos e Pesquisas Geofísicas

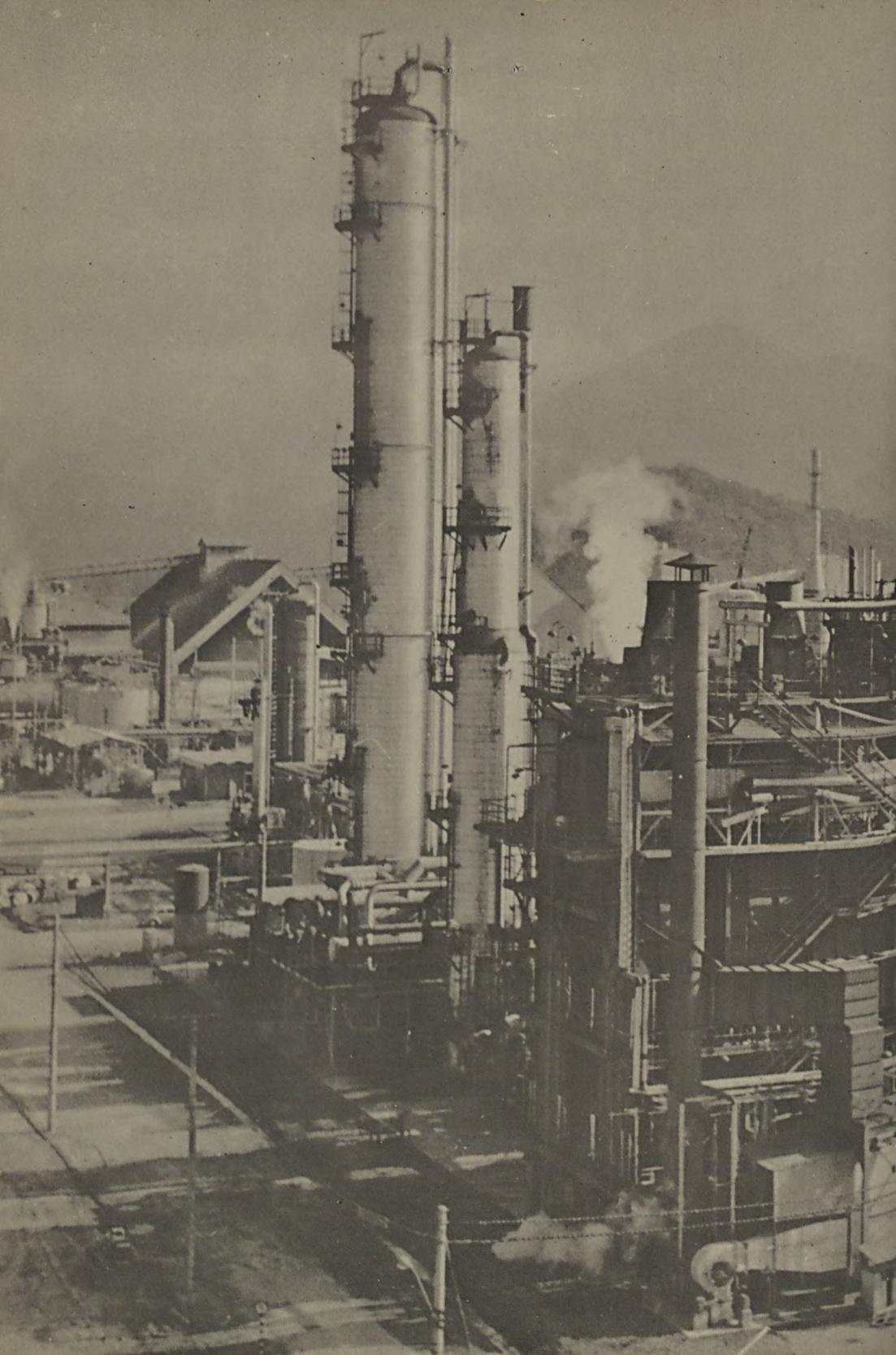
O programa de pesquisas geofísicas, inclusive em convênio com Universidades, investiga fenômenos geofísicos do território nacional, em particular na região do eletro-jato equatorial, cujos instrumentos de investigação serão as sondagens diretas com foguetes, as técnicas de radioastronomia e os mecanismos de propagação em VLF, visando aos resultados úteis à Navegação Aérea, às Comunicações e à Meteorologia.

Brasil. Ministério do Planejamento e
Coordenação Geral (MPCG)
Metas e bases para ação de governo

338.26 B823m

Tit.: 1513 Ex.: 004549

Composto e impresso no Serviço Gráfico da Fundação IBGE



Autor : Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação

Título : Metas e bases para ação de governo.

338.26 B823m 1970

Ac. 1.420

Exemplar : 4549 - Ex.2 MP DIBIB

